Paulo Jerónimo Pereira de Almeida

A MAÇONARIA NO PORTO DURANTE A 1ª REPÚBLICA

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

2011

Paulo Jerónimo Pereira de Almeida

A MAÇONARIA NO PORTO DURANTE A 1ª REPÚBLICA

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
História Contemporânea

Orientador:
Professor Doutor Gaspar Martins Pereira

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

2011

À memória da minha saudosa Mãe e do meu Avô,
José Pinto da Silva Pereira obreiro «Albuquerque» da Loja
Loja Luz e Vida nº 325, que serviu de inspiração
para esta dissertação.

AGRADECIMENTOS

Todo o processo de investigação é, naturalmente, solitário mas não deixa de beneficiar de múltiplas cumplicidades e apoios, que contribuem, directa ou indirectamente para a sua concretização. Seria difícil nomear, aqui, todos os estímulos que recebi ao longo dos quase dois anos em que decorreu a elaboração deste trabalho. Mas não quero deixar de destacar alguns deles, que me merecem palavras de gratidão.

Desde logo, o Professor Doutor Gaspar Martins Pereira, orientador desta dissertação, a quem agradeço todo o apoio dado desde a primeira hora: a sua atenção, franqueza, sabedoria, e acima de tudo, paciência foram inexcedíveis. Por tudo estou-lhe inteiramente grato.

Ao Grande Oriente Lusitano Unido, nas pessoas do Dr. António Lopes e, do Professor António Ventura, agradeço as facilidades que, me foram concebidas para recolher informação disponível no GOL. Sem a sua ajuda, esta dissertação não passaria de uma «miragem». A documentação que me permitiram consultar e, em muitos casos, fotocopiar, constituiu uma mais-valia para esta investigação.

Na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, encontrei nos últimos cinco anos, o significado da verdadeira amizade. Por isso mesmo não podia deixar de agradecer a quatro grandes amigos, o Arnold, Arnaldo, Fernando Sottomayor e João Lima, pelos conselhos e pela presença amiga que me deram em horas em que a vontade de desistir era grande. Para todos eles a minha sincera gratidão.

Devo ainda, um agradecimento especial à minha grande amiga, a Dr.ª Maria Celeste Dias de Sousa Alves, pelo trabalho que teve em me fazer a revisão do texto desta tese.

Se os últimos são os primeiros, as minhas últimas palavras vão, do fundo do coração, para duas pessoas muito especiais, a minha mulher e a minha filha Catarina. Sem a sua força, carinho, paciência, dedicação e amor, esta dissertação não teria chegado ao fim.

RESUMO:

Com a presente dissertação pretendemos contribuir para um melhor conhecimento da Maçonaria e respectivas esferas de influência, na cidade do Porto, durante a Primeira República.

Procurámos, assim, reunir um *corpus* bibliográfico e documental, que nos permitisse responder às questões previamente colocadas, relativamente à evolução da Maçonaria nas primeiras décadas do século XX e a aproximação entre os ideais maçónicos e republicanos. Por isso mesmo, este trabalho de investigação procura, numa primeira fase, perceber as relações, num âmbito mais nacional, entre a Maçonaria e República. Numa segunda fase, entraremos na pesquisa empírica propriamente dita, procurando conhecer as diferentes lojas maçónicas existentes na cidade do Porto e as relações entre a Maçonaria e os poderes locais, bem como os mecanismos e espaços onde se jogam as redes de influências. Este trabalho de investigação procura retratar, pois, a Maçonaria num contexto abrangente, através das suas relações com a sociedade portuense, entre 1910 e 1926.

Finalmente, buscamos conhecer duas das lojas maçónicas mais importantes da cidade naquele período cronológico a *Libertas* e a *Progredior* analisadas ao pormenor.

PALAVRAS-CHAVE

Maçonaria
1ª República
Porto
Centros Republicanos

ABSTRACT:

With this thesis we intend to contribute to a better understanding of Freemasonry and their spheres of influence in the city of Oporto during first republic.

We have tried, so gather a corpus of literature and documents, enabling us to answer the questions previously raised, regarding the development of Freemasonry in the early decades of the twentieth century and the rapprochement between the Masonic ideal and Republicans. Therefore, this research work seeks, initially, to understand the relationships, in a more national, between Freemasonry and the Republic. In a second phase, we will enter the empirical research itself, trying to understand the various Masonic lodges in the city of Porto and the relationship between Freemasonry and local authorities as well as the mechanisms and spaces where they play the networks of influence.

This research seeks to portray, because Freemasonry in a comprehensive context, through its relationships with society Porto between 1910 and 1926.

Finally, we know two of the Masonic lodges in that city's most important chronological period Libertas and Progredior analyzed in detail.

KEYWORDS:

Masonry

1st Republic

Oporto

Republicans Centers

.

Sumário

Introdução **8**

1. Maçonaria e República **13**

1.1. Ideais Maçónicos e Ideais Republicanos 15

1.2. As redes maçónicas e a difusão das ideias republicanas 21

1.3. A Maçonaria em Portugal durante a Primeira República 26

1.3.1. A época da propaganda 29

1.3.2. A implantação da República e os momentos-chave da Revolução 32

1.3.3. A Carbonária 36

1.3.4. A cisão de 1914 na Maçonaria Portuguesa 41

2. Maçonaria no Porto durante a 1ª República **46**

2.1. Antes da República 46

2.2. As Lojas Maçónicas da Cidade entre 1910 e 1926 50

2.3. O papel da Maçonaria e as redes maçónicas 57

2.3.1. Na Imprensa 58

2.3.2. Nos órgãos de Poder Local 61

2.3.3. No Parlamento Nacional 69

2.3.4. Sociabilidades Republicanas 70

3. Estrutura e Funcionamento das Lojas Maçónicas **75**

3. 1. A Loja como espaço de sociabilidade 77

3.2. Os Triângulos Maçónicos 84

3.3. Estudo de Casos 86

3.3.1. *Loja Libertas* 87

3.3.2. *Loja Progredior* 95

Conclusão **105**

Fontes e Bibliografia **108**

Anexos **117**

Introdução

A presente dissertação pretende dar a conhecer a Maçonaria Portuense no período da 1ª República. Ao mesmo tempo, pretende dar um contributo para uma reflexão acerca das responsabilidades da Ordem Maçónica no derrube da Monarquia e consequente implantação da República em Portugal, bem como clarificar a acção dos seus obreiros no destino da nação, bem como no destino da cidade.

Como o tema do trabalho indica, esta dissertação irá incidir sobre a Maçonaria no Porto, no período da Primeira República, ou seja, entre 1910 e 1926. No entanto, este assunto não irá ser tratado isoladamente, mas sim nas suas diversas interligações, com a Imprensa, com os Centros Republicanos da cidade e, acima de tudo, com o poder local (Câmara Municipal e Governo Civil). Estes elementos são essenciais para se compreender os meios que foram utilizados na divulgação da ideologia maçónica.

Nesta sequência, que a nosso ver parece lógica, as lojas maçónicas existentes no Porto naquele período, e mesmo anterior, serão também referenciados para se poder ter uma noção de como foram evoluindo. Enquadrando-se na problemática geral, duas lojas maçónicas – *Libertas* e *Progredior* – serão analisadas ao pormenor como espaços de sociabilidade entre os seus diversos obreiros.

Parece-nos, pois, importante recuar um pouco neste período cronológico, com a intenção de analisar e fazer uma pequena síntese da importância da Maçonaria, bem como da Carbonária, na implantação da Primeira República em Portugal, fazendo depois uma ligação com a cidade do Porto.

Sendo assim, foi necessário dar resposta às questões levantadas para esta investigação. Como foi divulgada a ideologia maçónica, no Porto no período da Primeira República e quais os meios utilizados para a sua divulgação? Quais eram e como evoluíram as lojas maçónicas no Porto no período da Primeira República? Nas vereações e no Senado camarário, os maçons estariam, ou não, em maioria? Se sim, a Câmara Municipal seria, ou não, um veículo importante de difusão da ideologia maçónica? Qual o papel dos Centros Republicanos como veículos de divulgação da ideologia maçónica? As instituições assistenciais e de beneficência serviram, ou não, a Maçonaria como pólo divulgador da ideologia maçónica e republicana? A imprensa do Porto terá sido um veículo de transmissão e mesmo de apoio a Maçonaria? Qual o papel das lojas maçónicas da cidade naquele período.

Os estudos sobre a Maçonaria feitos até aos dias de hoje têm sobretudo contemplado as suas características nacionais, sem focarem especificamente o seu papel a nível local.

A Historiografia nacional, a nível da cidade do Porto, carece de estudos estando por isso mesmo, ainda pouco desenvolvida e contrariamente ao que existe a nível nacional, onde existe uma vasta bibliografia sobre esta temática.

Os trabalhos de António Borges Grainha, publicados em 1912[1], e de António Carlos Carvalho[2] dão-nos uma visão da Maçonaria num contexto nacional muito focalizado na cidade de Lisboa. Para além destas individualidades, impõe-se que se juntem os trabalhos de Oliveira Marques[3], pois dão-nos uma panorâmica bastante precisa da Maçonaria num contexto nacional e, a nível da cidade de Lisboa, também local. Revela-se, pois, de primordial importância que agora se empreendam estudos sobre aquela organização a nível da segunda cidade do país. No entanto, parece-nos importante referenciar o nome de Fernando de Sousa, que têm um trabalho sobre esta temática, num período anterior, que diz respeito ao papel que a Maçonaria teve na Revolta do 31 de Janeiro de 1891[4]. Também Oliveira Marques e João Alves Dias[5] estudaram a Maçonaria no Porto em finais do século XIX.

Recentemente foi publicado um trabalho, também ele importante, focando o papel que a Maçonaria teve na implantação da República. Contudo, pouco refere a nível da cidade do Porto, centrando-se, sobretudo, na capital e no papel desempenhado pelos maçons lisboetas naquela revolta. Este estudo, no entanto, é de grande interesse a nível historiográfico, pois apresenta numerosa documentação original sobre aquela temática. Essa documentação inédita pertencia a Carvalhão Duarte que a deixou à Fundação Mário Soares e onde se encontra depositada. O apreço que Mário Soares tem por essa obra pode deduzir-se através das seguintes palavras que escreveu no Prefácio: «existem

---

[1] GRAINHA, António Borges — *História da Maçonaria em Portugal 1735/1912*. Lisboa: Typ. A Editora Limitada, 1912.

[2] CARVALHO, António Carlos — *Para a História da Maçonaria em Portugal 1913/1935*. Lisboa: Editorial Veja, 1976.

[3] MARQUES, A.H. de Oliveira — *Dicionário da Maçonaria Portuguesa*. Volume I e II. Lisboa: Editorial Delta, 1986; MARQUES, A.H. de Oliveira — *Ensaios de Maçonaria*. Lisboa: Quetzal Editores, 1988; MARQUES, A.H. de Oliveira — *A Maçonaria e o Estado Novo*. 3ª ed. Lisboa: Editorial D. Quixote, 1995; MARQUES, A.H. de Oliveira — *História da Maçonaria em Portugal*. Vol. I: *Das Origens ao Triunfo*. Lisboa: Editorial Presença, 1990; MARQUES, A.H. de Oliveira — *A Maçonaria em Portugal*. Lisboa: Câmara Municipal, 1998.

[4] SOUSA, Fernando — *A Maçonaria do Porto e a Revolta Republicana e 1891*. In *Estudos de História Contemporânea*. Lisboa: Livros Horizonte, 1991.

[5] MARQUES, A.H. de Oliveira; DIAS, José Alves — *Para a História da Maçonaria no Porto em Finais do século XIX*. In *Revista Portuguesa de História*. Vol. II. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2002/3.

poucos trabalhos, se é que há, que se ocupem do contributo e relações da Maçonaria dos Centros Republicanos e da Carbonária, para a implantação da nossa I República (1910-1926)»[6].

Mais adiante ainda Mário Soares insiste na mesma ideia acrescentando o seguinte: «O livro que ora se publica tem essa originalidade temática de mostrar a decisiva participação da Maçonaria na implantação da República. Que reproduz documentos com intervenções preciosas de vários historiadores e ensaístas, entre os quais avulta o nome de Prof. Doutor António Reis, reputado historiador e grão-mestre actual do Grande Oriente Lusitano, e uma grande profusão de documentos originais transcritos e de fotografias relacionados com a iconografia da I República, em que a Fundação Mário Soares também é rica e teve o gosto de participar»[7].

No que diz respeito à historiografia internacional, o panorama não é muito melhor. Apesar de tudo, surgiram duas obras, que, na nossa perspectiva, contribuem decisivamente para uma melhor conhecimento da Maçonaria, a nível internacional. Referimo-nos à obra *A Trama Maçónica*, de Manuel Guerra Gómez e *A Maçonaria Universal*, de Miguel Martin Albo.

No entanto, ambas as obras carecem de informação acerca da Maçonaria Portuguesa. São, no entanto obras, indispensáveis ao nosso estudo, pois dão-nos uma ideia completa da Maçonaria, desde a sua origem até aos nossos dias, não deixando de se centrar em Espanha e em outros países onde esta organização mais se desenvolveu.

Para além destas obras, existe uma outra que, apesar de não ser específica sobre a Maçonaria, consideramos essencial para este trabalho. Trata-se da *História da 1ª República* coordenada por Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo. É uma obra importante pois retrata o país desde os finais da Monarquia, passando pela primeira tentativa para a implementação da República em 31 de Janeiro de 1891 até ao golpe de 28 de Maio de 1926 que põe fim à 1ª República.

Face aos estudos referidos, tentamos, neste projecto, fazer um estudo da Maçonaria no período da 1ª República circunscrito à cidade do Porto. A Maçonaria é, assim, vista localmente como um pilar dos republicanos que divulgaram a sua ideologia através da Imprensa, Centros Republicanos e do poder local (Governo Civil e Câmara Municipal).

[6] CALDEIRA, Alfredo; LOPES, António — *A Maçonaria e a Implantação da República*. Lisboa: Fundação Mário Soares e Museu Maçónico Português, 2009, p 7.
[7] Idem, *ibidem*, p.8.

As fontes de informação seleccionadas, para responder às questões colocadas sobre as lojas maçónicas da cidade do Porto, no período que nos propusemos estudar, foram, essencialmente, as seguintes:

1. Documentação do Arquivo do Grande Oriente Lusitano, a mais importante para este trabalho, apesar de muitas lacunas existentes nas diversas séries guardadas nesse valioso arquivo. Permitiu-nos conhecer as lojas maçónicas do Porto no período em estudo, os seus obreiros e, mesmo, em alguns casos, pormenores sobre a sua actividade e preocupações. Foi possível, de resto, colmatar algumas lacunas das séries manuscritas com a consulta de periódicos da Maçonaria publicados com regularidade no período de 1910 a 1926 nomeadamente os *Boletins Oficiais do Grande Oriente Lusitano Unido* e os *Anuários* da mesma organização maçónica.
2. Documentação relacionada com os Centros Republicanos do Porto, existente no Arquivo Distrital do Porto, no fundo das Associações Civis e Religiosas. Neste fundo, podemos aceder a estatutos e outra documentação de centros republicanos e organizações similares. Apesar das lacunas, estas fontes permitiram-nos conhecer alguns elementos importantes do intenso associativismo republicano, e, através de cruzamentos nominativos com outras fontes, perceber a forte componente maçónica dos seus membros.
3. Outras fontes importantes para este trabalho foram: a imprensa periódica portuense no período em análise, em particular alguns jornais com maior ligação à Maçonaria, como *A Montanha*, *A Lanterna* ou *O Norte*; alguma documentação relacionada com a Câmara do Porto, em especial *Actas de Vereações Municipais*, guardadas no Arquivo Histórico Municipal do Porto; e documentação do Fundo Simões Raposo, do Arquivo da Fundação Mário Soares.

Este trabalho estrutura-se em três capítulos: o primeiro – *Maçonaria e República* – procura, numa primeira fase, fazer uma breve contextualização, para, depois, confrontar os ideais maçónicos com os ideais republicanos. Outro aspecto que tratamos neste capítulo foi o das redes maçónicas como difusoras dos ideais republicanos, partindo, desde logo, das instituições criadas pela Maçonaria que difundiram as ideias republicanas. Pareceu-nos importante, ainda neste primeiro capítulo, referenciar o papel desempenhado pela Carbonária, quer a nível nacional, quer ainda a nível local apesar da

escassez de fontes de informação sobre o assunto. Terminamos este capítulo, focalizando-nos nas causas e nas consequências da cisão de 1914, dentro da Maçonaria.

No que segundo capítulo – *Maçonaria no Porto durante a 1ª República* – recuamos ao momento da Revolta do 31 de Janeiro de 1891, procurando, desde logo, tomar o «pulso» ao peso real da maçonaria durante aquele período com base no estudo elaborado por Fernando de Sousa, para, depois, perceber da evolução maçónica na cidade até à implantação da República. Seguidamente, entramos na parte fundamental do nosso trabalho, ou seja, a evolução da Maçonaria na cidade do Porto, durante o período de 1910 a 1926.

No terceiro capítulo desta dissertação, através de uma análise mais intensiva de estudos de casos, procuramos penetrar no interior das lojas maçónicas, para perceber a sua composição, funcionamento e evolução. Para o efeito, seleccionamos duas lojas maçónicas mais importantes da cidade, para as quais dispúnhamos de informação mais detalhada ― as lojas *Libertas* e *Progredior*.

No final, apresentamos alguns anexos que nos pareceram pertinentes para uma melhor fundamentação de alguns pontos do nosso trabalho, quer alguns documentos, quer alguns quadros resultantes do tratamento documental que realizámos e que, pela sua extensão, não nos pareceu adequado a respectiva inclusão no texto da tese.

1. Maçonaria e República

A Maçonaria ter-se-á introduzido em Portugal a partir de finais dos anos vinte do século XVIII, por influência de negociantes ingleses e irlandeses[8]. A sua gradual expansão entre os círculos de letrados e da burguesia, desde a segunda metade de Setecentos, traduziu-se num importante papel desempenhado por diversos maçons na difusão de ideias iluministas e, mesmo, liberais. Para o nosso objecto de estudo, é importante destacar essa longa implantação de redes maçónicas no país, já razoavelmente estruturadas na segunda metade do século XIX, quando o republicanismo iniciou a sua marcha ascendente. Houve, no entanto, neste último período, inúmeras roturas, devido a diversos acontecimentos, dos quais se salientam a cisão no seio da Grande Loja da Maçonaria Portuguesa nos anos de 1871 a 1878, a cisão da Grande Loja dos Maçons Antigos e Aceites de Portugal entre 1882 a 1885 e, finalmente, a cisão do Grande Oriente Português nos anos de 1894 a 1895. Contudo, em 1900, já a Maçonaria portuguesa se tinha unificado, sob a denominação de *Grande Oriente Lusitano Unido*[9]. No que diz respeito ao seu apogeu, Oliveira Marques refere o seguinte: «coincidiu com o período de 1834 a 1926, em que a sua influência a nível ideológico, político, cultural e benéfico foi considerável»[10].

Segundo António Lopes, na sua obra *A Maçonaria Portuguesa e os Açores 1792/1935*, os primeiros tempos da Maçonaria não foram fáceis. É o que nos afirma na seguinte frase: «os últimos anos do século XVIII e os primeiros anos do século XIX, revelaram-se um período difícil para o funcionamento das diversas Lojas maçónicas existentes em Portugal»[11].

Digno de menção no dealbar do século XX foi o facto de ter começado a existir uma certa aproximação, e mesmo cumplicidade, entre a Maçonaria e o movimento republicano[12].

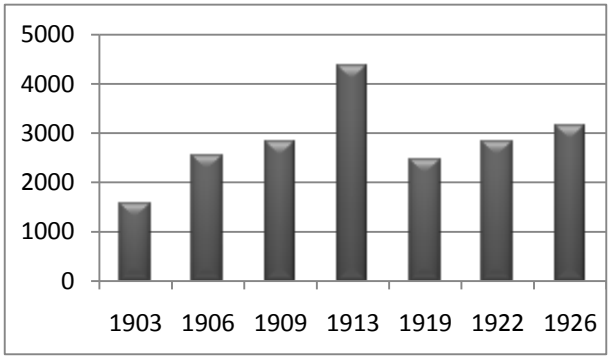
Outro dado de grande relevância foi o papel desempenhado pela Carbonária dentro da Maçonaria, conforme se depreende do seguinte trecho: «[A Maçonaria] patrocinado a

[8] Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira — *História da Maçonaria em Portugal*. Vol. 1: *Das Origens ao Triunfo*. Lisboa: Editorial Presença, 1990; DIAS, Graça Silva; DIAS, José Sebastião da Silva — *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal.* Vol. I, tomo I. 2ª ed. Lisboa: INIC, 1986, p. 83-148.
[9] Cf. SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H de Oliveira (dir.) — *Nova História de Portugal*. Volume XI: *Da Monarquia para a República*. Lisboa: Editorial Presença, 1991, p.429.
[10] MARQUES, A.H. de Oliveira — *A Maçonaria em Portugal*. Lisboa: Câmara Municipal, 1998, p. 7.
[11] LOPES, António — *A Maçonaria Portuguesa e os Açores 1792/1935*. Lisboa: Editorial Ensaius, 2008, p.34.
[12] MARQUES, A.H de Oliveira — *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. 3ªed. Lisboa: Editorial D. Quixote, 1995, p.52.

constituição da Carbonária, alavanca decisiva da Revolução de 5 de Outubro de 1910»[13]. Oliveira Marques menciona a importância desta atitude, referindo as palavras proferidas por Machado dos Santos: «A obra da Revolução Portuguesa também à maçonaria se deve única e exclusivamente»[14].

Neste período, os seus membros aumentaram, o que se depreende ao verificarmos uma certa "explosão" de lojas e triângulos maçónicos no território continental, passando os seus membros de 1562, em 1903, para 2800, em 1909, e para mais de 4000, em 1913[15]. O gráfico seguinte expressa bem esse crescimento no período anterior à implantação da República e nos primeiros anos do novo regime. Porém, para o período posterior a 1914, a leitura do gráfico exige, desde já, uma advertência. Referindo-se às lojas do Grande Oriente Lusitano, não contempla, obviamente, os valores das lojas que se afastaram dessa obediência, após a ruptura de 1914 e até à reunificação de 1926, facto que discutiremos mais adiante.

Gráfico 1. A evolução do número de maçons inscritos no Grande Oriente Lusitano (1903-1926):



Fonte: *Anuário do Grande Oriente Lusitano*, 1903 a 1926. Lisboa: Grande Oriente Lusitano Unido.

A interpenetração entre Maçonaria e republicanismo, pelo menos entre as elites republicanas, justificaria a forte presença de maçons nas estruturas de poder do regime republicano, desde a sua implantação. Como referiu Oliveira Marques, em 1910-1911, metade dos ministros do Governo Provisório pertenciam à Maçonaria. E, ao longo dos dezasseis anos da I República, a maior parte dos governos terá tido idênticas conexões

[13] Idem, *ibidem*.
[14] MARQUES, A.H de Oliveira — *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. 3ªed. Lisboa: Editorial D. Quixote, p. 47.
[15] SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H de Oliveira (dir.) — *o.c*, p. 430. *Nova História de Portugal*. Volume XI: *Da Monarquia para a República*. Lisboa: Editorial Presença, 1991, p. 430.

maçónicas. Tais conexões foram ainda mais visíveis ao nível dos presidentes dos ministérios (mais de metade dos chefes de governo da I República eram maçons) e do tempo em que governaram (quase dois terços do período)[16].

1.1. Ideais Maçónicos e Ideais Republicanos

Os ideais maçónicos e republicanos tiveram vários pontos em comum, entre eles destacam-se o livre pensamento, o positivismo e mesmo o anticlericalismo. O indivíduo era, para ambos, defendido na sua dimensão social e não tanto como um ser isolado dentro de uma sociedade fechada. Para os republicanos positivistas, no entender de Fernando Catroga, «a Cooperação e a Solidariedade seriam os substitutivos mais adequados ao princípio da Fraternidade»[17]. No entanto, essa inserção do indivíduo dentro de uma sociedade, no entender dos republicanos e maçons, não deveria ser feita de forma exagerada, como defendiam os socialistas e mesmo os anarquistas.

Competia ao Estado criar condições fundamentais para que o indivíduo fosse «crescendo» dentro da sociedade em que estava inserido. Este factor foi de grande relevância para que o indivíduo começasse a ser visto como um ser pensante e actuante no todo social, ou seja, como cidadão republicano. Nas palavras de Catroga, «o ideal de cidadania republicana rejeitava a cesura entre a vida privada e a vida pública»[18].

O ideário republicano e maçónico convergiam também na postura anticlerical[19] que ambos assumiam, ou seja, a Igreja era vista como um alvo principal a combater, devido a ser uma instituição conservadora e mesmo reaccionária. Ambos atribuíam à Igreja responsabilidade pelo atraso do país, devido a ser uma instituição fechada em si mesmo e que não acompanhava a evolução da sociedade. Nas palavras de Oliveira Marques, «Só nos domínios da luta anticlerical e das reformas da instrução pública se podia vislumbrar uma política englobante e mesmo revolucionária»[20].

Para podermos ver ainda melhor esta forte ligação entre as ideias defendidas pelos maçons e republicanos, o *Boletim Oficial da Maçonaria Portuguesa de 1913*, faz a

[16] Cf. MARQUES, A.H. de Oliveira — *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. 3ªed. Lisboa: Editorial D.Quixote, 1995, p.53.
[17] CATROGA, Fernando — *O Republicanismo em Portugal – Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*. Lisboa: Editorial Notícias, 2000, p. 149.
[18] Idem, *ibidem*, p. 153.
[19] Ver Anexo 1— *Mensagem do Grémio Lusitano aos Poderes Constituídos — A Reacção Clerical e o Poder Civil.*
[20] SERRÃO, Joel e MARQUES, A.H de Oliveira (dir.) — *Nova História de Portugal*. Volume XI: *Da Monarquia para a Republica.* Lisboa: Editorial Presença, 1991, p. 703.

seguinte referência que, na nossa opinião, é bastante importante em relação às leis: «A República deve à Maçonaria o máximo e o melhor das suas leis. O triunfo das ideias laicas foi também o da Ordem»[21].

Basta uma leitura atenta da mensagem do Grão-mestre da Maçonaria do ano de 1910, para se ficar, desde logo, esclarecidos sobre o propósito daquela organização. Nas primeiras linhas do seu discurso, Magalhães Lima afirma que um dos ideais da Maçonaria é fazer um combate aberto contra os preconceitos do passado: «A maçonaria é o que é: o que sempre foi: sentinela vigilante da liberdade; luzeiro que espanca as trevas de erro, da mentira, do fanatismo e da superstição.»[22].

Outro ideal patente neste discurso centra-se na acção que a Maçonaria deve ter, ou seja, acentua o facto de privilegiar os aspectos evolutivos da sociedade. É precisamente aqui que, relacionando a mensagem de Magalhães Lima com uma Tese apresentada ao Congresso Nacional Maçónico por Tomás Vieira dos Santos, somos imediatamente lançados para um dos problemas com o qual republicanos e maçons estavam perfeitamente de acordo — A Educação. Este foi talvez um dos aspectos mais acarinhado tanto pelo PRP como pela Maçonaria, certamente como resposta ao forte atraso do país no domínio da instrução. Nas palavras de Tomás Vieira dos Santos, «Portugal, não sabe ler, é um país de analfabetos.»[23].

No entanto, para o mesmo autor, este problema educativo está interligado com o aspecto político. É através deste aspecto que se vê, mais uma vez, a relação que existiu entre o movimento republicano e os ideais maçónicos. No entanto, não nos podemos esquecer de que a Maçonaria deveria ser uma organização apolítica, ou seja, não deveria interferir em domínios que não eram os seus. A Monarquia e a Igreja — na figura dos jesuítas — eram acusadas pelos republicanos e pela Maçonaria de espalharem o obscurantismo na sociedade portuguesa. Nas palavras de José Eduardo Franco, «os liberais e republicanos viam a educação como um meio supremo de prosseguir o seu projecto de construção de uma humanidade nova, fundada nos valores que propugnavam: o progresso, o livre pensamento, a liberdade de consciência e de

[21] *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido*, 1913. Lisboa: Grande Oriente Lusitano Unido, 1913, p. 189.
[22] LIMA, Sebastião de Magalhães — *Á Grande Dieta da Maçonaria Portuguesa – Mensagem do Grão-mestre*. Lisboa: Typografia Favorita, 1910, p.3.
[23] SANTOS, Tomas Vieira — *O Grémio da Liberdade ao Congresso Nacional – Considerações sobre o problema educativo.* Lisboa: Typografia Favorita, 1910, p.3.

iniciativa, a tolerância religiosa, o humanismo universalista»[24]. Republicanos e maçons viam nos jesuítas uma espécie de contra-corrente ao desenvolvimento e progresso do país a nível educativo[25].

Os jesuítas eram apontados como causadores desse declínio nacional e mesmo do atraso do país rumo ao tão idealizado progresso. Este ideal de progresso deveria ser assente, segundo palavras de José Eduardo Franco, «na razão e na ciência, a propaganda republicana, cada vez mais secundada pela Maçonaria e pelos movimentos radicais do laicismo militante, apregoava e exigia, com cada vez maior paixão, o antídoto para este Portugal jesuitizado.»[26].

Estes religiosos, eram vistos, para além de opositores ao progresso, nas palavras do autor, como «autores de uma degeneração sem limites, formando a "seita fanática" dos militantes da conspiração "contra a liberdade", desagregadora da família, que "ensina os filhos a iludir os pais, aconselha as esposas a abandonarem os maridos, influencia no espírito dos moribundos para obter pingues heranças", congeminadora e executora dos «crimes mais repugnantes»[27] .

No que diz respeito ao problema de combate à falta de instrução da população e consequente elevada taxa de analfabetismo, a Maçonaria iria ter um papel fundamental através da criação de escolas, como foi o caso da Escola Vasco da Gama, no Porto, estabelecimento de ensino patrocinado pela loja *União*, e da Escola Oficina nº1, em Lisboa.

Voltando, mais uma vez, à questão educativa, pode afirmar-se que foi, sem dúvida alguma, um problema que republicanos e maçons encararam de frente. Tomás Vieira dos Santos apontava soluções concretas para a resolução desta questão, referindo a necessidade do desenvolvimento físico e intelectual: «Todo o bom educador deve fazer tender os seus esforços, a sua actividade para este fim tríplice: a formação do carácter, o robustecimento phisico e intelectual»[28].

Este aspecto educativo foi, pois, uma questão em que republicanos e maçons estiveram totalmente de acordo. O problema da instrução e da educação da população

[24] FRANCO, José Eduardo — *O Mito dos Jesuítas — Em Portugal, no Brasil e no Oriente (Séculos XVI a XX)*. Lisboa: Gradiva, 2007, p.229.
[25] Idem, *ibidem*, p. 230.
[26] Idem, *ibidem*.
[27] Idem, *ibidem*, p. 231.
[28] SANTOS, Tomás Vieira — *O Grémio da Liberdade ao Congresso Nacional – Considerações sobre o problema educativo*. Lisboa: Typografia Favorita, 1910, p. 7.

teria de ser vista como uma reabilitação do povo, ideia patente no *Boletim Oficial da Maçonaria Portuguesa de 1912*: «A regeneração dum povo tem de ser material e moral: uma e outra realizam-se com a educação e a instrução, postas ao serviço dum elevado e nobre sentimento – o amor à Pátria»[29].

Outro aspecto focado por Tomás Vieira Santos era a importância da relação aluno/ mestre: «A criança, quando presa ao mestre pelo vínculo forte da amizade, procura imitá-lo e mostra interesse para aprender; sente-se com vontade de saber, o que constitui verdadeiramente um grande passo para o sucesso»[30]. A educação deveria, assim, caminhar em perfeita concordância com o desenvolvimento da criança.

Se, no aspecto educativo, o país estava numa situação grave, qual seria então para além da Monarquia, a entidade que deveria ser responsabilizada por tal situação? Sobre este aspecto, Tomás Vieira dos Santos, tal como a maioria dos republicanos, apontava o dedo aos jesuítas. Houve uma necessidade premente em criar uma lei que combatesse o poder da Igreja e, em particular, dos jesuítas. A Lei da Separação do Estado e das Igrejas[31], por decreto de 20 de Abril de 1911, não foi pacífica. Nas palavras de Eurico Cardoso: «levantou tanta perturbação nos meios sociais e religiosos»[32]. Esta lei foi fortemente atacada pela Igreja e pelos conservadores, na medida em que, visava pôr fim ao poder que aquela instituição detinha no país. Com esta polémica lei, o catolicismo deixou de ser a religião oficial do Estado, ao mesmo tempo que, o ensino do cristianismo foi colocado de parte. Ao mesmo tempo, aquela instituição, que até então detinha um poder incalculável, a nível patrimonial, viu os seus bens serem-lhe retirados. Segundo o autor, «a Igreja que até então detinha um poder económico bastante acentuado [tudo entregou] a entidades que podiam ser reconhecidas e intransigentes adversários da religião»[33].

A Igreja, através do seu Episcopado, reagiu e insurgiu-se contra esta lei como sendo, injusta, enganosa e acima de tudo que roubava a Igreja. Nas palavras de Eurico

[29] *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido.* 1912. Lisboa: Grande Oriente Lusitano Unido, 1912, p.513.
[30] SANTOS, Tomás Vieira — *O Grémio da Liberdade ao Congresso Nacional – Considerações sobre o problema educativo*. Lisboa: Typografia Favorita, 1910, p. 8.
[31] Ver Anexo 2 — *Carta da Maçonaria Portuguesa sobre a Promulgação da Lei da Separação do Estado das Igrejas*, e Anexo 3 — *Questionário enviado às Paróquias*.
[32] CARDOSO, Eurico Esteves Lage — *Afonso Costa (1871/1937) – O Político mais amado e mais odiado da Primeira República*. Lisboa: Edição do Autor, 2010, p. 37.
[33] Idem, *ibidem*.

Cardoso: «O eco da obra do ministro [Afonso Costa] estava na invasão dos templos, o saque e o roubo dos sagrados recintos em inúmeras localidades do país.»[34].

Por seu lado, maçons e republicanos radicais defendiam aquela lei acerrimamente, na medida em que pretendiam uma sociedade laica, baseada na igualdade entre os cidadãos.

No que diz respeito aos hábitos religiosos da sociedade portuguesa, para José de Castro, esta «conserva radicados hábitos jesuíticos, inquisitoriais e resolve-se, entre esgares simiescos, numa moral vesga, hypocrita até ao engulho.»[35]. Tornava-se evidente que havia uma necessidade urgente de criar no povo uma vontade de querer saber e, para isso, era necessária uma frequência assídua às escolas.

A Maçonaria portuguesa baseava-se no ideal de Liberdade, Igualdade e Fraternidade; esse sempre foi lema que todos os seus obreiros defendiam acerrimamente. Toda a sua conduta, dentro e fora das lojas, estava baseada naquele princípio que era aplicado dentro da sociedade e visava o desenvolvimento dos ideais cívicos no país.

Analisando, seguidamente, uma Tese apresentada por José Macedo no Congresso Nacional Maçónico de 1913 — *Meios para desenvolver a riqueza pública no Portugal continental, Açores e Madeira,* ficamos perfeitamente inteirados das soluções que a maçonaria defendia para Portugal. O facto de estas soluções, apresentadas na Tese, serem também defendidas pelos republicanos, demonstra a existência de uma forte cumplicidade entre maçons e republicanos. Não quer isto dizer que existisse um consenso alargado em volta dos graves problemas que o país tinha que resolver. Este aspecto é notório quando o autor refere o seguinte: «No governo estão individualidades de rara energia, mas que podem ser obrigados a uma política de condescendência para com os elementos retrógrados, prejudicando assim as ardentes aspirações de progresso»[36].

Para os maçons e para os republicanos, havia uma necessidade premente de uma mudança em vários domínios. A reforma nacional deveria ser levada a cabo, desde o aspecto político, passando pelo administrativo, económico, financeiro, colonial, de

[34] Idem, *ibidem*.
[35] *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido,* 1912. Lisboa: Grande Oriente Lusitano Unido, 1912, p.513.
[36] MACEDO, José — *Meios para desenvolver a riqueza pública no Portugal continental, Açores e Madeira – Congresso Maçónico Nacional*. Lisboa: Tipografia Bayard, 1913, p. 4.

defesa nacional e política internacional. Vemos assim que a intervenção deveria abranger todos os aspectos da vida portuguesa.

Logicamente, a Maçonaria não deveria ser colocada de fora destas grandes reformas a efectuar em Portugal. Contudo, as palavras de José Macedo parecem evidenciar que a Maçonaria tinha sido afastada (ou será que se tinha afastado?) dos problemas nacionais, facto que ele considerava incompreensível. Na realidade, a maçonaria defendia a realização de conferências em que os problemas nacionais fossem analisados de forma mais alargada. Essas conferências deveriam ser subordinadas aos seguintes temas: 1º - A República perante os problemas nacionais; 2º - A educação pública; 3º - As reformas políticas; 4º - As reformas administrativas; 5º - As reformas económicas, 6º - As reformas financeiras, 7º - O problema colonial; 8º - A questão social; 9º - A defesa nacional; 10º - O problema internacional.[37]

Mais uma vez parece-nos existir aqui uma unanimidade e mesmo uma certa complementaridade entre republicanos e maçons. Parece evidente, através da leitura desta tese, que a Maçonaria pretendia ser mais interveniente junto do governo, ou seja, queria ter mais poder e ser mais escutada no que diz respeito aos problemas nacionais. No entanto, ressalta a ideia de que a Maçonaria deveria actuar no mundo profano com elementos que não estivessem directamente ligados àquela organização.

Ao ser mais ouvida, teria uma maior capacidade de intervenção, conforme se depreende das palavras de José Macedo: «A Maçonaria daria, assim, nestas condições a verdadeira orientação política. Usando de métodos científicos, dignificaria essa política que deixaria de ser estéril e vergonhosa luta de paixões pessoais, de tricas partidárias, de embates individuais.»[38].

Se confrontarmos o que foi dito anteriormente com o que nos diz João Serra, vemos que existe uma nítida convergência entre os ideais maçónicos e republicanos. Aquele historiador foca especialmente o aspecto intelectual do republicanismo ao afirmar: «Um movimento intelectual. Para ele confluirão, dos anos 80 do século XIX até as vésperas do 5 de Outubro de 1910, não apenas os defensores da solução política republicana, como os descontentes de várias proveniências e matizes.»[39].

[37] Idem, *ibidem* p. 5.
[38] Idem, *ibidem*, p.7.
[39] SERRA, João B. — *O assalto ao poder*. In ROSAS, Fernando e ROLO, Maria Fernanda (coord) — *História da Primeira República*. Lisboa: Editorial Tinta-da-china, 2009, p. 43.

Tal como os maçons, os republicanos partilhavam com outras forças uma cultura política assente no livre pensamento, no positivismo, no cientismo, no anticlericalismo e na necessidade de educação. Desejavam o aperfeiçoamento, acompanhado de ordem numa sociedade mais justa e democrática.

É um facto que existia uma forte ligação e, por que não dizer, uma certa cumplicidade entre a Maçonaria e a República. Todo o projecto republicano para o desenvolvimento do país está interligado com o projecto maçónico através de uma palavra — Fraternidade[40]. Essa ideia é defendida por Rui Ramos: «Os republicanos não eram maçons apenas por uma questão de organização. O republicanismo era intrinsecamente maçónico.»[41].

1.2. As redes maçónicas e a difusão das ideias republicanas

Para se chegar a uma resposta cabal a esta problemática será necessário começar por reflectir sobre a questão da ligação entre a Maçonaria e o mundo profano. Embora o assunto pareça ser bastante problemático e controverso, na realidade, tem uma resposta concludente: essa ligação entre estes "dois mundos" foi feita através de instituições que aquela organização criou ou dirigiu, mas que, na realidade, tiveram a sua vida própria.

Como se refere no *Boletim Oficial da Maçonaria Portuguesa* para o ano de 1913, o fim último da Maçonaria é o mundo profano e também o próprio individuo, ou seja, o homem como divulgador das ideias maçónicas e, consequentemente, das ideias republicanas, nesse mundo que fica para lá das paredes do templo maçónico: «No mundo profano (onde a Maçonaria deve verdadeiramente desempenhar o seu papel) não dará jamais a impressão dum homem pouco ilustrado, algumas vezes iludido; todos os maçons se tornarão apóstolos das nossas ideias»[42].

Mas, afinal, como era feita essa ligação entre aqueles "dois mundos", sabendo desde já que o fim último da Maçonaria era o indivíduo inserido dentro desse mundo profano? Tanto os republicanos como os maçons criaram muitas instituições que actuavam em áreas diferentes da sociedade, como ressalta da documentação da época[43].

[40] Ver Anexo 4 — *Fraternidade Maçónica*.
[41] RAMOS, Rui — *História de Portugal – A Segunda Fundação*. In MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal*. Vol. VI. Mem- Martins: Edição Circulo dos Leitores, 2008, p. 92.
[42] *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido,* 1913. Lisboa: Grande Oriente Lusitano Unido, 1913, p.228.
[43] Ver Anexo 5 — *Questionários sobre a Instrução e Assistência*.

No dizer de Oliveira Marques, «não interessa à Maçonaria que todos os seus membros lhe pertençam»[44]. Isto, na nossa perspectiva, teria como objectivo principal proporcionar um melhor relacionamento com o mundo profano.

A acção maçónica no «mundo profano» levaria à criação de instituições paramaçónicas com o objectivo quer de propaganda do seu ideário e de recrutamento de novos irmãos quer para contribuir, na sua perspectiva, para a criação de um Portugal mais justo, fraterno, livre e tolerante. Estas instituições serviriam então para uma especialização nos vários quadrantes da actividade social: cultura, beneficência, política, direitos do homem, relações internacionais, etc. Numa palavra, visavam, em larga medida, o aperfeiçoamento do homem como ser social, como cidadão.

A acção de cariz humanitário[45] e de beneficência, de desenvolvimento cultural e de formação cívica aparece testemunhada em muita documentação de Lojas maçónicas bem como nos *Boletins Oficiais da Maçonaria*. Em relação à beneficência e instrução, o *Boletim Oficial da Maçonaria Portuguesa* para os anos de 1924 a 1926, diz-nos o seguinte: «Sobre a beneficência e instrução tem o Conselho da Ordem diligenciado alargar a esfera da sua acção, patrocinado na medida do possível, as instituições de beneficência e instrução»[46].

O aspecto cultural foi, sem duvida dúvida, uma das maiores preocupações para os republicanos e, paralelamente, para os maçons portugueses, para quem era necessário combater a ignorância popular. Nas palavras de Oliveira Marques: «Não admira, por isso, que num país tão atrasado como Portugal, a Maçonaria tenha desempenhado papel de relevo na luta contra o analfabetismo e no fomento de qualquer actividade cultural»[47].

Portugal estava, entre os finais do século XIX e princípios do século XX, numa situação grave no que respeita ao analfabetismo. Essa situação era mais notória ao nível das mulheres, como se verifica no quadro seguinte.

[44] MARQUES, A. H. de Oliveira — *Ensaios de Maçonaria*. Lisboa: Quetzal Editores, 1988, p.11.
[45] Ver Anexo 6 — *Circular sobre um Sarau de cariz Humanitário*.
[46] *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido,* 1924 a 1926. Lisboa: Grande Oriente Lusitano Unido, 1926, p. 85-86.
[47] MARQUES, A. H. de Oliveira — *Ensaios de Maçonaria*. Lisboa: Quetzal Editores, 1988, p.12.

Quadro 1. Taxas de analfabetismo em Portugal (1878-1911):

Anos dos Censos	Taxa de Analfabetismo (%)
1878	82.44
1890	79.23
1900	78.54
1911	75.13

Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal*, anos 1878, 1890, 1900 e 1911.

Pensamos que o quadro é suficientemente claro e confirma o que anteriormente foi dito sobre a falta de instrução que imperava em Portugal nos finais do século XIX e princípios do século XX. Verifica-se que estava a diminuir ligeiramente desde 1878, mas ainda se cifrava em valores elevadíssimos acima dos 75%, em 1911. No entanto, o nível de analfabetismo entre as mulheres era ainda mais elevado. No total de analfabetos, as mulheres representavam em 1911, 42,64%, enquanto os homens contribuíam com 32,49%. Os números são reveladores da situação drástica que neste sector se vivia, atribuindo Joaquim Ferreira Gomes este problema a uma carência acentuada de escolas.[48]

Não admira por isso, que a Maçonaria se tivesse empenhado na busca de soluções para este problema, de que dependia a sua ideia de «bom cidadão», sendo, responsável pela criação de escolas primárias, secundárias e mesmo escolas de educação.

Através de alguma documentação analisada, vemos que as Escolas Maçónicas[49] criadas em Portugal contribuíram, em alguma medida para combater este problema. É certo, no entanto, que devido à escassez de meios económicos do país e também à grande instabilidade política, os resultados não foram os que todos desejariam. O ensino aí ministrado caracterizava-se por grande rigor científico e pedagógico; além disso, as formas de avaliação dos alunos eram diferentes, e o inovador plano de estudos, bastante diversificado, procurava-se atingir uma interacção harmoniosa entre a teoria e a prática. O aspecto da relação adulto/criança era também favorecido, proporcionando ao educando uma preparação adequada para a vida em sociedade. É isso que deixa transparecer António Lopes, quando afirma: «É ainda de sublinhar o carácter enciclopédico do ensino ministrado, designado então por educação integral, como que preparando o aluno para a abordagem de vários assuntos teóricos ou várias actividades

[48] Cf. GOMES, Joaquim Ferreira — *A educação infantil em Portugal*. Coimbra: Almedina 1977, p. 54.
[49] Ver Anexo 7 — *Documentação sobre a Escola Maçónica Vasco da Gama*.

práticas numa semelhança com a prática maçónica.»[50]. Contudo, não se exclui a hipótese de estas escolas maçónicas poderem ser também consideradas como locais de propaganda daquela ideologia.

Ainda, no mesmo artigo, António Lopes, enaltece o papel daquelas escolas, e assume o seu papel ideológico, de formação cívica: «Valoriza as crianças e que lhes dava um olhar abrangente do mundo ao mesmo tempo que lhes ensinava os valores da Liberdade, da Igualdade, da Fraternidade e da Tolerância.»[51].

Outro aspecto digno de registo, importante para melhor se entender estas "redes" criadas para a divulgação das ideias maçónicas/republicanas, são as obras de beneficência. Estas tinham como objectivo principal prestar auxílio às pessoas mais carenciadas da sociedade. Foi devido à intervenção da Maçonaria que foram criados alguns Asilos para crianças e idosos, bem como implementada a protecção ao operariado e a assistência aos desempregados.

Ao termos em conta a criação de instituições de ajuda aos cidadãos mais desfavorecidos, não nos podemos esquecer dos Montepios, que tiveram na Maçonaria o seu braço direito. A esse respeito, refere António Lopes: «Há a destacar as associações filantrópicas, com particular ênfase para os Montepios, nomeadamente o actual Montepio Geral, fundado em 1840 […] Alguns desses Montepios foram fundados por lojas maçónicas com o objectivo de efectuar empréstimos com a vista a superar dificuldades momentâneas ou ao lançamento de negócios individuais, sendo tal iniciativa efectuadas por lojas específicas dentro de hierarquia maçónica. Em muitos locais foram eles que criaram a base social que apoiou a República em 1910, nomeadamente entre comerciantes de Lisboa e Porto»[52].

Algumas instituições[53] criadas pela Maçonaria tiveram um papel importante na divulgação das ideias maçónicas e republicanas, a par do auxílio que prestavam às pessoas carenciadas.

Não sendo objectivo principal deste trabalho falar sobre as instituições criadas pela Maçonaria, parece-nos, contudo, digno de registo mencionar a criação do *Asilo de S.*

[50] LOPES, António — *As Escolas da Maçonaria*. In Revista do Grémio Lusitano. Lisboa: Grande Oriente Lusitano Unido, 2007, nº11, p.33-38.
[51] Idem, *ibidem*.
[52] LOPES, António; e CALDEIRA, Alfredo — *A Maçonaria e a Implantação da República*. Lisboa: Fundação Mário Soares, 2009, p. 43.
[53] Ver Anexo 8 — *Instituições de Beneficência criadas com o apoio da Maçonaria*.

João, no Porto, como um elemento dessas redes de divulgação da ideologia republicana/maçónica.

A data de criação desta instituição remonta ao ano de 1891. A sede oficial, que ainda hoje existe, fica situada na Rua da Alegria, nº 342. Através de uma leitura atenta dos seus Estatutos, ficamos a saber que a mesma tinha por objectivo principal a ajuda às crianças desprotegidas da cidade, ou seja, tinha um carácter de beneficência. Tal como ainda hoje acontece, recebia somente crianças do sexo masculino, embora os estatutos do ano de 1914 fizessem referência à possibilidade de acolhimento de raparigas: «Asilo para infância do sexo feminino, quando as circunstâncias do seu fundo o permitirem»[54].

Esta instituição maçónica pretendia instruir e formar a criança desprotegida para que ela ganhasse capacidade para enfrentar os problemas que lhe fossem aparecendo ao longo da vida. A Maçonaria procurava atingir, em última análise, o desenvolvimento do homem/cidadão na sociedade, como já foi mencionado anteriormente, dotando-o de instrumentos para que a evolução individual se traduzisse, através das «virtudes cívicas», no aperfeiçoamento da sociedade.

O desenvolvimento cultural e a melhoria das condições de vida das populações foram aspectos que uniram republicanos e maçons portugueses. Estes aspectos, no entanto, requeriam, no dizer de Oliveira Marques, «um enquadramento político.»[55]. Partindo da ideia de que a Maçonaria não tem um objectivo político, como é possível então a esta organização fazer política? Segundo Oliveira Marques, é feita na intervenção no mundo profano: «Sempre que é necessário lutar pela tolerância, pela liberdade, pela igualdade e pela fraternidade, contra o fanatismo, a intolerância, a opressão enfim»[56]. Entre as instituições que desempenharam um papel fundamental neste domínio, devem destacar-se os Centros Republicanos, assunto que abordaremos mais adiante. Além de inúmeros Centros Republicanos, poderíamos referir outras instituições com objectivos políticos, que serviram também de pólos da rede de propaganda da ideologia republicana/maçónica.

Algumas destas instituições anexaram o aspecto político[57] ao humanitário. Ao conceberem e/ou patrocinarem estas e outras instituições, os maçons e republicanos tinham como principal objectivo a propaganda ideológica. Segundo Oliveira Marques,

[54] *Estatutos da Associação Protectora do Asilo de S.João*. Porto: Tipografia Intermediária, 1919, p.3.
[55] MARQUES, A. H. de Oliveira — *Ensaios de Maçonaria*. Lisboa: Quetzal Editores, 1988, p.14.
[56] Idem, *ibidem*.
[57] Ver Anexo 9 — *Instituições de intervenção político-ideológica, criadas com o apoio da Maçonaria*.

«a Maçonaria concedeu liberdade de acção às instituições que ia fundando ou patrocinando. Em regra os seus sócios e corpos gerentes combinavam maçons com profanos […] Os ideais, os objectivos, os meios integravam-se com perfeição nos da Maçonaria. Por isso, consideramos tais organismos como paramaçonicos e reivindicamos a sua obra como obra da Maçonaria.»[58].

Neste período, as redes maçónicas assumiram como objectivo principal a divulgação das ideias republicanas e maçónicas como forma de apontar o caminho para o desenvolvimento do país. Iniciou-se nitidamente, a partir daqui, um novo ciclo na Maçonaria Portuguesa, ou seja, assistiu-se ao abandono de uma suposta neutralidade nos aspectos políticos e religiosos e a uma maior intervenção daquela organização no mundo profano.

1.3. A Maçonaria em Portugal durante a Primeira República

No que diz respeito à Revolução do 5 de Outubro de 1910, Joaquim Romero de Magalhães compartilha com grande parte da historiografia a ideia-base de que a República constituiu o culminar de uma longa evolução: «1910 é o ponto de chegada de uma longa evolução, da falência de uma tenteante política monárquica, incapaz de se opor à expansão da ideia republicana como salvadora e redentora dos males da pátria.»[59].

Quando se fala em "evolução", e mesmo em "ponto de chegada", temos que ter presente o triunfo do liberalismo e das suas ideias que fizeram com que o movimento maçónico, e até republicano, fosse crescendo em Portugal. No segundo quartel do século XIX, no período da instauração do liberalismo em Portugal, a luta entre facções liberais pôs «em perigo o lema da unidade e da fraternidade» maçónicas. Mas, passada «essa autêntica crise de crescimento», a Ordem Maçónica robusteceu-se, a par da estabilização do regime liberal[60].

Para Joaquim Romero de Magalhães, existem três momentos cruciais que explicam o avanço das ideias republicanas, sendo algumas, senão a totalidade, defendidas pela Maçonaria Portuguesa: o *Centenário de Camões*, a reacção ao *Ultimatum Inglês de 1890* e a *Revolta do 31 de Janeiro de 1891*. A partir da última década do século XIX, a

[58] MARQUES, A. H. de Oliveira — *Ensaios de Maçonaria*. Lisboa: Quetzal Editores, 1988, p.15.
[59] MAGALHÃES, Joaquim Romero — *Vem aí a República*. Coimbra: Editora Almedina, 2009, p. 17.
[60] LOPES, António — *A Maçonaria Portuguesa e os Açores – 1792/1935*. Lisboa: Ensaius, 2008, p. 72.

par da desagregação dos partidos da Monarquia Constitucional, o republicanismo expandiu-se nos principais centros urbanos, tornando-se uma força revolucionária. Os preparativos desta Revolução, para além do Partido Republicano, contaram também com o apoio da Maçonaria e da Carbonária Portuguesa[61].

O forte dinamismo maçónico, que se traduzia num aumento das lojas maçónicas por todo o país, já havia começado em finais do século XIX, época em que se intensificou a actividade maçónica e em que foi criada a Carbonária. É o que se depreende das seguintes palavras de António Lopes: «o dinamismo das lojas Maçónicas nos últimos anos do século XIX beneficia em muito do empenhamento de muitos republicanos e carbonários que, sendo ou não maçons, geraram um dinâmica política de que as lojas souberam tirar partido para crescerem em número de obreiros e influência política e social.»[62].

Com o dealbar do século XX, a Maçonaria e o movimento republicano estão cada vez mais próximos. Vão aparecendo lojas maçónicas em todo o país. Em 1910, a população maçónica em Portugal era já de 2844 obreiros, enquanto o número de lojas rondava as 74. À excepção de Bragança[63], todos os distritos tinham lojas ou triângulos maçónicos. Contudo, a maior actividade maçónica estava compreendida entre os distritos de Lisboa, Leiria, Coimbra e Santarém. Os distritos de Beja, Portalegre e Vila Real não tinham lojas organizadas, só triângulos, enquanto Castelo Branco e Viana do Castelo só dispunham de lojas. Naquela data, era Lisboa que detinha o maior número de lojas por distrito, cerca de trinta lojas.

[61] Cf. MAGALHÃES, Joaquim Romero — *Vem aí a República*. Coimbra: Ed. Almedina, 2009, p. 307.
[62] LOPES, António — *A Maçonaria Portuguesa e os Açores – 1792/1935*. Lisboa: Ensaius, 2008, p. 139.
[63] O que não quer dizer que não existissem maçons e actividades maçónicas nesta localidade. Bastaria recordar a acção do maçon e carbonário bragançano, Rodrigues Paula, na difusão dos ideais republicanos no final da Monarquia, em Bragança. Cf. JACOB, João Manuel Neto; ALVES, Victor Simões — *Bragança. Roteiros Republicanos*. Matosinhos: Quidnovi, 2010.

Quadro 2. Evolução das Lojas Maçónicas em Portugal (1909-1926):

Distritos	1909	1910	1913	1919	1926
Angra	1	1	2	1	—
Aveiro	4	3	5	1	2
Beja	—	—	7	2	4
Braga	2	1	6	3	2
Bragança[64]	—	—	3	—	—
Castelo Branco	1	1	3	1	2
Coimbra	12	13	18	6	5
Évora	3	4	15	2	2
Faro	4	2	11	3	6
Funchal	3	3	4	4	1
Guarda	1	1	3	1	2
Horta	2	2	2	1	1
Leiria	16	13	12	3	2
Lisboa	21	34	31	36	31
Ponta Delgada	3	3	2	1	1
Portalegre	3	—	8	2	2
Porto	5	6	10	13	11
Santarém	6	6	7	2	2
Setúbal	3	3	6	5	3
Viana do Castelo	2	1	1	3	4
Vila Real[65]	—	—	3	1	1
Viseu	4	3	8	2	2

Fonte: *Anuário do Grande Oriente Lusitano, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, anos de 1905 a 1926. Lisboa: Grande Oriente Lusitano Unido.

Todos os maçons tinham obrigações para com cada uma das lojas em que estavam inseridos. Essas obrigações eram de carácter eminentemente social. Essa ideia é defendida por Pedro Brandão Ramos e António Chaves Fidalgo: «Os maçons devem simultaneamente exercer uma actividade profissional ou disporem de meios de fortuna pessoal que lhes permitam assegurar a subsistência e pagar pontualmente as quotas à obediência, ao mesmo tempo que devem exibir um nível educativo que lhes possibilite compreender filosoficamente os fins da Maçonaria.»[66].

[64] Segundo Oliveira Marques, no ano de 1910, existiu um triângulo naquele distrito, que foi fundado, por José António Rodrigues Paula e por António Augusto Pires, em 31 de Dezembro de 1910. Este triângulo prova também aqui a existência de um núcleo maçónico organizado. Mais tarde, em 1913, aparecem triângulos em Moncorvo e Mirandela.

[65] Apesar de não estar referenciado no quadro, no distrito de Vila Real existiu até 1913, um triângulo maçónico da Régua, instalado em 1907, com o nº91, tendo sido seu presidente Antão Fernandes de Carvalho. No ano de 1911, foi instalado, também no mesmo distrito, outro triângulo, em Santa Marta de Penaguião, com o nº187, onde foi iniciado António Granjo. Estas duas referências comprovam a existência, naquele distrito de uma Maçonaria interventiva, dentro da sociedade transmontana. Vila Real, foi, ao mesmo tempo, uma localidade onde existiu um núcleo importante da Carbonária Portuguesa, tendo esta sido organizada por Adelino de Samardã. Cf. AIRES, Joaquim Ribeiro — *Vila Real. Roteiros Republicanos*. Matosinhos: Quidnovi, 2010.

[66] BRANDÃO, Pedro Ramos; FIDALGO, António Chaves — *A Maçonaria e a implantação da República em Portugal.* Lisboa: Casa das Letras, 2010, p. 113.

Borges Grainha, no seu livro *História da Maçonaria em Portugal 1735/1912*, para além de enaltecer o espírito maçónico, refere: «As suas bases são a ciência e a beneficência em todas as suas manifestações e o seu trabalho consiste em encaminhar a ciência a serviço da felicidade humana, por isso a maçonaria é liberta de preconceitos oferecendo campo livre, com a sua tolerância, á discussão de todos os princípios.»[67].

Para podermos sintetizar a importância que a Maçonaria teve na Implantação da República, escolhemos esta afirmação de Sebastião de Magalhães Lima que, ao referir-se a este assunto diz o seguinte: «Se a República não foi feita pela Maçonaria, o foi certamente por maçons.»[68].

1.3.1. A época da propaganda

A propaganda republicana contou com o papel preponderante que tiveram os Centros Republicanos espalhados em todo o país para a divulgação da sua ideologia republicana e, nalguns casos, da ideologia maçónica.

Esta propaganda republicana tinha como objectivo principal transmitir às populações a ideia de que a Monarquia estava a arruinar o Pátria e de que só a República poderia realizar uma desejada regeneração nacional. O *Ultimatum* de 1890 iria criar em Portugal um sentimento de revolta face as exigências britânicas, fortemente estimulada pelos republicanos. Segundo Amadeu Carvalho Homem, é possível distinguir antes desse *Ultimatum* duas fases de agitação: «1ª – Uma primeira, alargada, em que, não obstante a maior dureza repressiva das autoridades monárquicas, o evangelho do republicanismo doutrinal se mantém; 2ª – Coincidente grosso modo com segunda metade da década de oitenta, em que se farão ouvir alguns incitamentos à revolução armada.»[69].

Amadeu Carvalho Homem acrescenta que, apesar deste sentimento de revolta em relação à situação em que se encontrava o país, ainda antes do *Ultimatum*, o objectivo dos republicanos era a longo prazo e não algo que teria forçosamente que ser efectuado de imediato: «A República, era sentida como um ideal distante, um objectivo a longo prazo, a culminação de um laborioso processo educativo susceptível de transmudar em cidadão o súbdito de antanho. (…) Enquanto a corrente republicana não conseguiu

[67] GRAINHA, António Borges — *História da Maçonaria em Portugal 1735/1912*. Lisboa: Typ. A Editora Limitada, 1912, p.212.
[68] LIMA, Sebastião de Magalhães — *Episódios da Minha Vida*. Lisboa: Livraria Universal, 1928, p. 262.
[69] HOMEM, Amadeu Carvalho — *A Propaganda Republicana 1870/1910*. Coimbra: Ediliber, 1990, p.27.

alcançar os rudimentos de uma organização unitária, permaneceu aprisionada nas malhas de um clubismo disperso.»[70].

Ainda no que diz respeito a este aspecto da propaganda republicana, Pedro Ramos Brandão e António Chaves Fidalgo referem as *Conferências do Casino* como um acontecimento importante para a divulgação das ideias defendidas pelos republicanos e que trouxe à sociedade portuguesa algumas consequências: «Este acontecimento teve como resultado o aumento da contestação e o fortalecimento do movimento intelectual que defendia as ideias republicanas e liberais.»[71].

Esta propaganda dirigida contra a Monarquia teve consequências logo em 1878 com a eleição, pelo Porto, do primeiro deputado republicano, Rodrigues de Freitas, que era também maçon. No entanto, esta eleição pode ser vista, não tanto pela propaganda republicana como pelas rivalidades entre monárquicos, regeneradores e progressistas e pelo apoio de negociantes do Porto[72]. No que diz respeito a esta eleição, os monárquicos não a viram tanto como a eleição de um republicano mas sim do próprio cidadão. É essa ideia que nos transmite Jorge Fernandes Alves: «Por isso, os monárquicos tinham alguma razão quando diziam que não fora eleito o republicano Rodrigues de Freitas mas sim o "Freitinhas", designação afectiva por que era conhecido no Porto desde os bancos da Academia Politécnica.»[73]. Ao seu lado, nesta eleição, estiveram «agremiações ou grupos dos mais diversos, desde a importante Associação Comercial do Porto e pequenas associações de socorros, grupos informais ou mesmo indivíduos que depositavam nas suas mãos as representações sobre os problemas que os afligiam para que lhes desse dignidade parlamentar. Alguns (poucos) dos seus discursos foram impressos por «grupos de amigos e apoiantes» e circularam entre o grande público, atribuindo-se conteúdo aos ideais republicanos.»[74]. A população da cidade sentia que podia contar com o cidadão Rodrigues de Freitas, era ele o seu deputado: «Pode dizer-se, com propriedade, que, acima de tudo, apesar dos seus escrúpulos em ser bairrista, Rodrigues de Freitas era o deputado do Porto, e a cidade sentia-o.»[75].

[70] Idem, *ibidem*, p. 11.
[71] BRANDÃO, Pedro Ramos; FIDALGO, António Chaves — *A Maçonaria e a Implantação da República em Portugal*. Lisboa: Casa das Letras, 2010, p. 69.
[72] Cf. ALVES, Jorge Fernandes — *Rodrigues de Freitas – Intervenções Parlamentares (1870/1893).* Lisboa: Edições Afrontamento, 1999, p. 7-39.
[73] Idem, *ibidem*, p. 28.
[74] Idem, *ibidem*, p.9.
[75] Idem, *ibidem*, p. 33.

Este sentimento de revolta foi aumentando na população portuguesa, até atingir o seu ponto mais alto com o *Ultimatum* de 1890, como destaca Fernando Catroga: «O *Ultimatum* desencadeou um movimento de protesto que veio a estar na base da intentona do 31 de Janeiro de 1891»[76].

Parece, no entanto, evidente que, na viragem para o século XX, a propaganda republicana teve na Maçonaria um enorme apoio para evoluir no sentido revolucionário.

Um elemento crucial da propaganda revolucionária foi a imprensa republicana; desenvolveu-se, por esta altura, sobretudo em Lisboa, Porto e Coimbra[77], dramatizando a gravidade da situação em que se encontrava o país.

Entretanto, no Verão de 1899, houve, no Porto, uma epidemia de peste bubónica. As medidas sanitárias impostas pelo governo à cidade causaram um sentimento de revolta. Com o apoio do Jornal *Voz Pública*, o Partido Republicano apresentou três candidaturas — Afonso Costa, Francisco Xavier Esteves e Paulo Falcão. As eleições foram bastante disputadas, entre os candidatos monárquicos e republicanos, acabando estes últimos por ser eleitos. No entanto, a eleição viria a ser anulada na comissão de verificação dos poderes[78]. No acto eleitoral subsequente, realizado no ano seguinte, a cidade do Porto voltou a eleger os mesmos três deputados republicanos, ficando estes conhecidos como *Deputados da Peste.*

Mais tarde, nas eleições de 1905, e fruto de uma propaganda bem estruturada pelo Partido Republicano, os elementos do PRP reforçaram a sua representatividade no Parlamento. Essa posição do PRP foi cimentada ainda mais nas eleições do ano seguinte, onde era visível uma melhor estruturação daquela força política.

Vemos que a agitação social e política que antecedeu a proclamação da República em 1910 foi marcada por uma fase de intensa actividade em todos os meios sociais. Esta ideia está bem clara em Carlos Ferrão: «A Proclamação da República, em 1910, foi

[76] CATROGA, Fernando — *O Republicanismo em Portugal – Da Formação ao 5 de Outubro de 1910.* Lisboa: Editorial Notícias, 2000, p. 76.
[77] Idem, *ibidem*, p. 44: «o jornalismo republicano insubmisso e agreste para com os poderes constituídos, destacando-se nesta imprensa a que foi fomentada por círculos estudantis. Em Lisboa apareceu o órgão da academia republicana *A Pátria* (…) no Porto divulgou-se, por iniciativa de um estudante de medicina, a folha *O Rebate* (…) Em Coimbra publicou-se *O Ultimatum*, que deu guarida a violentíssimos artigos dos estudantes António José de Almeida e Afonso Costa. No escrito de Almeida, Bragança o último, retomava-se o já repisado argumento da irresponsabilidade régia para se concluir que, sendo todos os homens responsáveis perante a lei, o critério da inimputabilidade do poder moderador relegava o monarca para os escalões mais inferiores da tábua zoológica darwiniana».
[78] QUEIROZ, António José — *Francisco Xavier Esteves.* In SILVA, Armando Malheiro; SARAIVA, Arnaldo; e TAVARES, Pedro Vilas Boas (coord.) — *Porto, Roteiros Republicanos*. Matosinhos: Quidnovi, 2010, p. 72.

precedida por uma vasta propaganda em que tomaram parte tribunos, parlamentares, escritores, jornalistas e professores, a qual se identificou a causa republicana, simbolizada e servida pelo seu partido, com a salvação de Portugal e dos territórios sob administração portuguesa.»[79].

O mesmo autor faz ainda referência a um certo clima de suspeição e mesmo corrupção que reinava na própria coroa portuguesa: «O surto da propaganda foi favorecido, nas décadas que precederam o advento da República (1880/1910), pelos erros da política e da administração monárquicas caracterizadas por uma condenável corrupção que manchava o próprio trono, as instituições de crédito e alta burocracia nas suas relações com a Coroa.»[80].

Toda esta acção de propaganda republicana e, por que não dizê-lo, também maçónica, tinha somente um objectivo: activar todos os mecanismos necessários para o derrube da Monarquia e implantar em Portugal um regime capaz de fazer renascer uma nova esperança. Cândida Proença destaca esse «carácter messiânico» e regenerador do ideal republicano: «O Republicanismo surgiu e consolidou-se em Portugal, ao longo do século XIX, como uma esperança salvadora para a resolução dos graves problemas que afligiam o país.»[81].

1.3.2 A implantação da República e os momentos-chave da Revolução

A implantação da República foi uma obra conjunta de republicanos, maçons e carbonários. No entanto, torna-se importante referir que a Maçonaria, nas palavras de Oliveira Marques, teria «patrocinado a constituição da Carbonária, alavanca decisiva da Revolução de 5 de Outubro de 1910»[82] .

Sobre os primeiros passos da organização da Revolução de 1910, Machado dos Santos recorda a posição de João Chagas, adepto de uma revolta armada: «Chagas disse-me que não tivesse ilusões que era necessário trabalhar e trabalhar muito para que alguma coisa se fizesse, e alvitrou uma imediata convocação dos oficiais do exército para se saber se estes estavam dispostos a saírem para a rua connosco»[83]. Parece, pois,

[79] FERRÃO, Carlos — *História da 1ª República*. Lisboa: Terra Livre, 1976, p. 11.
[80] Idem, *ibidem*, p. 12.
[81] PROENÇA, Maria Cândida — *A educação*. In ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.) — *História da Primeira República*. Lisboa: Editorial Tinta-da-china, 2009, p. 169-170.
[82] MARQUES, A.H. de Oliveira — *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. 3ª ed. Lisboa: Editorial D. Quixote, 1995, p. 52.
[83] SANTOS, Machado — *A Revolução Portuguesa 1907/1910*. Lisboa: Sextante Editora, 2007, p.11.

evidente que, para se fazer uma qualquer revolução era necessário colocar o exército do lado dos revoltosos. No entanto, este movimento não poderia nem deveria ser visto como um acto de indisciplina generalizada, mas sim, e acima de tudo, um movimento de características nacionais que tinha por objectivo o derrube da Monarquia.

É de referir que esta posição de desencadear uma revolução armada nunca despertara a adesão entusiástica dos órgãos dirigentes do PRP. Para estes, só em último caso poderia ser aceite a via revolucionária. Porém, a pressão das bases do PRP, no seu Congresso Nacional em Setúbal, em Abril de 1909, levaria à mudança de Directório, com a missão expressa de organizar a Revolução.

O próprio clima de agitação social que se vivia em Portugal e o crescente desgaste da Monarquia Constitucional favoreceram o crescimento da Maçonaria, do PRP e, também, da Carbonária. Os preparativos para a Revolução de 5 de Outubro de 1910 foram levados ao Congresso do Partido Republicano que se realizou no Porto, em Abril de 1910. Nas palavras de António Lopes, o Congresso do Porto «teve como pano de fundo os preparativos para a Implantação da República feito por carbonários e maçons e como preocupação o reconhecimento internacional do novo regime.»[84]. É, precisamente, neste mesmo Congresso que os republicanos decidem «enviar a França e a Inglaterra uma missão encarregada de sossegar essas potências quanto à posição internacional dos republicanos no caso de derrube da monarquia.»[85].

As pessoas incumbidas dessa missão de "reconhecimento internacional" foram o grão-mestre da Maçonaria, Sebastião de Magalhães Lima, e José Relvas, que tiveram como objectivo principal assegurar a maior neutralidade possível de países como a Inglaterra e a França face a uma possível implantação da República. O seu papel revelou-se essencial na preparação da opinião pública de diversos países estrangeiros para o reconhecimento, ou pelo menos para a não hostilização, do regime republicano que viria a ser, em breve, implantado em Portugal[86].

A missão realizada por Magalhães Lima e José Relvas, foi, nas palavras de Romero de Magalhães, impulsionada por Brito Camacho: «Missão inspirada e fortemente apoiada por Brito Camacho, do seu inestimável jornal de combate *A Lucta*.»[87]. Momentos houve em que aqueles homens temeram uma interferência estrangeira que

[84] LOPES, António — *A Maçonaria Portuguesa e os Açores – 1792/1935*. Lisboa: Ensaius, 2008, p. 147.
[85] MAGALHÃES, Joaquim Romero — *Vem Ai A República*. Coimbra: Almedina, 2009, p. 335.
[86] Cf. VENTURA, António – *A Maçonaria e a República*. In MEDINA, João (dir.) — *História de Portugal*, volume X. Barcelona: Egedsa, 1995, p. 320.
[87] MAGALHÃES, Joaquim. Romero — *Vem Ai A República*. Coimbra: Almedina, 2009, p. 336.

pusesse em causa o levantamento republicano. Nas palavras de Romero de Magalhães, tanto Magalhães Lima como José Relvas e, mais tarde, Alves da Veiga «souberam jogar com a solidariedade maçónica e com apoios na imprensa, a que tiveram acesso.»[88].

A *Comissão de Resistência da Maçonaria* foi criada em 19 de Março de 1910, sob proposta da Loja Montanha, de Lisboa constituída por Sebastião de Magalhães Lima, José de Castro, Machado dos Santos, Miguel Bombarda[89]. Esta *Comissão de Resistência* tinha como objectivo principal questionar as lojas maçónicas acerca do grau de adesão ao movimento revolucionário[90].

O triunfo da República em 5 de Outubro despertou uma onda de entusiasmo popular. Raul Brandão retrata bem este momento, ao referir o entusiasmo do povo que classifica de indescritível: «As ruas achavam-se repletas de gente, que se abraçava. O júbilo era indescritível […] Em quase todos os edifícios públicos estão tremulando bandeiras republicanas. A polícia faz causa comum com o povo, que percorre as ruas conduzindo bandeiras e dando vivas à Republica.»[91]. Para os republicanos era o culminar dos esforços de propaganda de várias gerações[92].

Este estado de euforia vivido com a implantação da República deixou, no entanto, marcas de tragédia e de alguma mágoa, devido ao assassinato de Miguel Bombarda e ao suicídio de Cândido dos Reis, antes mesmo do triunfo final.

O triunfo da República em 5 de Outubro de 1910 foi, consequentemente, uma vitória da Carbonária e também da Maçonaria. Esse acto foi saudado com veemência, através das palavras do seu Grão-mestre, Sebastião de Magalhães Lima. No *Boletim Oficial da Maçonaria Portuguesa*, através do seu *Decreto nº 55*, de 5 de Novembro de 1910, pode ler-se: «Querendo solemnizar a data histórica e memorável da implantação da República em Portugal, por um acto que demonstre quanto tal ecoou satisfatoriamente no seio da Maçonaria Portuguesa; Considerando que a substituição do sistema representativo hereditário pelo electivo, só por si constitui um tão gigantesco

[88] Idem, *ibidem.*
[89] Cf. LOPES, António — *A Maçonaria e os Açores – 1792/1935*. Lisboa: Ensaius, 2008, p.153.
[90] Ver Anexo 10 — *Comissão de Resistência da Maçonaria*, e Anexo 11 — *Circular nº 12 Criação da Comissão de Resistência da Maçonaria*.
[91] BRANDÃO, Raul — *Memórias II*. Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1980, p. 25.
[92] Cf. HOMEM, Amadeu Carvalho — *A Propaganda Republicana 1870/1910*. Coimbra: Ediliber, 1990, p.5.

passo dado na senda do progresso, que uma instituição liberal e progressiva como a Maçonaria não pode deixá-la passar despercebido.»[93].

E, através do Decreto nº 56, da mesma data, Sebastião de Magalhães Lima enaltece aquele acontecimento: «Desejando que o dia 5 de Outubro de 1910, uma das datas mais gloriosas e mais memoráveis para a nossa querida Pátria, não passe sem ser comemorado pela Maçonaria, por ser nesta data que este heróico povo, num arranco homérico, quebrou os pesados grilhões que o impediam de marchar para a conquista do progresso e da liberdade, marcando pela implantação da República no abençoado solo de Portugal e seus domínios um nova era de luz e de bem-estar.»[94].

Não nos podemos esquecer de referir que, quase vinte anos antes da implantação da República, tinha ocorrido uma tentativa de derrube da Monarquia, na cidade do Porto. Apesar de a revolta de 31 de Janeiro de 1891 ter fracassado, deixou um sério aviso à Monarquia. A propaganda republicana sustentava a necessidade de mudança do regime político como forma de salvação da Pátria. Nas palavras de Joaquim Romero de Magalhães: «A República propagandeava-se com razões de interesse público, de progresso e de civilização. Queria-se uma modernização do país que tardava, em parte enredada nas dificuldades de um regime político que já não conseguia corresponder a essa ânsia de mudança»[95]. Foi essa mudança de regime político que os republicanos do Porto, liderados por Alves da Veiga, tentaram levar a cabo. Apesar de não o terem conseguido, ficaram as raízes lançadas para aquilo que viria a acontecer no 5 de Outubro de 1910.

Para alcançar os seus intentos, teria que ser construído um edifício capaz de sustentar a República. Seria uma espécie de "Templo Romano", com três pilares distintos, mas interligados: no meio, o PRP, num dos lados, a Carbonária e, no outro, a Maçonaria. Cada um com objectivos bem definidos.

Logo após a Implantação da República, o primeiro elenco ministerial era composto por oito personalidades, das quais seis pertenciam ao GOL (Grande Oriente Lusitano). Isto prova, efectivamente, o peso que detinha a Maçonaria. É o que afirmam Pedro Ramos Brandão e António Chaves Fidalgo: «Estamos perante um governo de

[93] *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido,* 1910. Lisboa: Grande Oriente Lusitano Unido, 1910, p.4.
[94] Idem, *ibidem*, p.5.
[95] MAGALHÃES, Joaquim Romero — *Vem aí a República*. Coimbra: Editora Almedina, 2009, p. 326.

indiscutível vocação maçónica.»[96]. Quanto aos carbonários, que tinham assumido um papel determinante na vitória da causa republicana, pouco beneficiariam com o novo poder. Logo a seguir à vitória da República, o Governo Provisório tomaria medidas para que as armas que estavam nas mãos de grupos populares e revolucionários fossem entregues às autoridades.

1.3.3. A Carbonária

Como vimos, em pontos anteriores, a Revolução do 5 de Outubro de 1910 teve a enquadrá-la elementos da Maçonaria; no entanto, foi essencialmente executada por membros pertencentes à Carbonária. Ao contrário da Maçonaria, aquela organização não precisava de recrutar para as suas fileiras gente com um certo nível educacional que soubesse ler e escrever. O recrutamento era feito junto das classes trabalhadoras, de profissões muito diversificadas. Por isso mesmo, esta organização era considerada um tipo de maçonaria de contornos irregulares. É essa a ideia defendida por Costa Pimenta: «A Carbonária Portuguesa era uma maçonaria irregular – ou seja, muitos dos seus elementos não preenchiam os requisitos para serem iniciados maçons do Grande Oriente Lusitano, por exemplo, não tinham substrato económico para pagar as capitações e estar em dia com elas.»[97].

Ao analisarmos alguma da pouca documentação existente sobre o assunto, constatamos que a Carbonária usava de todos os meios para conseguir atingir os seus fins, nem que para isso tivesse necessidade de recorrer às armas. Essa ideia reflecte-se na obra de José Brandão quando se refere ao juramento de um futuro Bom-Primo: «Estás disposto a pegar numa arma, carabina, revólver, punhal ou bomba, esperares onde quer esteja um tirano do povo para executares justiça sumária?»[98].

No que se refere à criação da Carbonária, cujo papel foi determinante para o êxito da revolução republicana, não parece haver dúvida que ocorreu em meados dos anos noventa do século XIX, alargando muito a sua actividade nos anos anteriores à implantação da República, sempre sob a liderança de Luz de Almeida[99].

---

[96] BRANDÃO, Pedro Ramos; FIDALGO, António Chaves — *A Maçonaria e a Implantação da República em Portugal*. Lisboa: Casa das Letras, 2010, p. 126.
[97] PIMENTA, Costa — *O Relato Secreto da Implantação da República feito por maçons e carbonários*. Lisboa: Guerra e Paz, 2010, p. 76.
[98] BRANDÃO, José — *Carbonária — O Exército Secreto da República*. Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1984, p. 23.
[99] VENTURA, António — *A Carbonária em Portugal 1897/1910*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008, p.7.

Esta organização clandestina e com uma forte estrutura, conseguiu, no entanto, impor-se e criar, segundo as palavras de António Ventura, «uma poderosa dinâmica revolucionária mesmo em sectores sensíveis como o Exército e a Armada.»[100].

Lamentavelmente, a inexistência de fontes directas acerca da Carbonária cria imensas dificuldades de percepção da sua real força antes da Revolução de 1910.

Parece, no entanto, não haver dúvidas no que respeita à coragem que os seus elementos possuíam. Isso mesmo refere Magalhães Lima: «A Carbonária que determinou a Revolução. Ninguém imagina o que foi e o que representou essa organização, em coragem, esforço e em sacrifício.»[101]. Para além deste aspecto de coragem e determinação, o autor refere também a disciplina e o espírito de renúncia como aspectos não menos importantes: «A Carbonária impôs-se pela sua disciplina, pela coragem dos seus dirigentes e ainda pelo seu espírito da renúncia que a caracterizou.»[102].

Ainda segundo Magalhães Lima, «a Carbonária Portuguesa só passou diplomas aos seus filiados, até princípios de 1907.»[103]. Essa iniciação, com passagem de diplomas até 1907, sugere que teria existido um arquivo daquela organização, mas que deveria ter sido totalmente destruído. A referência ambígua à existência de um arquivo da Carbonária parece depreender-se das palavras de António Maria da Silva, quando fala de Luz de Almeida: «Era o único que além de nós, conhecia a chave da cifra que utilizávamos no nosso Arquivo, e que muito nos auxiliou»[104].

Ainda no que diz respeito à cerimónia de iniciação, esta tinha uma característica especial, ou seja, os seus elementos ficavam de cara tapada durante aquele acto. É o que afirma Carlos Pimenta: «O novo carbonário não ficava a conhecer ninguém, porque todos os demais se encontravam mascarados e como tal permaneciam.»[105].

Quanto ao número de Carbonários existentes em Portugal, diversos autores calculam-no em 40.000, nas vésperas da revolução republicana. Mas, afinal, de que classe social era oriundos os membros da Carbonária que se tratavam por «primos»

[100] VENTURA, António — *A Maçonaria e a República*. In MEDINA, João (dir.) — *História de Portugal*, volume X. Barcelona: Egedsa, 1995, p.319.
[101] LIMA, Sebastião de Magalhães — *Episódios da Minha Vida*. Lisboa: Livraria Universal, 1928, p.265.
[102]Idem, *ibidem*, p.226. Ver Anexo 12 — *Carta Aberta à Carbonária Portuguesa*, e Anexo 13 — *Panfleto Clandestino «A Revolução»*.
[103] Idem, *ibidem*, p. 273.
[104] SILVA, António Maria — *O meu depoimento – Da Monarquia a 5 de Outubro de 1910*. Lisboa: Documentos, 1982, p. 240.
[105] PIMENTA, Costa — *O Relato Secreto da Implantação da República feito por maçons e carbonários*. Lisboa: Guerra e Paz, 2010, p.77.

designando aqueles que lhes eram estranhos por pagãos? Em relação a esta questão problemática, Vasco Pulido Valente calcula que «44% pertenciam às classes trabalhadoras, 14% às camadas baixas de pequena burguesia, 34% às camadas médias e apenas 7% às camadas superiores.»[106]. Por estes dados nota-se perfeitamente que a Carbonária não era tão elitista como a Maçonaria.

Para tentarmos perceber melhor a tendência revolucionária da Carbonária, teremos forçosamente que nos situar na ressaca do movimento revolucionário de 31 de Janeiro de 1891. Segundo o próprio Luz de Almeida, «foi nas proximidades deste movimento, que os republicanos começaram a organizar grupos secretos de populares. As sociedades secretas, propriamente ditas, só apareceram em Outubro de 1895.»[107].

Apesar de certa historiografia deixar transparecer a ideia de que a Carbonária está sobretudo localizada na zona sul do país, como é o caso de Lisboa, Almada, Barreiro e Setúbal, pensamos que esta se encontrava espalhada por todo o lado, embora não existam muitas referências à cidade do Porto.

No que diz respeito ao impacto que a Carbonária teve na cidade do Porto, apesar de não existirem quaisquer números, Luz de Almeida faz algumas referências que nos podem levar a concluir que haveria bastantes membros daquela organização na cidade: «Na cidade do Porto, auxiliado pelo Bom Primo, Carlos Ludgero Antunes, estudante militar da Academia Politécnica, iniciei vários estudantes, num amplo quarto do Hotel Aliança, onde me hospedei, dando por findos esses trabalhos quando começou a tornar-se notado, pelo pessoal do hotel, o movimento desusado de visitas ao meu quarto.»[108]. Ainda, e mais uma vez em relação ao Porto, Luz de Almeida refere o seguinte: «Munido com uma carta de apresentação de Amorim de Carvalho – antigo republicano estabelecido com a Farmácia na Rua da Cancela Velha, no Porto – para um seu parente.»[109].

Parece evidente que a Carbonária se espalhava por todo o país, criando, também ela, tal como a Maçonaria, redes de recrutamento. No que diz respeito à expansão daquela organização pelo país, Luz de Almeida afirma: «Em várias terras da

[106] VALENTE, Vasco Pulido — *O Poder e o Povo*. Lisboa: Gradiva, 1999, p. 70.
[107] ALMEIDA, Luz — *A Obra Revolucionária da Propaganda: As Sociedades Secretas*. In MONTALVOR, Luiz (dir.) — *História do Regime Republicano em Portugal*. Lisboa: Empresa Editorial Ática, 1930, p. 204.
[108] Idem, ibidem, p. 239.
[109] Idem, *ibidem*, p. 239-240.

Estremadura e Douro fez-se, também, um bom recrutamento de adeptos. Assim se caminhou durante muitos meses, sem se afrouxar na tarefa empreendida.»[110].

Estabelecendo agora uma comparação entre a Maçonaria e a Carbonária, constatamos a existência de fortes diferenças entre uma e outra. No entanto, há algo que as liga, para além da vontade de pôr fim à Monarquia. António Borges Grainha aponta-nos essa ligação quando se refere ao problema da educação: «A Carbonária está disposta a contribuir directa ou indirectamente para a educação popular e assistência aos desvalidos por todas as formas ao seu alcance e por intermédio de várias colectividades onde possa exercer a sua influência.»[111].

Podemos, então, sintetizar as semelhanças e diferenças entre a Maçonaria e a Carbonária. No entanto, devemos ter presente que a Carbonária é uma criação da Maçonaria Radical, com claros objectivos de intervenção política, como salienta António Arnaut: «A Carbonária representa um desvio ao princípio maçónico de não intervenção directa na política, mas deve ser avaliada a luz da época. A Maçonaria respeita o regime político do país e não deve envolver-se na luta partidária.»[112].

No que diz respeito às semelhanças, ambas as organizações têm uma característica comum, ou seja, são Ordens Iniciáticas. Isto quer dizer que ambas fazem um ritual de iniciação ao candidato. No que diz respeito à base social a Maçonaria integrava nos seus quadros uma elite intelectual, composta por profissões liberais e uma média burguesia. A Carbonária aceitava dentro da sua organização uma plebe urbana, composta por qualquer elemento, não fazendo distinções sociais. A Maçonaria tinha como fim o aperfeiçoamento moral e intelectual do cidadão. Por seu lado, a Carbonária visava lutar para atingir os seus objectivos revolucionários. No que diz respeito ao tratamento enquanto os maçons de tratavam como «Irmãos» os Carbonários eram «Primos».

Parece evidente que estas duas organizações eram diferentes, na sua forma de actuação. No entanto, existiu uma forte ligação entre elas, para além dos objectivos que tinham em comum para Portugal. Essa ligação fazia-se, entre outras formas, através da Loja Obreiros do Futuro, de Lisboa, que, nas palavras de António Ventura, «funcionou como um verdadeiro alfobre de conspirações contra a Monarquia até 1907.»[113]. A descrição feita pelo autor dá-nos uma ideia muito concreta desta loja e do papel que teve

[110]Idem, *ibidem*, p. 223.
[111] GRAINHA, António Borges — *História da Maçonaria em Portugal 1735/1912*. Lisboa: Typ. A Editora Limitada, 1912, p. 137.
[112] ARNAUT, António — *Introdução à Maçonaria*. 6ª ed. Coimbra: Coimbra Editores, 2006, p. 70.
[113] VENTURA, António — *A Carbonária em Portugal 1897/1910*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008, p. 30.

a forte ligação entre a Maçonaria e a Carbonária. Esta loja funcionava, segundo António Ventura, como uma consciência da Maçonaria, através do seu dinamismo, chegando ao ponto de criticar o GOL.

A Carbonária foi o braço armado da República. Segundo Luz de Almeida, «o fabrico de munições para a artilharia civil continuava a cargo deles, rodeando-se os seus fabricantes das mais convenientes preocupações»[114].

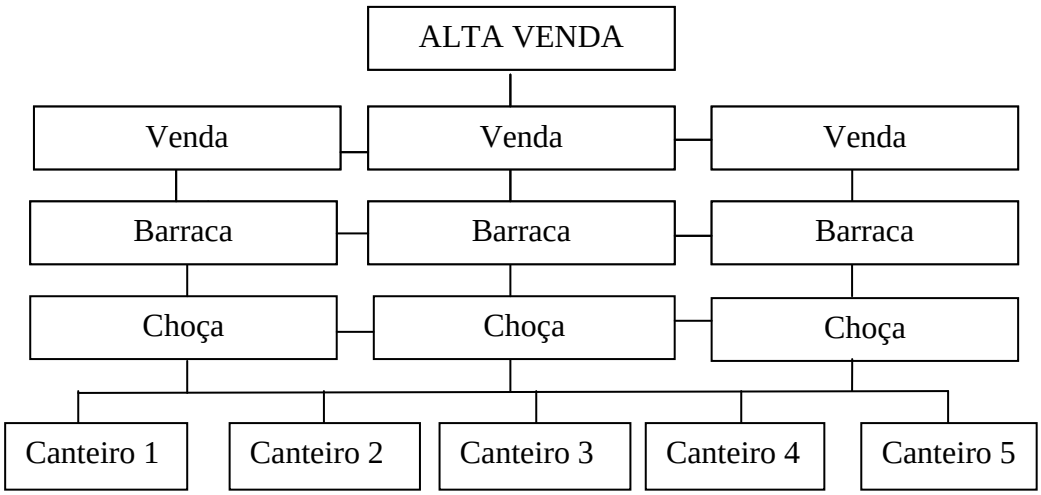
Sendo a Carbonária, tal como a Maçonaria, uma sociedade secreta, surge a dúvida referente aos locais onde as iniciações eram feitas. António Ventura, em relação a esta problemática, diz-nos o seguinte: «As iniciações faziam-se nalguns Centros Republicanos; mas de preferência em escritórios e casas particulares, quando momentaneamente desabitadas e ainda em casas comerciais ou depósitos, para melhor garantir o sigilo.»[115].

Os candidatos a carbonários deveriam ter características muito próprias, ressaltando, entre elas, as seguintes: ser astuciosos, perseverantes, corajosos, solidários, destemidos e, acima de tudo, valentes. Aquele que as detinha era um autêntico carbonário.

No que diz respeito à sua organização, o organigrama seguinte demonstra a complexidade organizativa. Assim a sua base era composta por choças, cada uma com vinte membros. No entanto as choças fragmentavam-se, muitas das vezes, em pequenos grupos de cinco «primos», os canteiros. Os chefes, das choças, organizam-se em vinte barracas. Por seu lado, as vinte barracas davam origem a uma venda. No entanto, atingindo as vinte vendas, procedia-se então à eleição da estrutura máxima da Carbonária a *Alta Venda* [116] .

[114] ALMEIDA, Luz — *A Obra Revolucionária da Propaganda: As Sociedades Secretas*. In MONTALVOR, Luiz (dir.) — *História do Regime Republicano em Portugal*. Lisboa: Empresa Editorial Ática, 1930, p. 214.
[115] VENTURA, António — *A Carbonária em Portugal 1897/1910*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008, p. 17
[116] Cf. BRANDÃO, Pedro Ramos; FIDALGO, António Chaves — *A Maçonaria e a Implantação da República em Portugal*. Lisboa: Casa das Letras, 2010, p. 115.

Organização da Carbonária:



Fonte: BRANDÃO, Pedro Ramos; FIDALGO, António Chaves – *A Maçonaria e a Implantação da República em Portugal.* Lisboa: Casa das Letras, 2010, p. 115.

Com uma organização tão bem estruturada, qual teria sido então a causa que levou ao desmoronamento da Carbonária, após o triunfo da Revolução do 5 de Outubro de 1910? A causa apontada para a fragmentação daquela organização foi, sem dúvida alguma, a cisão dentro do Partido Republicano, tendo-se revelado inúteis todas as tentativas feitas para o seu ressurgimento. António Ventura dá a seguinte explicação desse acontecimento: «[A Carbonária] teve um papel importante na mobilização, contra as incursões monárquicas de 1911 e 1912, mas as dissenções que dilaceraram o Partido Republicano Português e que levaram à sua fragmentação irão pôr um ponto final nessa organização que tanto fez em prol da proclamação da República»[117].

1.3.4 A cisão de 1914 na Maçonaria Portuguesa

Se constatámos, no ponto anterior, que o principal responsável pelo desaparecimento da Carbonária Portuguesa foi a divisão do Partido Republicano entre Democráticos, Evolucionistas e Unionistas, liderados, respectivamente por Afonso Costa, António José de Almeida e Brito Camacho, podemos interrogar-nos se este acontecimento teve repercussões no seio da Maçonaria Portuguesa. É precisamente isso que iremos tentar responder ao longo deste ponto.

[117] VENTURA, António — *A Carbonária em Portugal 1897/1910*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008, p. 26

O ano de 1914 foi marcado, no seio da Maçonaria Portuguesa, por dois acontecimentos bastante importantes, sendo o primeiro, sem dúvida, o Congresso Maçónico Português, realizado na cidade do Porto entre os dias 19 e 23 de Junho, e o segundo a cisão desse mesmo ano.

Entre os temas abordados no Congresso Nacional Maçónico do Porto, destaquem-se: A moral social; Meio a adoptar para fomentar a prosperidade continental sob os pontos de vista agrícola e industrial; Modelo de reforma administrativa a adoptar, contemplando a descentralização através de uma autonomia municipal ou pela via federativa; Acção da Maçonaria. [118]

A documentação analisada permite, desde logo, chegar à conclusão de que a Maçonaria devia pôr de parte qualquer alusão ao aspecto político, pois o que interessava a esta organização era somente o *Bem da Pátria*.

De acordo com António Lopes, podemos concluir, através das teses apresentadas, que tudo estava bem dentro da família maçónica e que aquela organização vivia uma época de grande unidade e de significativa produção intelectual, mas, na verdade, não era bem assim, pois, segundo o autor, o Congresso fez ressurgir as divisões já existentes no seio do Grande Oriente Lusitano Unido[119]

No Relatório dessa mesma reunião magna e através da leitura de uma das Actas da Comissão Administrativa, deparamo-nos já com uma situação grave no seio da Maçonaria e que foi denunciada por um Irmão da Loja Isis, a ser instalada no Porto: «O que é realmente um desaire para a Maçonaria do Porto, é esta representar-se por um reduzido número de Lojas num Congresso Maçónico Nacional»[120].

As conclusões deste Congresso foram, no nosso entender, bastante proveitosas, pois dele saíram ideias concretas como a Reorganização do Ensino em Portugal. A Maçonaria defendia a divisão das crianças em idade escolar, de acordo com as suas necessidades e graus de desenvolvimento. Por outro lado, estas crianças deveriam ser divididas em normais e anormais, ou seja, estas últimas teriam necessidade de um ensino especial. O mesmo relatório faz ainda referência à fundação de mais escolas para fazer face ao problema do analfabetismo em Portugal.

---

[118] *Congresso Maçónico Nacional realizado no Porto nos dias 19, 20, 21, 22 e 23 de Junho de 1914*, Porto: s.n, p.6.
[119] LOPES, António — *A Maçonaria Portuguesa e os Açores 1792/1935*. Lisboa: Ensaius, 2008, p. 156.
[120] *Congresso Maçónico Nacional realizado no Porto nos dias 19, 20, 21, 22 e 23 de Junho de 1914*, Porto: s.n, p.73.

Como refere António Lopes, o ensino sempre foi uma das preocupações mais marcantes de toda actividade maçónica: «Para se compreender esta motivação pelo ensino, há que lembrar que as elites culturais do século XIX e inícios do século XX defendiam que a educação podia ser a razão de modificações sociais de médio e longo prazo e quer positivistas quer republicanos assim acreditaram ao almejarem construir o «Homem Novo» - cidadão republicano.»[121].

Para além da reorganização do Ensino, as conclusões deste Congresso apontam para a necessidade da Maçonaria continuar vigilante no sentido de uma reentrada dos Jesuítas em Portugal. O aspecto mais importante a realçar é o facto de, nas conclusões deste Congresso, se defender que focar o aspecto político deve ser colocado de lado e, acima de tudo, deve estar ausente das lojas maçónicas.

Mais uma vez é realçado o ideal principal da Maçonaria Portuguesa que, nas palavras dos congressistas, deve «sempre formular um ideal que ligasse solidamente entre si todos os homens, e esse ideal resume-se nas palavras de Liberdade, Igualdade, Fraternidade, Tolerância e Solidariedade.»[122].

Ao analisarmos os documentos relacionados com o Congresso Nacional da Maçonaria Portuguesa, realizado no Porto, fica-se com uma ideia, a nosso ver errada, de que tudo estava bem. Ora, na verdade, começou a notar-se uma divisão dentro daquela organização, que terá repercussões a curto prazo. Como já foi referenciado no ponto anterior, as divisões dentro do Partido Republicano levaram ao fim da Carbonária e provocariam a cisão na Maçonaria.

A cisão de 1914 resultou do acumular de situações vividas anteriormente. A nosso ver, a questão não tem sido devidamente tratada pela historiografia portuguesa, pois ultrapassa, e muito, a questão do Rito para se centrar mais no aspecto político. É preciso, acima de tudo, ter presente que a organização maçónica foi criada com um fim, ou seja, deveria centrar a sua acção dentro dos seus próprios limites que são os filosóficos. Isso mesmo é defendido por António Arnaut, na sua obra *Introdução à Maçonaria* [123] . No que diz respeito à questão política e religiosa, o mesmo autor diz-nos: «A política e a religião pertencem ao foro íntimo de cada um e por isso não podem

[121] LOPES, António — *A Maçonaria Portuguesa e os Açores 1792/1935*. Lisboa: Ensaius, 2008, p.158.
[122] *Congresso Maçónico Nacional realizado no Porto nos dias 19, 20, 21, 22 e 23 de Junho de 1914*, Porto: s.n, p.301.
[123] Cf. ARNAUT, António — *Introdução à Maçonaria*. 6ª ed. Coimbra: Coimbra Editores, 2006, p. 17.

ser discutidas. A Maçonaria aceita a existência de um princípio superior simbolizado pelo Supremo Arquitecto do Universo.»[124].

Confrontando o que foi dito anteriormente, ou seja, que a Maçonaria devia operar dentro dos limites filosóficos, ideia já muito debatida em finais do século XIX, prova-se haver uma certa divisão dentro GOL (Grande Oriente Lusitano). A esse respeito, diz-nos António Ventura: «Desde a última década do século XIX, se assistia, no interior do GOL, a um confronto por vezes nada pacífico entre os que defendiam que a Maçonaria se devia limitar a operar dentro dos limites filosóficos que lhe eram próprios, pugnando pelo progresso da humanidade e pelo aperfeiçoamento do Homem através de acções de solidariedade e instrução […] e os que advogam uma postura radicalmente oposta, avultando entre eles os republicanos que, progressivamente, foram ganhando terreno no interior da organização.»[125].

Esta cisão de 1914 foi devida, essencialmente, à própria divisão dentro do Partido Republicano e repercutiu-se dentro do GOL. António Ventura, a esse respeito, diz-nos o seguinte: «As razões que justificam a cisão de 1914 são complexas e de duas ordens: o radicalismo impresso ao Grande Oriente Lusitano Unido, pelos elementos democráticos, que desagradava a outros sectores mais moderados, e também questões de ordem interna, em que alguns contestavam a excessiva politização da Maçonaria e preconizavam o seu regresso ao ritualismo e ao esoterismo tradicionais.»[126].

Sobre a da cisão de 1914, Oliveira Marques liga esta questão mais a um problema de rito e formalidade, visto que as questões políticas deveriam ser ignoradas, pois a Maçonaria era, ou melhor, deveria ser, uma organização apolítica. Muitos obreiros ficaram descontentes ao constatar que a Maçonaria continuava a operar em limites que não eram os seus. Esta ideia aparece-nos vincada nas palavras de Oliveira Marques: «Este carácter político da Maçonaria portuguesa descontentou, todavia, muito obreiro. O número de filiados no Grande Oriente Lusitano foi baixando, de ano para ano, até 1919, data em que atingiu 1807. Voltou depois a subir um pouco mas mantinha-se, por volta de 1922, abaixo daquilo que fora em 1914, já depois da cisão»[127].

[124] Idem, *ibidem*, p. 20
[125] VENTURA, António — *A Maçonaria e a República*. In MEDINA, João (dir.) — *História de Portugal*, volume X. Barcelona: Egedsa, 1995, p.321.
[126] Idem, *ibidem*, p.324.
[127] MARQUES, A.H. de Oliveira — *História da Primeira República — As Estruturas de Base*. Lisboa: Editoriais, 1978, p.647-648.

No entanto, e através das palavras de António Carlos Carvalho, verifica-se que, muito antes de 1914, já o Supremo Conselho tinha entrado em acção: «Rebenta nova crise interna; desde Março do ano anterior que o Supremo Conselho do grau 33 distribuía pelos oficiais do Rito Escocês alguns folhetos convidando-os a desobedecerem à Constituição Maçónica em vigor.»[128].

Esta cisão não poderia, certamente, durar eternamente. Foram, no entanto, precisos doze anos, para que as duas organizações, GOL e Supremo Conselho do Grau 33, se voltassem a juntar. Quando, em 1925, alguns movimentos começaram a deixar transparecer que algo poderia vir a acontecer, as duas organizações puseram as suas divergências de lado e voltaram, nos princípios de 1926, a juntar-se. As palavras de Oliveira Marques são concludentes a esse respeito: «As querelas entre essas duas obediências maçónicas não cessaram até vésperas de 28 de Maio de 1926, quando a ameaça do perigo que impendia sobre as instituições democráticas levou novamente à unidade.» [129]

É interessante analisar a posição de Sebastião de Magalhães Lima, publicada no *Boletim Oficial da Maçonaria Portuguesa* desse ano de 1926, reflectindo, por um lado, o sentimento de alívio de ver as duas obediências novamente unidas e, ao mesmo tempo, uma preocupação pela situação política que se vivia no país. Em síntese, diz: «Mostrando ao mundo profano que a Maçonaria existe para desempenhar um alto fim de regeneração publica, de modo que a política seja a expressão moral.»[130].

A Maçonaria estava novamente unida após doze anos de separação. Com o 28 de Maio de 1926 aquela organização começou lentamente a entrar numa fase de perseguição que irá atingir o seu ponto mais elevado a partir de 1935, após a chegada de António Oliveira Salazar à Presidência do Conselho de Ministros (1932) e a estruturação do Estado Novo (1933). Segundo Oliveira Marques «O triunfo do militarismo em 1926 e, poucos anos mais tarde, do fascismo português, interrompeu esta obra. Os maçons conheceram perseguições e as suas lojas tiveram de estar encerradas. Em 1935 toda a actividade maçónica foi oficialmente proibida. Mas o GOL não morreu»[131].

[128] CARVALHO, António Carlos — *Para a História da Maçonaria em Portugal 1913/1935*. Lisboa: Editorial Vega, 1976, p. 78.
[129] MARQUES, A.H. de Oliveira — *História da Primeira República Portuguesa – Alguns Aspectos Estruturais*. Lisboa: Livros Horizonte, 1975, p. 80.
[130] Ver Anexo 14 — *Carta de Sebastião de Magalhães Lima*.
[131] MARQUES, A.H. de Oliveira — *A Maçonaria em Portugal*. Lisboa: Câmara Municipal, 1998, p. 7.

2. Maçonaria no Porto durante a 1ª República

2.1 Antes da República

O Porto foi um pólo importante de carácter reivindicativo contra o centralismo reinante na sociedade portuguesa. Ao longo do século XIX, foi um palco de grandes revoluções, veja-se o caso da revolução de 1820 que pôs fim à Monarquia Absoluta para a transformar numa Monarquia Constitucional. E, ao longo de toda a primeira metade do século XIX, o Porto esteve no centro das grandes movimentações políticas que marcaram a implantação do liberalismo. Essa ideia de que a cidade do Porto deveria estar no centro de uma revolta regeneradora, aparece-nos vincada em Oliveira Martins, em 1885: «Todas as vezes que a vida nacional careceu de acção violenta ou apenas enérgica do povo para imprimir um rumo diverso á derrota da nau do Estado: de todas as vezes partiu do Porto o novo impulso»[132]. No entanto, não defendia uma revolução feita pelas armas, mas sim através de novas ideias «As revoluções duradouras são revoluções pacíficas. A energia da opinião pode mais do que os canos das espingardas, e a agitação das ideias ouve-se mais longe e por mais tempo do que os ruídos dos canhões»[133].

Muitos autores consideram, no entanto, que o Porto de finais do século XIX não possuía as condições de protagonismo que desempenhara meio século antes: «A verdade é que o Porto tinha acumulado, na última década de Oitocentos, frustrações, derrotas e imponderáveis […] minando as bases da confiança em que assentara a sua influência política, económica e social na vida do país.».[134]

A tendência republicana desta cidade é também defendida pelo autor quando nos transmite o seguinte: «O republicanismo comprovara a sua específica vocação inicial: a vocação de uma doutrina mobilizadora de uma burguesia urbana, letrada e auto-suficiente, ou seja, de uma burguesia que, embora timorata das distantes possibilidades de expressão das camadas populacionais economicamente mais débeis se sentia à

[132] MARTINS, Oliveira — *Vida Nova!* «Província», 18.07.1885. In MARTINS, Oliveira — *Dispersos*. Tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1923, p. 115-117.
[133] Idem, *idibem*.
[134] PACHECO, Hélder — *Entre a Monarquia e a República*. In SILVA, Armando Malheiro; SARAIVA, Arnaldo; e TAVARES, Pedro Vilas Boas (dir.) — *Roteiros Republicanos — Porto*. Matosinhos: Quidnovi, 2010, p.9.

vontade para contestar os poderes dominantes.» [135]. Nesta perspectiva, o ano de 1890 marca um momento alto de agitação republicana na cidade, na sequência do Ultimatun inglês que culminou na *Revolta do 31 de Janeiro de 1891*. Entre aqueles dois acontecimentos deveras importantes, foi grande a adesão aos ideais republicanos e, por que não dizer, maçónicos, dentro da cidade do Porto. Com a publicação, a partir de Setembro 1890, do diário republicano *"A República Portuguesa "*, dirigida por João Chagas — jornal que teve um papel fundamental para aquele movimento portuense — acelerou o movimento revolucionário que levaria à revolta militar de Janeiro do ano seguinte.

Esta revolta do Porto em 1891, marca decisivamente esta cidade, nas palavras de Armando Marques Guedes: «desta forma, ao Porto se deveu a iniciativa do primeiro movimento republicano, como se lhe devera o primeiro movimento liberal. Raramente, em qualquer outro País, se topará comum papel de tanta evidência e acção numa cidade, a que não cabe a função de capital política»[136]

Vale a pena, pois, vermos qual o peso que a Maçonaria Portuense teve naquela revolta em 31 de Janeiro. Segundo Fernando de Sousa, a Maçonaria não desempenhou papel significativo nessa revolta. Além de Alves da Veiga (Loja Independência), poucos maçons terão participado. São, no entanto, referenciados os nomes de Aurélio da Paz dos Reis (Loja Honra e Dever); Miguel Verdial (Loja Independência); António Pinto de Almeida (Loja Independência); Adriano Pimenta (Loja Honra e Dever) e Francisco de Sousa Paula (Loja Independência). O autor menciona ainda a falta de apoio do GOL (Grande Oriente Lusitano) nesta revolta «não apadrinhou e muito menos incentivou o movimento do 31 de Janeiro de 1891, o que ajuda a explicar, se não o fracasso, pelo menos o isolamento dos revoltosos e a efémera duração daquele fenómeno revolucionário»[137].

Segundo Catroga, «os cronistas dos acontecimentos, bem como a tradição, têm igualmente assinalado o peso da Maçonaria no fomento e na preparação da revolta. De facto, vários testemunhos fazem eco de reuniões efectuadas em lojas maçónicas,

[135] HOMEM, Amadeu Carvalho — *Da Monarquia para a República*. Viseu: Palimage Editores, 2002, p. 73-74.
[136] GUEDES, Armado Marques — *Esboço da História da Cidade do Porto*. Porto: Lello e Irmão 1958, p. 144.
[137] SOUSA, Fernando — *A Maçonaria do Porto e a Revolta Republicana de 1891*. In Estudos *de História Contemporânea*. Lisboa: Livros Horizonte, 1991, p. 403.

reuniões, porém abertas a conspiradores não mações»[138]. Antes dos finais de 1890, o Grão-Mestre, Elias Garcia, patrocinou algumas reuniões maçónicas para apoiar a revolta do Porto. No entanto, temos que salvaguardar algo importante: que ainda em vida de Elias Garcia, o Conselho da Ordem, nas palavras de Fernando Catroga, «em sessões realizadas a 3 e 6 de Fevereiro, se tenha apressado a condenar os revolucionários, a declarar suspensos de todos os direitos maçónicos os irmãos implicados, designadamente o Irmão Alves da Veiga, seu chefe civil e a ordenar que as lojas enviassem à secretaria da Ordem o nome de todos os maçons que tinham participado na revolta"[139].

Como é que foi recebida esta notícia do GOL, anteriormente referida, nas lojas maçónicas do país? É uma questão bastante pertinente. Segundo Catroga, «nem todas as lojas receberam com agrado esta atitude persecutória dos corpos superiores do Oriente, havendo notícias de que algumas oficinas, e sobretudo na loja Obreiros do Trabalho, saíram decisões de apoio aos maçons revoltosos.»[140].

Parece-nos bastante pertinente fazer uma ligação entre a Revolução de 1820 e esta Revolta de 31 de Janeiro de 1891, que vem comprovar a existência de um núcleo radical dentro da cidade do Porto que pretendia uma mudança de regime através da força. Essa ideia parece ser defendida por Fernando Sousa, quando diz: «A influência da tradição revolucionária do Porto, vinda de 1820, na insurreição militar de 1891, revelou-se, sem dúvida, a existência de um verdadeiro núcleo radical republicano existente na cidade.»[141].

Nos finais do século XIX, existiam nesta cidade apenas quatro lojas maçónicas, com uma população composta essencialmente por homens de negócio. A Maçonaria existente na cidade era pois dominada por homens pertencentes ao sector secundário e terciário, englobando comerciantes e industrias[142] .

[138] CATROGA, Fernando — *O Republicanismo em Portugal — Da formação ao 5 de Outubro de 1910*. Lisboa: Editorial Noticias, p. 86.
[139] Idem, *ibidem.*
[140] Idem, *ibidem*, p. 87.
[141] SOUSA, Fernando — A *Maçonaria do Porto e a Revolta Republicana de 1891*.In *Estudos de História Contemporânea*. Lisboa: Livros Horizonte 1991, p. 444.
[142] Cf. MARQUES, Oliveira; DIAS, José Alves — *Para a História da Maçonaria no Porto em Finais do século XIX*. In *Revista Portuguesa de História*. Vol. II. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: 2002/3, p. 279.

Ainda acerca desta população maçónica da cidade, ficamos a saber que ela é essencialmente jovem, rondando a idade dos seus filiados os 25 anos, de acordo com o estudo realizado por Fernando Sousa[143].

O quadro seguinte dá-nos uma ideia concreta do crescimento das lojas existentes no Porto em finais do século XIX.

Quadro 3. Movimento de filiações das Lojas do Vale do Porto (1885/1891):

Anos de Iniciação	Honra e Dever	Independência	Independência Lusitana	Liberdade 164	**TOTAL**
1885	—	8	—	—	8
1886	—	3	—	14	17
1887	12	8	9	7	36
1888	4	9	6	3	22
1889	13	10	15	4	42
1890	8	13	22	8	51
1891	1	1	—	—	2
TOTAL	38	52	52	36	178

Fonte: SOUSA, Fernando — *A Maçonaria no Porto e a Revolta do 31 de Janeiro de 1891*. In *Estudos de História Contemporânea*. Lisboa: Livros Horizonte, 1991, p. 392.

Este quadro mostra-nos que era nas Lojas Independência e Independência Lusitana que existia um maior número de obreiros, cerca de 52 na sua totalidade, para aquele período cronológico. A loja Independência tinha como Venerável Alves da Veiga[144], o líder civil do 31 de Janeiro de 1891.

Todas as lojas mencionadas no quadro surgiram na cidade poucos anos antes do Ultimatun Inglês. A sua fundação nada tem a ver com os acontecimentos que mais tarde despontaram na cidade. É de referir, no entanto, que, nesta altura, os republicanos não pensavam na tomada do poder pelas armas. Essa ideia é defendida por Fernando de Sousa no artigo *A Maçonaria do Porto e a revolta de 1891*[145]. Mas também é verdade, como se verifica no quadro, que o movimento de filiações atinge o auge no ano do Ultimatun.

No entanto, a partir desta última década, a Maçonaria portuense alterou totalmente a sua postura, começando a ganhar uma ideologia política, deixando de parte os seus limites filosóficos, em que devia operar. Essa ideia é-nos transmitida por Oliveira

[143] Cf. SOUSA, Fernando — *A Maçonaria do Porto e a revolta Republicana de 1891*. In *Estudos de História Contemporânea*. Lisboa: Livros Horizonte, 1991, p. 393.
[144] Cf. MARQUES. A. H. de Oliveira — *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*. Vol. II. Lisboa: Editorial Delta, 1986, p. 1472-1473.
[145] Cf. SOUSA, Fernando — *A Maçonaria do Porto e a revolta Republicana de 1891*. In *Estudos de História Contemporânea*. Lisboa, 1991, p.398.

Marques: «E, ao que parece, foi só nesta última década que as características da Maçonaria portuense se alteram, ganhando uma carga ideológica e política que a aproxima da Maçonaria lisboeta e lhe permitiu enquadrar com sucesso o movimento republicano triunfante em 5 de Outubro de 1910» [146].

2.2. As Lojas Maçónicas da Cidade entre 1910/1926

E como evoluíram, entre o 31 de Janeiro de 1891 e o período da República, as lojas maçónicas da cidade? E qual seria o seu peso real?

Quadro 4. Movimento das lojas maçónicas do Porto, entre 1891 e 1910:

Lojas Maçónicas da Cidade	1891	1900	1910
Liberdade nº 164	X		
Independência nº 166	X	X	X
Honra e Dever nº 167	X		
Independência Lusitana nº 168	X		
Igualdade nº 179		X	X
Ave e Labor nº 192		X	
Liberdade e Progresso nº 203		X	X
União nº 218		X	X
Luz do Norte nº 224			X
Progredior nº 272			X
Libertas nº 300			X
TOTAL	4	5	7

Fonte: *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido*, 1891 a 1910. Lisboa: Grande Oriente Lusitano Unido

Como já referimos, em relação à situação nacional, houve um crescimento assinalável de filiações maçónicas na década anterior à implantação da República. No caso do Porto, esse movimento foi também assinalável. Assistiu-se a um crescimento contínuo das lojas maçónicas até 1910, passando de 4 para 7 lojas.

Após a implantação da República, o movimento de expansão maçónica irá prosseguir atingindo o seu auge em 1914. Este número vai sempre aumentando, com algumas variações, atingindo, no final da República, um total de 12 lojas.

[146] MARQUES, A.H. de Oliveira; DIAS, José Alves — *Para a História da Maçonaria no Porto em Finais do século XIX*. In *Revista Portuguesa de História*. Vol. II. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: 2002/3, p.282.

Quadro 5. Movimento das lojas maçónicas do Porto, entre 1910 e 1926:

Lojas Maçónicas	**1910**	**1911**	**1912**	**1913**	**1914**	**1915**	**1916**	**1917**	**1918**	**1919**	**1920**	**1921**	**1922**	**1923**	**1924**	**1925**	**1926**
Independência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Igualdade	X	X															
Liberdade e Progresso a)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	c)	X	X
União b)	X	X	X	X	X	X											
União							O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	X
Luz do Norte	X	X	X	X	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	X
Progredior	X	X	X	X	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	X
Libertas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	d)	X	X
Luz e Vida		X	X	X	O	O	O	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Victória		X	X	X	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	X
Portugália			X	X	O	O	O	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Ordem e Trabalho			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	e)	e)	X
Ísis					X	X	X										
Igualdade					X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Lux et Vita									X	X	X	f)	f)	f)	f)	f)	X
Liberdade e Progresso					X	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	X
TOTAL	7	9	10	10	13	13	13	12	13	13	13	12	12	12	9	10	12

Legenda:
a)Esta loja deriva da fusão das lojas *Obreiros do Progresso* e *Aurora da Liberdade*, existentes no Porto, em 1893 e 1898.
b)Esta loja foi decretada irregular pelo decreto nº 31, no ano de 1910. Em 1904, recebe o louvor por parte do Conselho da Ordem por manter a Escola Vasco da Gama.
c) Abateu colunas em 1924.
d) Abateu colunas em 1924.
e) Abateu colunas até ao final de 1925.
f) Abateu colunas até ao final de 1925.
X - Lojas GOL
O - Cisão de 1914

Fonte: *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido*, 1910 a 1926. Lisboa: Grande Oriente Lusitano Unido.

Outro aspecto digno de realce é o facto de, no período compreendido entre 1914 e 1926, o número de lojas maçónicas se ter mantido relativamente constante, isto é, entre 12 e 13. Importa, contudo, não esquecer que aquelas datas abarcam um período crítico para a Maçonaria portuguesa, pois, em 1914, houve uma cisão que provocou uma rotura dentro daquela organização. Algumas lojas, entre as quais Liberdade e Progresso, Luz do Norte, Progredior, Luz e Vida, Victória e Portugália saíram do GOL e juntaram-se ao Supremo Conselho. Entre as quais salientamos as lojas Liberdade e Progresso, Luz do Norte, Progredior, Luz e Vida, Victória e Portugália.

Isto, no entanto, não quer dizer que as referidas lojas tivessem desaparecido. Deixaram, sim, durante cerca de uma década, de fazer parte de Grande Oriente Lusitano.

Os aspectos políticos não têm sido invocados, mas parece evidente que terão pesado também nesta situação, como já tivemos ocasião de referir no capítulo anterior. Isso mesmo aparece denunciado numa carta aberta, assinada por representantes das lojas portuenses: «Que acima das conveniências individuais e dos interesses partidários sejam postos a vitória das instituições democráticas, o futuro e o progresso de Portugal.»[147]. Das lojas portuenses que aderiram à cisão de 1914 duas delas – Luz e Vida e Portugália – foram reintegradas em 1917. Nas restantes quatro isso só se verificou em 1926. Outro aspecto que nos parece digno de registo refere-se ao número de "Obreiros" existentes no Porto no período compreendido entre 1910 e 1920.

Quadro 6. Evolução dos Obreiros das lojas maçónicas da Cidade do Porto (1910/1920):

ANOS	Ob. GOL	Ob. SC	TOTAL
1910	383		383
1911	480		480
1914	408	[181]	589
1915	433	[197]	630
1920	456	[429]	885

Fonte: *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano,* 1910 a 1920. Lisboa: Grande Oriente Lusitano Unido.

Que conclusões retirar da análise do quadro?

O número de obreiros das lojas tem um aumento significativo. Partindo dos dados existentes e extrapolando os valores dos obreiros das Lojas GOL e SC (Supremo

[147] Ver Anexo 15 — *Prancha Aberta da Maçonaria do Porto*.

Conselho), concluímos que o aumento é continuo desde 1910 até 1920, sendo que, a partir de 1914, aquando da cisão provocada pelo Supremo Conselho, o número de obreiros das Lojas GOL diminui naquela data, para continuar a aumentar nos anos subsequentes. O mesmo se passou com as Lojas do Supremo Conselho[148].

Pensamos que a maioria das Lojas desta cidade teve um papel preponderante nos aspectos ligados à instrução, à beneficência e ao desenvolvimento da cidade nos seus vários aspectos. Analisando alguma documentação, verificamos que estas questões, foram tratadas por interferência das lojas da cidade. Em boa parte, as preocupações com a instrução e a assistência cruzavam-se com a questão religiosa e a defesa de uma sociedade liberta das influências jesuíticas.

Assim, a loja Luz do Norte demonstra uma certa preocupação no que diz respeito ao jesuitismo crescente dentro da sociedade, denunciando os locais onde a sua influência se fazia sentir[149]. Ao libertar a sociedade do jesuitismo, o caminho estaria então aberto para uma laicização da sociedade. Parece evidente, no entanto, a mistura dos aspectos de ordem social com os aspectos políticos; aí, a nosso ver, a Maçonaria deixa, nitidamente, de operar dentro dos seus limites.

Ainda relacionado com este carácter interventivo das Lojas Maçónicas da cidade, a Loja União refere-se à gratuitidade e obrigatoriedade da instrução que seria a base para o aperfeiçoamento intelectual do povo. Para os obreiros daquela loja havia um caminho a seguir que passaria por: «A conveniência de uma vigorosa e tenaz propaganda a favor de uma tal conquista, a começar por uma reclamação popular ao parlamento. Em que termos deverá ser redigida essa reclamação? Conviria fixar, desde já, os princípios fundamentais que devem servir de base à instrução e à educação do povo? Deveremos, desde já, reclamar a instrução obrigatória, neutral e gratuita? Como se deverá organizar o ensino primário? Deverá ser atribuição dos municípios? Deverá ser atribuição do Estado? Convirá recorrer a um sistema misto? A quem devem incumbir as despesas com as escolas primárias? A que fontes de receita deverão ser pedidas?»[150].

[148] De acordo com os *Boletins Oficiais do Grande Oriente Lusitano Unido*, bem como os *Anuários* daquela organização, o Supremo Conselho era o organismo máximo dentro do REAA (Rito Escocês Antigo e Aceite) competindo-lhe fiscalizar todas as questões relacionadas com o rito.
[149] *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido,* 1910. Lisboa: Grande Oriente Lusitano Unido, 1910, p. 30 – «É sabido que nos hospitaes; hospícios, creches e recolhimento, onde o jesuitismo pode colocar os seus agentes, irmãs de caridade principalmente, os doentes, as crianças e os velhos são constantemente assistidos e catequizados pela seita negra».
[150] Idem, *ibidem*, 29.

Parece-nos, mais uma vez, que as lojas da cidade estavam empenhadas em indicar caminhos a seguir para a resolução de problemas graves (nesta caso, a instrução obrigatória) que se viviam não só na cidade do Porto mas também a nível nacional.

A Loja Liberdade e Progresso focaliza as suas preocupações no auxílio às pessoas carenciadas, fazendo um alerta dos indivíduos. Neste documento, aparece-nos também o pedido para «estabelecer uma associação de carácter civil na qual os nossos Irmãos tenham garantida a assistência na doença e na velhice (…)»[151]

Outra das Lojas que podemos aqui mencionar é a Loja Luz e Vida, que teve um papel, para além da acção de propaganda dos ideais maçónicos e republicanos através de deslocações às províncias, interventivo em áreas como a beneficência e a instrução. Este aspecto aparece referenciado no *Anuário dos Trabalhos* desta loja para o ano de 1914/15, onde se pode ler: «No ramo da beneficência tem socorrido os maçons em trânsito, contribuído para o Asilo de S.João e Vintém de Escolas e dispensado donativos para subscrições a favor dos Irmãos carecidos de auxílio imediato. Os obreiros que escrevem para o público têm procurado nos seus artigos evidenciar a necessidade da instrução e educação moral do povo, como principais factores do levantamento da pátria.»[152].

Poderíamos enumerar mais exemplos deste carácter interventivo das lojas maçónicas da cidade do Porto, mas todas elas contribuíram, é certo, para um desenvolvimento da sociedade portuense. No entanto, após a análise da documentação existente, ficamos com a ideia de que a loja maçónica que mais se evidenciou foi, de facto, a Loja Luz e Vida. Essa ideia está expressa no *Anuário do Seus Trabalhos de 1914*, onde se pode ler: «a Loja Capitular Luz e Vida, foi a oficina que no Porto mais auxilia o desenvolvimento e o progresso moral e intelectual dos seus associados.»[153]. O mesmo documento faz referência à obra da Maçonaria portuense, como organização que, para além de estreitar relações através da promoção de conferências, conseguiu levantar o ideal maçónico dentro da cidade.

As Lojas Maçónicas existentes na cidade do Porto durante a 1ª República possuíam dentro dos seus quadros uma elite local. Só eram aceites individualidades que soubessem ler e escrever. Isso mesmo é referido por António Lopes: «já que a exigência de saber ler e escrever, uma das condições para a aceitação numa loja, por si só

[151] Idem, *ibidem*, p.27.
[152] *Responsável Loja Capitular Luz e Vida nº 325 Ao Vale do Porto – Anuário dos seus trabalhos 1914*, p. 21.
[153] Idem, *ibidem*, p. 18.

seleccionava socialmente os que ambicionavam aceder a essa condição, mas também a capacidade económica, as aptidões para o debate político e a consciência social eram factores determinantes da origem social da grande maioria dos maçons.»[154].

A grande maioria das lojas da cidade praticou o Rito Escocês Antigo e Aceite. Este era composto por 33º. Para se atingir o grau máximo dentro daquela organização, o maçon tinha de demonstrar as suas capacidades intelectuais para desenvolver acima de tudo as suas virtudes. Assim os primeiros três graus eram designados de Fundamentais; do 4º ao 14º eram os graus Inefáveis; do 15º até ao 18º eram designados de Capitulares; do 19º ao 30º eram os Areópagos, e, finalmente do 31º ao 33º eram os Administrativos.

Tendo ainda presente o que foi anteriormente dito sobre a juventude dos iniciados na Maçonaria no período anterior ao Ultimatun Inglês, como terão evoluído, nestes aspecto as lojas maçónicas portuenses no período da 1ª República? Através da análise dos mapas de obreiros das diferentes lojas, e confrontando com outra documentação da época, a nossa conclusão é de que continuamos perante uma Maçonaria jovem, tendo em conta o grau de iniciação dos diferentes obreiros.

Quadro 7. Movimento de Obreiros nas diferentes lojas maçónicas (1910/1920):

LOJAS DA CIDADE	1910	1911	1914		1915		1920	
	GOL	GOL	GOL	SC	GOL	SC	GOL	SC
Loja Independência nº 166	[65]	[76]	[45]		[56]		[59]	
Loja Liberdade e Progresso nº 203	66	63	17		23		36	
Loja União nº218	95	80	73		44			
Loja União nº 29 / nº 423							21	
Loja Luz do Norte nº 224	67	71	21		24		[25]	
Loja Progredior nº 272	58	69	[41]		[51]		[54]	
Loja Libertas nº 300	32	51	51		62		53	
Loja Luz e Vida nº 325		32	24		31		22	
Loja Victória nº 330		38	[23]		[28]		[30]	
Loja Portugália nº 357			[31]		[39]		[41]	
Loja Ordem e Trabalho nº 360			33		41		21	
Loja Ísis nº 375			8		11			
Loja Igualdade nº 377			10		22		35	
Loja Lux et Vita nº 394							25	
Loja Liberdade e Progresso nº 9 / nº420			[31]				[35]	
Total de Obreiros	383	480	408	181	433	197	456	429
Total de Obreiros (Calculo Nosso)	383	480	589		630		885	

Fonte: *Boletins Oficiais do Grande Oriente Lusitano Unido*, 1910, 1911, 1914, 1915 e 1920. Lisboa: Grande Oriente Lusitano Unido.

[154] LOPES, António — *A Maçonaria Portuguesa e os Açores 1792/1935*. Lisboa: Editorial Ensaius, 2008, p. 34.

Os elementos fornecidos nos *Boletins Oficiais da Maçonaria Portuguesa dos anos de 1910, 1911, 1914, 1915 e 1920*, permitiram construir o quadro nº 7 no qual analisamos o movimento da população maçónica dentro da cidade do Porto, nas diferentes Lojas.

A análise do quadro permite-nos concluir que, durante o ano de 1910, a loja com o maior número de obreiros era a Loja União *nº 218*, com 95 obreiros. Este número teve, no entanto, nos anos subsequentes, um decréscimo acentuado, passando, consecutivamente, para valores inferiores, 80 obreiros em 1911, 73 em 1914 e 44 em 1915. No entanto, a Loja União desempenhou um papel preponderante na sociedade portuense da época, pois criou e sustentou a Escola Vasco da Gama na mesma cidade. A Loja que tinha um menor número de obreiros, durante o ano de 1910, era a Loja Libertas que possuía apenas 32 obreiros. No entanto, nos anos seguintes, a sua população aumentou em 1911 para um total de 51 obreiros, mantendo esse número em 1914, o que parece provar uma certa estagnação a nível de novas iniciações. O ano de 1915 mostra que esta loja teve um aumento de iniciações, atingindo um valor de 63 obreiros. No próximo capítulo abordaremos detalhadamente esta loja maçónica.

Quanto ao ano de 1911, o quadro mostra-nos o aparecimento de novas lojas na cidade. Referimo-nos, nomeadamente, às lojas Luz e Vida e Victória. No que diz respeito à Loja Luz e Vida nº 325, através de um trabalho de investigação já realizado anteriormente, concluímos que, no ano da sua fundação, possuía um total de 32 obreiros. No entanto, este número desceu para os 24 obreiros em 1914, ano da cisão no seio da Maçonaria. No ano subsequente, atingiu 31 obreiros. Sobre o aumento de obreiros e a vitalidade que possuía a loja Luz e Vida, o *Anuário de Loja* do ano de 1914/1915 refere: «um assomo de vitalidade remoçou a vida inteira desta Oficina. E, então, por um fenómeno estranho de psicologia colectiva que nem Gustavo Le Bon, nem Danville, nem Montaigne com facilidade se atreveriam a explicar, viu-se a nossa oficina metamorfoseada, em dias, numa cuidada escola de renhidas mas amistosas lutas de vida nova. Dragou-se terreno vasto, amanhado sem carinho até então, nos instantes suficientes para montar um apaixonado maquinismo de elegimento, completo em tudo, impetuoso na sua propaganda, ardente nos seus processos requintadamente maçónicos, forte nas suas lutas cegas de gladiadores belicosos e de influentes de supremacia.»[155].

[155] *Responsável Loja Capitular Luz e Vida nº 325 Ao Vale do Porto – Anuário dos seus trabalhos 1914*, p. 20-21.

Nesse mesmo ano, a Loja Victória é também criada na cidade. Um dos seus fundadores foi o industrial Manuel Pinto de Azevedo. Esta Loja era composta por 38 obreiros no ano de 1911. Nos anos seguintes, nota-se que os seus obreiros diminuíram, no ano de 1914 para 23 obreiros, para no ano seguinte voltar a subir para os 28 obreiros. Este valor voltou a sofrer um ligeiro aumento, já em 1920, passando para um total de 30 obreiros.

O ano de 1911 mostra-nos que a Loja da cidade com um maior número de obreiros continuou a ser a Loja União nº 218, enquanto a loja com menos obreiros era agora a Loja Luz e Vida nº 325; no entanto, é de salientar que esta loja abriu nesse mesmo ano.

No que diz respeito ao ano de 1914, a loja União continuou a possuir a maior quantidade de obreiros, 71 na totalidade. As lojas com menor quantidade de obreiros eram agora a Loja Isis nº 375, com cerca de 8 obreiros e a Loja Igualdade nº 377, com 10 obreiros. A Loja Isis nº 375 teve uma curta vida, pois deixou de existir no ano de 1917.

O ano de 1915 mostra-nos que a loja Libertas nº 300 era aquela que possuía a maior quantidade de obreiros, cerca de 62, enquanto a loja Isis nº 375 continuou a ser a que detinha a menor quantidade de obreiros, agora com 11.

Finalmente, o quadro mostra-nos que, no ano de 1920, a Loja Libertas nº 300 possuía cerca de 53 obreiros, continuando a ser a que maior número detinha. No sentido oposto, a Loja Ordem e Trabalho, com 21 obreiros era a que detinha a menor quantidade de maçons.

Parece-nos importante referir que a iniciação numa loja não implicava que o obreiro nela permanecesse, quer dizer, podia mudar de loja. Por exemplo, Manuel Pinto de Azevedo foi iniciado na loja Luz do Norte, tendo sido, mais tarde, fundador da Loja Victória. Outro caso é o de Eduardo Santos Silva. Foi iniciado na Loja Liberdade e Progresso. No entanto, foi mais tarde fundador da Loja Portugália. Isto prova que existia uma certa mobilidade dos elementos que compunham as lojas maçónicas.

2.3 O papel da Maçonaria e as redes maçónicas

Para compreendermos as relações entre a Maçonaria e a República, no Porto, será importante destacarmos a existência de «redes» de cumplicidades e influências entre ambas as organizações. Essas «redes» serviram, em nosso entender, para a divulgação da ideologia maçónica/republicana e passavam por vários pontos estratégicos,

nomeadamente a Imprensa, os Órgãos de Poder Local, os Centros Republicanos, o Poder Central e certas instituições de beneficência e instrução.

2.3.1. Na Imprensa

Ao analisarmos um artigo publicado no *Boletim Oficial da Maçonaria*, ficamos com a ideia de que a imprensa da época não estaria ao serviço do ideal maçónico. Ou, pelo menos, não estaria tanto quanto os membros da Maçonaria desejavam. Aquela organização pretendia que a imprensa fosse um veículo de transmissão das ideias maçónicas e republicanas, conforme se depreende do seguinte excerto: «Elemento poderosíssimo de que a Maçonaria esperava socorrer-se para a difusão de princípios após a mudança de regime, é entre tristeza que constatamos que ela, longe de corresponder ao élan generoso do país, que quer progredir, persista enquistada em velhos moldes rotineiros e sediços, exclusivistas e improdutivos.»[156]. A mesma fonte deixa um apelo para que a imprensa deixe de parte a matriz partidária e se transforme num organismo orientador da população, «aguardando deles [jornais] o necessário influxo para que a imprensa desta terra se converta de meramente partidária ou noticiosa em imprensa orientadora e disciplinadora do espírito público.»[157].

Dando ênfase ao que foi dito anteriormente, o mesmo documento refere: «Venha pois a imprensa doutrinária, de princípios, de crítica, de civismo, onde colaborem as entidades que entre nós concretizam a elite intelectiva de pensamento hodierno.»[158].

Mas, ao contrário da opinião expressa neste artigo, a análise da imprensa portuense da época permite salientar uma forte posição da Maçonaria em diversos jornais, cujos editores/directores pertenciam àquela organização. De toda a imprensa existente na cidade, o jornal *A Montanha* foi aquele que mais divulgou os ideais maçónicos, apresentados como elementos para o desenvolvimento do país e da região.

Os anos que medeiam entre 1915 a 1921 são, nas palavras de Fernando Pereira Pinto, «os chamados períodos de ouro do jornalismo português»[159]. Ao caracterizar este período, o autor diz-nos: «Viviam-se tempos de intensa agitação política e social e os jornais, por vezes com excessos propagandísticos e de linguagem, reflectiam as

[156] *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido*, 1914. Lisboa: Grande Oriente Lusitano Unido, 1914, p.101.
[157] Idem, *ibidem.*
[158] Idem, *ibidem*, p. 102.
[159] PINTO, Fernando António Pereira — *As Folhas de Combate — Imprensa diária do Porto (1915 – 1921) na História da I República*. Porto: FLUP, 1998, p. VII.

divergências partidárias, as lutas entre regimes e até mesmo o posicionamento religioso»[160].

Tendo presentes os objectivos a que nos propusemos, ou seja, investigar o papel que a Maçonaria desempenhou no Porto no período de 1910 a 1926, faremos, em relação à imprensa, um cruzamento da informação para verificar até que ponto houve ou não ligação entre as duas instituições, seleccionando os anos de 1915 e 1919. No ano de 1915 existiam na cidade nove jornais, a saber:

O Comércio do Porto — não demonstra qualquer ligação à Maçonaria da cidade, pois, através de um cruzamento de informação disponível, não é visível uma ligação marcante com aquela organização. No entanto, promoveu várias instituições de solidariedade, nas palavras do autor: «Bento Carqueja promoveu o CP como uma instituição de beneficência, apoiando a construção de bairros operários e creches, bem como a criação de escolas.»[161];

Primeiro de Janeiro — numa primeira fase, parece-nos não existir ligação com a Maçonaria; no entanto, as fontes consultadas não nos dão uma resposta cabal a essa situação. Para um período mais avançado, quando Adriano A Pimenta assume a direcção, existe uma mudança, pois o director tem fortes ligações à Maçonaria da cidade;

Jornal de Notícias — é dos três jornais mais antigos da cidade aquele que não apresenta, através das pesquisas feitas, qualquer ligação à Maçonaria;

A Tarde — este jornal apresenta fortes ligações com a Maçonaria da cidade. O seu director, António Claro, era maçon. A ideologia deste jornal, era, numa primeira fase, de tendência democrática, para depois aparecer com ligações ao Partido Unionista de Brito Camacho. Segundo as fontes consultadas, e como mais uma prova de ligação a Maçonaria, neste jornal colaborou o grão-mestre, Sebastião de Magalhães Lima;

A Liberdade — o seu editor foi Carneiro de Mesquita e o chefe de redacção Francisco Sousa Veloso. A propriedade era da Sociedade Libertas. Terá esta sociedade alguma ligação com a loja maçónica Libertas? A pesquisa feita não é conclusiva. Era um jornal católico que mantinha um distanciamento em relação à política;

O Norte — este jornal apresenta ligações com a Maçonaria. O seu director foi Jaime Cortesão, que era maçon, o editor foi Carlos Gonçalves. A sua tendência era republicana democrática;

[160] Idem, *ibidem*.
[161] Idem, *ibidem*, p. 141.

A Lanterna — o director deste jornal, era o mesmo de *A Montanha*, Seixas Júnior, sendo o seu editor Hamilton Guedes. Teve forte ligações com a Maçonaria da cidade e com o PRP. Este jornal, tal como *A Montanha*, tinha como objectivo, nas palavras do autor, «a declarada militância político-partidária.»[162];

A Província — os seus directores eram Maximino Lemos, António de Almeida Garrett e Manuel Castro. Era um jornal que apresentava ligações à Maçonaria;

A Montanha — tal como já foi referido anteriormente, era um jornal com fortíssimas ligações à Maçonaria da cidade. Chegava ao ponto de dar notícias das lojas maçónicas da cidade. Num dos seus números faz referência a uma festa comemorativa do 1º de Dezembro de 1640, realizada na loja Luz e Vida[163].

Dos nove jornais existentes no Porto, no ano de 1915[164], verifica-se que cinco deles têm ligações à Maçonaria da cidade. Um deles fazia mesmo a apologia aberta das ideias maçónicas, dando notícias das diversas Lojas existentes na cidade — é o caso do jornal *A Montanha*[165]. Conforme se pode constatar, o director do jornal *A Montanha* é o mesmo de *A Lanterna* — Seixas Júnior — o que justifica a forte ligação existente entre aqueles dois jornais. Cruzando informações desses jornais com filiações maçónicas e com listas de vereações, ficamos a saber que a maioria do corpo editorial dos jornais *A Montanha* e *A Lanterna* pertencia a lojas maçónicas da cidade e que, em alguns casos, exerceram cargos de vereadores e mesmo presidentes da Câmara Municipal do Porto — António Joaquim de Sousa Júnior, Adriano Gomes Pimenta, Armando Marques Guedes.

No que diz respeito ao papel do jornal *A Montanha*, este tomou sempre partido pelos republicanos, como seria natural. Nas palavras de António José Queiroz, «quando havia eleições, não só para o parlamento como para a Câmara Municipal do Porto, *A*

---

[162] Idem, *ibidem*, p. 194.

[163] *Responsável Loja Capitular Luz e Vida nº 325 Ao Vale do Porto — Anuário dos seus trabalhos 1914*, p. 22-23 — «No Grémio Portuense (secção «Luz e Vida» realizou-se um belo festival comemorativo da histórica data do 1º de Dezembro e da bandeira portuguesa. Assistiram numerosos membros de vários Grémios e muitas senhoras. O talentoso publicista e nosso querido amigo sr. Jaime Cirne, divagou, numa esplêndida conferência, sobre a histórica data, durante hora e meia, recebendo, ao finalizar o seu trabalho, uma calorosa manifestação de simpatia. A vasta sala achava-se lindamente engalanada, presidindo ao acto o nosso presado amigo e correligionário sr. Francisco Vela Fontana, secretariado pelos dignos membros do Grémio srs. Raul Lopes Gonçalves, e Alfredo Álvares da Silva. Feita a apresentação pela presidência, iniciou o sr. Jaime Cirne a sua conferencia. Aludindo ao Primeiro de Dezembro, historiou brilhantemente, com a sua provada competência e o seu ponderado estudo, o célebre movimento revolucionário e bem assim os factos que determinaram de novo, e, com galhardia, a independência de Portugal e a queda da dinastia filipina. Dirigiu-se depois à mulher portuguesa, especialmente às mães, dizendo a estas quanto é belo o exemplo de Filipa de Vilhena e como esse exemplo eloquente e honrado deve ser seguido sem tergiversações. Fez ainda o caloroso elogio da bandeira da Pátria. […] Foi uma festa brilhante e digna de registo, que findou após ter sido ricamente servido um chá às damas presentes».

[164] Ver Anexo 16 — *Quadro da Imprensa do Porto em 1915*.

[165] Ver Anexo 17 — *Corpo Editorial do Jornal A Montanha 1910 a 1926.*

Montanha alterava radicalmente a sua primeira página fazendo apelo ao voto nos candidatos ou nas listas que apoiava.»[166].

No que diz respeito ao ano de 1919[167], existiam na cidade do Porto, também nove jornais — *O Comércio do Porto*, *O Primeiro de Janeiro*, *Jornal de Notícias*, *A Montanha*, *Liberdade*, *A Voz Pública*, *A Pátria*, *O Norte* e o *Debate*.

Da imprensa portuense em 1919, apenas três jornais tinham ligações à Maçonaria da cidade, fazendo os seus elementos parte integrantes das lojas maçónicas da cidade.

2.3.2 Nos órgãos de Poder Local

No período da República, os maçons estiveram presentes, muitas vezes em maioria, nas diversas Vereações e no Senado da edilidade portuense. Pensamos, por isso mesmo, que, se a Câmara Municipal não foi um veículo de divulgação da ideologia maçónica, foi certamente um local onde os maçons puderam expor e levar à prática as suas ideias. Veja-se, por exemplo, a composição das vereações dos anos de 1910, 1914 e 1920.

Quadro 8. Vereação Municipal do Porto em 1910[168]:

Nome	Partido	Cargo	Maçon	Loja
José Nunes da Ponte	Republicano	Presidente		
Antero Ferreira de A Silva	Republicano	Vogal		
António J. Machado Pereira	Republicano	Vogal	SIM	Victória nº 330
Augusto Pereira da Costa		Vogal		
Bernardino Carlos Vareta		Vogal		
Cândido Augusto C. Pinho	Republicano	Vogal	SIM	Invicta nº 446
Elias de Andrade Vilares		Vogal		
Francisco Napoleão da Mata	Republicano	Vogal	SIM	União Ind. nº 5 (Lisboa)
Francisco Xavier Esteves	Republicano	Vogal	SIM	Liberdade e Progr. nº 203
Henrique Pereira de Oliveira	Republicano	Vogal		
José Correia Pacheco		Vogal		

Fontes: Arquivo Municipal do Porto — *Vereações*, 1910; Arquivo do GOL — *Mapas dos Obreiros das Lojas Maçónicas*.

[166] QUEIROZ, António José — *O Jornal Portuense A Montanha e as Relações Luso-Espanholas* 1911/1926. Amarante: Edições Tâmega 1997, p.26.
[167] Ver Anexo 18 — *Quadro da imprensa do Porto em 1919.*
[168] Esta vereação esteve em funcionamento de 13/10/1910 a 12/1/1911.

Quadro 9. Vereação Municipal do Porto em 1914:

Nome	Partido	Cargo	Maçon	Loja
Albano Aníbal de Barros	Republicano	Comissão Executiva		
Alberto Correia de Faria	Republicano	Substituto da C. Executiva	SIM	Progredior
Alberto Pereira Pinto de Aguiar	Republicano	Vice-Presidente		
Alfredo Rodrigues C. de Magalhães	Republicano	Vereador	SIM	?
Altamiro Marques	Republicano	Vereador		
António Augusto Silva Tavares	Socialista	Vereador		
António Joaquim T de Morais	Socialista	Vereador	SIM	Liberdade Progresso
António Marques Lima Júnior	Socialista	2º Vice-Secretário		
António Pinto de Sousa Lello	Republicano	Vereador	SIM	Portugália
Armando Marques Guedes	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Progredior
Aurélio Batista Pedroso	Republicano	Vereador		
Bernardino António Gonçalves	Republicano	Vereador		
Bernardino Faria Neves Guimarães	Republicano	Vereador	SIM	Igualdade
Custódio Teixeira de M. Basto	Republicano	Vereador		
Domingos Andrade Bastos	Socialista	Vereador		
Eduardo Ferreira dos Santos Silva	Republicano	V.Presidente da C. Executiva	SIM	Portugália
Eduardo Marques dos Santos	Republicano	Vereador	SIM	Liberdade Progresso
Eduardo Rodrigues Paula	Republicano	Vereador		
Elísio Melo	Republicano	Comissão Executiva		
Henrique Pereira de Oliveira	Republicano	Presidente		
Henrique Santana	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Progredior
Jaime Pereira de Almeida	Republicano	1º Secretário	SIM	?
Jaime Zuzarte Cortesão	Republicano	Substituto da C. Executiva	SIM	Redenção (Coimbra)
José Dias Alves Pimenta	Republicano	Vereador		
João Dias da Silva	Socialista	Vereador		
João Lopes da Silva	Republicano	Vereador		
João Lopes da Silva Martins Júnior	Republicano	Presidente da C. Executiva		
João Lopes de Oliveira	Republicano	Vereador		
João Pinto Maravilhas Pereira	Socialista	Vereador		
Joaquim da Silva Lima	Socialista	Vereador		
Joaquim Gomes de Macedo	Republicano	Substituto da C. Executiva	SIM	Victória
José da Costa Pereira	Socialista	Vereador		
José Pinto Fernandes	Republicano	Vereador	SIM	Luz do Norte
José Ribeiro	Socialista	Vereador	SIM	Libertas
Júlio Abeilard Teixeira	Republicano	Secretário da C. Executiva	SIM	Luz do Norte
Licínio Guimarães	Republicano	Vereador	SIM	União
Luis Ferreira Alves	Republicano	Vereador	SIM	Libertas
Manuel Augusto Pereira Botelho	Republicano	Vereador	SIM	Luz do Norte
Manuel Caetano de Oliveira	Republicano	Substituto da C. Executiva	SIM	Luz do Norte
Manuel Gonçalves Frederico	Republicano	Substituto da C.Executiva		
Manuel José Pereira Leite Júnior	Republicano	Vereador		
Manuel Pinto de Azevedo	Republicano	Substituto da C. Executiva	SIM	Victória
Serafim J X dos Anjos	Socialista	Vereador	SIM	União
Serafim da Silva Guedes Malvar	Socialista	2º Secretário		
Viriato Ferreira da Silva	Republicano	Substituto da C.Executiva		
Gustavo Barbosa	Republicano	1º Vice-Secretário		

Fontes: Arquivo Municipal do Porto — *Vereações*, 1914; Arquivo do GOL — *Mapas dos Obreiros das Lojas Maçónicas.*

Quadro 10. Vereação Municipal 1920:

Nome	Partido	Cargo	Maçon	Loja
Leopoldo Eduardo Alves	Republicano	Vereador		
Antero Antunes de Albuquerque	Republicano	Vice-Presidente	SIM	**?**
António Fernandes	Republicano	Vereador	SIM	Invicta
António Joaquim de Sousa Júnior	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Libertas
José Gonçalves Barbosa Júnior	Republicano	Presidente	SIM	União
António Pinto de Sousa Lello	Republicano	Vereador	SIM	Portugália
António dos Santos Henriques	Republicano	Vereador		
Júlio Abeilard Teixeira	Republicano	Sec. da C. Executiva	SIM	Luz do Norte
Aurélio da Paz dos Reis	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Liberdade Prog.
Artur Carteado Mena	Socialista	1º Vice-Secretário		
João Batista da Silva Guimarães	Republicano	Vereador	SIM	Progredior
Eduardo Ferreira dos Santos Silva	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Portugália
António M Ramalho	Republicano	Vereador	SIM	Ordem e Trabalho
João da Costa Miranda	Republicano	1º Secretário	SIM	Progredior
João Dias da Silva	Socialista	Vereador		
José de Oliveira Pinto	Socialista	Comissão Executiva	SIM	União
José Ribeiro	Socialista	Vereador	SIM	Libertas
José Vasconcelos Lima Júnior	Republicano	Vereador		
Manuel Caetano de Oliveira	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Luz do Norte
Serafim da Silva Guedes Malvar	Evolucionista	Vereador		
Vasco Nogueira de Oliveira	Republicano	Vereador		
Alfredo Rodrigues Magalhães	Republicano	V.P. da C. Executiva	SIM	?
Armando Marques Guedes	Republicano	Presidente C E.	SIM	Progredior
Francisco Henriques Castanheira	Evolucionista	2º Secretário	SIM	Victória
Joaquim Gomes de Macedo	Republicano	Vereador	SIM	Victória
Francisco António Fernandes	Republicano	Vereador		
João Augusto Pereira da Silva	Republicano	2º Vice-Secretário		
Manuel Alves Soares	Republicano	Vereador	SIM	Luz do Norte

Fontes: Arquivo Municipal do Porto — *Vereações*, 1920; Arquivo do GOL — *Mapas dos Obreiros das Lojas Maçónicas.*

No que diz respeito à primeira vereação camarária, após o 5 de Outubro de 1910, esta era composta somente por onze elementos. Destes, sete pertenciam ao PRP, entre os quais se destaca o presidente da edilidade portuense — Dr. José Nunes da Ponte — que proferiu, da varanda da Câmara Municipal, o discurso da implantação da República. Segundo as suas palavras: «O povo do Porto, que há mais de duas dezenas de anos derramou o seu sangue generoso pela conquista dessa aspiração grandiosa, não pode deixar de felicitar-se e rejubilar com o conhecimento desse facto notável que vem marcar na história luminosa do nosso país uma época de regeneração e de prosperidade que há muito constituía a mais nobre ambição de todos os verdadeiros portugueses. É, pois, cidadãos, com o coração a transbordar de alegria que eu tenho neste momento a

insigne honra de, na qualidade de vereador mais velho da Câmara Municipal do Porto, proclamar dos paços do Concelho a República Portuguesa»[169].

Dos onze elementos que compunham o elenco camarário quatro deles faziam parte da Maçonaria portuense; no entanto, não se sabe a Loja em que dois deles foram iniciados. Referimo-nos, precisamente, a, António J. Machado Pereira e a Cândido Augusto C. Pinho. Se não podemos tirar conclusões sobre o verdadeiro peso da Maçonaria portuense, nesta primeira vereação camarária, pois as fontes para esse ano não nos dão elementos conclusivos, é indiscutível a presença de elementos maçónicos no elenco camarário após a implantação da República. Logo na primeira sessão da Câmara, após a Implantação da República, a vereação demonstrou toda a sua confiança nos «talentosos e patrióticos intuitos da primeira República.»[170].

Algumas actas das reuniões camarárias do ano de 1911, ou seja, mais precisamente a acta correspondente a uma reunião do dia 16 de Janeiro de 1911, revelam-nos que a toponímia da cidade foi alterada. Algumas ruas da cidade, que até então tinham referências ao regime monárquico, passaram a fazer referências a personalidades/acontecimentos ligados à República, assim: Praça Dom Pedro — Praça da Liberdade; Campo da Regeneração — Praça da República; Rua Rainha Dona Amélia — Rua Cândido dos Reis; Rua Dom Carlos — Rua José Falcão; Rua do Príncipe — Rua Miguel Bombarda; Rua Dona Maria Segunda — Rua Trindade Coelho; Rua de Santo António — Rua 31 de Janeiro de Janeiro; Rua Príncipe da Beira — Rua 5 de Outubro; Rua Príncipe Real — Rua Latino Coelho; Rua da Rainha — Rua Antero Quental; Rua Duques do Porto — Rua Heliodoro Salgado[171].

Através desta pequena listagem verificamos que alguns destes nomes — Cândido dos Reis, Miguel Bombarda, Trindade Coelho, Heliodoro Salgado — estão ligados à Maçonaria Portuguesa, bem como à Maçonaria da cidade.

Na vereação respeitante ao ano de 1914, verifica-se a existência de uma forte presença de maçons. Entre os quarenta e seis elementos que faziam parte daquela vereação, trinta e cinco pertenciam ao PRP, do qual dezoito eram elementos da Maçonaria. Os restantes onze vereadores faziam parte da minoria socialista presente na Câmara. No entanto, parece-nos importante salientar que neste grupo socialista existiam

[169] PACHECO, Hélder — *Entre a Monarquia e a República*. In SILVA, Armando Malheiro; SARAIVA, Arnaldo; TAVARES, Pedro Vilas Boas (dir.) — *Roteiros Republicanos — Porto*. Matosinhos: Quidnovi, 2010, p.17.
[170] *Acta da vereação da Câmara Municipal do Porto*, Sessão de 13 de Outubro de 1910, p. 47.
[171] Idem, *ibidem*.

também três elementos pertencentes à Maçonaria da cidade. A totalidade de elementos ligados à Maçonaria portuense ascendia aos vinte e um elementos no ano de 1914. Este número de obreiros presentes poderia ser seguramente superior, dadas as lacunas das fontes consultadas. No que diz respeito à Comissão Executiva, entre os catorze elementos que a compunham, nove faziam parte da Maçonaria. É de referir, no entanto, que, nesse ano de 1914, o cargo de Vice-Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal do Porto era exercido por um maçon — Eduardo Ferreira dos Santos Silva — a quem foram atribuídos os pelouros da Instrução, Beneficência e Bairros Operários. Esses três domínios foram, sem dúvida alguma, aqueles onde se fez mais sentir o peso da Maçonaria portuense, e em que aquela organização mais se empenhou para a resolução dos graves problemas que afligiam a sociedade portuense. Outra conclusão a tirar relativamente à Comissão Executiva é o facto de somente dois pelouros, entre os seis existentes, não terem sido atribuídos a maçons.

Um dos problemas mais graves que se vivia na cidade do Porto era o da instrução. À frente deste pelouro, a Câmara Municipal do Porto colocou, naquele período, Eduardo dos Santos Silva, que, como atrás referimos, era maçon. O problema da instrução constituía uma viva preocupação daquela organização. A vereação eleita em 1913, e que tomou posse em Janeiro de 1914, decidiu encarar de frente a difícil situação que se vivia nesse sector. Não admira, por isso, que uma parte significativa das receitas da Câmara fosse canalizada para fazer face a este candente problema social. É o que se conclui de uma leitura atenta do jornal *A Montanha* do dia 30 de Abril de 1915: «As Câmaras, das suas receitas gerais, indicam a quantia que consignam às instalações escolares (edifícios, mobiliário, material de ensino, despesas de expediente e limpeza, etc) e aos subsídios de renda de casa aos professores»[172]. Outro aspecto que, pela sua importância, é digno de registo é o papel fundamental que a Câmara Municipal, e esta vereação em particular, teve ao estimular a frequência a escolar, facto que está claramente expresso no artigo do referido jornal.[173]

O *Anuário da Câmara Municipal do Porto* complementa esta informação, referindo expressamente: «Assim, quando, em 1 de Janeiro de 1914, a Câmara do Porto assumiu a administração do ensino, encontrou — 43 escolas de instrução geral; 21 para o sexo masculino e 22 para o feminino […], acrescidas de mais duas, uma para cada sexo, criadas já em pleno regime republicano; 7 cursos nocturnos, todos para o sexo

[172] Jornal *A Montanha — A Câmara eleita e a instrução popular*. Ano 5º, 1915, p.1.
[173] Idem, *ibidem.*

masculino, com matricula de 818 alunos e exercendo 9 professores; 3 bibliotecas populares a cargo das respectivas Juntas de freguesia; 1 cantina escolar.»[174]

Para se ter uma noção mais concreta do papel preponderante que teve esta vereação no combate ao analfabetismo, que rondava na cidade do Porto os 45,8%, parece-nos bastante importante referir a quantidade de escolas que foram criadas na cidade durante o ano de 1914, nas diversas freguesias.

Quadro 11. Escolas criadas por deliberação camarária de 21 de Maio de 1914:

Freguesias	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total
Bonfim	6	6	12
Campanhã	7	7	14
Paranhos	7	7	14
Santo Ildefonso	4	3	7
Sé	1	1	2
Cedofeita	5	5	10
Foz do Douro	1	1	2
Lordelo	3	3	6
Massarelos	3	2	5
Miragaia	1	1	2
Ramalde	5	5	10
S. Nicolau	1	1	2
Vitória	2	2	4
Total	46	44	90

Fonte: *Anuário da Câmara Municipal*, anos de 1923 a 1925. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1925.

Os números apresentados demonstram que, numa só sessão da Câmara, foram criadas noventa escolas, o que, para fazer face ao problema em questão, se pode considerar um grande avanço. Verifica-se ainda que as freguesias contempladas com escolas foram as mais carenciadas da cidade, nomeadamente, Paranhos e Campanhã.

Pelo exposto, não podemos ter qualquer dúvida sobre o papel preponderante que tiveram os elementos maçónicos presentes na Câmara Municipal do Porto naquela vereação. Conseguiram pôr em prática um dos seus grandes objectivos, ou seja, combater um dos problemas mais graves com que a sociedade portuense há muito se debatia — o analfabetismo.

Tendo ainda presente a tese de José Macedo e as conclusões do Congresso Maçónico realizado no Porto em 1914, a que já fizemos referência no anterior capítulo, uma das preocupações da Maçonaria era a criação de escolas para deficientes e estropiados. Essa medida foi contemplada na sessão Camarária de 22 de Julho de 1915.

[174] *Anuário da Câmara Municipal do Porto*, anos de 1923 a 1925, p. 160.

Comprova-o a acta da referida sessão, onde se pode ler: «Que em cada um dos bairros desta cidade do Porto, uma das noventa escolas criadas por deliberação desta Câmara, em sessão de 21 de Maio de 1914, seja exclusivamente destinada à educação e ensino de crianças anormais, mental ou fisicamente atrasadas […] Que a Câmara convide para a constituição dos corpos docentes destas escolas aqueles professores primários de outras escolas oficiais da cidade que desejem entregar-se à educação de tais crianças.»[175]. Pelo exposto, parece-nos evidente a aplicação das ideias maçónicas/republicanas pela Câmara do Porto.

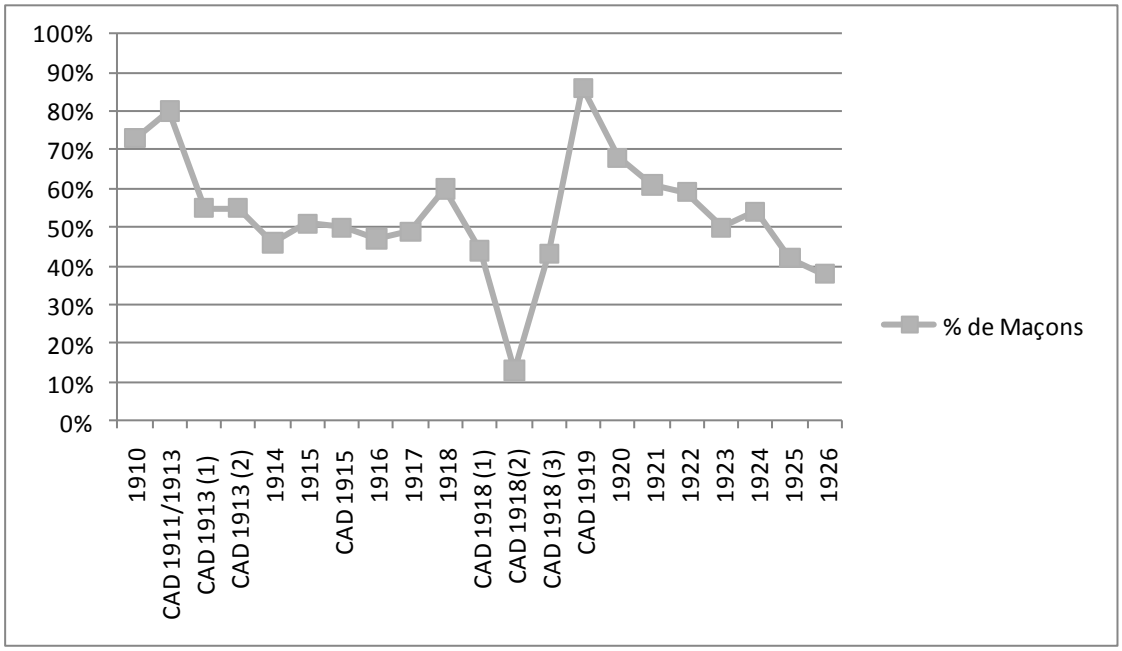
Contudo, o papel que esta vereação republicana/maçónica desempenhou na cidade do Porto não se restringe à criação de escolas, sendo também de realçar o auxílio prestado à comunidade, através de atribuição de subsídios a Centros que detinham a seu cargo escolas.

Finalmente, outra das vereações aqui em estudo é a que diz respeito ao ano de 1920. Dos vinte e oito elementos que compunham a edilidade portuense naquele ano, vinte e dois faziam parte do PRP, dois eram vereadores do Partido Evolucionista e quatro do Partido Socialista. O número de obreiros presentes na Câmara Municipal ascendia a um total de dezanove; entre esses, dezasseis eram «democráticos», um era evolucionista e dois faziam parte do grupo socialista. Nesta vereação, o Presidente da Câmara — José Gonçalves Barbosa de C. Júnior — era obreiro da loja União nº 423. No que diz respeito à Comissão Executiva, num total de oito elementos, todos faziam parte da Maçonaria.

No entanto, a nossa investigação não se cingiu somente a estes três anos. Conforme será perceptível nos quadros que remetemos para os anexos[176], alguns dos maçons chegaram à presidência da edilidade portuense reforçando, certamente, nessa posição, a aplicação de muitas das ideias defendidas pela Maçonaria.

[175] Acta da sessão Camarária de 22 de Julho de 1915.
[176] Ver Anexo 19 — *Restantes Vereações Camarárias*.

Gráfico 2 – Peso dos elementos maçónicos nas diversas vereações do município do Porto (1910/1926):



Fontes: Arquivo Municipal do Porto — *Vereações*; Arquivo do GOL — *Mapas dos Obreiros das Lojas maçónicas*

Os maçons da cidade estiveram presentes em todas as vereações municipais no período da 1ª República. Tendo em conta a quantidade de vereadores, que não era constante, quer no Senado municipal, quer nas diversas comissões administrativas, podemos chegar rapidamente à conclusão que, durante o período cronológico em estudo, o peso da Maçonaria foi muito variável, mas sempre significativo e frequentemente maioritário.

Sendo assim, para podermos analisar correctamente o gráfico, temos que ter sempre em conta o número total de vereadores. Torna-se evidente que o ano em que a presença de maçons na edilidade portuense foi menor corresponde à segunda Comissão Administrativa do ano de 1918, em que para um total de oito vereadores somente um era obreiro de uma loja maçónica.

Nos primeiros anos da República, nota-se, no entanto, que a percentagem de maçons na edilidade portuense rondava os valores de 73% em 1910, com um total de 11 vereadores. Entre os anos de 1911 a 1913, atinge os 80%, para um total de 10 vereadores. Nos anos de 1914 até 1917, nota-se uma certa variação percentual a nível de maçons presentes na Câmara Municipal: em 1914, o valor é de cerca de 46% para um

total de 46 vereadores; esse valor aumenta para os 51%, no ano de 1915; nos anos seguintes, desce ligeiramente para 47%, em 1916 e de 49%, em 1917.

Além disso, algumas das instituições educativas criadas no Porto tiveram na Maçonaria um apoio efectivo. Referimo-nos essencialmente ao Asilo S. João e à Escola Vasco da Gama, criadas, a primeira, por obreiros da Loja Libertas e Luz do Norte e, a última, pela Loja União. A Loja Liberdade e Progresso criou a Missão Rodrigues de Freitas do Vintém de Escolas, que deu um significante contributo no combate ao analfabetismo. Estas instituições receberam também apoio da Câmara Municipal, conforme se pode confirmar através de documentação que testemunha os subsídios atribuídos àquelas instituições. Dentro da Câmara Municipal, os maçons puderam pôr em prática muitas das suas ideias para o desenvolvimento da cidade e que certamente contemplaram em grande parte os preceitos maçónicos[177]. Terá alguma coisa a ver com o peso que a Maçonaria detinha dentro da Câmara? Ou será apenas uma coincidência? Na nossa perspectiva é bem possível que estes subsídios atribuídos àquelas instituições pudessem ter sido mera coincidência. No entanto, é bem provável que eles sejam também um reflexo do peso que a Maçonaria detinha na vereação municipal[178].

No que diz respeito ao Governo Civil, a presença de maçons não foi tão relevante como na Câmara Municipal. As fontes consultadas não nos indicam uma resposta concludente em relação à presença acentuada de elementos da Maçonaria naquele órgão. No entanto, o número de maçons que exerceram o cargo de governadores civis do distrito do Porto poderá ser efectivamente superior. As fontes consultadas indicam-nos apenas cinco — José Dias Arroyo, José Domingues dos Santos, Raul António Tamagnini de Miranda Barbosa, Joaquim Araújo Costa e Belchior Figueiredo — num total de 33.

2.3.3 No Parlamento Nacional

Continua até hoje por apurar o peso real da Maçonaria Portuense, nos órgãos do poder central. Durante a primeira República, a Maçonaria da cidade esteve representada, nos diversos órgãos do poder, nomeadamente no Governo e também no Parlamento. Nomes como Eduardo Santos Silva, Francisco José Esteves, José Domingues dos

[177] Ver Anexo 20 — *Preceitos Maçónicos*.
[178] Ver Anexo 21 — *Quadro dos Presidentes de Câmara e suas ligações á Maçonaria*.

Santos ou mesmo António Joaquim de Sousa Júnior, entre outros, foram eleitos representantes pela cidade e elementos destacados da Maçonaria Portuense.

Algumas destas personalidades deram voz no Parlamento às dificuldades sentidas pela população da cidade. Os problemas da instrução, saúde, habitação e desenvolvimento da cidade foram defendidos nos cargos que estes republicanos exerceram.

Num total de quarenta e seis nomes de deputados[179], senadores e ministros do Porto, que integraram as diversas legislaturas e governos, no período correspondente à 1ª República, cerca de dezanove faziam parte de Maçonaria da cidade. Este número poderia ter sido mais elevado; no entanto, as fontes consultadas não nos dão uma resposta cabal a este problema. Alguns desses elementos fizeram parte das diversas vereações camarárias da cidade do Porto, com cargos de vereadores e também como presidentes da edilidade portuense. Outro aspecto digno de registo é que alguns deles estiveram ao serviço da imprensa da cidade em jornais de cariz maçónico; referimo-nos ao jornal *A Montanha* e *A Lanterna*, que faziam a apologia do ideal maçónico.

2.3.4 Sociabilidades Republicanas

Os Centros Republicanos — muitos deles criados no último quartel do século XIX e princípios do século XX — desempenharam uma importante acção cultural e educativa, tendo, em alguns casos, fortes ligações à Maçonaria. Sabemos, através da documentação consultada, que a maioria destas associações tinha objectivos estritamente laicos, defendendo a separação da Igreja das funções educativas e assistenciais.

Rómulo de Carvalho resume bem o processo de criação dos Centros Escolares Republicanos e as suas funções: «tema de combate insistente na propaganda republicana foi sempre o da instrução, não só em palavras proferidas e escritas mas em realizações concretas. O Partido Republicano, que possuía Centros de convívio e de acção cultural espalhados por todo o país, instituiu escolas primárias nesses Centros onde muitos beneméritos, uns, professores de facto, outros, colaboradores animosos que supriam, com o seu entusiasmo, a falta de preparação específica para o desempenho de tal missão, empregavam as suas horas livres ensinando a ler, a escrever e a contar crianças e adultos. Esta actividade simpática cativou muita gente porque foi realizada com proveito e entusiasmo. Para outras camadas sociais, mais preparadas e mais exigentes,

[179] Ver Anexo 22 — *Quadro de Deputados, Senadores e Ministros do círculo do Porto* (1910 a 1926).

também o partido Republicano teve um auxílio a prestar, um pensamento a oferecer, uma informação a comunicar, organizando sessões diversas, promovendo conferências e dando lições pela voz de militantes prestigiados.»[180].

Estes Centros Escolares Republicanos distinguiam-se de outras associações da época, mesmo quando estas também tinham objectivos educativos. Do mesmo modo, os Centros Escolares Republicanos distinguiam-se dos chamados Centros Republicanos, pois estes tinham, essencialmente, objectivos políticos e partidários.

Toda a documentação consultada prova, com evidência, tudo o que foi dito anteriormente. A criação de alguns Centros Republicanos, bem como dos Centros Escolares Republicanos, deveu-se, em grande parte, à Maçonaria. Os fins com que foram criados, na nossa perspectiva, têm a ver, por um lado, como foco divulgador da ideologia republicana/maçónica e, por outro lado, com o sentido humanitário e beneficente. De resto, uma está relacionada com a outra, na medida em que criavam "redes" bastante fortes para a divulgação daquelas ideologias.

Estes locais funcionavam essencialmente como lugares de sociabilidade. Conforme afirmou Manuel Baiôa: «a sociabilidade realizava-se em torno de alguma bebida ou jogo, como era usual em todas as sociedades.». Para além de serem locais de convivência, eram locais de troca de ideias entre os seus frequentadores. As redes maçónicas, funcionavam aqui na perfeição, já que os Centros eram locais ideais para a divulgação das suas ideias. Estes espaços de sociabilidade não estavam restritos a estes ambientes, extrapolavam para outros locais como barbearias, cinemas, teatros, farmácias, etc. É isso que afirma Manuel Baiôa, ao referir-se aos Centros Republicanos: «Era um local privilegiado de sociabilidade dos democratas […] Para além, das reuniões e sessões de natureza política que decorriam normalmente nesse local, os sócios podiam conviver, dançando em dias de baile, bebendo algumas bebidas.»[181].

Na cidade do Porto, estes locais de sociabilidade multiplicaram-se, conforme afirma Germano Silva: «Eram tantas que não é exagero dizer-se que não havia freguesia do Porto que não contasse com a frutuosa acção de um ou mais Centros.»[182].

Estes Centros Republicanos tinham o nome de personalidades ligadas à República e ao republicanismo — Guerra Junqueiro, Guilherme Braga, António José de Almeida,

[180] CARVALHO, Rómulo de — *História do Ensino em Portugal, desde a Fundação da Nacionalidade até o fim do Regime de Salazar Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986, p. 625.
[181] BAIÔA, Manuel — *Sociabilidade Politica no Final da 1ª República em Évora*. In *História Regional e Local — Actas do Congresso*. Maia: Câmara Municipal, 1999, p. 86.
[182] SILVA, Germano — *A República e o Povo*. «Jornal de Noticias», 6/6/2010.

Manuel Granjo, Felizardo Lima, Duarte Leite, Tenente Coelho, Alves da Veiga, Pereira Osório, entre outros. As suas sedes eram compostas por bibliotecas, salas para espectáculos, etc. Para além disso, leccionavam-se cursos diurnos e nocturnos, estes mais direccionados para os operários.

Os republicanos serviam-se da escolarização, ainda que muito parcial, de certos segmentos da população, essencialmente em contexto urbano, para a propaganda dos valores ideológicos e políticos da República, começando a criar redes para a divulgação da sua ideologia. A sua intervenção local fazia-se, em grande parte, nos Centros Republicanos, que tinham objectivos essencialmente políticos e partidários, ao serviço da propaganda dos ideais republicanos. A criação de Centros Republicanos, enquanto sedes e locais de trabalho e de propaganda, cedo implicou a *organização de cursos*, quer para a população em idade escolar quer para adultos.

O universo dos Centros Republicanos «incluiu não só as instituições com essa designação precisa, mas também determinados centros escolares de propaganda ou eleitorais, e outros, ligados ao republicanismo. Irmanados na difusão do ideário republicano, os Centros caracterizavam-se ainda por serem apoiados pela Maçonaria e desenvolveram uma actividade filantrópica no campo educativo, expressa vulgarmente na criação duma escola primária e na regência de cursos escolares (como forma de laicizar o ensino)»[183].

Se um dos principais objectivos da criação dos Centros era a divulgação do ideal republicano e, nalguns casos, maçónico, no entanto, existiam outros aspectos que nos parecem bastante relevantes, como se refere no Regulamento de um Centro Escolar Republicano, de Lisboa: «servir de laço de união e de solidariedade entre todos os republicanos e, principalmente, entre os seus associados; difundir a instrução mas classes populares, fundando escolas, gabinetes de leitura e cursos de diversas disciplinas; criar bibliotecas com livros, revistas e jornais nacionais e estrangeiros; empreender excursões, visitas a museus e monumentos donde se obtenham conhecimentos instrutivos de recreio e de utilidade aos sócios, suas famílias e à República; celebrar conferências, simples palestras científicas ou literárias, sessões de leitura; promover sessões, publicar manifestos e opúsculos sobre assuntos instrutivos e científicos e em geral tudo quanto for de utilidade para a propaganda, para a instrução e para a educação cívica dos sócios; colocar na sala das sessões, em sítio bem visível,

[183] MELO, Daniel de *Centros Republicanos*. In, BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena — *Dicionário de História de Portugal.* Vol 7. Porto: Livraria Figueirinhas, 1999, p. 292.

uma caixa destinada a recolher donativos para o fundo escolar, a qual terá a indicação respectiva; ceder as suas salas a todas as sessões de propaganda política, não contrária aos ideais republicanos sendo, no entanto, vedado aos membros dos corpos gerentes terem representação na mesa das mesmas sessões para que a sua presença não possa ser tomada como adesão deste Centro a qualquer partido»[184].

Outro aspecto digno de registo é a contribuição que os Centros Republicanos, recebiam da Câmara Municipal da cidade. A documentação comprova-o. Recebiam desde donativos em dinheiro para fazer face às despesas que estes centros realizavam com as suas actividades até à uma doação de um simples árvore para que os alunos pudessem comemorar esse dia.

O quadro seguinte pretende demonstrar os Centros Republicanos, existentes na cidade do Porto entre as décadas de 1870 e de 1920.

Quadro 12. Centros Republicanos (1870/1920):

Data	**Centros Republicanos**[185]
1870	Eleitoral Republicano Democrático; Democrático Português
1880	—
1890	Democrático Federal 15 de Novembro; Republicano do Porto; Instrução Guerra Junqueiro
1900	Escolar Recreativo Lordelo do Ouro; Democrático Duarte Leite; Democrático Afonso Costa; Instrução de Massarelos; Escolar Basílio Teles; Rodrigues de Freitas; Dr. Bernardino Machado; Democrático de Instrução Alves da Veiga; Democrático de Instrução Pereira Osório; Democrático José Falcão; Democrático de Instrução e Recreio; Democrático Dr. António José de Almeida; Felizardo Lima
1910	Evolucionista do Porto; Evolucionista Dr. Manuel Granjo; Radical de Cedofeita; Vintém de Escolas; Previdente de Instrução e Beneficência; Democrático de Instrução e Previdência Simões de Almeida; Democrático Tenente Coelho; Democrático 31 de Janeiro
1920	Independente de Ramalde; Instrução e Recreio; Instrução e Recreio Júlio Martins
Sem data de instalação	Eleitoral Republicano Guilherme Braga; Propaganda e Instrução da Victória; Maria da Fonte; Evolucionista de Santos Pousada; Mocidade Intransigente; Reconstituição Nacional; Democrático de Instrução e Recreio de Campanhã

Fonte: Arquivo Distrital do Porto — *Fundo das Associações Civis e Religiosas*; Arquivo Histórico Municipal do Porto — *Correspondência Recebida, Série Próprias.*

Os trinta e seis centros que conseguimos assinalar nas fontes que consultámos, sete deles não fazem referência à data da sua instalação. A década de 1900 é aquela em que aparece um maior número de Centros Republicanos na cidade. Este facto terá a ver com

[184] *Regulamento do Centro Escolar Republicano*. Lisboa: Papelaria e Tipografia Liberty, 1913, p. 3/4.
[185] Cf. COSTA, Fernando Barbosa da — *História do Governo Civil do Porto*. Porto: Governo Civil, 2004, p. 413-423. Ver Anexos 23 a 38 — *Documentação dos Centros Republicanos existentes do Porto durante o período da 1ªRepública.*

o clima de revolta contra o regime monárquico que se viva um pouco por todo o país, e nomeadamente no Porto, nas vésperas da implantação da República.

Grande parte destes centros têm ligação à Maçonaria e, num dos casos, a *Associação do Vintém de Escolas,* foi mesmo sustentada pela loja *Liberdade e Progresso*. Outro aspecto digno de registo é a quantidade de escolas que estes Centros Republicanos dispunham, tendo muitos deles a funcionar cursos nocturnos. O seu objectivo principal, para além de politizar era também combater o analfabetismo.

Nas palavras de Germano Silva, «os centros republicanos de educação e propaganda foram, sobretudo, pelo seu vivo exemplo e pelo trabalho que desenvolveram, verdadeiras escolas de civismo e de filantropia.»[186]. Ainda em relação aos Centros Republicanos existentes na cidade do Porto, no ano de 1911 existiram nesta cidade, segundo o mesmo autor, cerca de dezoito agremiações[187].

A participação activa de elementos maçónicos nesses centros é evidenciada por notícias da época. O jornal *A Montanha*, por exemplo, dá conta de sessões e comícios realizados nesses centros em que intervêm elementos ligados à Maçonaria portuense, o que em parte vem provar que esses mesmos centros serviram não só para a divulgação de ideologia republicana como também maçónica.

[186] SILVA, Germano — *A República e o Povo*. In «Jornal de Noticias», 6/6/2010.
[187] Idem, *ibidem*.

3. Estrutura e Funcionamento das Lojas Maçónicas

Um dos aspectos mais importantes em relação à Maçonaria tem a ver com a estrutura e o funcionamento de uma loja maçónica. A historiografia não tem dado a devida atenção a estudos de pormenor, pois parece-nos que pouco se sabe acerca do que na realidade era uma loja maçónica e como estava organizada toda a sua actividade.

O presente capítulo pretende dar a conhecer um pouco melhor toda a actividade existente dentro de uma loja maçónica. Para isso, tentámos recolher informações nos *Anuários* e *Boletins Oficiais da Maçonaria*, bem como em alguma da pouca documentação existente das lojas da cidade.

No que diz respeito à Loja/Templo, encontrámos um manancial de símbolos. As sessões tinham a duração de uma ou duas horas e eram realizadas de quinze em quinze dias. Era um culto com regras bem definidas, ordem e apresentação das Pranchas[188]. Depois de garantido que não existiam profanos no Templo, conferiam-se os nomes dos maçons presentes. Seguidamente, abriam-se os trabalhos segundo o Rito Escocês Antigo e Aceite à Glória do Grande Arquitecto do Universo.

Em algumas sessões encontravam-se presentes «Irmãos de Avental Branco» que representavam aqueles que tinham aderido recentemente à Maçonaria. Se o Grão-Mestre estava presente na reunião, os rituais eram diferentes dos habituais, nomeadamente o da entrada no Templo, que se processava de forma mais solene.

Sendo a Maçonaria uma «Escola», não era dito tudo de uma só vez. Um conjunto de conceitos, de valores e pensamentos tinham que ser assimilados de forma progressiva, isto é, grau a grau, até chegar ao último — o grau 33.

A ascensão dentro desta organização processava-se gradualmente e implicava um processo de aprendizagem dos Irmãos que era feito através de uma vivência na busca da verdade dentro e fora da loja. É isso mesmo que Wilmshurst refere no seguinte texto: «O progresso na Maçonaria de todo o Irmão admitido nas suas fileiras é gradual, por estádios sucessivos, tal como, aliás, a compreensão dos sistemas e doutrina Maçónica é também uma questão de progresso gradual. Dito nos termos mais simples possíveis, a teoria do desenvolvimento maçónico estabelece que cada membro admitido na Ordem entra num estado de escuridão e ignorância no que respeita ao que a Maçonaria ensina, e mais tarde é suposto ser conduzido até a luz e ao conhecimento»[189].

[188] A designação de «Prancha» refere-se ao tema que é escrito para ser tratado na reunião de Loja.
[189] WILMSHURST, W.L, — *Maçonaria — Raízes e Segredos da sua História*. Lisboa: Editorial Prefácio, p. 56-57.

Podemos então deduzir que os Graus que compõem os vários Ritos maçónicos constituem uma espécie de «degraus» que vão guiar os maçons através de uma «escada» rumo ao progresso intelectual. Para entendermos melhor o que foi referido, importa que se clarifiquem as noções de Ritual, Grau e Rito no âmbito da Maçonaria. Assim, Ritual é um conjunto de formalidades que marcavam o progresso do maçon de um grau para o outro, dentro do mesmo Rito.

Existem vários Ritos maçónicos[190]. No entanto, salientamos aqueles que adquiriram maior relevo no panorama mundial, ou seja, o Rito Escocês Antigo e Aceite e o Rito Francês. A diferença maior entre estes dois Ritos é a quantidade de graus que compõem cada um — o Rito Escocês Antigo e Aceite é composto por 33 graus enquanto o Rito Francês apresenta 7 graus. Quanto aos sinais, gestos, toques, palavras, figuras, mitos e objectos simbólicos da Maçonaria, poderíamos citar diversos excertos, mais ou menos extensos, das várias obras que compõem o nosso corpus de referência[191].

Sintetizando, ser-nos-á suficiente ficar com a ideia de que, na Maçonaria Simbólica ou Especulativa, existem três graus iniciáticos fundamentais, que se mantêm, independentemente dos Ritos: o de Aprendiz, o de Companheiro e o de Mestre, que ocupam o primeiro, segundo e terceiro graus, respectivamente, na ordenação maçónica.

Concluindo, e tendo em mente a definição de Maçonaria ditada pelo congresso de Grandes Mestres celebrado em Estrasburgo em 1952 como sendo uma instituição para a iniciação espiritual através de símbolos, há a referir que cada um dos graus que compõem um determinado sistema, ou Rito maçónico, possui uma temática própria, dentro de um denominador comum: a busca da Verdade. Estas práticas maçónicas não eram muito diferentes do período da 1ª República, ou seja, mantiveram-se sempre com o mesmo objectivo — aperfeiçoamento intelectual do ser humano.

---

[190] «[…] A Maçonaria portuguesa, trabalhando com diversos ritos (Rito Escocês Antigo e Aceite, Rito Francês, Rito Simbólico, Rito de York, etc) teve sempre relações fraternais com praticamente todas as obediências do mundo. Estas relações traduziram-se pela existência de garantes de amizade e de tratados, e pela comparência de delegados portugueses às mais importantes reuniões maçónicas internacionais e de delegados estrangeiros aos congressos e outros acontecimentos maçónicos portugueses.»
Cf. MARQUES, A.H. de Oliveira — *A Maçonaria em Portugal*. Lisboa: Câmara Municipal, 1998, p. 7.

[191] ARNAUT, António — *Introdução à Maçonaria*. Coimbra: Coimbra Editora, 6ªedição, 2006, p. 45-52
HURTADO, Amando — *Nós os Maçons*. Maia: Ver o Verso Edições, 2006, p 231-249.
MARQUES, A.H, de Oliveira — *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. Lisboa: Publicações D.Quixote, 1975, p. 26-33.
NUNES, Bruno; CARVALHO, Frederico — *Do Secreto ao Discreto – Maçonaria em Portugal*. Lisboa: Produções Editoriais, 2006, p 141-156.

3. 1. A Loja como espaço de sociabilidade

Toda a loja que se constituía de novo devia ser instalada solenemente por Comissários de Grande Oriente, antes mesmo de começar os trabalhos dos respectivos graus. No entanto, e segundo a Liturgia Maçónica, «uma oficina que levanta as suas colunas depois de estar adormecida não tem necessidade de ser instalada de novo para retomar regularmente os seus trabalhos […]»[192]. Em relação ao processo de instalação de uma loja, o mesmo documento refere que esta deveria ser feita num prazo máximo de três meses, através de um decreto de autorização fornecido pelo Grande Oriente. Segundo a mesma fonte, «passados três meses caducam os poderes dos instaladores e é necessário pedir nova autorização para a instalação […]»[193].

O Ritual de instalação de uma loja, sendo um dos aspectos mais simbólicos da Maçonaria, requeria por isso mesmo uma informação complementar. Devido à sua importância, todo este processo será colocado em anexo[194].

Como seria, então, composta uma loja maçónica a nível dos seus cargos específicos? O cargo mais importante dentro de uma loja maçónica era o de Venerável. A este estava incumbida a função de representar a colectividade dos obreiros da loja. A Liturgia Maçónica, em relação a esta problemática, refere: «Somente ele tinha o privilégio de estar a coberto durante os trabalhos, para indicar que todos os assistentes lhe devem respeito, em virtude da sua função.»[195]. Competia, pois, ao Venerável, zelar para que a harmonia e a concordância reinassem em todas as reuniões de loja. Ao Venerável estava também inerente a função de abrir e encerrar os trabalhos da loja. Era, pois, o órgão máximo dentro das lojas maçónicas.

Na hierarquia da loja seguia-se o Primeiro Vigilante, que tinha a seu cargo a verificação e a assiduidade ao trabalho. Segundo a mesma fonte, «as suas advertências, que produzirá sempre logo que note qualquer acção contrária ao bom funcionamento dos trabalhos, serão fraternais, mas firmes; e como se dirigirão indistintamente a todos os que precisarem ser chamados à ordem, ninguém deverá desgostar-se.»[196].

---

[192] FERREIRA, Matos — *A Liturgia Maçónica — Rituais de Inauguração de Templo; Instalação de Lojas; Instalação de Oficinas; Adopção de Lowton; Banquete Maçónico.* Lisboa: Tipografia Moderna, 1913.
[193] Idem, *idibem*.
[194] Ver Anexo 39 — *Ritual de Instalação de uma Loja maçónica*.
[195] FERREIRA, Matos — *A Liturgia Maçónica — Rituais de Inauguração de Templo; Instalação de Lojas; Instalação de Oficinas; Adopção de Lowton; Banquete Maçónico.* Lisboa: Tipografia Moderna, 1913, p.14.
[196] Idem, *idibem*, p. 16-17.

Quanto ao Segundo Vigilante, era sua função fazer aceitar o rigor inflexível do Primeiro Vigilante. Competia-lhe, pois, actuar como se fosse uma espécie de complemento à função do seu colega, conforme testemunha a mesma fonte «se um adverte, ao outro compete ensinar.»[197]. O seu papel estava mais direccionado para os novos aprendizes a quem deviam ensinar o porquê das coisas e não deviam contentar-se com o seu aspecto exterior. Os Vigilantes das lojas deviam, pois, ser escolhidos com rigor: «escolhidos entre os irmãos mais zelosos e mais instruídos. Desempenhando escrupulosamente as suas funções, eles contribuirão, mais que qualquer outra pessoa, para a grandeza e poder da Maçonaria.»[198].

O Orador representava dentro da loja maçónica o sentido universal da Maçonaria, era ele quem devia conhecer todos os usos e as leis. Poderia dar a sua opinião, inspirando-se mais na lógica do que no que estava escrito. Em relação ao Orador, o mesmo documento esclarece-nos sobre a sua actuação: «A razão límpida, luminosa e convincente será sempre a lei suprema da Maçonaria; pertence ao Orador duma loja, ser o seu intérprete fiel.»[199].

Tal como ao Orador, também ao Secretário competia prestar esclarecimentos sobre os restantes membros da loja. No que diz respeito a este cargo, a fonte consultada refere o seguinte: «Toda a decisão tomada deve ser consignada por ele, como também lembrada em tempo oportuno, para que possa ser executada.»[200].

No que concerne ao Tesoureiro, pode dizer-se que, dentro desta hierarquia da loja maçónica, era o cargo que menos tinha a ver com o aspecto simbólico. Tal como o nome indica, o seu papel diz respeito ao aspecto contabilístico da loja. O Hospitaleiro, tal como o cargo anterior, tinha funções específicas, todas elas relacionadas com obras de beneficência.

O cargo de Experto era talvez o cargo, a seguir ao de Venerável, que maior importância detinha dentro de uma loja. Tinha a função de examinar todos os visitantes que afluíam à loja. Era, por isso, representado com uma espada, com a qual, simbolicamente, afastava os profanos.

No que respeita ao Mestre-de-Cerimónias, era aquele a quem competia designar a cada um o seu lugar, ao mesmo tempo que fazia aos visitantes o exame de reconhecimento. No entanto, a fonte em que nos baseámos vai mais longe, ao revelar o

[197] Idem, *idibem*, p. 17.
[198] Idem, *idibem*.
[199] Idem, *idibem*.
[200] Idem, *idibem*, p.18.

seguinte: «O Mestre de Cerimónias apresenta estes irmãos em loja, anunciando os seus nomes e qualidades.»[201].

Resta, por fim, mencionar o Cobridor, que, tal como o nome indica, devia zelar pela segurança dos trabalhos da loja, ao mesmo tempo que devia advertir o Experto da aproximação de visitantes.

De todos os aspectos mais relevantes da vida de uma loja maçónica, a Cerimónia de Iniciação era, sem dúvida, aquela que mais atenção despertava na vida de um maçon. Era a mais simbólica e mais marcante de toda a sua vida: em primeiro lugar, a sua entrada na Câmara de Reflexão[202], onde se processava o recolhimento sobre si próprio. Era o início de uma nova fase, mais profunda, da sua vida. Os símbolos aí colocados tinham como função auxiliar o candidato na sua integração. A Maçonaria é um método de aprendizagem, levando o «profano» a perceber que ele tem qualidades e defeitos.

Em seguida, o candidato[203] devia apresentar-se com uma manga vestida e outra despida, ficando também com um pé descalço. A manga que estava vestida devia manter-se arregaçada, simbolizando a dualidade do ser humano. Um laço era-lhe colocado à volta do pescoço, simbolizando esse gesto o acto de ficar prisioneiro. E, por fim, era vendado, acto que significava ficar cego perante tudo o que o impedia de ver a verdade.

Esta Cerimónia de Iniciação é do ponto vista simbólico, uma viagem que o candidato faz, das Trevas à Luz, na sua condição de aprendiz. Depois de passar por várias provas, faz finalmente um juramento[204]. Só então, depois de lhe ser retirada a venda, era aceite como maçon. No que diz respeito à iniciação maçónica, funcionava

[201] Idem, *idibem*, p. 18.
[202] MARQUES, A.H. de Oliveira — *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*. Lisboa: Editorial Delta Volume I, p. 248 — «Pequeno aposento escuro, sem janelas, com paredes negras, iluminado apenas com uma vela, onde é introduzido o candidato à iniciação maçónica a fim de meditar e redigir o seu testamento. Simbolicamente a câmara de reflexões representa a terra, o seu materialismo e as suas paixões, opostas à nova vida de luz que o maçon vai iniciar».
[203] Ver Anexo 40 — *Petição de Iniciação* e Anexo 41 — *Ficha interna para registo de maçons.*
[204] MARQUES, A.H. de Oliveira — *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*. Lisboa: Editorial Delta Volume I, p. 373-374 — O Compromisso que o maçon tomava no acto da iniciação e que, com variantes, repetia quando era elevado de grau, assumia a seguinte formulação: «Pela minha honra, de minha livre e espontânea vontade, na presença do supremo arquitecto do universo e desta respeitável loja, juro e prometo, solene e sinceramente, não revelar nunca os segredos e mistérios da Maçonaria actualmente meus conhecidos ou que no futuro venha a conhecer, senão a um bom amigo e legitimo maçon ou numa loja regularmente constituída; a não dizer nem por qualquer forma divulgar o que poder ver e ouvir; ou acidentalmente descobrir dentro ou fora das assembleias maçónicas, sem que para isso haja obtido licença dos cargos superiores, legalmente constituídos, e somente pela forma que me foi indicada; a trabalhar com zelo, constância e regularidade na obra da Maçonaria, procurando a verdade; a amar os meus irmãos, ajudá-los e socorre-los nas suas necessidades. Igualmente juro e prometo observar a constituição e regulamento geral, as leis do Rito Escocês Antigo e Aceite, e o regulamento desta respeitável loja e Grande Oriente Lusitano, e todas as leis maçónicas em vigor.»

como uma «viagem» em três fases, como refere António Arnaut: «A primeira apresenta a infância, idade em que se deve receber a educação. A segunda a adolescência e o complemento da instrução. A terceira destina-se à idade adulta, ou seja, o homem como ser social, comprometido com o seu semelhante, visto nada poder fazer de válido, isoladamente.»[205].

Dos requisitos necessários para se ser maçon não fazia parte qualquer alusão ao estatuto social do candidato. Exigia-se, antes, que este reunisse determinadas condições, tais como: haver atingido a maioridade civil; ter um bom comportamento e reputação; possuir a instrução necessária à compreensão dos princípios da Maçonaria, bem como energia moral para os alcançar; exercer uma profissão honesta, que não só assegurasse a sua subsistência mas também lhe permitisse cumprir as suas obrigações financeiras para com a Ordem, a qual, e convém frisar este aspecto, embora não tendo fins lucrativos, necessitava de dispor de meios com vista à concretização de obras e acções em beneficio da comunidade em que se inseria, ou dos próprios Irmãos[206].

Como se pode verificar, a loja maçónica, para além de ser um espaço de sociabilidade entre maçons, é acima de tudo um local de trabalho, tendo como objectivo final a transformação da «pedra em bruto» em «pedra polida». Por outras palavras, pretende-se a criação de um novo homem que terá uma função a desempenhar no mundo profano a que também pertence. Essa ideia é compartilhada por Armando Hurtado, quando explicita: «por um lado é um recinto ocupado pelos obreiros no seu lugar de trabalho e, por outro lado, à equipa que formavam em cada caso. A Maçonaria simbólica conservou o nome com esse duplo significado, ainda que também esteja generalizado o uso da expressão Oficina de trabalho, com o mesmo valor.»[207].

Sendo um local de sociabilidade, o espaço da loja tinha dentro de si um significado especial para os seus obreiros. Era um local onde, essencialmente, se procurava a verdade. Contudo, essa verdade teria de ser vista nas suas diferentes perspectivas, tal como se infere das palavras de Armando Hurtado: «Os maçons simbólicos procuram a Verdade, nas suas diferentes facetas, mediante uma iniciação que se realiza através de um sistema de símbolos e em fraternidade.»[208].

[205] ARNAUT, António — *Introdução à Maçonaria*. 6ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora, 2006, p. 39.
[206] Neste aspecto, engloba-se a ajuda aos Irmãos incapacitados, bem como às viúvas e aos filhos menores dos Irmãos falecidos.
[207] HURTADO, Armando — *Nós os Maçons*. Maia: Ver o Verso, 2006, p. 107.
[208] Idem, *idibem*.

Numa perspectiva mais abrangente, a loja maçónica tinha um duplo significado. Por um lado, era vista como um local de sociabilidade através das reuniões e, por outro, era ainda um local de sociabilidade, mas vista numa perspectiva de trabalho. Esse trabalho do maçon é representado dentro da loja por um bloco de pedra em bruto colocado à esquerda e um bloco de pedra polida colocado à direita. Estas duas pedras simbolizam o trabalho do maçon no seu processo de aprendizagem moral e espiritual.

Como destacou Luis Martin, as lojas maçónicas eram locais de sociabilidade pluriformal, ou seja, eram espaços normativos que acompanhavam a socialização e que tinham uma funcionalidade diversa — educativa, espiritual, cultural e política —, pelo que também eram lugares onde o simbolismo elaborava uma apropriação desse mesmo espaço[209]. O espaço da loja era, assim, um local onde se desenvolviam várias funções, destacando-se a discussão, reunião e o trabalho.

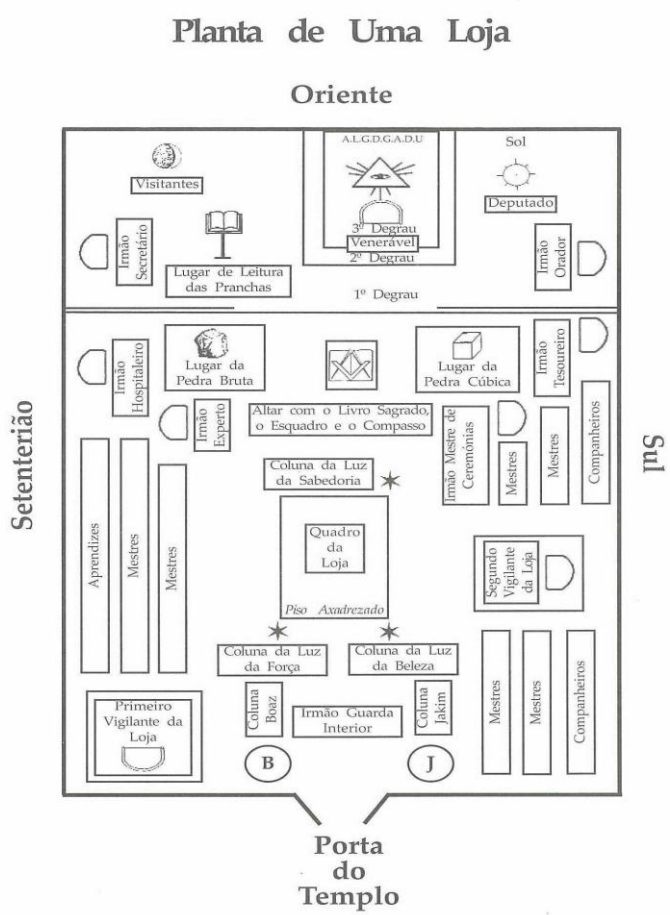
Sendo um local com estas características, o seu principal objectivo era transformar e formar homens, criando entre deles um método novo de postura perante toda a sociedade. Isto seria atingido através do trabalho interior e individual, mas também através do trabalho colectivo[210].

Pelo exposto, pode referir-se a trilogia maçónica como sendo Templo, Oficina e Escola. Oficina, isto é, um local onde o homem se vai renovando; Escola englobará a aprendizagem que o homem vai adquirindo; e, finalmente Templo, configuração simbólica que envolve aquele espaço.

No que respeita à constituição do espaço, podemos dizer que a loja maçónica tem uma forma rectangular. A luz penetra pelo Oriente e irradia por todo o espaço para combater a obscuridade e a ignorância. A porta de uma loja maçónica faz a separação com o mundo profano. Todo o maçon que entra numa loja procura a luz.

Quanto ao recinto, é formado por rectângulos pretos e brancos que significam a diversidade. À volta deste soalho encontram-se três candelabros, cada um deles com um significado — Saúde, Beleza e Sabedoria. Como já foi referido anteriormente, é neste local que estão colocadas duas pedras: uma pedra polida, que simboliza o estado do profano, e uma pedra talhada, que simboliza o fruto do trabalho do maçon, quando adquire a luz do conhecimento. No meio da parede existe uma corda com doze nós, que simboliza a cadeia de união entre os diversos maçons.

[209]Cf. MARTIN, Luis P. — *As Lojas Maçónicas um modelo de Sociabilidade Pluriformal*. «Revista Hispânia». Madrid, 2003.p.523-549.
[210] Idem, *idibem.*



Fonte: HURTADO, Armando — *Nós Os Maçons*. Maia: Ver o Verso, 2006, p. 109

A Oriente da loja há sempre um Triângulo Equilátero, um delta luminoso, com um olho no seu interior — que vê tudo. Esta forma geométrica traduz a perfeição e simboliza a união, uma vez que unifica os contrastes do número 3 — os três pilares que sustentam a loja (Força, Beleza e a Sabedoria). Junto à cadeira do Venerável da loja, encontra-se um Altar onde estão colocadas as três grandes luzes e onde se presta o juramento perante o Esquadro, o Compasso e o Grande Livro Sagrado. Estes três elementos são fundamentais para a Maçonaria. O primeiro simboliza a regularidade e a perfeição dos trabalhos; o segundo representa a busca da verdade, da prudência, da justiça e da temperança. No que respeita ao Livro Sagrado, este tanto pode ser a Bíblia como a Constituição. Pretende-se com tudo isto demonstrar a necessidade de estabelecer a tolerância.

A sessão de loja vem provar que todo o seu espaço envolvente é um local perfeito de sociabilidade entre os diversos obreiros. Quando termina a reunião de uma loja e

antes mesmo de os seus obreiros regressarem ao mundo profano, que é como quem diz à vida normal, há um momento em que se forma a cadeia de união. De mãos dadas, sem luvas, e de braços entrecruzados, os maçons fazem uma pequena oração/juramento. É um momento de sociabilidade entre todos e que se vai propagar para fora do templo[211].

A Constituição do Grande Oriente Lusitano Unido — Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa — faz referência, no seu Capítulo III, a vários aspectos quer do funcionamento de uma loja maçónica quer da sua orgânica social[212].

Através de uma análise cuidada das fontes, nomeadamente de algumas actas das reuniões, ficámos a saber de alguns temas tratados em reuniões de lojas maçónicas e das preocupações dos respectivos maçons. Verifica-se a existência de uma preocupação marcante, por parte dos elementos das lojas, em tornar a Maçonaria uma organização forte, pois só assim o país se poderia desenvolver em todos os sentidos.

Outras actas referem a iniciação de outros "Irmãos" e, a esse propósito, verifica-se que o ritual envolvente tem como objectivo principal criar naquele novo obreiro firmeza de carácter, honestidade e lealdade no cumprimento das leis e regulamentos maçónicos. Temas como a Solidariedade e a Beneficência aparecem referenciados em algumas das actas das lojas maçónicas do Porto durante o período cronológico em estudo.

Os temas tratados pela Maçonaria são variados, incidindo em diversos aspectos da vida social e política, nunca abandonando a forte matriz anti-clerical. Todas as actas demonstram bem o carácter interventivo desta organização dentro da sociedade portuense da época. Existem, no entanto, grandes lacunas cronológicas nas actas que consultámos. Mesmo assim, tendo em conta a raridade destas fontes, bem como os objectivos que nos propusemos, a sua utilização pareceu-nos relevante.

Pensamos, no entanto que esta questão da sociabilidade é bastante importante no ponto de vista da integração do maçon, não só no espaço da loja como dentro da sociedade em que está integrado. Assim a cerimónia de iniciação maçónica, deverá ser vista como o primeiro, e mais importante aspecto da sociabilidade entre todos os maçons. Ao ser aceite dentro da loja maçónica, o candidato, vence o primeiro grande obstáculo para a sua integração dentro da organização maçónica, bem como para a sua socialização dentro da Maçonaria.

[211] Cf. HURTADO, Armando — *Nós os Maçons*. Maia: Ver o Verso, 2006

[212] Por nos parecer um documento importante para este trabalho, reproduzimo-lo na íntegra, em anexo. Ver Anexo 42 — *Constituição do GOL IIIª parte*.

Tal como nos Centros Republicanos, de que já falamos no anterior capitulo, a sociabilidade dentro da loja maçónica, ultrapassava e muito o âmbito da reunião de loja. Ela podia e deveria estar presente em todas as vivências dentro de uma loja. Desde um banquete[213] até ao diálogo mais íntimo, existiam diversas ocasiões de sociabilidade entre os maçons. Quanto mais sociável fosse o maçon, ou o candidato a maçon, mais fácil seria para a Maçonaria fazer vingar os seus ideais no mundo profano.

3.2. Os Triângulos Maçónicos

Depois de nos termos debruçado, no ponto anterior, sobre a loja maçónica como espaço de sociabilidade, parece-nos relevante determo-nos, agora, no espaço do Triângulo maçónico. Antes de mais importa dizer o que é esse espaço. Segundo Oliveira Marques, «é uma oficina composta de três a seis maçons — três dos quais, pelo menos, decorados com o grau de Mestre —, constituída em locais onde não é ainda possível existir uma loja. Pode ser criada por iniciativa, quer de uma loja, quer de um Mestre maçon activo. Os triângulos foram criados em Portugal pela Constituição de 1886, tendo surgido os primeiros em Viana do Castelo e em Chaves, em 1893.»[214].

Importa salientar que os Triângulos apareciam somente em locais onde não se constituíssem lojas. Cada triângulo deveria compor-se por um mínimo de três elementos e não mais do que seis. Eram filiados numa loja simbólica ou directamente subordinada ao Conselho da Ordem. A sua criação era feita pelo Grão-Mestre.

Qualquer loja da obediência podia tomar a iniciativa da criação de um triângulo. Contudo, na localidade onde se formava o triângulo deviam residir pelo menos três dos seus obreiros. A fim de serem iniciados para a constituição de qualquer triângulo, os profanos tinham de satisfazer os predicados para serem admitidos em qualquer loja. Os triângulos deveriam ter um certificado de constituição passado pela loja.

Após a sua constituição, era necessário lavrar actas em duplicado, uma das quais seria entregue ao seu presidente e outra na sua loja-mãe. Todos os Irmãos dos triângulos teriam a protecção da Maçonaria. No que diz respeito às suas sessões, estas deveriam ser simples, dispensando formalidades rituais, podendo realizar-se em casa própria. Antes do acto da iniciação, os candidatos deveriam responder a um questionário,

[213] Ver Anexo 43 – *Ritual de Banquete Maçónico*.
[214] MARQUES, A. H. de Oliveira — *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*. Lisboa: Editorial Delta, 1986, Volume II, p. 1442.

indicando: nome, idade, naturalidade, estado civil, profissão, residência; além disso, deveriam declarar se pertenciam a alguma associação e quais os cargos que desempenhavam, se eram eleitores e qual o motivo que os levaram a pertencer à Maçonaria.

Depois de ter respondido ao questionário, o candidato deveria fazer um juramento. As suas respostas seriam então enviadas à loja-mãe que deveria transmitir ao triângulo o seu veredicto final.

Nos registos de cada triângulo são indicados alguns aspectos tais como: número, localidade, distrito e concelho, nome simbólico, número de registo de cada obreiro, indicação da morada do presidente e número e data de decisão para a criação do triângulo[215].

Tendo em conta o que foi referenciado, parece-nos importante para este trabalho verificar os triângulos que tiveram ligações a lojas maçónicas da cidade do Porto, no período da 1ª Republica.

Quadro 13. Triângulos Maçónicos com ligações a Lojas da Cidade:

Triângulos	Localidade	Duração	Loja Mãe
Nº 50	Amarante	1904/1914	Liberdade e Progresso
Nº 132	Cabeceiras de Basto	1910/1912	Liberdade e Progresso
Nº 24	Celorico de Basto	1901/1914	Liberdade e Progresso
Nº 131	Espinho	1910/1914	Liberdade e Progresso
Nº 129	Penafiel	1910/1913	Liberdade e Progresso

Fonte: *Boletins Oficiais do Grande Oriente Lusitano,* 1910 a 1926. Lisboa: Grande Oriente Lusitano Unido.

Das lojas existentes na cidade do Porto, somente a Loja Liberdade e Progresso possuía triângulos. As fontes consultadas não nos indicam mais nenhuma loja portuense com triângulos maçónicos. Outro aspecto digno de registo é que a sua duração foi relativamente curta. Veja-se o caso, por exemplo, do Triângulo nº 132, de Cabeceiras de Basto: a sua duração foi somente de dois anos; o caso de maior longevidade, foi o do Triângulo nº 24, de Celorico de Bastos, que durou treze anos.

Finalmente, atente-se nas datas em que aqueles triângulos deixaram a sua actividade. Dos cinco mencionados, três deles fecharam portas no ano de 1914, precisamente na altura da cisão. Será isso um reflexo da crise que se tinha instaurado na

[215] *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido,* 1898. Lisboa: Grande Oriente Lusitano Unido, 1898.

Maçonaria? É bem possível que assim fosse. No entanto, as fontes consultadas nada dizem a esse respeito. As mesmas fontes não fazem qualquer referência à existência de mais triângulos maçónicos nos períodos subsequentes, o que nos levaria a concluir, com reservas, que eles não existiram. As nossas reservas prendem-se com alguns indícios que detectámos na documentação consultada de que poderiam ter sido formados outros triângulos. Por exemplo, uma carta datada de 1923, da Loja Luz e Vida nº 325, menciona um Delegado Maçónico para Castelo de Paiva, que teria como função a abertura de um triângulo maçónico naquele local e que ficaria sobre a influência da Loja Luz e Vida.

Apesar das fontes relativas a esta temática não serem conclusivas, existem alguns dados sobre o movimento de triângulos a nível nacional, que nos parece interessante destacar: em 1920, existiram 29 triângulos tendo, esse número descido, no ano seguinte, para 25 triângulos.

Pensamos, no entanto, que alguns destes triângulos acabaram por ser transformados em lojas maçónicas, devido ao aumento dos seus obreiros; é preciso ter em conta que, quando o número de irmãos era de sete, o triângulo se transformava automaticamente em loja.

3.3 Estudo de Casos

Para aprofundar o conhecimento sobre as lojas maçónicas, seleccionámos duas lojas da cidade do Porto — Progredior e a Libertas. Cada uma delas tem um historial diferente; no entanto, ambas apresentam convergências em vários aspectos da sua vivência dentro da sociedade portuense, nomeadamente no que diz respeito ao seu aspecto interventivo. É, contudo, importante salientar o facto de as fontes disponíveis serem em maior número para a loja Progredior, uma vez que grande parte da documentação da loja Libertas, foi destruída.

3.3.1. Loja Libertas

Oliveira Marques caracteriza a loja Libertas da seguinte maneira: «[…] Nº 300, loja do REAA instalada no Porto em 1909. Capitular em 1910, abateu colunas em 1924. Levantou-se no ano imediato para desaparecer de vez em 1929.»[216].

Esta loja maçónica tinha a sua sede na Rua do Laranjal, nº 185 3º andar, na cidade do Porto.

No que diz respeito aos obreiros que compuseram a loja Libertas nº 300, antes da implantação da República e nos dois anos subsequentes a este acontecimento, o *Anuário do Grande Oriente Lusitano* refere o seguinte: «Deu os melhores dos seus obreiros para a falange de patriotas, que tomou a peito a defesa da República e se constitui na sua essência com dedicados irmãos das lojas regulares desta cidade, engrossada por elementos profanos mas todos ardendo no mesmo fogo sagrado»[217].

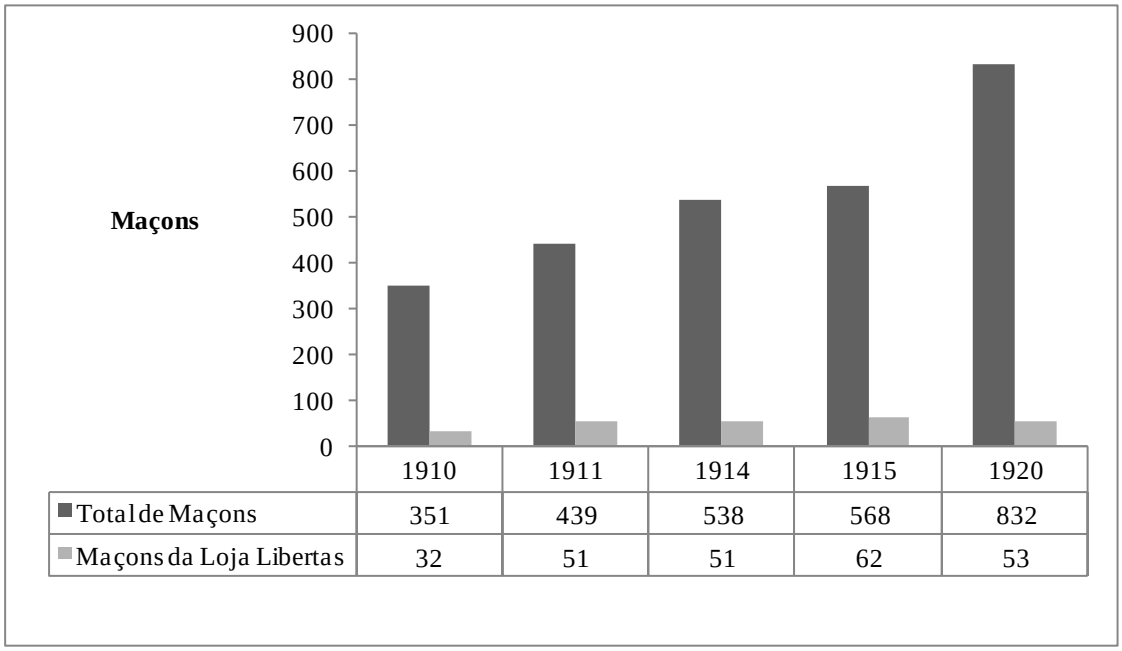
A mesma fonte refere ainda o sacrifício feito por todos os obreiros desta loja em prol da sociedade portuense; ele foi de tal forma considerável que o autor compara os obreiros a soldados, como se pode constatar do seguinte trecho: «Todos os soldados, que o quadro destacou para aquele serviço, cumpriram galhardamente a missão, de que espontaneamente se haviam encarregado; todos sacrificaram tempo e dinheiro»[218].

No que diz respeito aos seus obreiros, a mesma fonte enumera não só os cargos que desempenharam, como também os locais onde a sua força foi visível: «Os obreiros, que exerceram diversos cargos oficiais e particulares — senadores, administradores de concelho, regedores, membros das Câmaras Municipais e juntas da paróquia e de corpos gerentes do Asilo de S. João do Porto e Vintém de Escolas, associações políticas, beneficentes, recreativas — têm estado em constante actividade na propaganda, estendendo o raio de acção pela democracia, pela pátria e pela humanidade até onde lhes é possível»[219].

Para dar uma ideia de como esta loja foi evoluindo ao longo do tempo, ao nível de obreiros, apresenta-se um gráfico seguinte que reúne elementos recolhidos nos *Boletins Oficiais da Maçonaria* referentes aos anos de 1910 a 1920.

[216] MARQUES, A. H. de Oliveira — *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*. Volume II. Lisboa: Editorial Delta, 1986, p. 872.
[217] *Anuário dos seus Trabalhos 1910 e 1911*. Lisboa: Grande Oriente Lusitano Unido, 1912, p. 151-152.
[218] Idem, *ibidem.*
[219] Idem, *ibidem.*

Gráfico 3. Evolução do número de obreiros da loja Libertas nº 300, em comparação com total de maçons da cidade (1910/1926):



	1910	1911	1914	1915	1920
Total de Maçons	351	439	538	568	832
Maçons da Loja Libertas	32	51	51	62	53

Fonte: *Boletins Oficiais do Grande Oriente Lusitano Unido*, 1910 a 1920. Lisboa: Grande Oriente Lusitano Unido.

A loja Libertas nº 300 foi aumentando o seu número de obreiros durante os anos de 1910 a 1915, acompanhando o ritmo de crescimento do total de obreiros da cidade. O crescimento parece assim evidente. Porém, no ano de 1920, o total de obreiros da loja Libertas sofreu um decréscimo, não acompanhando a tendência de crescimento acentuado que se verificou em outras lojas da cidade. Mais uma vez se pode concluir que, no período que se estende de 1914 a 1926, ou seja, o período da cisão, houve um aumento do número de obreiros no Porto, o que prova a importante capacidade de mobilização exercida pelas lojas maçónicas nesta cidade.

Como já foi referenciado anteriormente, esta loja maçónica deu grande importância às obras de beneficência, nomeadamente ao Asilo de S.João, cuja direcção integrava muitos dos seus obreiros. Alguns deles desempenharam cargos de grande importância nas diversas vereações da Câmara Municipal[220]. Nomes como os de Luís Ferreira Alves, António Joaquim de Sousa Júnior, Pedro Tavares Mendes Vaz, António Oliveira Ferreira e José Ribeiro, pertencentes à Loja Libertas nº 300, fizeram parte de diversas vereações da Câmara Municipal do Porto. Outros nomes poderão ainda existir, relacionados com esta loja, no entanto, as fontes não são conclusivas a esse respeito.

[220] Ver o anexo das *Restantes Vereações Municipais*.

De todas estas personalidades ligadas à loja Libertas nº 300, destaque-se a do médico António Joaquim de Sousa Júnior, que foi Presidente do Senado da Câmara Municipal do Porto, durante três anos, ou seja, de 14 de Outubro de 1921 a 22 de Outubro de 1924. A sua filiação maçónica remonta ao ano de 1909, data em que foi iniciado na loja União e Liberdade dos Açores, com o nome simbólico de Lister. Passou mais tarde para a Loja Libertas nº 300, nesta cidade do Porto. A sua vida política começou com uma filiação no Partido Progressista[221], mais tarde entrou no Partido Republicano, fazendo parte do seu Directório no ano de 1913.

No ano de 1910, António Joaquim de Sousa Júnior, tinha 39 de idade. Foi um dos mais conceituados médicos da cidade do Porto. Tal como é referido por Gaspar Martins Pereira, «no primeiro aniversário da revolução republicana, o semanário Povo Livre, num painel intitulado «5 de Outubro — Viva a República!», incluía a fotografia de Santos Silva e a dos seus colegas Alfredo Magalhães, Sousa Júnior e Álvaro Pimenta, ao lado das de João Chagas, Afonso Costa e Bernardino Machado»[222].

A vida cívica de António Joaquim de Sousa Júnior fica marcada pelo combate contra o analfabetismo, uma das grandes batalhas que a Maçonaria travou, empenhou-se na criação de escolas móveis para adultos analfabetos «A instrução popular foi o ramo que lhe mereceu mais atenção, nomeadamente em tudo que se referia à luta contra o analfabetismo. Criou Escolas Móveis com cursos diurnos e, para adultos, nocturnos, as quais foram espalhadas por todo o país, tendo tomado, com o andar do tempo, grande incremento»[223] . Foi Ministro da Instrução entre 9 de Janeiro de 1913 e 9 de Fevereiro de 1914, criando nessa época a Faculdade de Direito de Lisboa. Fez parte do governo de José Domingues dos Santos (da Esquerda Democrática), entre 1924 e 1925, onde mais uma vez chefiou a pasta da Instrução.

Durante o seu mandato como Presidente do Senado da edilidade portuense, preocupou-se, entre outras causas sociais, com a protecção à infância desvalida. Ao mesmo tempo, dotou a cidade do Porto de uma série de infra-estruturas de higiene e de saúde pública, até então inexistentes, de que se destaca «a instalação dos serviços de limpeza no edifício do antigo matadouro, a extinção de lixeiras da cidade, a aquisição de moderno equipamento para varrer e lavar as ruas, substituição das antigas instalações do

[221] Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira (coord) — *Parlamentares e Ministros da 1ª República (1910/1926).* Lisboa: Edições Afrontamento, 2000, p. 418.
[222] PEREIRA, Gaspar Martins (coord) — *Eduardo Santos Silva Cidadão do Porto (1879/1960)*. Porto: Campo das Letras, 2002, p.33.
[223] Idem, *ibidem*, p. 103-104.

canil por outras mais adequadas, construção de um forno crematório para incinerar cães vadios e criação de um estabelecimento de vários postos de vacina contra a varíola na cidade.»[224].

António Joaquim de Sousa Júnior, numa carta datada de 1925, dirigindo-se a Eduardo Santos Silva, com quem compartilhava o seu consultório da Rua Formosa, desde 1910, e, certamente, as actividades partidárias, diz o seguinte «Que saudades de belos tempos — os de 1909 e 1910 — em que vivemos horas de uma alegria incomensurável e duma esperança carinhosa do advento da República! Não voltam infelizmente para mim horas como essas»[225].

Este republicano e maçon também compartilhou a sua vida ao lado de grandes vultos republicanos, como Afonso Costa, João Chagas e Bernardino Machado. Sobre ele escreveu Eduardo Santos Silva, fazendo referência ao seu cariz patriótico de homem que defendia uma mudança da nação: «A atmosfera política em 1909 era de um intenso fervor patriótico. Todos sentiam a necessidade de rasgar novos destinos à vida da nação. Impossível continuar aferrado a um sistema aniquilador das energias cívicas. As mais altas figuras da intelectualidade portuguesa põem-se á frente desse movimento, que foi avassalador; não têm em mira um sucesso imediato, mas tão-somente a aspiração de contribuírem para a dignificação do país. O Dr. Sousa Júnior tinha sempre revelado não ser uma pessoa para se confinar na torre de marfim do laboratório e da cátedra. O seu espírito apaixonou-se sempre por tudo quanto se referisse a assuntos de medicina social. Uma personalidade desta compleição moral, não podia ficar inactiva e não ficou. O Dr. Sousa Júnior, desprezando as vantagens e as comodidades egoístas duma situação de conformismo, lançou-se ardorosamente, de peito descoberto e de alma altiva, na luta política, tomando parte do congresso do Partido Republicano Português, realizado no Porto antes da proclamação da República, intervindo em muitas das elevadas discussões que nessa Assembleia se travaram» [226].

A sua vida também esteve ligada à imprensa portuense, nomeadamente ao jornal *A Montanha*, publicação que patenteava fortes ligações à Maçonaria da cidade do Porto.

Esta loja maçónica integrava obreiros de outros quadrantes políticos, referimo-nos nomeadamente a José Ribeiro, que era socialista. Nos anos oitenta do século XIX, foi

[224] SOUSA, Fernando (coord) — *Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822/2009)*. Volume II. Porto: Editora Cepese, Abril de 2009, p. 442.
[225] PEREIRA, Gaspar Martins (coord) — *Eduardo Santos Silva Cidadão do Porto (1879/1960)*. Porto: Campo das Letras Editores, 2002, p. 241
[226] Idem, *ibidem*, p. 103.

provavelmente o mesmo que, três décadas antes, desempenhou um papel-chave nos primórdios do Partido Socialista e, colaborador regular do Jornal *O Operário*[227]. Da vida cívica de José Ribeiro, pouco se sabe. No entanto, algumas informações são nas transmitidas por Maria João Castro, na sua Tese de Mestrado.

A sua vida como redactor do Jornal *O Operário* começa no ano de 1879. Os seus artigos foram sempre assinados através de um pseudónimo — João Ricardo. José Ribeiro «será a figura central do jornal e do movimento socialista portuense no inicio dos anos oitenta […] Embora revelando uma cultura superior à dos seus companheiros, identificava-se como operário sapateiro e filho de um agricultor de província, mas outros colaboradores do *Operário* caracterizavam-no como um jovem "pensador", com "razão esclarecida e inteligência bem desenvolvida e que se dedica a estudos sérios." […] Em Maio de 1881, regressava ao partido socialista e ao jornal passando a ser o grande teórico do movimento socialista portuense, tentando guiar esse movimento no sentido do marxismo. Nesse sentido, era eleito Presidente do Conselho de Círculos do Partido Socialista no Porto e seria uma das figuras proeminentes da Conferência Socialista, realizada em 1882, em que vê aprovadas muitas das suas propostas e, sobretudo, o programa do Partido por ele elaborado.»[228].

A nível da Câmara Municipal do Porto, no período da 1ª República, fez parte da minoria socialista presente na edilidade portuense. Desempenhou o cargo de vereador nos anos de 1914, 1916, 1917 e 1920. Já no ano de 1921, fez parte da Comissão Executiva da Câmara do Porto, como substituto. Cargo esse, que, lhe viria a ser atribuído novamente no ano de 1922 e 1926, aqui também com o cargo de 2º Secretário da Câmara Municipal desta cidade. No ano de 1926, o seu nome foi proposto para integrar a Comissão de Finanças da Câmara Municipal, conjuntamente com Joaquim Gomes de Macedo, Antero de Albuquerque e Dias da Silva.

As fontes consultadas não são muito clarificadoras no que respeita ao seu papel dentro da Câmara Municipal. No entanto, e através da leitura de algumas actas da

[227] CASTRO, Maria João — *O Operário (1879/1882)*. Porto: FLUP, 2000, p. 8 — «O Jornal *O Operário*, publicado entre 1879 e 1882. Este periódico constituiu uma fonte de grande importância para a compreensão do movimento socialista portuense e até português na segunda metade do século passado. *O Operário* funcionou, numa primeira fase, como porta-voz dos interesses da Associação dos Trabalhadores do Porto e, a partir de Outubro 1880, como órgão oficial do partido dos operários socialistas portuenses. Tratava-se, pois, de um jornal com o objectivo principal de fazer a propaganda política a favor das principais ideias do socialismo português e internacional».

[228] Idem, *ibidem*, p. 54.

edilidade portuense ficamos com a ideia de que José Ribeiro sempre defendeu os interesses da minoria socialista de que fazia parte.

A Loja Libertas nº 300 foi sem dúvida alguma uma das lojas maçónicas mais importantes da cidade durante o período da República, a sua intervenção foi marcante não só dentro da sociedade portuense como também a nível nacional.

Um documento desta loja, datado de Junho de 1912, menciona um dos problemas mais graves que grassava em Portugal — a emigração. Segundo esta fonte, e antes mesmo de nos apontar soluções, a loja Libertas sempre se teria ocupado deste problema, estudando-lhe as causas e apontando possíveis soluções.

Todo este documento é uma chamada de atenção para o drama da emigração, procurando funcionar como um alerta para evitar a saída de pessoas para o estrangeiro. No entanto, coloca a tão almejada liberdade em lugar cimeiro, como sendo um direito inalienável do ser humano: «É certo que o homem deve ter a liberdade de escolher o ponto da terra onde deseja fixar-se, liberdade sagrada que ninguém tem direito de cortar.»[229].

Neste documento reconhece-se também que Portugal se encontra em crise, devido essencialmente a uma crescente carestia dos bens de primeira necessidade. Os obreiros desta loja encaram o problema de frente e, ao constatarem que quem mais sofre é o povo que vê a sua família dominada pela fome devido às condições precárias da vida, pretendem, também, apontar soluções para este grave problema, que subsiste em todo o país.

A mesma fonte reconhece, contudo, que estes problemas não existem só em Portugal, mas atravessam fronteiras, encontram-se em todo o mundo onde os problemas económicos estão latentes. Cabe às autoridades portuguesas agir, alertando para as condições de vida em que vivem muitos dos nossos emigrantes.

A necessidade premente de resolução deste problema faz com que a loja Libertas nº 300 tente, neste documento, indicar um caminho e, com essa finalidade, coloca a questão de haver, ou não, trabalho em Portugal: «De facto haverá falta de trabalho em Portugal? Nas obras públicas decerto. Nas cidades, no comércio e nas indústrias a crise do trabalho é inegavelmente uma realidade. Mas na agricultura? Não haverá já terra para trabalhar? Que respondam a imensidade da charneca alentejana, os baldios e toda a

[229] Arquivo da Fundação Mário Soares — Fundo Simão Raposo: Documento da loja *Libertas nº 300*, Junho de 1912, p.1.

enorme extensão dos incultos, constituídos por magnífica terra estuante de seiva a estremecer de vida, transbordante de fecundidade latente»[230].

Outro alerta dos obreiros desta loja é dirigido ao povo, pois é necessário que o povo tenha amor ao solo português e ganhe consciência que qualquer trabalho pode ser dignificante. É esse o teor do seguinte trecho: «desfaça no seu espírito o preconceito da hierarquia no trabalho, isto é, fazer-lhe ver que nenhum trabalho avilta e nenhuma profissão deslustra.»[231].

As soluções que apontam para a resolução deste problema passam, acima de tudo, por indicar um caminho que para os obreiros desta loja é a ida para as colónias portuguesas, «onde a sua, a nossa, grande raça portuguesa, levando a sua energia e a sua inteligência nativamente adaptáveis à aquisição de novos conhecimentos, muito, e talvez decisivamente, contribuirá para as transformar, de simples ornamento, que só serve para fazer figurar o nosso país na política internacional, em que um auxiliar profícuo da metrópole, que a coadjuve na sua economia interna»[232].

Os Republicanos, tal como refere Maria Cândida Proença «incorporaram no seu discurso cultural e político a defesa e salvaguarda, manutenção e desenvolvimento dos territórios ultramarinos como um dos vectores fundamentais da sua propaganda política»[233]. Segundo a autora, os republicanos defendiam quatro propostas para que as colónias se desenvolvessem a nível económico, entre elas: «a implantação de uma rede ferroviária nas colónias que ligasse o litoral ao interior e permitisse o escoamento dos produtos autóctones; o desenvolvimento da agricultura e da pecuária; a progressiva libertação das peias mercantilistas que impossibilitaram a criação de riqueza; e a fixação de colonos europeus que promovessem o efectivo desenvolvimento económico e civilizacional»[234]. No entanto, estes projectos acabaram por não serem concretizados, devido, essencialmente aos problemas financeiros existentes.

Preocupados com o bem-estar das gentes e com um rumo para o país, estes maçons da loja Libertas interrogavam-se sobre as soluções que poderiam travar esta crescente emigração para o estrangeiro, em diversas regiões do país. Mais uma vez, a loja Libertas nº 300 indica possíveis caminhos, entre eles sugere que se levem a cabo acções de

[230] Idem, *ibidem*, p.2.
[231] Idem, *ibidem*.
[232] Idem, *idibem*.
[233] PROENÇA, Maria Cândida — *A Questão Colonial*. In ROSAS, Fernando; e ROLLO, Maria Fernanda — *História da Primeira Republica*. Lisboa: Tinta da China, 2009, p. 205.
[234] Idem, ibidem, p. 217-218.

propaganda, não só nos jornais, essencialmente da província, como também em palestras nos Centros Republicanos (e, mais uma vez, verificamos a existência de uma forte ligação entre os Centros Republicanos e a Maçonaria): «onde todos os oradores abordem o assunto da emigração, demonstrando os seus inconvenientes e solicitando a Imprensa a publicação de artigos elucidativos dos males que ela pode trazer ao nosso país»[235].

Outro dos aspectos dignos de registo e pelo qual a Maçonaria pugnou foi o cumprimento da lei, exigindo que as autoridades da República cumprissem as leis que regiam a emigração da população portuguesa.

Finalmente, esta loja portuense pugnava pela criação de medidas de fomento que evitassem a emigração para o estrangeiro de um grande número de pessoas que de algum modo pudessem ser úteis ao desenvolvimento nacional. Para tal, a loja portuense Libertas propôs, segundo a fonte mencionada, as seguintes medidas: realizar o projecto sobre a irrigação de terrenos, visto ser necessário prover às beneficiações e melhoria desses terrenos; fomentar a criação de gados, montando o Estado os postos necessários; animar e a indústria de sericicultora; desenvolver a cultura do algodão na metrópole; aperfeiçoar e aumentar as indústrias de conservação e exportação de frutos[236].

Parece-nos evidente que, no aspecto interventivo e mesmo reivindicativo, esta loja da cidade fez um trabalho, que em boa medida contribuiu para que alguns dos problemas da sociedade portuense, e mesmo nacional, fossem resolvidos. Era isso, afinal, o que se pedia à Maçonaria — que ela fosse o braço direito da instituição republicana.

No entanto, esta loja portuense, numa carta datada de 13 de Janeiro de 1914, faz alguns considerandos em relação à situação que se vivia em Portugal e também no seio da Maçonaria portuguesa. Seria já o prenúncio de uma cisão? Parece-nos bem possível que assim fosse, pois a mesma fonte deixa transparecer isso mesmo, quando refere: «Proponho que a loja Libertas, na plena convicção de que cumpre um alto dever, isento de qualquer suspeita ou de qualquer intuito, que não seja só o de ver debelado um grave perigo que ameaça a Nação, prancheie ao Conselho da Ordem e a todos os demais corpos superiores, pedindo que interponham a sua poderosa acção junto de todos os

[235] Arquivo da Fundação Mário Soares — Fundo Simão Raposo: Documento da loja *Libertas nº 300*, Junho de 1912, p. 2.
[236] Ibem, *ibidem*, p. 4.

nossos Irmãos, a fim de ver terminar por uma vez, tão desastradas atitudes, que nos conduzem fatalmente a calamidades públicas irremediáveis»[237].

3.3.2 Loja Progredior

Se a loja Libertas teve um papel preponderante dentro da sociedade portuense no período da República, como acabamos de ver, o que dizer da loja Progredior nº 272?

Segundo Oliveira Marques, a loja Progredior nº 272 é «uma loja do REAA, instalada no Porto em 1906. Capitular[238] em 1908, areopagita[239] em 1914, esteve separada, de 1914 a 1926, do Grande Oriente Lusitano Unido acompanhando a dissidência do Supremo Concelho. Abateu colunas durante a clandestinidade»[240]. Esta loja tinha também a sua sede na Rua do Laranjal nº185, na cidade do Porto.

Uma questão parece ser bastante pertinente, que é saber o motivo da criação desta loja no ano de 1906. A sua fundação está inteiramente relacionada com a situação em que se encontrava a Maçonaria portuense durante aquele ano. Naquela altura, segundo o *Anuário do Grande Oriente Lusitano,* «existiam nesta cidade as lojas Luz do Norte e Libertas, ambas liberais e democráticas e a loja *União*, conservadora e reaccionária, que mais tarde se tornou irregular»[241].

Segundo esta fonte, «atravessa-se então uma fase gravíssima, em que a Maçonaria era chamada ao campo de luta contra a reacção clerical, pois esta, que até tinha caminhado cautelosa e prudente, trabalhando sempre, é certo, mas trabalhando na sombra, sem dar nas vistas nem chamar sobre si a atenção do povo liberal, agora mudava de táctica, passando da defensiva á ofensiva e procurando afrontar-nos por todos os meios, desde a esfera governativa, em que predominava, até às próprias manifestações colectivas nas ruas»[242].

A Maçonaria da cidade do Porto estava pois adormecida e não conseguia reagir a esta situação tão grave, estando totalmente paralisada naquilo que deveria ser uma

[237] Ver Anexo 44 — *Carta da Loja Libertas nº 300*, 13/1/1914.
[238] MARQUES, A. H. de Oliveira — *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*. Volume I. Lisboa: Editorial Delta, 1986, p. 257. Capitular — Loja do REAA, ou do RF, que contava entre si sete ou mais membros decorados com o grau 18º (ou 7º), podendo, por conseguinte, constituir um capítulo.
[239] Areopagita — No REAA, é a denominação genérica das lojas filosóficas dos graus 19º ao 30º.
[240] MARQUES, A. H. de Oliveira — *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*. Volume II. Lisboa: Editorial Delta, 1986, p. 1165.
[241] *Anuário do Grande Oriente Lusitano Unido* 1910 a 1911. Lisboa: Grande Oriente Lusitano Unido, 1911, p. 150-151.
[242] Idem, *idibem*.

reacção contra o domínio clerical. Segundo o documento, «o inimigo, aproveitando-se desse sono prolongado, que ele supunha, com fundadas razões, ser sinal de fraqueza, despedia contra nós as suas ironias desdenhosas e tratava-nos como adversários ridículos»[243].

A Maçonaria portuense considerava esta situação intolerável, pois significava que toda a sua força e prestígio lhe estavam a fugir. Havia que unir fileiras à sua volta e procurar estabelecer entre as lojas da cidade, até então afastadas, uma harmonia e juntar esforços para criar uma nova Maçonaria portuense. No documento, em referência à cidade do Porto, pode ler-se: «A cidade do Porto fora sempre uma cidade liberal. Se parecia ter esquecido as suas honrosas tradições, cumpria-nos a nós maçons, e seus filhos, despertar lhe os brios ainda não de todo extintos»[244].

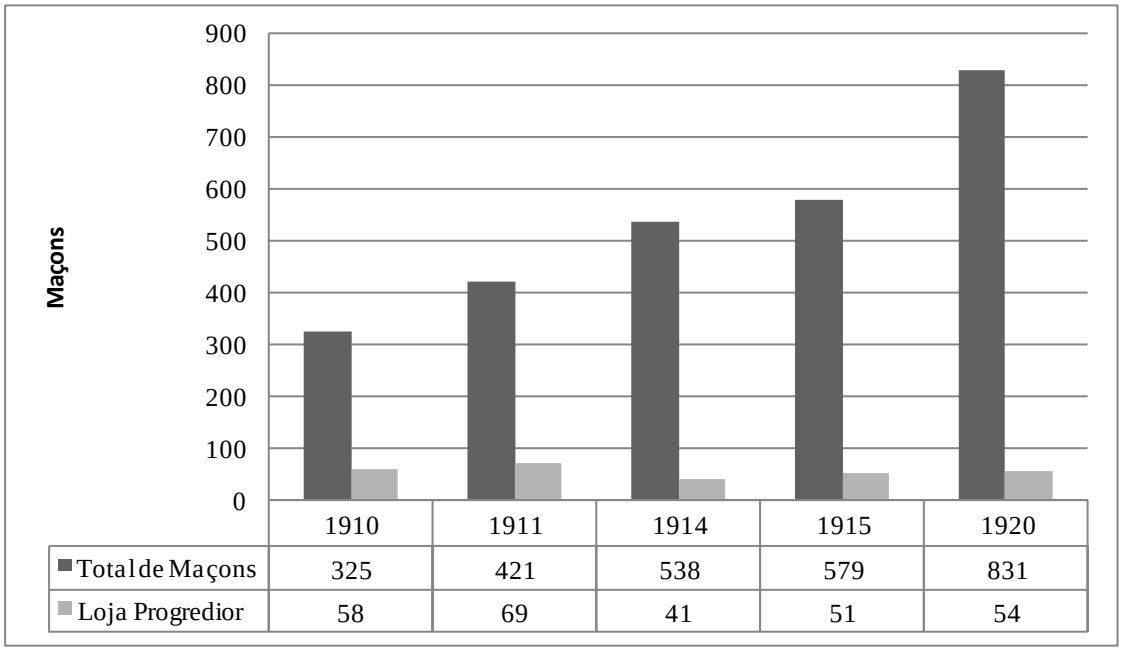
Ao verificarem que a situação das lojas da cidade do Porto estava a chegar a um caos, sete obreiros da loja Liberdade e Progresso resolveram então fundar uma nova loja maçónica, a loja Progredior. Quais seriam então os objectivos desta nova loja maçónica? A fonte consultada refere que a loja se formara «com a missão especial, senão a única, de trabalhar para restabelecer a harmonia entre as lojas, oferecendo-lhes um terreno neutro, onde se pudesse efectuar esta aproximação, visitando-as e fazendo a propaganda da sã doutrina maçónica, chamando-as ao seu convívio e procurando interessá-las em conjunto nas questões graves, que nos preocupavam, e, finalmente, mostrar-lhes que as hostilidades em que viviam, eram contrárias, a todos os princípios e a principal razão da sua fraqueza»[245].

A Maçonaria portuense, com esta loja Progredior, entrou numa nova fase: a fase da pacificação e fraternidade que conduziu ao desenvolvimento da organização maçónica na cidade. A loja Progredior contribuiu, assim, decisivamente para uma forte divulgação da ideologia maçónica no mundo profano.

No que diz respeito à evolução da loja Progredior nº 272, tal como no caso da loja Libertas nº 300, o número de obreiros não diz respeito a todo o período cronológico em estudo, por falta de elementos. No entanto, possuímos elementos para algumas datas. Assim o gráfico seguinte dá-nos uma ideia da sua evolução, comparando-a com a dos obreiros existentes na cidade do Porto.

[243] Idem, *idibem*.
[244] Idem, *idibem*.
[245] Idem, *idibem*.

Gráfico 4. Evolução do número de obreiros da Loja Progredior nº 272, em comparação com o total de maçons da cidade (1910/1920):



	1910	1911	1914	1915	1920
Total de Maçons	325	421	538	579	831
Loja Progredior	58	69	41	51	54

Fonte: *Boletins Oficiais do Grande Oriente Lusitano Unido*, 1910 a 1920. Lisboa: Grande Oriente Lusitano Unido.

A loja Progredior nº 272 tem um aumento de obreiros entre o ano de 1910 e 1911, acompanhando o crescimento geral da Maçonaria. No entanto, entre o ano de 1911 e 1914, esta loja maçónica tem uma ligeira quebra dos seus obreiros, não seguindo o crescimento maçónico da cidade. Nos anos subsequentes, esta loja portuense aumenta os seus obreiros, acompanhando, de novo, a tendência geral.

Em relação ao aspecto interventivo desta loja na sociedade portuense nos anos anteriores à proclamação da República, a mesma fonte refere: «É de secundário interesse a narração das diversas fases desta campanha, tão satisfatoriamente realizada; mas deve frisar-se bem que esta loja, consagrando o melhor dos seus esforços à execução do difícil encargo que tinha assumido, nem por isso deixava de cumprir todos os restantes deveres comuns a todas as lojas, da obediência, procurando mesmo alargar a esfera de acção até à sociedade profana, intervindo no movimento da propaganda liberal e democrática dos últimos anos que precederam a proclamação da República, e exercendo uma acção muito apreciável nesse movimento pelos seus elementos que nela trazia envolvidos, conseguindo também obter uma larga representação nas comissões

municipais e paroquiais da cidade e levar um dos seus obreiros às Cortes Constituintes.»[246].

Nos primeiros anos da República, esta loja portuense patenteou o seu anticlericalismo militante. Numa das actas de reunião de loja, esse aspecto aparece-nos focado numa das intervenções de um dos obreiros: «O advento da República tomou de espanto os clérigos, porém como bons jesuítas, acomodaram-se nos primeiros tempos, como tomando pulso às novas instituições e, constatando em breve a sua magnanimidade doentia, vá de levantar a cabeça e lançar os seus tentáculos para aniquilar a vida da República nascente»[247].

No que diz respeito a uma das medidas tomadas pela República, a Lei da Separação, os maçons da loja Progredior consideram que pouco foi feito a seguir à sua promulgação «Com a promulgação da Lei da Separação, exultamos de alegria, mas deixamos adormecer á sombra dos louros colhidos. O que sucede? Vem Moura Pinto[248] e remodela-a a seu talante»[249].

A loja Progredior continuou a sua actividade em prol do desenvolvimento da cidade em vários aspectos ligados à beneficência em favor de Irmãos carenciados, ou mesmo de instituições ligadas à Maçonaria, nomeadamente a Associação Vintém de Escolas. Segundo o *Anuário do Grande Oriente Lusitano*, a loja Progredior «nunca recusou e mesmo ofereceu muitas vezes o óbolo do fundo respectivo, constantemente suprido pelas contribuições voluntárias dos seus mais prestantes obreiros. Nunca para esse fim teve de recorrer à beneficência alheia, antes tem podido acudir a todos os apelos,

[246] Idem, *idibem*.
[247] Responsável Loja Capitular e Areopagita *Progredior nº 272* Vale do Porto – *Anuário dos seus trabalhos 1920*, p. 59.
[248] Alberto Moura Pinto – «Nasceu em Coimbra a 5 de Abril de 1883 e faleceu em Coja a 11 de Março de 1960. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra. Em 1908 exerceu o de Administrador do Concelho de Arganil e em 1909 foi nomeado delegado o Procurador Régio da Comarca de Miranda do Douro. Em 1910 foi transferido para idêntico cargo na Comarca de S.João da Pesqueira. Entregando-se à propaganda republicana, fez parte da Junta Central Revolucionária de Coimbra. Após o advento da República, voltou à administração do Concelho de Arganil. Também exerceu funções de delegado do Procurador da República em Mangualde e Leiria. Nos anos de 1911,1915 e 1921 foi deputado por Arganil. Na ditadura de Sidónio Pais sobraçou a pasta da Justiça. No exercício do cargo, procedeu à actualização dos salários dos magistrados, c conservadores, notários e funcionários judiciais e fez introduzir significativas alterações a Lei da Separação do Estado das Igrejas». Disponível em: http://primeirarepublica.mj.gov.pt/Paginas/alberto-moura-pinto.aspx, consultado em 5/3/2011.
[249] Responsável Loja Capitular e Areopagita *Progredior nº 272* Vale do Porto – *Anuário dos seus trabalhos 1920*, p. 65.

largando-se nos seus óbolos, e auxiliando nas suas obras de beneficência não só as lojas da cidade, como as de outras cidades»[250].

A Loja Progredior tinha, no entanto, alguns objectivos bem definidos, que nos são transmitidos por uma das actas da reunião de loja, e que deixam transparecer uma necessidade premente de fazer com que a Maçonaria crie «redes» muito fortes para poder divulgar de forma segura os seus ideais. Lendo atentamente estes pressupostos, ressalta a ideia de criação de novas lojas, não só no Porto, como a nível nacional. Esta loja defendia também a promoção de sessões de propaganda republicana e maçónica, procurando com isso interessar os cidadãos para os problemas nacionais. Outras das ideias prende-se com a infiltração nas colectividades operárias, de recreio, com um objectivo de poder criar dentro desses locais triângulos maçónicos, tendo em vista angariar elementos para a iniciação maçónica. Mais uma vez, temos aqui as tais «redes» a funcionar na perfeição.

Dá-se também conta, nesta acta, da criação de uma biblioteca que se destinava ao estudo, consulta e instrução dos seus obreiros. A mesma fonte faz-nos referência às secções que a compunham, ou seja, uma maçónica, outra anti-maçónica e, finalmente, uma profana. Esta biblioteca «contêm algumas preciosidades, uma gentilmente oferecida e outras adquiridas por compra»[251]. Ainda no que diz respeito à biblioteca, e tendo em conta a situação que a Maçonaria vivia em 1920 devido à cisão de 1914, a mesma fonte revela o seguinte: «Mais completa estaria a nossa biblioteca, se não fosse a situação anormal que presentemente a nossa Augusta Ordem atravessa»[252].

Poderíamos enumerar aqui mais alguns pressupostos defendidos pela loja Progredior, e também pela Maçonaria em geral, mas parece-nos que será suficiente para termos uma ideia da importância desta loja dentro da sociedade portuense no período da República.

Confrontando o mapa de obreiros da loja maçónica Progredior nº 272 com as listagens das diferentes vereações municipais, verificamos a presença de obreiros da referida loja na edilidade portuense. Nomes como Artur Jorge Guimarães, João Batista da Silva Guimarães, João da Costa Miranda, Alberto Correia de Faria, Henrique Santana, António Joaquim C. Morais e Armando Marques Guedes são nomes ligados a

[250] *Anuário do Grande Oriente Lusitano Unido,* 1910 a 1911. Lisboa: Grande Oriente Lusitano Unido, 1911, p. 150-151.
[251] Responsável Loja Capitular e Areopagita *Progredior nº 272* Vale do Porto – *Anuário dos seus trabalhos 1920*, p. 157.
[252] Idem, *ibidem*, p. 158.

esta loja e que na Câmara Municipal fizeram triunfar algumas das ideias defendidas pela Maçonaria portuense para o desenvolvimento da cidade. Estes nomes aparecem na lista de vereações camarárias repetidas vezes, o que nos leva a concluir das suas enormes capacidades para aqueles cargos.

Das personalidades ligadas à loja Progredior, com cargos dentro da edilidade portuense, o nome de Armando Marques Guedes é aquele que ressalta. A sua vida maçónica começa no ano de 1911, quando foi iniciado na loja Progredior, com o nome simbólico de Genúncio.

Republicano convicto, o seu nome, aparece ligado à Câmara Municipal portuense, em várias vereações. Fez parte da Comissão Executiva da Câmara nos anos de 1914, 1916 a 1918, em que esteve à frente do Pelouro dos Contractos e Beneficência. No ano de 1920, foi Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal, voltando a integrar o Pelouro dos Contractos e, finalmente, no ano de 1921, manteve o mesmo Pelouro, mas deixou a presidência da Comissão Executiva.

Por esta simples amostra, podemos concluir que numa das grandes batalhas que a Maçonaria teve – a beneficência – esteve à sua frente um elemento ligado à Maçonaria[253].

Entre os anos de 1915 e 1917, representou a cidade do Porto, como deputado eleito nas listas do Partido Republicano. O seu nome, encontra-se também ligado à Presidência da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto. Não esquecendo o seu ideal maçónico, preocupou-se com a população da cidade nos momentos de maior dificuldade. Assim, «verificando que havia farinha apenas para seis dias, deu ordem para que um delegado municipal partisse imediatamente para Braga e Viana onde havia já contratos feitos para a compra de milho, e onde estavam já cinco mil sacos desta Câmara […] todas as providências para que à população do Porto não falte pão»[254]. Nas suas palavras, podemos verificar a sua preocupação em dotar o Porto de canalizações e de uma rede de esgotos inexistentes: «Quando vereador da sua Câmara Municipal, dediquei com êxito à solução desse problema o melhor da minha actividade. Velhas questões pendentes foram satisfatoriamente resolvidas e o sistema de

[253] A título meramente informativo, podemos referir que, em 1914, Henrique Santana, outro elemento da loja Progredior nº 272, tinha a seu cargo o Pelouro das Bibliotecas, Museus, Asilos, Colégio dos Órfãos e Lactação. Vemos, pois, o verdadeiro peso que a organização maçónica portuense detinha na Comissão Executiva desta Câmara.

[254] Arquivo Histórico Municipal do Porto — *Actas da Comissão Executiva (1918)*.

esgotos, enterrado improdutivamente no solo havia cerca de 8 anos, começou a receber as suas ligações aos prédios»[255].

Armando Marques Guedes desempenhou cargos governativos como Ministro das Finanças, no último governo de António Maria da Silva, de 17 de Dezembro de 1925 a 28 de Maio de 1926.

No livro *«Cinco Meses no Governo»*, Armando Marques Guedes faz-nos uma retrospectiva de toda a sua vida governativa, à frente do Ministério das Finanças. A sua passagem pelo governo aparece-nos desde logo classificada pelo próprio como uma «aventura política, a que anseio pôr um ponto final, não dou a ninguém, e muito menos aos que têm obrigação de me conhecer, o direito de me considerarem um aventureiro político»[256]. Os seus actos governativos, durante cinco meses de governação, foram, do seu ponto de vista, «animados do maior espírito de coerência e concordância»[257] .

Quando abandonou a Presidência da Comissão Administrativa da Câmara Municipal, a sua vida começou numa nova fase. Retomou a vida profissional de professor. Segundo Armando Marques Guedes: «Começaram, porém, a desenhar-se e a procurar impor-se com ímpeto dentro da organização política, em que eu militara, certas ideias de radicalismo, sempre gratas às massas populares, mas quase sempre funestas num país de educação cívica imperfeita, e por isso mesmo, mal preparado para as receber»[258].

O país tinha entrado, durante os anos de 1924 e 1925, num clima de medo e «atentados pessoais, levados a cabo por grupos de sindicalistas militantes e, por fim, os mais despejados crimes de direito comum, praticados pela Legião Vermelha, tão tristemente célebre, vieram dar a todas aquelas forças a convicção de que só a sua acção enérgica evitaria a Portugal as mais dolorosas provocações»[259].

Com esta situação, em que o país tinha mergulhado, Armando Marques Guedes resolve pôr um ponto final no seu afastamento político. Assim, em Novembro de 1925, aceita ser candidato a deputado pelo Porto numa lista patrocinada pelo Partido Republicano Português, tendo subscrito o seu manifesto eleitoral, em que estão patenteados alguns dos princípios defendidos pela Maçonaria Portuguesa – Instrução

[255] GUEDES, Armando Marques — *Cinco Meses no Governo*. Porto: Livraria Chardron, de Lello e Irmão Editores, 1926, p. 328.
[256] Idem, *ibidem*, p.7.
[257] Idem, *ibidem*.
[258] Idem, *ibidem*, p.8.
[259] Idem, *ibidem*, p.13.

Primária (geral e superior) e Técnica (elementar e secundária), Assistência Pública, entre outros.

O seu nome acabou, pois, por ser colocado numa lista de ministeriáveis para o governo de António Maria da Silva, acabando por ser convidado para o cargo de Ministro das Finanças. No entanto, como escreveu Armando Marques Guedes: «Opús, enquanto pude, a mais tenaz resistência ao convite, que por ele me foi feito e só acedi quando, invocadas todas as razões de ordem política e mora, eu ouvi aquele estadista a afirmação, por sua honra, de que declinaria a missão de organizar governo, se decididamente me recusasse a fazer parte dele»[260]. Armando Marques Guedes, acabou por aceitar o convite para o cargo, em que desempenhou, segundo palavras de Oliveira Marques, «uma obra notável de saneamento financeiro, entre 17 de Dezembro de 1925 e 30 de Maio de 1926»[261].

Como deputado eleito, pelo Porto, e como ministro das Finanças, Armando Marques Guedes, não esqueceu, os problemas da sua cidade. Considerava que o Porto necessitava, urgentemente de realizar «uma obra primária e vital – a sua canalização de esgotos, e o seu saneamento»[262].

Apresenta, então, ao Parlamento, uma proposta de lei, que já havia apresentado em 1917[263], para solucionar este grave problema, da cidade. Outro dos problemas que a cidade do Porto tinha era o da construção do porto comercial de Leixões, que se

[260] GUEDES, Armando Marques – *Cinco Meses no Governo*. Porto: Livraria Chardron, de Lello e Irmão Editores, 1926, p.25.
[261] MARQUES, A.H de Oliveira (coord) – *Parlamentares de Ministros da 1ªRepública (1910/1926).* Lisboa: Edições Afrontamento, 2000, p. 240.
[262] GUEDES, Armando Marques – *Cinco Meses no Governo*. Porto: Livraria Chardron, de Lello e Irmão Editores, 1926, p. 329.
[263] Idem, *ibidem* – «A Câmara Municipal do Porto tem feito já o sacrifício de alguns milhares de contos para a construção de uma rede de esgotos, que muito haverá de concorrer para o saneamento da cidade. É inútil recordar as condições insalubérrimas, em que aquele grande centro de população se tem desenvolvido neste último século, expressas numa permilagem obituária, que autorizou já alguém a classificá-la de – *cidade cemiteral*. […] Não é, porém, possível, coagir, por simples posturas municipais, os proprietários a levarem esses ramais até dentro dos seus prédios para ligar à rede geral dos seus prédios para os ligar à rede geral em boas condições de estanqueidade e de higiene. Reconhecendo-o, apresentei à Câmara de Deputados, em Fevereiro de 1917, um projecto de lei nesse sentido e que comigo assinaram os então deputados Manuel Granjo, Costa Júnior, Almeida Garrett, Augusto Nobre e Jaime Cortesão. Esse projecto não logrou ser discutido. E por isso lhe renovo a iniciativa. Acresce porém, que a Câmara Municipal do Porto, por falta de rendimentos suficientes do *Fundo do Saneamento*, que criei quando seu vereador, está impossibilitada, não só de estender a rede geral dos esgotos a zonas e bairros da cidade, que ainda a não tem, como completar as ligações nos pontos, onde tal rede já existe. Há que habilitá-la a fazer essa obra de urgente e indeclinável necessidade. É porque assim é, tenho a honra de submeter ao vosso estudo e ao vosso voto a seguinte proposta de lei: Artigo 1º – Para completar e por em funcionamento a rede de esgotos da cidade e obras de saneamento do Porto, são concedidas à respectiva Câmara Municipal as faculdades que constam das Bases anexas a esta lei, da qual ficam fazendo parte integrante; Artigo 2º – É revogada a legislação anterior»

arrastava morosamente. Armando Marques Guedes, apresentou também à Câmara do Deputados uma proposta de lei[264] sobre essa matéria.

No entanto, nenhuma destas duas propostas de lei foi aceite no Parlamento, nem sequer apreciadas pelas respectivas Comissões. Armando Marques Guedes preocupava-se, sobretudo, sobre as condições de vida na cidade do Porto: «O Porto é hoje uma grande cidade, cuja, população caminha apressadamente para os 300.000 habitantes. Desenvolveu-se rapidamente, um pouco á toa, sem plano, sem condições algumas de estética citadina e até – o que é mais doloroso! – sem condições algumas de higiene pública. Em todos os arruamentos, quasi, estão encravadas as *ilhas*, aglomerados infectos de habitações misérrimas, que nenhuma cidade civilizada suportaria. Não tem água em abundância; não tem esgotos. É preciso rasgar vários dos seus bairros por avenidas que os arejem. Numa palavra, é preciso saneá-la, torná-la salubre, porque hoje, e tal como está, é, repito, uma terra insalubérrima, em que a tuberculose e o tifo fazem hecatombes»[265]. Em jeito de conclusão, o Ministro das Finanças, fazia um alerta, considerando que um país que tinha uma capital ao abandono e uma cidade fabril como Porto classificada como «*cidade cemiterial*» não podia dizer-se civilizado.

Armando Marques Guedes esteve também ligado à imprensa portuense da época, nomeadamente aos jornais *Folha Nova*, *Primeiro de Janeiro* e *A Montanha*, este último com fortes ligações à Maçonaria da cidade.

Em conclusão, podemos dizer que estas lojas maçónicas são apenas duas que contribuíram, cada uma à sua maneira, para desenvolver a cidade do Porto e combater tenazmente alguns dos seus muitos problemas. Interessaram-se, em especial, pelas questões da instrução, da assistência social e da beneficência. Podemos constatar, em

[264] Cf. GUEDES, Armando Marques – *Cinco Meses no Governo*. Porto: Livraria Chardron, de Lello e Irmão Editores, 1926, p. 334/335 – «Sendo indispensável ir realizando um certo número de obras e desaçoriamentos no rio Douro, onde ultimamente tem ocorrido encalhes de vapores com lamentável frequência e não permitindo a necessidade urgente de dragagens e obras em Leixões que da dotação deste porto sejam distraídas para o rio Douro quaisquer verbas; Havendo vantagem em remodelar o actual Imposto da *Praça do Comércio*, estabelecido em 1841, e que, constituindo receita da Junta Autónoma das Instalações Marítimas (Douro-Leixões), está ainda regulado por uma tabela de cotização sobre os géneros, que data de 16 de Junho de 1848; Sendo preferível que , em vez de uma tabela de cotização fixa, seja adoptada como sistema de tributação a imposição duma permilagem sobre o valor das mercadorias do tráfego dos portos de Douro e Leixões, por forma a que o imposto acompanhe automaticamente qualquer valorização de que a nossa moeda venha a beneficiar; Atendendo ainda a que a Associação Comercial do Porto já por vezes e com sobrada razão tem mostrado a necessidade imprescindível de ser actualizado o subsidio que, pelo artigo 4º do decreto-lei nº 3747 de 10 de Janeiro de 1918, foi fixado para ser actualmente entregue pela Junta Autónoma aquela corporação e o qual está presentemente muito aquém da verba indispensável para o custeio do pessoal de limpeza e das obras de conservação de edifício da Bolsa e do Tribunal do Comércio»

[265] Idem, *ibidem*, p. 338-339.

documento anexo, do ano de 1914, as dificuldades existentes, em todo o distrito do Porto, em carta dirigida pelo governo Civil à Câmara Municipal. Era um distrito, conforme se constata, com graves carências a muitos níveis[266].

A Maçonaria portuense, ligada a todo o movimento republicano no período de 1910 a 1926, contribuiu decisivamente para que a cidade do Porto crescesse a vários níveis. Por isso, não podemos «pesar» o contributo de cada uma das lojas existentes na cidade, elas têm pois que ser vistas como um todo, cada uma delas tendo contribuído, em vários aspectos considerados fulcrais para esse desenvolvimento, ao mesmo tempo que se bateu pelos princípios básicos que defendia. Certamente, a elevação da instrução, como instrumento de promoção e desenvolvimento humano, da cidadania e de uma ética cívica, da assistência e saúde pública. Não nos podemos esquecer também doutros aspectos que foram, ao longo deste período cronológico, as suas grandes batalhas, tal como a laicização do Estado (apoiando activamente, a Lei da Separação do Estado das Igrejas), por vezes, assumindo um claro anti-clericalismo, ou ainda, em certos casos, um progressismo anti-tradicionalista, o cientismo e o positivismo.

[266] Ver Anexo 45 — *Elementos informativos acerca das necessidades de auxílio de assistência no distrito do Porto*.

Conclusão

«Temos por hábito, infelizmente, repudiar o que não conhecemos. E no caso da maçonaria, repudiamo-la porque além de não a conhecermos, o que dela ouvimos, só alimenta essa desconfiança. Existe a ideia de que a Maçonaria portuguesa não é mais do que uma desculpa para que os homens sem escrúpulos trafiquem interesses» [267]

Ao iniciarmos este trabalho de investigação, propusemo-nos reflectir acerca das relações entre a Maçonaria e a República no Porto, tendo-nos deparado com a existência de «redes» de cumplicidades e influências entre ambas as organizações. Essas «redes» serviram em nosso entender para a divulgação da ideologia maçónica/republicana e foram tecidas entre diversas instituições e espaços de poder da cidade. Desde logo, a Câmara Municipal, onde, como vimos, os maçons estiveram muitas vezes em maioria, e puderam certamente pôr em prática algumas das suas ideias.

Não foi somente nos órgãos de poder local que os «irmãos» maçons foram influentes. Na imprensa portuense, alguns dos seus «obreiros» faziam parte do corpo editorial dos jornais. Neste período cronológico, existiram, no entanto, alguns jornais manifestamente ligados à Maçonaria da cidade, sendo os casos mais relevantes os jornais *A Montanha* e *A Lanterna*, que faziam a apologia dos ideais maçónicos.

Seria talvez importante empreender-se um trabalho mais profundo sobre as ligações entre a Maçonaria e a Imprensa, para se poder verificar mais detalhadamente estas «redes» de influência entre aquela organização e a imprensa portuense.

Também os Centros Republicano se destacaram como locais de divulgação, não só da ideologia republicana, mas também da própria ideologia maçónica. A própria designação de alguns destes Centros ligava-os a figuras tutelares que tinham sido membros da Maçonaria da cidade do Porto. Em alguns destes Centros, realizavam-se comícios republicanos com a participação de individualidades ligadas a maçonaria da cidade.

Estas «redes» maçónicas estiveram também presentes em instituições de beneficência e instrução, patrocinadas por lojas da cidade. Em relação a esta

[267] NUNES, Bruno Miguel; e CARVALHO, Frederico Bérnard — *Do secreto ao discreto Maçonaria em Portugal*. Lisboa: Sete Caminhos, 2006, p. 9.

problemática, seria importante, a nosso ver, desenvolver trabalhos de investigação específicos de algumas dessas obras de beneficência maçónica.

Em princípios do século XX, a aproximação entre a Maçonaria e o movimento republicano foi crescendo. Existiam em diversas lojas da cidade obreiros monárquicos, mas a maioria abraçava o ideal republicano. Conforme vimos, ao longo desta dissertação, a Maçonaria tendeu a constituir um grupo elitista enquadrante de um partido político ─ *Partido Republicano.*

A ordem maçónica patrocinou ainda, a organização da Carbonária, alavanca decisiva da Revolução do 5 de Outubro de 1910, à qual «emprestou» alguns dos seus ilustres membros, caso de Machado dos Santos, António Maria da Silva, Cândido dos Reis, Luz de Almeida, entre outros. Em relação a Carbonária, este trabalho prova que aquela organização esteve também presente nesta cidade, aonde Luz de Almeida se deslocou para fazer iniciações num Hotel do Porto. Faltam-nos, no entanto, informações sobre a real implantação da Carbonária na cidade, o número de iniciados e a sua organização.

As Lojas maçónicas da cidade foram-se expandindo com a implantação da República e até 1914. A partir desta data começam a estagnar. Apesar da cisão de 1914, que, a nosso ver aconteceu devido aos aspectos políticos e não tanto às questões de rito, conforme alguma historiografia deixa transparecer, os seus obreiros foram aumentando, o que nos leva a concluir desde logo que a Maçonaria manteve influência e capacidade de mobilização na sociedade portuense. A inegável politização da Maçonaria resultou numa multiplicação de iniciações nas diversas lojas da cidade.

Como já foi dito, a presença de obreiros na Câmara Municipal como vereadores ou presidentes da edilidade portuense foi fundamental, ao longo deste período, para que certas medidas defendidas pela Maçonaria fossem aí aprovadas.

A presença desta organização não se fazia somente nos seus «templos». Extrapolava, pois, para todo o mundo profano, onde as «redes» funcionavam como meios eficazes de divulgação da ideologia maçónica.

Nesta cidade do Porto existiram algumas lojas que tiveram um papel fundamental na sociedade. Algumas delas patrocinaram instituições de beneficência e de instrução. No geral, todas elas se bateram pelo desenvolvimento da cidade. Os dois estudos de casos apresentados reflectem isso mesmo, quer a loja Progredior quer a Libertas se envolveram em acções que visavam a melhoria da sociedade portuense. Alguns dos seus

«obreiros» fizeram parte de diversas variações camarárias, noutros casos foram chamados para ministros, onde o seu papel foi relevante, tomando algumas medidas que muito contribuíram para o desenvolvimento da cidade. Nomes como Armando Marques Guedes ou António Joaquim de Sousa Júnior podem servir, nesta perspectiva, como exemplos paradigmáticos dos ideais e de acção cívica de maçons da cidade.

O estudo destas duas lojas portuenses provou que, entre os seus «obreiros», não militavam somente republicanos. A Maçonaria era uma organização aberta a outros quadrantes político-partidários, e, nestes casos, aparecem-nos diversos socialistas a militarem dentro da ordem maçónica.

A Maçonaria, de uma maneira geral, foi sempre, uma organização que se bateu por ideais de progresso humano, que, neste período, se aproximaram dos ideais republicanos, expressando a defesa de causas comuns para atingir uma sociedade mais perfeita. Desde logo, através da instrução. O cidadão deveria ter o livre acesso à instrução como instrumento de desenvolvimento das suas capacidades físicas, intelectuais e cívicas. A Assistência, foi outras das área de acção da Maçonaria, quer na perspectiva do cumprimento do ideal da Fraternidade, apoiando os mais desfavorecidos, quer no sentido da criação de uma sociedade mais sã, e menos desigual, onde o ideal da cidadania pudesse alargar-se.

No entanto, não podemos e não devemos esquecer um dos aspectos por que esta organização sempre se bateu, a laicização apoiando activamente a Lei da Separação do Estado das Igrejas, o que levou a assumir claramente um carácter anti-clerical.

Com o fim deste trabalho, ficaram certamente abertas muitas portas para outros estudos ligados à Maçonaria em outros períodos da nossa história. Pensamos que o Arquivo do Grande Oriente Lusitano, de que todos beneficiámos para este estudo, permite lançar mão de imensa informação para investigações de maior fôlego sobre esta temática.

Fontes e Bibliografia

Fontes Arquivísticas

1. Arquivo do Grande Oriente Lusitano Unido
    - Mapas de Obreiros das lojas maçónicas da cidade.
    - Correspondência interna das lojas.
2. Arquivo da Fundação Mário Soares
    - Fundo Simão Raposo.
3. Arquivo Distrital do Porto
    - Fundo das Associações Civis e Religiosas.
4. Arquivo Histórico Municipal do Porto
    - Actas das Vereações Municipais de 1910 a 1926.
    - Actas da Comissão Executiva de 1910 a 1926.
    - Correspondência Recebida, Série Próprias.

Fontes Impressas

- *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido*, 1910 a 1926 (27 volumes).
- *Anuário do Grande Oriente Lusitano Unido*, 1909.
- *Anuário do Grande Oriente Lusitano Unido,* 1910 e 1911.
- *Anuário do Grande Oriente Lusitano Unido*, 1912.
- *Anuário do Grande Oriente Lusitano Unido*, 1913 a 1919.
- Loja Capitular "Luz e Vida" nº 325 — *Anuário dos seus Trabalhos*, 1914 e 1915.
- Loja Capitular "Luz e Vida" nº 325 — *Anuário dos seus Trabalhos*, 1926.
- Loja Capitular e Areopagita "Progredior" nº 270 — *Anuário dos seus Trabalhos*, 1920.
- *Estatutos da Associação Protectora do Asilo de S.João*. Porto: Topografia Intermediária, 1919.
- *Congresso Nacional Maçónico: Considerações sobre o problema educativo*. Lisboa: Tipografia Liberty, 1910.

- *Congresso Nacional Maçónico: Terceira Tese «Meios para desenvolver a riqueza pública no Portugal Continental, Açores e Madeira.»*. Lisboa: Tipografia Bayard, 1913.
- *Mensagem do Grémio Lusitano aos Poderes Constituídos — A Reacção Clerical e o Poder Civil*, 1912.
- *Congresso Maçónico Nacional realizado no Porto nos dias 19, 20, 21, 22 e 23 de Junho de 1914*. Lisboa: Grande Oriente Lusitano Unido, 1914.
- *Anuário da Câmara Municipal do Porto, ano de 1923*. Porto: 1923.
- *A República e o Povo* In «Jornal de Noticias.», 6/6/2010.
- *Regulamento do Centro Escolar Republicano*. Lisboa: Tipografia Liberty, 1913.
- *A Liturgia Maçónica — Rituais de Inauguração de Templo; Instalação de Lojas; Instalação de Oficinas; Adopção de Lowton; Banquete Maçónico.* Lisboa: Tipografia Moderna, 1913.
- Imprensa Periódica da Época:
    - *«O Comercio do Porto»*, 1915 e 1919.
    - *«O Primeiro de Janeiro»*, 1915 e 1919.
    - *«O Jornal de Notícias»*, 1915 e 1919.
    - *«A Montanha»*, 1915 e 1919.
    - *«A Tarde»*, 1915.
    - *«A Liberdade»*, 1915 e 1919.
    - *«O Norte»*, 1915e 1919.
    - *«A Lanterna»*, 1915.
    - *«A Província»*, 1915.
    - *«A Voz Pública»*, 1919.
    - *«A Pátria»*, 1919.
    - *«O Debate»*, 1919.

- *Anuário Estatístico de Portugal*, anos de 1878, 1890, 1900 e 1911.

Bibliografia Específica:

ARNAUT, António — *Introdução à Maçonaria*. 6ª ed. Coimbra: Coimbra Editores, 2006.

BRANDÃO, Pedro Ramos e FIDALGO, António Chaves — *A Maçonaria e a implantação da República em Portugal*. Lisboa: Casa das Letras, 2010.

CARVALHO, António Carlos — *Para a História da Maçonaria em Portugal 1913/1935*. Lisboa: Editorial Vega, 1976.

DIAS, Graça Silva; DIAS, José Sebastião da Silva — *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal.* Vol. I, tomo I. 2ª ed. Lisboa: INIC, 1986.

FERREIRA, Matos — *A Liturgia Maçónica — Rituais de Inauguração de Templo; Instalação de Lojas; Instalação de Oficinas; Adopção de Lowton; Banquete Maçónico.* Lisboa: Tipografia Moderna.

GRAINHA, Manuel Borges — *História da Maçonaria em Portugal 1735/1912*. Lisboa: Typ. A Editora Limitada, 1912.

HURTADO, Armando — *Nós os Maçons*. Maia: Ver o Verso, 2006.

LOPES, António — *A Maçonaria Portuguesa e os Açores 1792/1935*. Lisboa: Editorial Ensaius, 2008.

LOPES, António — *As Escolas da Maçonaria*. In Revista do Grémio Lusitano. Lisboa: Março 2007 nº11.

LOPES, António; e CALDEIRA Alfredo — *A Maçonaria e a Implantação da República*. Lisboa: Fundação Mário Soares, 2009.

MARTIN, Luis P. — *As Lojas Maçónicas um modelo de Sociabilidade Pluriformal*. In Revista Hispânia. Madrid, 2003.

MARQUES. A. H. de Oliveira — *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*. Vol. I e II. Lisboa: Editorial Delta, 1986.

MARQUES, Oliveira; e DIAS, José Alves — *Para a História da Maçonaria no Porto em Finais do século XIX*. In *Revista Portuguesa de História*. Vol. II. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: 2002/3.

MARQUES, A.H. de Oliveira — *A Maçonaria em Portugal*. Lisboa: Câmara Municipal, 1998.

MARQUES, A. H. de Oliveira — *Ensaios de Maçonaria*. Lisboa: Quetzal Editores, 1988.

MARQUES, A.H. de Oliveira — *A Maçonaria em Portugal*. Lisboa: Câmara Municipal — Divisão de Bibliotecas e Documentação, 1998.

MARQUES, A.H de Oliveira — *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. 3ªed. Lisboa: Editorial D. Quixote, 1995.

MARQUES, A. H. de Oliveira — *História da Maçonaria em Portugal*. Vol. 1: *Das Origens ao Triunfo*. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

NUNES, Bruno; e CARVALHO, Frederico — *Do Secreto ao Discreto – Maçonaria em Portugal*. Lisboa: Produções Editoriais, 2006.

PIMENTA, Costa — *O Relato Secreto da Implantação da República feito por maçons e carbonários*. Lisboa: Guerra e Paz, 2010.

SOUSA, Fernando — *A Maçonaria do Porto e a Revolta Republicana de 1891*.In *Estudos de História Contemporânea*. Lisboa: Livros Horizonte 1991.

WILMSHURST, W.L, — *Maçonaria — Raízes e Segredos da sua História*. Lisboa: Editorial Prefácio.

Bibliografia Geral:

AIRES, Joaquim Ribeiro — *Vila Real, Roteiros Republicanos*. Matosinhos: Quidnovi, 2010.

ALVES, Jorge Fernandes — *Rodrigues de Freitas – Intervenções Parlamentares (1870/1893).* Lisboa: Edições Afrontamento, 1999.

ALMEIDA, Luz — *A Obra Revolucionária da Propaganda: As Sociedades Secretas*. In MONTALVOR, Luiz (dir.) — *História do Regime Republicano em Portugal*. Lisboa: Empresa Editorial Ática, 1930.

BAIÔA, Manuel — *Sociabilidade Politica no Final da 1ª República em Évora*. In, *História Regional e Local — Actas do Congresso*. Maia: Câmara Municipal, 1999.

BRANDÃO, José — *Carbonária — O Exército Secreto da República*. Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1984.

BRANDÃO, Raul — *Memórias II*. Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1980.

CARDOSO, Eurico Esteves Lage — *Afonso Costa (1871/1937) — O Político mais amado e mais odiado da Primeira República*. Lisboa: Edição do Autor, 2010.

CARVALHO, Rómulo de — *História do Ensino em Portugal, desde a Fundação da Nacionalidade até o fim do Regime de Salazar Caetano*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa: 1986.

CASTRO, Maria João — *O Operário (1879/1882)*. Porto: Tese de Mestrado, FLUP, 2000.

CATROGA, Fernando — *O Republicanismo em Portugal – Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.

COSTA, Fernando Barbosa da — *História do Governo Civil do Porto*. Porto: Governo Civil, 2004.

FERRÃO, Carlos — *História da 1ª República*. Lisboa: Terra Livre, 1976.

FRANCO, José Eduardo — *O Mito dos Jesuítas — Em Portugal, no Brasil e no Oriente (Séculos XVI a XX)*. Lisboa: Gradiva, 2007.

GOMES, Joaquim Ferreira — *A educação infantil em Portugal*. Coimbra: Almedina 1977.

GUEDES, Armado Marques — *Esboço da História da Cidade do Porto*. Porto: Lello e Irmão 1958.

HOMEM, Amadeu Carvalho — *A Propaganda Republicana 1870/1910*. Coimbra: Ediliber, 1990.

HOMEM, Amadeu Carvalho — *Da Monarquia para a República*. Viseu: Palimage Editores, 2002.

JACOB, João Manuel Neto; ALVES, Vitor Simões — *Bragança, Roteiros Republicanos*. Matosinhos: Quidnovi, 2010.

LIMA, Sebastião de Magalhães — *Episódios da Minha Vida*. Lisboa: Livraria Universal, 1928.

MAGALHÃES, Joaquim Romero — *Vem aí a República*. Coimbra: Editora Almedina, 2009.

MARQUES, A. H. de Oliveira (coord) — *Parlamentares e Ministros da 1ª República (1910/1926).* Lisboa: Edições Afrontamento, Colecção Parlamento, 2000.

MARQUES, A. H. de Oliveira — *História da Primeira República Portuguesa – As Estruturas de Base*. Lisboa: Editoriais, 1978.

MARQUES, A.H. de Oliveira — *História da Primeira República Portuguesa – Alguns Aspectos Estruturais*. Lisboa: Livros Horizonte, 1975.

MARTINS, Oliveira — *Vida Nova!* «Província», 18.07.1885. In MARTINS, Oliveira — *Dispersos*. Tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1923.

MELO, Daniel de — *Centros Republicanos*. In BARRETO, António; e MÓNICA, Maria Filomena. *Dicionário de História de Portugal*. Vol. 7. Porto: Livraria Figueirinha, 1999.

PACHECO, Hélder — *Entre a Monarquia e a República*. In SILVA, Armando Malheiro; SARAIVA, Arnaldo; TAVARES, Pedro Vilas Boas (dir.) — *Roteiros Republicanos — Porto*. Matosinhos: Quidnovi, 2010.

PEREIRA, Gaspar Martins (coord) — *Eduardo Santos Silva Cidadão do Porto (1879/1960)*. Porto: Campo das Letras Editores, 2002.

PINTO, Fernando António Pereira — *As Folhas de Combate — Imprensa diária do Porto (1915 – 1921) na História da I República*. Porto: 1998.

PROENÇA, Maria Cândida — *A Questão Colonial*. In ROSAS, Fernando e ROLLO, Maria Fernanda (coord.) — *História da Primeira Republica*. Lisboa: Tinta-da-china, 2009.

PROENÇA, Maria Cândida — *A educação*. In ROSAS, Fernando e ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *História da Primeira Republica*. Lisboa: Editorial Tinta-da-china, 2009.

QUEIROZ, António José — *O Jornal Portuense A Montanha e as Relações Luso-Espanholas* 1911/1926. Amarante: Edições Tâmega 1997.

QUEIROZ, António José — *Francisco Xavier Esteves.* In SILVA, Armando Malheiro; SARAIVA, Arnaldo; TAVARES, Pedro Vilas Boas (dir.) — *Porto, Roteiros Republicanos*. Matosinhos: Quidnovi, 2010.

RAMOS, Rui — *História de Portugal – A Segunda Fundação*. In MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal*. Vol. VI. Mem - Martins: Edição Círculo dos Leitores, 2008.

SANTOS, Machado — *A Revolução Portuguesa 1907/1910*. Lisboa: Sextante Editora, 2007.

SERRA, João B. — *O assalto ao poder*. In ROSAS, Fernando; ROLO, Maria Fernanda (coord) — *História da Primeira Republica*, Lisboa: Editorial Tinta-da-china, 2009.

SERRÃO, Joel e MARQUES, A.H de Oliveira (dir.) — *Nova História de Portugal*. Volume XI: *Da Monarquia para a Republica.* Lisboa: Editorial Presença, 1991.

SILVA, António Maria — *O meu depoimento – Da Monarquia a 5 de Outubro de 1910*. Lisboa: Documentos, 1982.

SOUSA, Fernando (coord) — *Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822/2009).* Vol. 2. Porto: Cepese, 2009.

VALENTE, Vasco Pulido — *O Poder e o Povo*. 2ª edição. Lisboa: Gradiva, 1999.

VENTURA, António — *A Maçonaria e a República*. In MEDINA, João (dir.) — *História de Portugal*, volume X. Barcelona: Egedsa, 1995.

VENTURA, António — A *Carbonária em Portugal 1897/1910*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

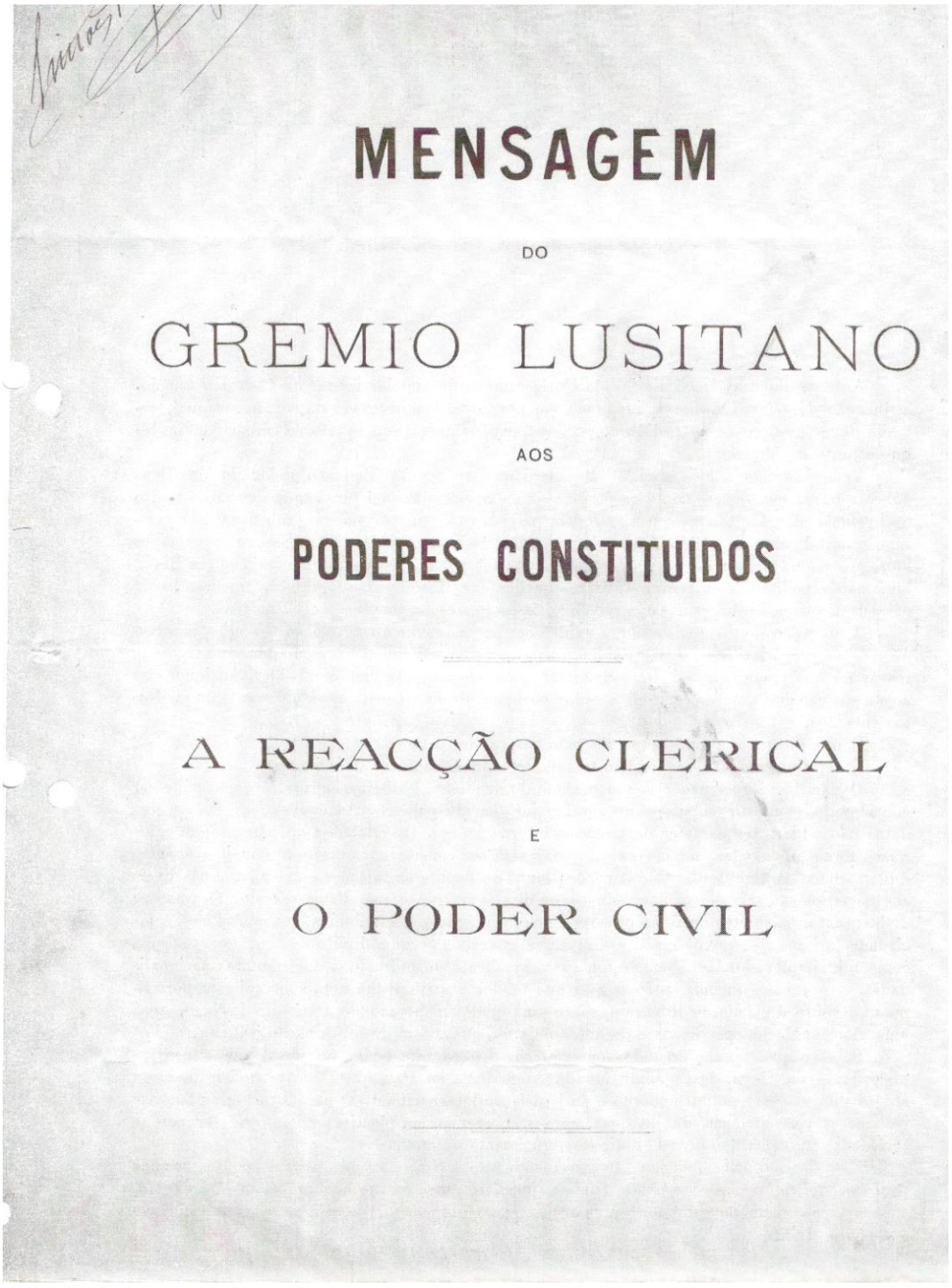
Sitografia:

http://primeirarepublica.mj.gov.pt/Paginas/alberto-moura-pinto

ANEXOS

Anexo 1: Mensagem do Grémio Lusitano aos Poderes Constituídos. A Reacção Clerical e o Poder Civil.

.



MENSAGEM

DO

GREMIO LUSITANO

AOS

PODERES CONSTITUIDOS

A REACÇÃO CLERICAL

E

O PODER CIVIL

Ex.mo Senhor

Ante as ameaças quasi diarias da Curia romana de mandar retirar de Lisboa o nuncio, a direcção do *Gremio Lusitano*, inspirada em ponderosos motivos de dignidade nacional, entende dever associar-se ao pedido d'aquelles que reclamam a suppressão da embaixada portuguesa junto do Vaticano.

Vem de longe a luta com o alto clero que se reputa ainda o delegado de Deus sobre a terra, sem ter em conta os progressos da Sciencia á qual jurou uma guerra de morte e a evolução das sociedades que não podem parar nem sequer estacionar, sob pena de morrerem, amortalhadas no gélido manto do passado. Se á monarchia não escasseou, em tempos idos, a coragem para arcar com a arrogancia dos bispos, mal se comprehenderia que a Republica não repellisse, com pronta decisão, aquelles que, desrespeitando as leis, procuram, com os seus manejos surdos, semear a rebellião, ateando o facho da guerra civil no pais.

A direcção do *Gremio Lusitano* exulta em poder louvar a attitude do Governo, relativamente aos prevaricadores, e offerece-lhe o seu apoio incondicional na campanha que tiver de travar ou nas medidas que houver de tomar, para chamar á ordem os rebeldes, qualquer que seja a sua categoria, porque as leis a todos obrigam, desde os mais altos até aos mais modestos cidadãos.

O que é o papa e qual a sua situação perante os Estados?

A esta interrogação, respondem triunfantemente os homens de sciencia:

O papa de Roma não é senão o chefe do syndicato catholico universal e não póde ser considerado como um soberano no sentido juridico da palavra. As convenções das concordatas não pódem ter caracter de tratados internacionaes. Os enviados do papa, sejam elles quaes forem, delegados, nuncios, etc., não devem ser considerados como verdadeiros agentes diplomaticos. A representação das nações junto do papa e as relações entre ellas e os diversos governos são relações exclusivamente de direito interno e não dizem respeito ás relações diplomaticas, existentes entre as pessoas soberanas, iguaes e autonomas, que constituem a sociedade juridica dos povos civis. Os diversos governos teem o direito de considerar o papa como um simples cidadão, chefe de um vasto syndicato de individuos de diferentes nacionalidades, e, por consequencia, todo o acto que tender a atribuir-lhe uma soberania, embora limitada, sobre a cidade de Roma ou sobre uma qualquer porção do territorio italiano, será uma violação da independencia e da autonomia, ás quaes tem direito a nação italiana.

Sabe-se que, apesar de todos os esforços, o papa não pôde conseguir que o seu representante na Haya, fosse admittido na conferencia da Paz, que abriu verdadeiramente a era do direito cosmopolita moderno e da legislação internacional. O papa não logrou fazer-se reconhecer na categoria das pessoas moraes soberanas, em pleno exercicio, que formam as sociedades juridicas dos povos civilizados igualmente autonomos.

Esta decisão das potencias, tão claramente opposta ás tradições pontificias dos seculos passados, foi rigorosa, sob o ponto de vista, juridico, por isso que nenhum chefe de religião, apenas como chefe de religião, era chamado ou podia mesmo sê-lo, a figurar nesta sociedade dos povos civilizados.

O corpo diplomatico, constituido pelo conjunto dos diversos governos junto do Vaticano, é absolutamente distincto, do verdadeiro corpo diplomatico que reside em Roma e que é o unico acreditado junto do soberano italiano, em conformidade com as convenções e os costumes internacionaes.

Os embaixadores da Austria, da Espanha, de Portugal, os ministros plenipotenciarios da Baviera, da Belgica, da Bolivia, do Brasil, do Equador, da Costa Rica, do Chili, de Guatemala, de Monaco, de Nicaragua, do Perú, da Republica Argentina, de S. Salvador, o encarregado dos negocios da Russia, gozam de immunidades diplomaticas em Roma, mas apenas em virtude da lei italiana. Estas legações, podem pois, desapparecer, por uma simples decisão unilateral dos poderes que representam, sem que se produza a tal respeito uma violação de qualquer pacto internacional.

—Por todos estes motivos espera a direcção do *Gremio Lusitano* que o Governo, tendo em vista as justas reclamações dos seus concidadãos, envidará os seus patrioticos esforços, para que seja supprimida, no mais curto prazo, a referida embaixada que, alem de muito cara e luxuosa para em pais pequeno, pobre e modesto, como e nosso, se está tornando um motivo de permanente ameaça, e—porque não dizel-o?—de verdadeira *chantage*, por parte da Roma papal a inimiga confessa da Republica e das suas leis.

A Direção de GREMIO LUSITANO

Fonte: Arquivo da Fundação Mário Soares — Fundo Simão Raposo.

Anexo 2: Carta da Maçonaria Portuguesa sobre a Promulgação da Lei da Separação do Estado das Igrejas.

A Gr.·. Chanc .·.Ger .·. da Ord .·.

A todas as RR .·.OOffic .·.da Federação

Val .·.de Lisboa, 26 de Abril de 1911

CC .·. e RR .·. IIr.·.

O Governo da República acaba de publicar a Lei da Separação do Estado das Igrejas, coroando assim brilhantemente a obra da libertação das consciências já encetada com a expulsão das ordens religiosas e com a publicação das leis da família, do divórcio, do registo civil e da instrução laica, aspirações antigas da Maç.·., que hoje vê, felizmente, realizadas.

Com a nossa propaganda aliada à do Partido Republicano, se contribuiu eficazmente para que uma tal legislação fosse bem recebida em todo o país. Mas nem por isso devemos deixar de continuar; antes, pelo contrário, a todas as OOffic.·. se recomenda uma maior actividade de propaganda nas regiões onde exercem a sua influência, realizando sessões solenes, palestras e conferencias para festejar a libertação das consciências e explicar a doutrina de tais leis, que não é anti-religiosa, mas sim de liberdade e de tolerância para todas as religiões professadas com sinceridade.

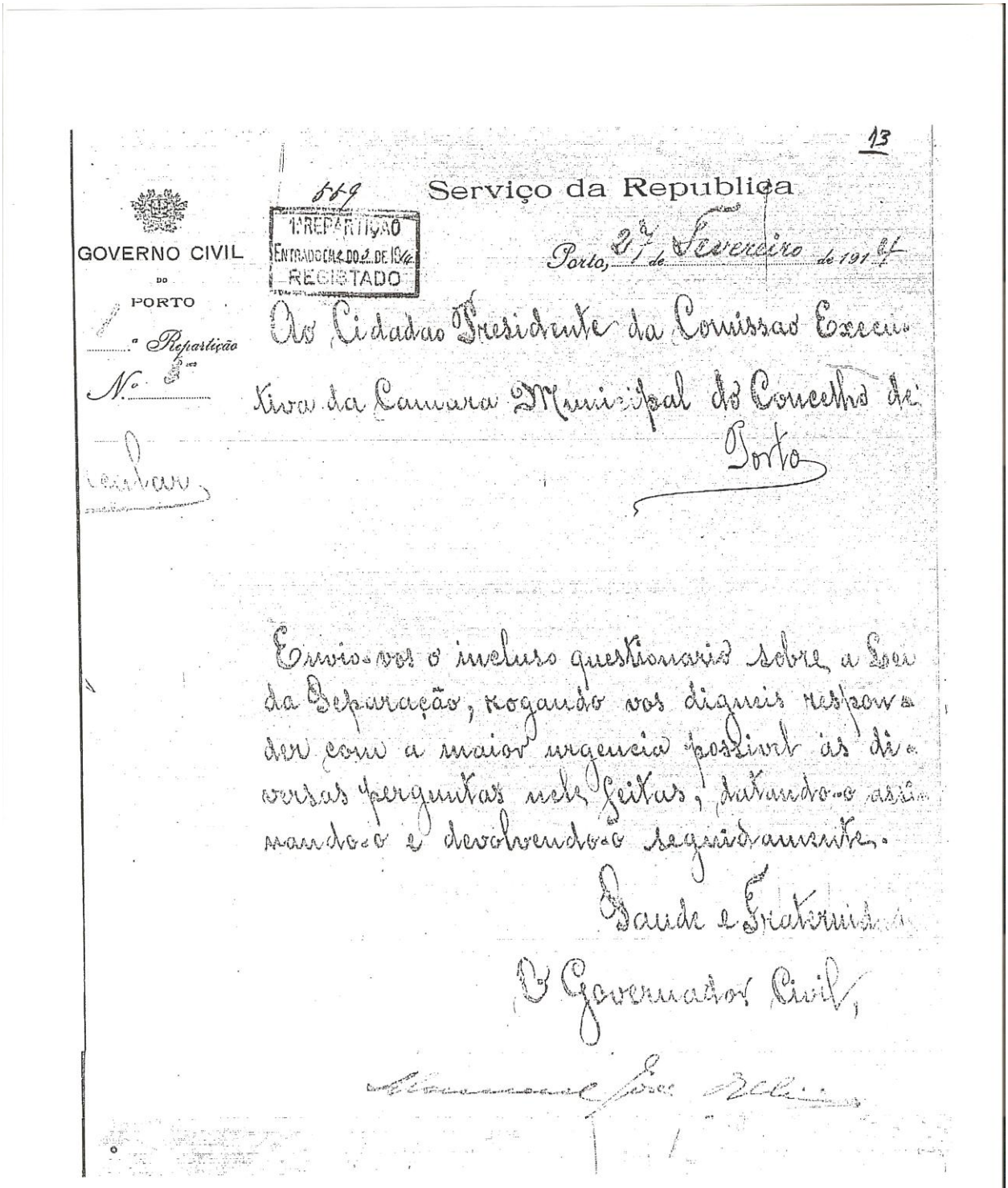
Educae e instrui o povo, e assim contribuireis para o progresso da nossa Pátria. Os RR .·. IIr.·. Afonso Costa e António José de Almeida e todo o governo da República teem cumprido, não só o programa do Partido Republicano, mas também o nosso programa maç.·., tendo até o Ministro da Justiça tido a amabilidade de convidar o Poder Governamental da nossa Aug.·. Ord.·. para tomar conhecimento da lei da separação, antes de ser presente ao Conselho de Ministros.

Julgo conveniente dar-vos conhecimento official d'este facto a fim de todas as OOffic.·. enviem as suas saudações, se assim o desejarem, ao Governo Provisório, pela publicação da lei da separação. Esperando da boa vontade de todos os nossos IIr.·. que se empenhem em activa propaganda educativa e maçónica, envio a todos o abra.·. frat.·.

O Gr.·.Chanc .·.Ger .·. da Ord .·., João Teixeira Simões, 32.·.

Fonte: *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido*, anos de 1910 a 1911, p. 70.

Anexo 3: Questionário enviado pelo Governo Civil às Paróquias.



13

649 Serviço da Republica

GOVERNO CIVIL
DO
PORTO
1.ª Repartição
N.º 3.ª

1.ª REPARTIÇÃO
ENTRADO EM 2 DE 2 DE 1914
REGISTADO

Porto, 21 de Fevereiro de 1914

Ao Cidadão Presidente da Comissão Executiva da Camara Municipal do Concelho do Porto

Envio-vos o incluso questionario sobre a Lei da Separação, rogando-vos digneis responder com a maior urgencia possivel às diversas perguntas nele feitas, datando-o assinando-o e devolvendo-o seguidamente.

Saude e Fraternidade

O Governador Civil,

14

QUESTIONÁRIO

1.º ¿Tem havido nesse concelho conflitos motivados pela Lei da Separação? _____

2.º ¿Por que motivo e quantas vezes? _____

3.º ¿Quem dirigiu êsses movimentos: os padres, os agentes dêstes, a massa dos fiéis provocada por êles, ou o povo em movimento espontâneo? _____

4.º ¿O povo sente e manifesta a necessidade do culto religioso? ¿Por simples culto de tradição, por divertimento e gôzo ou por má fé? _____

5.º ¿Parece-lhe que a República será prejudicada se a Lei da Separação não sofrer qualquer modificação no sentido de se facilitar o culto externo? ¿Há porventura no movimento quem reivindique a causa das congregações religiosas? _____

6.º ¿O povo ou qualquer associação tem reclamado contra a aplicação da citada lei? _____

7.º ¿Foram expulsos dêsse concelho alguns padres? ¿Quantos e por que motivo? _____

8.º ¿ Os padres expulsos tem sido substituídos? ¿ Quando regressaram, qual foi a atitude do público e dos fiéis: favorável, hostil ou indiferente?

9.º ¿ A concorrência aos templos tem aumentado ou diminuído depois da proclamação da República?

10.º ¿ Quantos padres pensionistas há? ¿ Tem sido perseguidos? ¿ Por quem e que motivo é alegado para a perseguição?

11.º ¿ Nota-se fanatismo nesse concelho? ¿ Com que intensidade?

12.º ¿ Quantas igrejas há? ¿ Quantas se criaram depois da proclamação da República? ¿ Quantas se fecharam? ¿ Quantas se reabriram? ¿ Quantas foram interditas?

13.º ¿ Que mais se lhe oferece dizer sôbre o assunto?

Fonte: Arquivo Histórico Municipal do Porto: Correspondência Recebida, Série Próprias, 1914.

Anexo 4: Fraternidade Maçónica.

FRATERNIDADE MAÇÓNICA

Os sentimentos de fraternidade que se os tentam nos nossos ágapes e sessões magnas, são mesquinhas e vãos sempre que servem para abrilhantar as belas peças de arquitet.·. sem existirem na alam dos IIr .·.

A fraternidade sincera tem de estar bem unida ao nosso ser maçónico, á nossa alma, e não se contem nos limites estreitos do nosso Oriente. É preciso estarmos todos bem certos disto e encararmos toda a sua grandeza.

Passando para além do nosso Oriente, a Fraternidade aproxima os homens, — seja qual for a sua pátria, crença, raça, ou língua; homens que se não conhecem, são unidos pelos memos laços de Fraternidade.

Ã Lei da Fraternidade maçónica não tem pátria e não conhece fronteiras, porque a grande ideia de Justiça e de Verdade, que a Maçonaria, é daquelas que nem povos nem homens podem monopolizar e que pertencem ao grande domínio internacional da Humanidade inteira.

É nessa Ideia, apanágio de todos os homens livres, ideia muito alta e muito bela, que pode impor-se a todos os corações e a todos os cérebros, que deve assentar uma esperança íntima e secreta, mas firme e poderosa, mantendo em nós bem viva a chama do Ideal.

Há nela uma força moral que é toda indispensável á evolução da Humanidade como acção de forças físicas. Quem pode desconhecer a grande lição filosófica e moral que se deduz da história do Mundo e contestar o seu poder?

Tão longe quanto possam alcançar as nossas investigações na origem da Humanidade, nós achamos sempre a necessidade de uma força moral.

Onde nascia ela? De que essência era?

Ela tem a idade do pensamento humano, porque o primeiro ser que pensou quiz conseguir e procurou; tendo achado, acreditou, e então nasceu a confiança — a Fé, irmã da Esperança. Então apareceram as religiões — forças morais imprecisas, incertas nas suas bases, evolucionando pelos séculos fora; — opostas e diferentes, e com tudo solidárias pela origem comum, penetrando-se, transformando-se mutuamente r aparecendo-nos como filhas e irmãs umas das outras.

Mergulhemos nesses olhares perscrutadores na maior antiguidade da história das religiões: — na dos Árias, na religião de Confúcio, no Judaísmo, no Paganismo dos Gregos e do Romanos, e veremos aparecer as religiões, forças da crença e da fé — mas frágeis e impotentes porque a todas faltou a fixidês da doutrina a imutabilidade dos princípios.

O cristianismo, mesmo — vibração nova da Alma humana, e progresso moral incontestável, mas amalgamadas religiões precedentes, não perdurou também. No tempo de Constantino, não era já como no tempo dos primeiros apóstolos e sob a direcção dos Papas, que com ele e por ele pretenderam, e pretendem ainda, impor a sua autoridade ao Mundo.

Luthero, Calvino, Zunglio, etc, com as suas reformas, são apenas uma étape na evolução moral dos homens, porque apenas quizeram purificar a doutrina e garantir o regresso á inteiresa dos princípios impostos pela doutrina.

Como havemos então de admitir que essas religiões não continuem a evolucionar, conforme teem evolucionado até hoje?

Elas não teem guiado os acontecimentos, como pretendem alguns filósofos, teem-nos seguido. Servidas muitas vezes pelas influencias do Poder, elas não teem tido independência, e a sua acção não foi nunca livre.

Opostas, inimigas mesmo, realisando o seu proselitismo com armas perigosas da intolerância e do fanatismo, elas limitam a sua influencia ao numero dos seus adeptos e nenhuma possui nem possue a universalidade dessa influencia pretendida.

Não se pode negar a influência benéfica que o espírito religioso teve em certas épocas, como força moral, e eu sou daqueles que pensam, julgam e falam livremente, não temendo reconhecer que na conta das religiões, do seu ideal e da fé, se devem inscrever importantes factores de Progresso humano; e também sou dos que afirmam que a acção religiosa, desligada da acção política, será ainda necessária a certos cérebros, aos quais outra força moral não pode satisfazer.

Contudo, nas horas graves da nossa época, depois do cataclismo mundial produzido pela guerra; neste grande conflito de interesses; nesta horrível confusão de sofrimentos e injustiças, sente-se, embora duma maneira imprecisa ainda, aparecer uma nova mentalidade humana. No grande cadinho da Dôr está-se formando, para os povos, uma outra consciência, e como um ruído confuso e vago ainda se faz ouvir a grande voz humana, soltando a sua queixa de séculos; mas ao mesmo tempo, soltando, cada vez

mais forte, e cada vez mais poderoso, o apelo duma invencível esperança de Paz e de Justiça.

A esses homens, a esses povos que querem começar uma vida nova, é precisa uma força moral que os guie: — As religiões foram impotentes. São insuficientes. Faliram para a fé: não podem já dar esperança.

A mentalidade desvia-se delas. Assim, nada restaria a Humanidade, se, superior a todas as forças morais, não se erguesse uma força moral, que não tem fronteiras; que abraça todas as raças, que adota todas as línguas; que abraça todo o Mundo e liga a Humanidade — a **Lei da Fraternidade Maçónica**.

Fonte: *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido*, anos de 1924 a 1926, p. 27-29.

Anexo 5: Questionários sobre a Instrução e Assistência.

Questionário sobre instrução

Essa Resp .·. Ofic .·. protege algum instituto de ensino?
Que nome tem?

Essa protecção é simplesmente moral ou também material?
Essa protecção é exclusiva da Loj.·. ou há também outros elementos estranhos que contribuam para a manutenção desse instituto?
Esses elementos são maçónicos ou profanos?
A Loj.·. toma parte na direcção do instituto?
A Loj.·. tem a direcção exclusiva do instituto ou compartilham dela outros elementos?
Esses elementos são maçónicos ou profanos?
No primeiro caso, quando foi fundado?
No segundo caso, quando começou essa Loj.·. a protege-lo?

De que natureza é esse instituto: primário, secundário, profissional ou superior?
É internato, semi-internato ou externato?
Como são organizados os cursos professados?
Qual a sua a sua orientação quanto ao problema político?
E quanto ao problema religioso?
E quanto ao problema social?
E quanto ao problema moral?
Qual é o sistema pedagógico adoptado?
Como é recrutado o pessoal desse instituto?
São maçons ou profanos?
Tem diplomas de professores?
Tem edifício próprio, alugado ou cedido?
Foi construído para instituto ou adaptado?
Tem material de ensino suficiente?

Qual é a media anual da sua frequência?
Os alunos são menores ou adultos?
É só para uns ou ambos os sexos?
No primeiro caso, para qual dos sexos é?
No segundo caso, adopta-se a coeducação?
Qual é o meio social em que são recrutados os seus alunos?
Satisfazem as condições do meio em que actuam?
Tem anexas cantinas ou outras instituições de assistência escolar?
Quais são as suas condições económicas?
A orientação da instituição tem prosseguido continuidade?

Questionário sobre a assistência

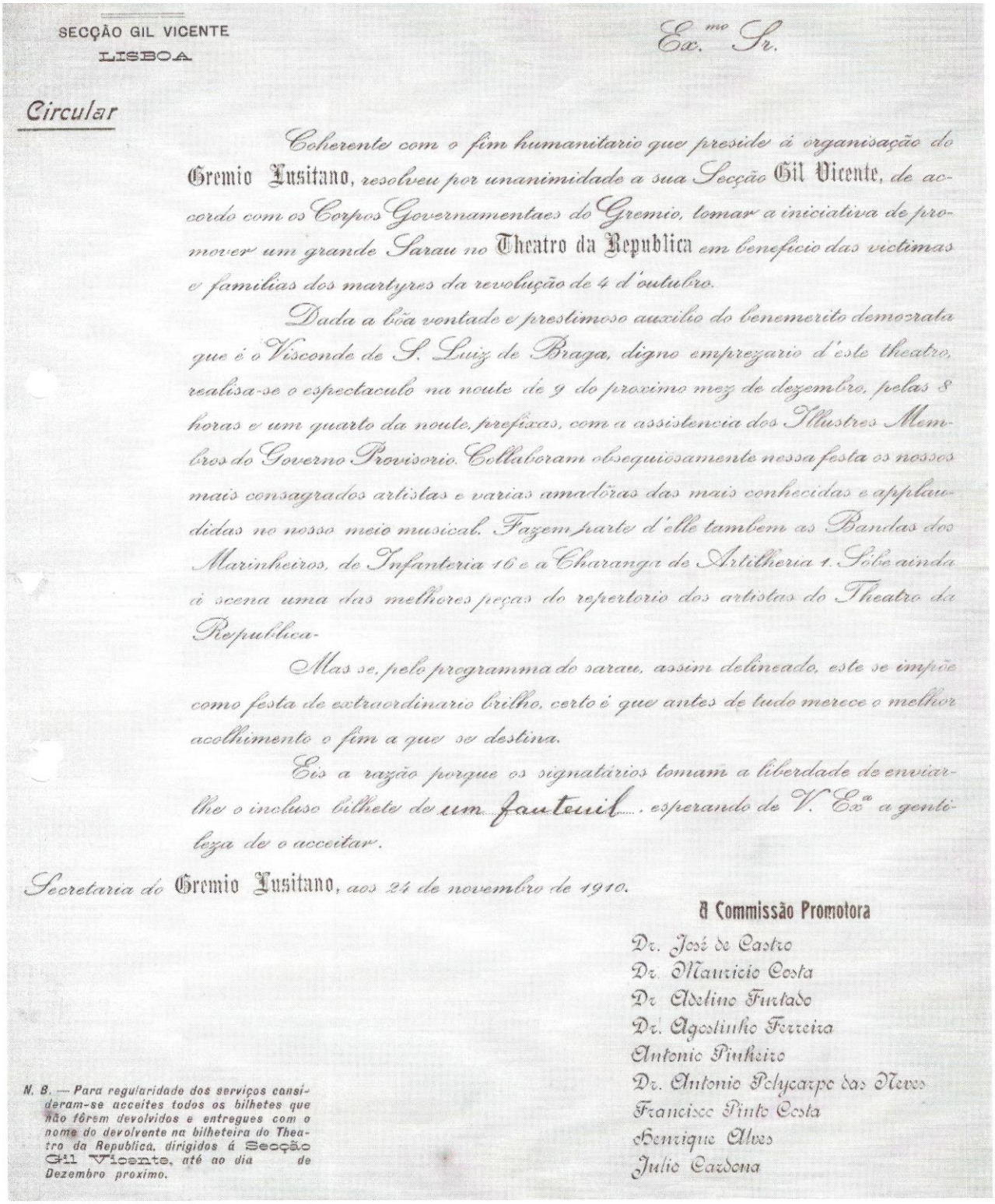
Essa Resp .·. Ofic .·. protege algum instituto de assistência?
Que nome tem?

Essa protecção é simplesmente moral ou também material?
Essa protecção é exclusiva da Loj.·. ou há também outros elementos estranhos que contribuam para a manutenção desse instituto?
Esses elementos são maçónicos ou profanos?
A Loj.·. toma parte na direcção do instituto?
A Loj.·. tem a direcção exclusiva do instituto ou compartilham dela outros elementos?
Esses elementos são maçónicos ou profanos?
No primeiro caso, quando foi fundado?
No segundo caso, quando começou essa Loj.·. a protege-lo?

De que natureza é esse instituto (maternidade, creche, cantina, asilo, etc)?
Tem edifício próprio, alugado ou cedido?
Foi construído para instituto ou adaptado?

Fonte: *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido*, anos de 1915 a 1917, p. 25-27.

Anexo 6: Circular sobre um Sarau de Cariz Humanitário.



SECÇÃO GIL VICENTE
LISBOA

Ex.mo Sr.

Circular

Coherente com o fim humanitario que preside á organisação do Gremio Lusitano, resolveu por unanimidade a sua Secção Gil Vicente, de accordo com os Corpos Governamentaes do Gremio, tomar a iniciativa de promover um grande Sarau no Theatro da Republica em beneficio das victimas e familias dos martyres da revolução de 4 d'outubro.

Dada a bôa vontade e prestimoso auxilio do benemerito democrata que é o Visconde de S. Luiz de Braga, digno emprezario d'este theatro, realisa-se o espectaculo na noute de 9 do proximo mez de dezembro, pelas 8 horas e um quarto da noute, prefixas, com a assistencia dos Illustres Membros do Governo Provisorio. Collaboram obsequiosamente nessa festa os nossos mais consagrados artistas e varias amadôras das mais conhecidas e applaudidas no nosso meio musical. Fazem parte d'elle tambem as Bandas dos Marinheiros, de Infanteria 16 e a Charanga de Artilheria 1. Sóbe ainda á scena uma das melhores peças do repertorio dos artistas do Theatro da Republica.

Mas se, pelo programma do sarau, assim delineado, este se impõe como festa de extraordinario brilho, certo é que antes de tudo merece o melhor acolhimento o fim a que se destina.

Eis a razão porque os signatarios tomam a liberdade de enviar-lhe o incluso bilhete de um fauteuil, esperando de V. Exª a gentileza de o acceitar.

Secretaria do Gremio Lusitano, aos 24 de novembro de 1910.

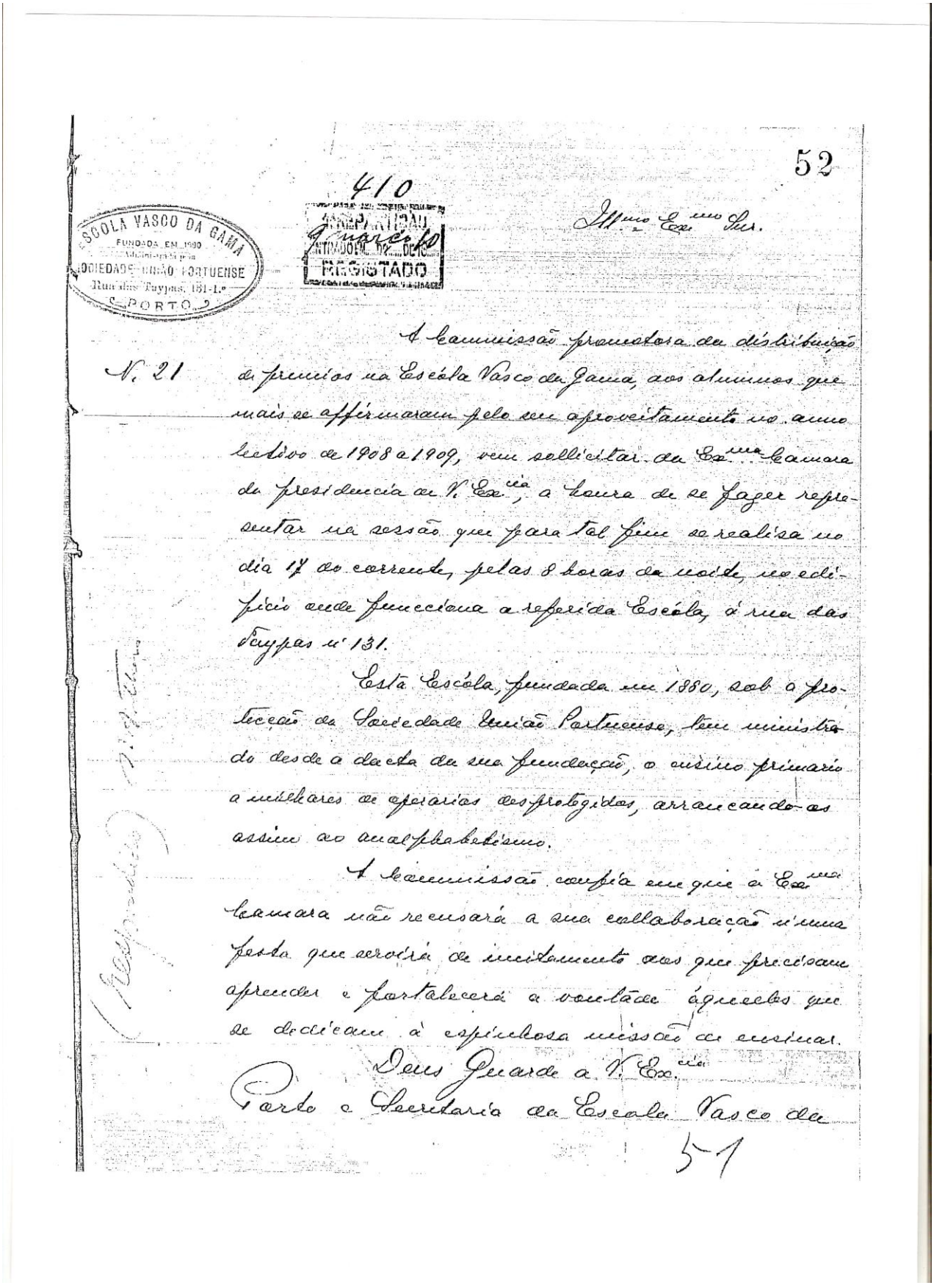
A Commissão Promotora

Dr. José de Castro
Dr. Mauricio Costa
Dr. Adelino Furtado
Dr. Agostinho Ferreira
Antonio Pinheiro
Dr. Antonio Polycarpo das Neves
Francisco Pinto Costa
Henrique Alves
Julio Cardona

N. B. — Para regularidade dos serviços considéram-se acceites todos os bilhetes que não fôrem devolvidos e entregues com o nome do devolvente na bilheteira do Theatro da Republica, dirigidos á Secção Gil Vicente, até ao dia de Dezembro proximo.

Fonte: Arquivo da Fundação Mário Soares — Fundo Simão Raposo.

Anexo 7: Documentação da Escola Vasco da Gama



52

410

ESCOLA VASCO DA GAMA
FUNDADA EM 1880
Administração da
SOCIEDADE UNIÃO PORTUENSE
Rua das Taypas, 131-1.º
PORTO

REGISTADO

Ill.mo Ex.mo Snr.

N. 21

A Commissão promotora da distribuição de premios na Escóla Vasco da Gama, aos alumnos que mais se afferiram pelo seu aproveitamento no anno lectivo de 1908 a 1909, vem solicitar da Ex.ma Camara da presidencia de V. Ex.cia, a honra de se fazer representar na sessão que para tal fim se realisa no dia 1 do corrente, pelas 8 horas da noite, no edificio onde funcciona a referida Escóla, á rua das Taypas n.º 131.

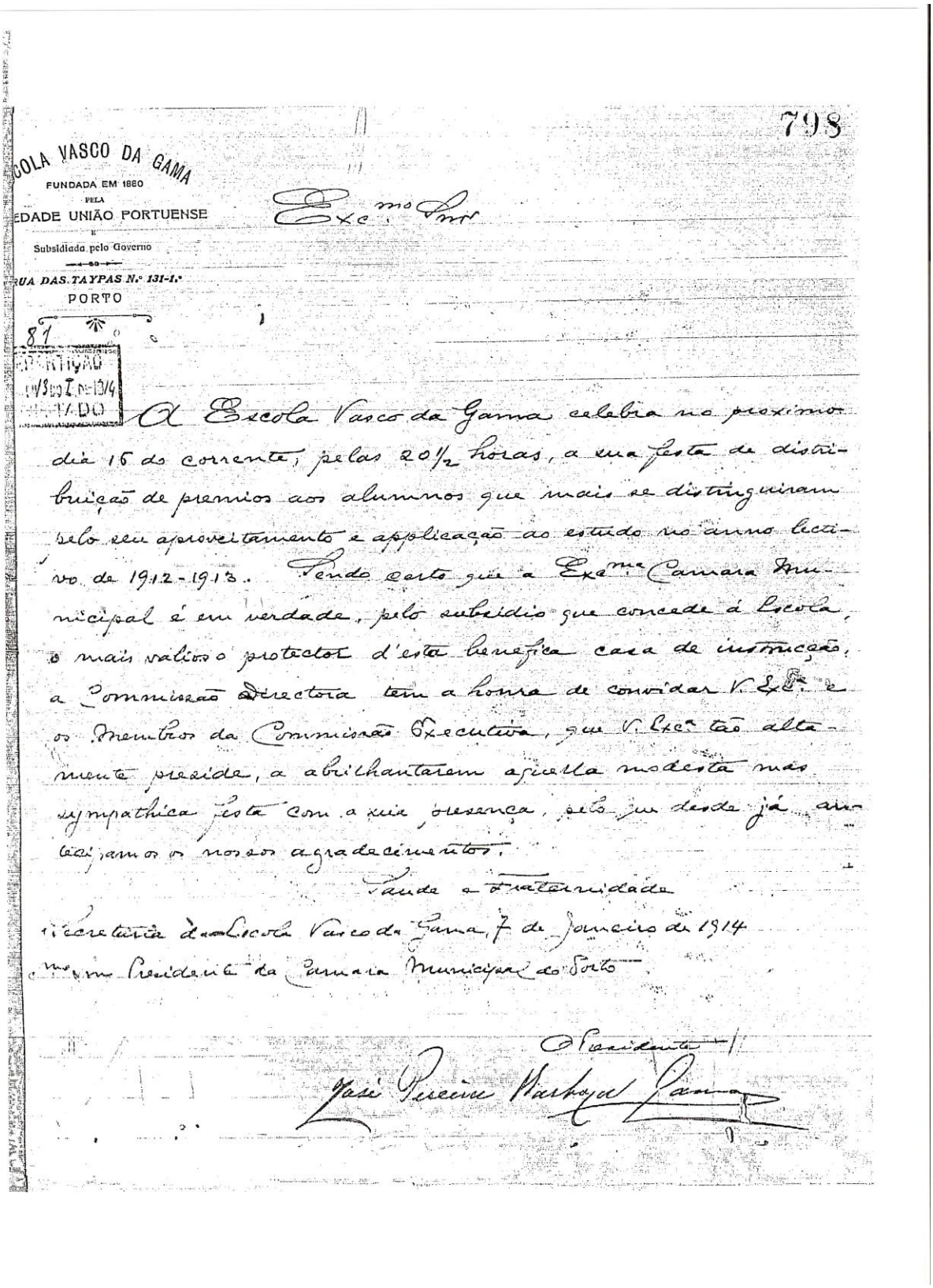
Esta Escóla, fundada em 1880, sob a protecção da Sociedade União Portuense, tem ministrado desde a data da sua fundação, o ensino primario a milhares de operarias desprotegidas, arrancando-as assim ao analphabetismo.

A Commissão confia em que a Ex.ma Camara não recusará a sua collaboração n'uma festa que servirá de incitamento aos que frequentam aprender e fortalecerá a vontade áquelles que se dedicam á espinhosa missão de ensinar.

Deus Guarde a V. Ex.cia

Porto e Secretaria da Escola Vasco da

51



798

COLA VASCO DA GAMA
FUNDADA EM 1880
PELA
EDADE UNIÃO PORTUENSE
E
Subsidiada pelo Governo
RUA DAS TAYPAS N.º 131-1.º
PORTO

81

Exc.mo Snr

A Escola Vasco da Gama celebra no proximo dia 16 do corrente, pelas 20½ horas, a sua festa de distribuição de premios aos alumnos que mais se distinguiram pelo seu aproveitamento e applicação ao estudo no anno lectivo de 1912-1913. Sendo certo que a Exc.ma Camara Municipal é em verdade, pelo subsidio que concede á Escola, o mais valioso protector d'esta benefica casa de instrucção, a Commissão Directora tem a honra de convidar V. Exc.ª e os Membros da Commissão Executiva, que V. Exc.ª tão altamente preside, a abrilhantarem aquella modesta mas sympathica festa com a sua presença, pelo que desde já antecipamos os nossos agradecimentos.

Saude e Fraternidade

Secretaria da Escola Vasco da Gama, 7 de Janeiro de 1914

Exm.mo Presidente da Camara Municipal do Porto

O Presidente

José Pereira Barboza Gama

Fonte: Arquivo Histórico Municipal do Porto — Correspondência recebida, Série Próprias, 1914.

Anexo 8: Instituições de Beneficência, criadas com o apoio da Maçonaria

Instituições de Beneficência, criadas com o apoio da Maçonaria:

ANO	INSTITUIÇÃO
1862	Asilo S.João Lisboa
1863	Albergue dos Inválidos do Trabalho
1876	Sociedade Promotora de Creches
1880	Associação do Serviço Voluntário de Ambulâncias e Incêndios
1883	Sociedade "A Voz do Operário"
1889	Asilo Escola António Feliciano Castilho
1891	Asilo S.João Porto
1901	Vintém das Escolas
1919	Associação dos Inválidos
1919	Associação dos Velhos Colonos (Moçambique)

Fonte: MARQUES, A. H. de Oliveira — *Ensaios de Maçonaria.* Lisboa: Quetzal Editores, 1988, p. 14

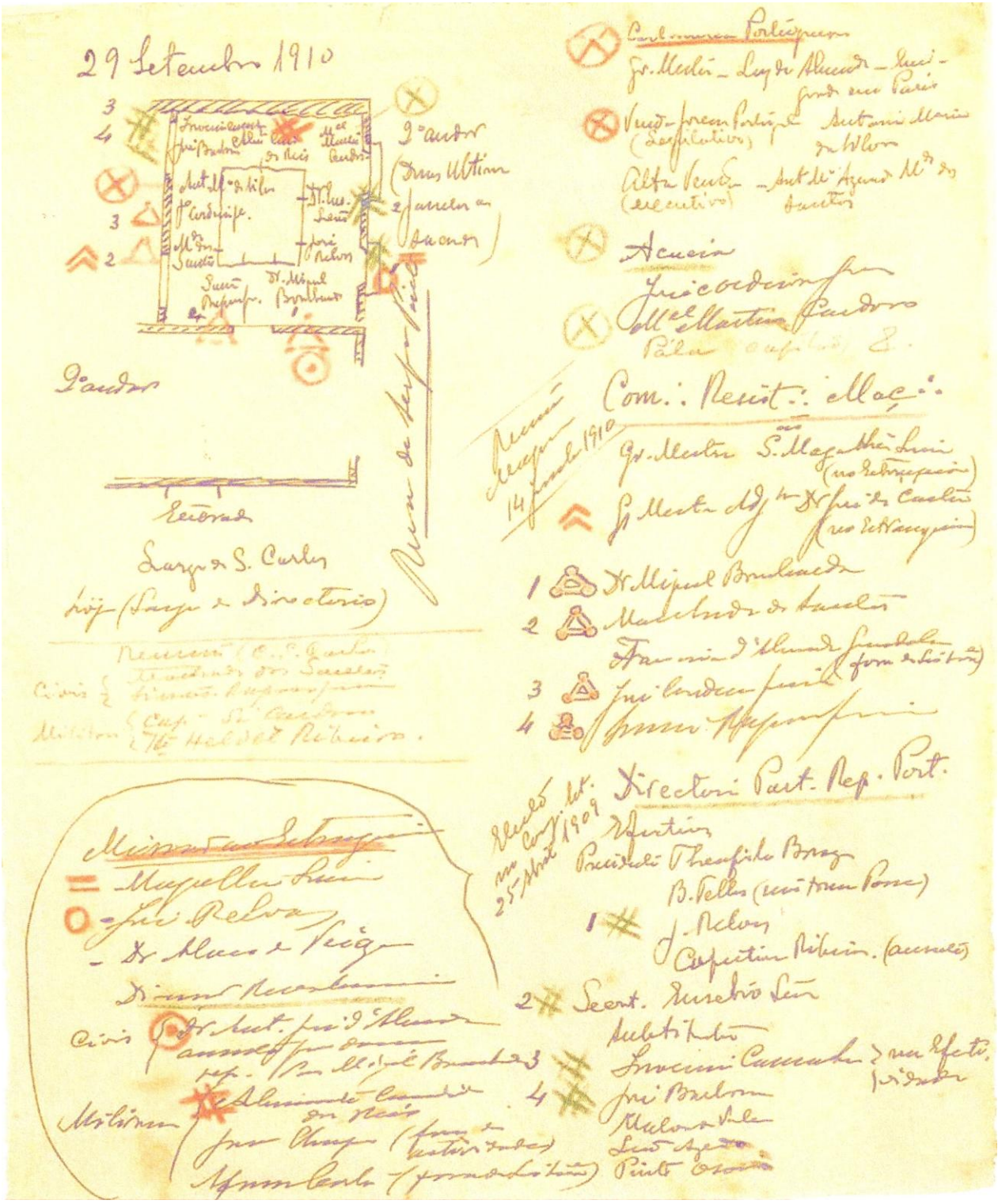
Anexo 9: Instituições de intervenção político-ideológica, criadas com o apoio da Maçonaria.

Instituições de intervenção político-ideológica, criadas com o apoio da Maçonaria:

ANO	INSTITUIÇÃO
1889	Associação Liberal Portuguesa
1895	Associação do Registo Civil
1899	Liga Portuguesa da Paz
1909	Liga Republicana da Mulheres Portuguesas
1911	Associação de Classe Piscatória
1912	Associação do Culto da Árvore
1913	Federação Portuguesa de Livre Pensamento
1914	Concelho Nacional das Mulheres Portuguesas
1921	Liga Portuguesa dos Direitos do Homem
1924	Associação dos Professores de Portugal

Fonte: MARQUES, A. H. de Oliveira — *Ensaios de Maçonaria*. Lisboa: Quetzal Editores, 1988, p. 14

Anexo 10: Comissão de Resistência da Maçonaria



Fonte: Arquivo da Fundação Mário Soares — Fundo Simão Raposo

Anexo 11: Circular nº 12

A' Gl.·. do S.·. A.·. do U.·.

GR.·. OR.·. LUSITANO UNIDO

Sup.·. Cons.·. da Maç.·. Portugueza

Unico legalmente constituido para Portugal e seus dominios

Val.·. de Lisboa, de de 191 (e.·. v.·.)

Al Gr.·. Chanc.·. Get.·. da Ord.·.

GR.·. OR.·. LUSITANO UNIDO — SUP.·. CONS.·. DA MAC.·. PORTUGUEZA — 1869

GR.·. OR.·. LUSITANO UNIDO — SUP.·. CONS.·. DO GR.·. 33.·.

CIRCULAR Nº 12

Nº 65

CC.·. e RR.·. IIr.·.

No dia 14 do corrente, a convite do Sap.·. Gr.·. Mest.·., reuniu-se neste Or.·. : Povo Maçonico d'esta cidade para resolver tudo o que lhe tivesse por conveniente com respeito ás leis de excepção que têm levado alguns dos nossos IIr.·. a serem perseguidos e nomeadamente dos decretos e leis respeitantes ao Juizo de Instrucção Criminal.

A assembleia com grande enthusiasmo e por unanimidade resolveu approvar uma proposta formada pelo Ir.·. Championet, a qual em resumo é a seguinte:

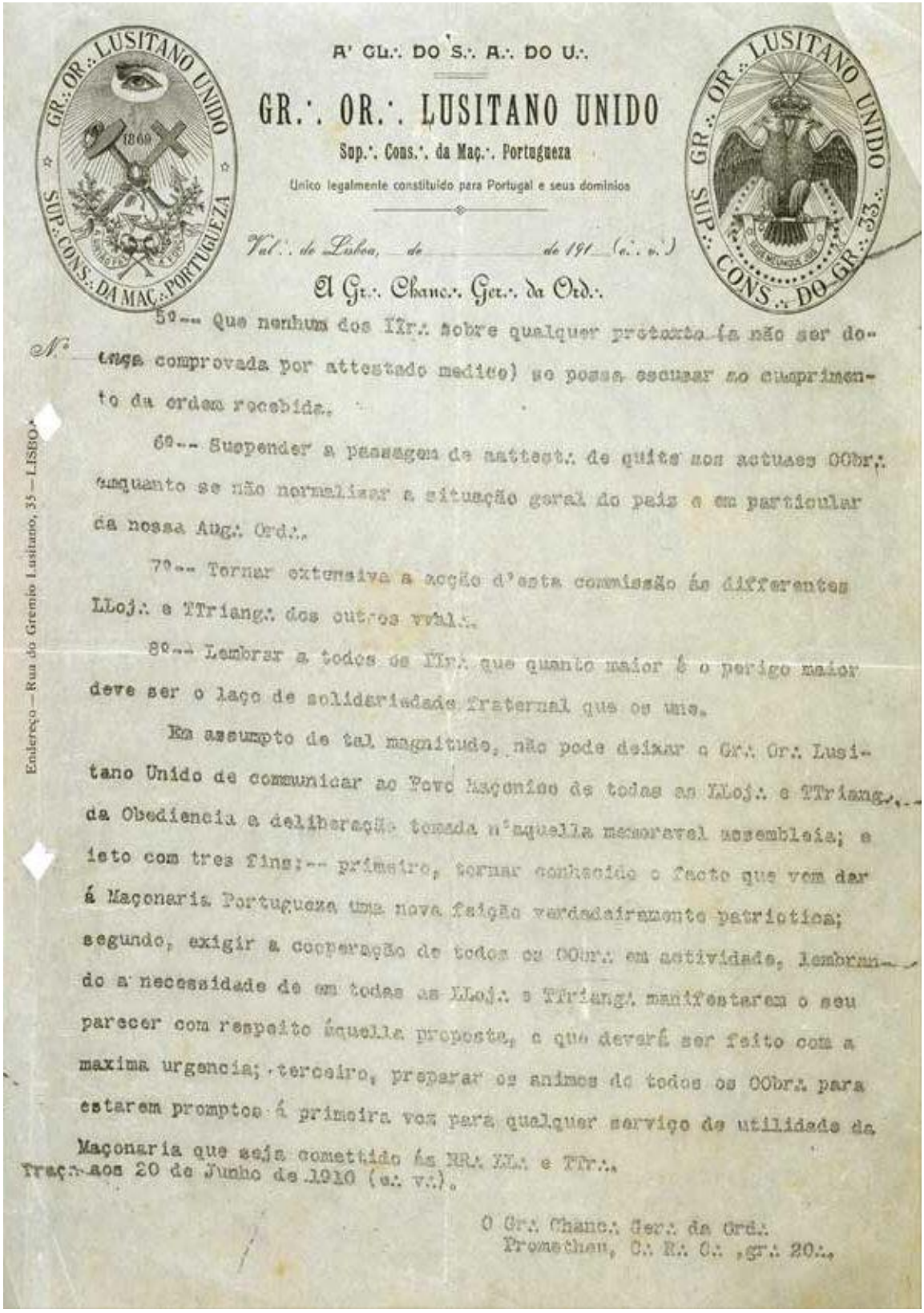
1º-- Delegar no Sap.·. Gr.·. Mest.·. a nomeação de cinco maçons para constituirem uma commissão de resistencia;

2º-- Dar a esta plenos poderes para velar pela segurança dos IIr.·., defender a maçonaria dos ataques da reacção politica e religiosa, guiando o trabalho dos OObr.·. no mundo profano no interesse superior da Patria e da segurança dos cidadãos.

3º-- Guardar absoluto segredo sobre a existencia d'essa commissão, occultando os seus nomes que apenas devem ser conhecidos pelo Sap.·. Gr.·. Mest.·.

4º-- Que as ordens d'essa commissão sejam transmittidas pelo Sap.·. Gr.·. Mest.·. directamente ou por intermedio da Gr.·. Chanc.·. conforme fôr conveniente.

Endereço—Rua do Gremio Lusitano, 35—LISBOA



A' Gl.·. do S.·. A.·. do U.·.

GR.·. OR.·. LUSITANO UNIDO

Sup.·. Cons.·. da Maç.·. Portugueza

Unico legalmente constituido para Portugal e seus dominios

Val.·. de Lisboa, de de 191 (e.·. v.·)

Al Gr.·. Chanc.·. Ger.·. da Ord.·.

5º-- Que nenhum dos IIr.·. sobre qualquer pretexto (a não ser doença comprovada por attestado medico) se possa escusar ao cumprimento da ordem recebida.

6º-- Suspender a passagem de attest.·. de quite aos actuaes OObr.·. emquanto se não normalisar a situação geral do paiz e em particular da nossa Aug.·. Ord.·.

7º-- Tornar extensiva a acção d'esta commissão ás differentes LLoj.·. e TTriang.·. dos outros vval.·.

8º-- Lembrar a todos os IIr.·. que quanto maior é o perigo maior deve ser o laço de solidariedade fraternal que os una.

Em assumpto de tal magnitude, não pode deixar o Gr.·. Or.·. Lusitano Unido de communicar ao Povo Maçonico de todas as LLoj.·. e TTriang.·. da Obediencia a deliberação tomada n'aquella memoravel assembleia; e isto com tres fins:-- primeiro, tornar conhecido o facto que vem dar á Maçonaria Portugueza uma nova feição verdadeiramente patriotica; segundo, exigir a cooperação de todos os OObr.·. em actividade, lembrando a necessidade de em todas as LLoj.·. e TTriang.·. manifestarem o seu parecer com respeito áquella proposta, o que deverá ser feito com a maxima urgencia; terceiro, preparar os animos de todos os OObr.·. para estarem promptos á primeira voz para qualquer serviço de utilidade da Maçonaria que seja cometido ás RR.·. LL.·. e TTr.·.

Traç.·. aos 20 de Junho de 1910 (e.·. v.·).

O Gr.·. Chanc.·. Ger.·. da Ord.·.
Prometheu, C.·. R.·. C.·. ,gr.·. 20.·.

Endereço — Rua do Gremio Lusitano, 35 — LISBOA

Fonte: Arquivo da Fundação Mário Soares — Fundo Simão Raposo

Anexo 12: Carta Aberta à Carbonária Portuguesa.

Carta aberta

A'

CARBONARIA PORTUGUEZA

85

A Carbonaria Portugueza que na hora do perigo sempre o afrontou destemidamente luctando pela sua patria, deve agora, que novamente ella se encontra ameaçada, retomar o seu posto e defende-la «á outrance»—e só assim cumprirá o seu dever e completará a sua obra!

E' para vós, carbonarios portuguezes, que este grito de guerra, baseado nas mais justas e patrioticas razões, é dirigido.

Vós, como nós todos, portuguezes, conheceis que alem fronteiras assentou arraiaes uma horda vil de traidores restos de uma sociedade enlameada e felizmente caida, que ainda tenta subjugar-nos não olhando quaes os meios a empregar para conseguir as suas nefastas ambições e attingir os seus jesuiticos fins.

Assim, dia a dia, elles avançam manhosamente protegidos por entidades desconhecidas e repugnantes, um novo passo para o seu inquisitorial terminus, mercê de esmorecimento nosso, que se não acordamos a tempo, nos levaria á perda dos nossos direitos e liberdades conquistadas á custa de muito sangue e de muito esforço.

Carbonarios portuguezes!

Não vos deixeis adormecer n'uma espectativa benevola, nem vos deixeis embalar pela oratoria florida e eloquente que vos diz estar a patria defendida e livre do perigo que a ameaça!

Tende confiança só em vós e, munidos dos vossos apetrechos guerreiros, das vossas armas bemditas, marchae de fronte altiva e coração vibrante, para a fronteira.

Sim, para a fronteira, para aonde se acobertam esses homens desqualificados, peores que bandidos, porque não só nos querem roubar, matar, como tambem macular-nos com o vilipendio, com a deshonra que trazem apensos ás suas palavras e ás suas obras.

Agita-se ainda em nosso derredor esse espectaculo grandioso, sublime, que a historia registrará com letras ineditas nos seus annaes e que representou o alevantamento de um povo maguado sob o peso de 80 annos de governo disfarçadamente despota e hypocritamente constitucional.

Recorda-nos ainda os gemidos de angustia e de dôr soltados pelas victimas de um regimen cujo caracteristico principal foi a reacção, o imperio do clericalismo negro, oppressor.

Desenha-se, emfim, a nossos olhos tudo quanto foi obra do governo maldito, gloriosamente deposto nas madrugadas de 4 e 5 de outubro pelo vosso esforço e trabalho, carbonarios portuguezes, conjunctamente com o trabalho e o esforço da marinha, exercito e povo de Lisboa.

O sangue que tingiu as calçadas e as praças da capital, que se derramou em prol de uma aspiração justa e que o exito coroou, pede, reclama que lhes seja feita justiça, e que sejam asseguradas as suas conquistas.

E, ao norte de Portugal, na fronteira gallega, escondem-se assalariados que em si destruiram o codigo da consciencia e que, vendidos a portuguezes infames, a portuguezes degenerados, pretendem cahir sobre este paiz cheio de fé e de esperança numa vida nova, e furtar-lhe essas conquistas e roubar a sua tranquilidade.

Caminhemos contra elles, em nome da Liberdade, da Justiça, da Patria, e que nem um só tiro seja poupado, — porque cada tiro que lhes poupemos, é uma brecha que em nós proprios abrimos!

A' deshonra dos traidores, que corresponda um echo da nossa alma votada ao Bem.

Se cahirmos, se formos vencidos, somo-lo mas conscienciosamente, mas livremente.

Ninguem dirá depois que fomos covardes ou que fomos vendidos.

Todos, todos reconhecerão em nós a satisfação do dever cumprido.

A Carbonaria portugueza nasceu d'um impulso nobre, alentou-se nas almas revoltadas contra as incontaveis iniquidades praticadas pela Monarquia dos Braganças.

Inraizou-se por todo o Portugal, progrediu e tornou-se grande

Desenvolveu por todo o paiz a sua fecunda propaganda, acordou o povo ha tanto adormecido e em cada coração acendeu o facho rubro da Revolta.

Chamou a si os humildes, os soffredores e quiz trabalhar de braço dado com elles.

Nunca alliciou aristocratas, cujo viver grande se cifra no estadão baloiço do luxo, custeado com o suor quente e fadiga continua dos operarios rudes e ignorantes, por saber que a aristocracia era bem o seu inimigo e éra a fonte perenne do Mal na sociedade—odiou sempre, e como devia, a aristocracia.

Ensinou e prégou a todos os que a ouviam e a seguiam o odio a essa raça de batina, que nos templos fechados se concentrava como queda, trabalhando a corrupção e urdindo a deshonra áquelles que, desprecavidamente, lhe entregavam parte da sua vida.

Mas não se limitou sómente, a preparar a Revolta em todas as almas: fez mais!

Na hora em que se declarou o fogo dos canhões que deveria destruir a vilania de um regimen que por nada, por nada convinha, ella, a Carbonaria Portugueza, lá estava no seu posto, firme como um rochedo, lutando pelo seu ideal, morrendo pelo seu desideratum!

A Carbonaria Portugueza, em cujo seio se encontram homens de uma ilustre bravura, tem cumprido sempre, — e do coração o dizemos, — o seu dever e o seu programma de liberal á outrance.

E é agora que a Patria portugueza novamente está ameaçada, que portuguezes degenerados alliados a estrangeiros, — uns vendidos, outros impulsionados por fins desconhecidos, mas sem duvida ignobeis, — conspiram contra este bom, morigerado povo, é agora que nós dirigimos este grito rude e forte de guerra á heroica Carbonaria Portugueza.

E que ella nos attenda, mandando mais elementos para a fronteira, porque só assim cumprirá todos os seus deveres e completará toda a sua obra!

Viva a Carbonaria Portugueza!

Um grupo de portuguezes.

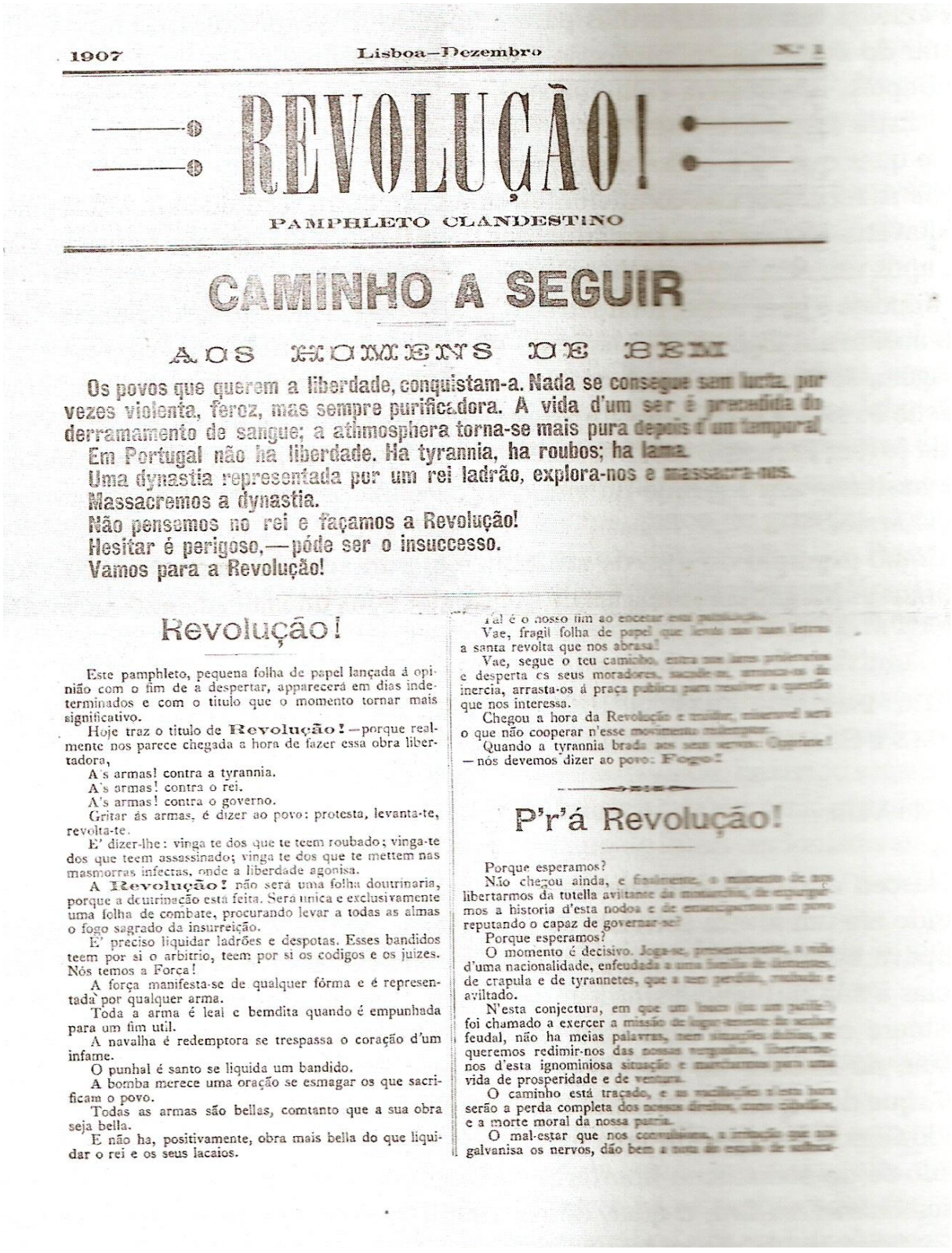
Edição da Empreza

«O CARBONARIO»

MINERVA COMMERCIAL—EVORA—2607-0

Fonte: BPMP — *Miscelânea: Vários documentos sobre aspectos religiosos, políticos e civis.* s/data.

Anexo 13: Panfleto Clandestino «Revolução».



1907 Lisboa—Dezembro Nº 1

REVOLUÇÃO!

PAMPHLETO CLANDESTINO

CAMINHO A SEGUIR

AOS HOMENS DE BEM

Os povos que querem a liberdade, conquistam-a. Nada se consegue sem lucta, por vezes violenta, feroz, mas sempre purificadora. A vida d'um ser é precedida do derramamento de sangue; a athmosphera torna-se mais pura depois d'um temporal.

Em Portugal não ha liberdade. Ha tyrannia, ha roubos; ha lama.

Uma dynastia representada por um rei ladrão, explora-nos e massacra-nos.

Massacremos a dynastia.

Não pensemos no rei e façamos a Revolução!

Hesitar é perigoso,—póde ser o insuccesso.

Vamos para a Revolução!

Revolução!

Este pamphleto, pequena folha de papel lançada á opinião com o fim de a despertar, apparecerá em dias indeterminados e com o titulo que o momento tornar mais significativo.

Hoje traz o titulo de **Revolução!**—porque realmente nos parece chegada a hora de fazer essa obra libertadora,

A's armas! contra a tyrannia.

A's armas! contra o rei.

A's armas! contra o governo.

Gritar ás armas, é dizer ao povo: protesta, levanta-te, revolta-te.

E' dizer-lhe: vinga te dos que te teem roubado; vinga-te dos que teem assassinado; vinga te dos que te mettem nas masmorras infectas, onde a liberdade agonisa.

A **Revolução!** não será uma folha doutrinaria, porque a doutrinação está feita. Será unica e exclusivamente uma folha de combate, procurando levar a todas as almas o fogo sagrado da insurreição.

E' preciso liquidar ladrões e despotas. Esses bandidos teem por si o arbitrio, teem por si os codigos e os juizes. Nós temos a Força!

A força manifesta-se de qualquer fórma e é representada por qualquer arma.

Toda a arma é leal e bemdita quando é empunhada para um fim util.

A navalha é redemptora se trespassa o coração d'um infame.

O punhal é santo se liquida um bandido.

A bomba merece uma oração se esmagar os que sacrificam o povo.

Todas as armas são bellas, comtanto que a sua obra seja bella.

E não ha, positivamente, obra mais bella do que liquidar o rei e os seus lacaios.

Tal é o nosso fim ao encetar esta publicação.

Vae, fragil folha de papel que levas nas tuas letras a santa revolta que nos abrasa!

Vae, segue o teu caminho, entra nos lares proletarios e desperta os seus moradores, sacode-os, arranca-os da inercia, arrasta-os á praça publica para resolver a questão que nos interessa.

Chegou a hora da Revolução e traidor, miseravel será o que não cooperar n'esse movimento redemptor.

Quando a tyrannia brada aos seus servos: Opprime! —nós devemos dizer ao povo: **Fogo!**

P'r'á Revolução!

Porque esperamos?

Não chegou ainda, e finalmente, o momento de nos libertarmos da tutella aviltante da monarchia, de expurgarmos a historia d'esta nodoa e de emanciparmos um povo reputando o capaz de governar-se?

Porque esperamos?

O momento é decisivo. Joga-se, presentemente, a vida d'uma nacionalidade, enfeudada a uma familia de dementes, de crapula e de tyrannetes, que a tem perdido, roubado e aviltado.

N'esta conjectura, em que um louco (ou um patife?) foi chamado a exercer a missão de logar-tenente do senhor feudal, não ha meias palavras, nem situações dubias, se queremos redimir-nos das nossas vergonhas, libertarmo-nos d'esta ignominiosa situação e marcharmos para uma vida de prosperidade e de ventura.

O caminho está traçado, e as vacillações n'esta hora serão a perda completa dos nossos direitos, como cidadãos, e a morte moral da nossa patria.

O mal-estar que nos convulsiona, a irritação que nos galvanisa os nervos, dão bem a nota do estado de soffoca-

Fonte: Ventura, António — *A Carbonária em Portugal (1897/1910)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008, p. 52.

Anexo 14: Carta de Sebastião de Magalhães Lima.

Á GRANDE DIETA

…….

MENSAGEM DO GRÃO MESTRE

Meus IIr.

Dirijo-vos esta mensagem num momento solene.

A minha alma vibra num grito de vitória. É o grito do soldado de Maratona, que teve apenas tempo para proferir a palavra: **Vencemos**. Sim! Depois de alguns anos de luta, vencemos, isto é – venceu a Razão, que é soberana, contra o artifício e contra o erro.

A União das duas obediências – o Supremo Concelho do Rito Escocês Antigo e Aceito e o Grande Oriente Lusitano Unido – era necessária e impunha-se. Não se compreendia a dissidência entre duas colectividades que prosseguem um mesmo fim e trabalham pelo mesmo ideal. Nem é portuguez nem republicano quem for contra a união.

Num pequeno paiz, como o nosso, e uma hora grave para os destinos da pátria, o caminho é só um. Podia justificar-se a rebelião se se tratasse de inimigos. Vivemos, porém, no mesmo espírito de fraternidade e amor. É esta, sem dúvida, a superioridade da Maçonaria: viver para o seu semelhante.

Das nossas divisões tem derivado o incremento da Reação que urge combater. Vivemos em pleno, personalismo, numa completa ausência de princípios, que gera o fanático e o escravo. Nem pastores, riem carneirada de Panurgio! O homem livre na plena posse de si mesmo!

A acção da Maçonaria pode e deve, no presente momento, ser redentora. É indispensável impor silêncio às paixões, reduzindo cada um à sua esfera de acção. A Companhia de Jesus infiltrou-se em todos os ramos da actividade nacional. Os factos o demonstram. O projecto, apresentado no Parlamento, para a concessão da personalidade jurídica á Igreja; a reorganização da Cruzada Nun' Alvares, de carácter fascista; o intento de alterar a lei do divórcio e de introduzir o ensino religioso nas escolas, são sintomas alarmantes que nos obrigam a uma acção rápida e imediata.

Voltaram a estabelecer-se em Portugal as congregações religiosas.

A nossa união é, pois, baseada sobre motivos de moral, de patriotismo e de dignidade individual e colectiva.

Há uma obra a fazer que se impõem á nossa consciência de maçons e de republicanos: manter as reivindicações liberais, conquistadas com o nosso esforço, sacrifício e até mesmo com o nosso sangue.

Não hesitaremos um instante. Sejamos dignos de nós mesmos, da nossa tradição e daqueles que nos precederam nas lutas a favor da liberdade.

Com as manifestações e que acabo de assistir, tanto em Lisboa, como no Porto, o meu coração de velho liberal pulsou como no tempo da minha mocidade. Voltou a esperança e a fé; voltou a certeza no dia de amanhã. Conhecem o livro de Eça de Queiroz – *O Conde de Abranhos*? No fim desse interessante estudo vem um pequeno e sugestivo conto – *A Catástrofe*.

Em certo paiz dominava a insubordinação, o egoísmo, o interesse mesquinho. Tudo faria prever, uma catástrofe tremenda. Os habitantes dessa terra, que viviam dispersos e desconfiados, em boa hora compreenderam que se tornava necessário arrepiar caminho, que o ódio só destrói, e que o interesse, levado até ao mercantilismo reles, torna o homem um lobo para o homem. Compenetrados do seu dever, aproximaram-se, uns dos outros, e evitaram a Catástrofe que se adivinhava a passos de gigante.

A nossa União, meus IIr., evitará também a Catástrofe iminente. É além de tudo, uma nobre acção. A Maçonaria torna-se assim uma força nacional e educadora. Enquanto as oligarquias nos dão o espectáculo das suas desordens, levadas até aos conflitos pessoais, a Maçonaria une-se e oferece um espectáculo de união e de beleza moral. É flagrante o contraste. Não basta, porém, a simples aproximação. É preciso a acção que corresponde ao gesto altivo de uma Pátria dignificada. Precisamos de fazer alguma coisa que fique á altura dos nossos intuitos, mostrando ao mundo profano que a Maçonaria existe para desempenhar um alto fim de regeneração publica, de modo que a política seja a expressão da moral. A bela iniciativa, para a qual tanto contribuiu o espírito de solidariedade maçónica, repercutiu-se no mundo profano. Foi como que um despertar da consciência nacional, um aleluia salvador.

Celebro todos aqueles que tiveram a sua quota-parte nesta obra luminosa, contribuindo, com a sua devoção cívica, para o admirável êxito alcançado. Aclamo e saúdo carinhosamente todos os queridos IIr que compõem as duas Obediências e que confundo no mesmo abraço e no mesmo beijo fraterno.

Viva a Maçonaria Portuguesa!

Lisboa, em 21 de Março de 1926

Sebastião de Magalhães Lima 33º

Fonte: *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido*, ano de 1926, p.86-89.

Anexo 15: Prancha Aberta da Maçonria do Porto.

ARQUIVO
MÁRIO SOARES
04505.001.002

PRANC.·. ABERTA

DA

Maçonaria do Porto

ao Cons.·. da Ordem e a todas as LLoj.·., TTriang.·.
e MMaç.·. da Obediencia

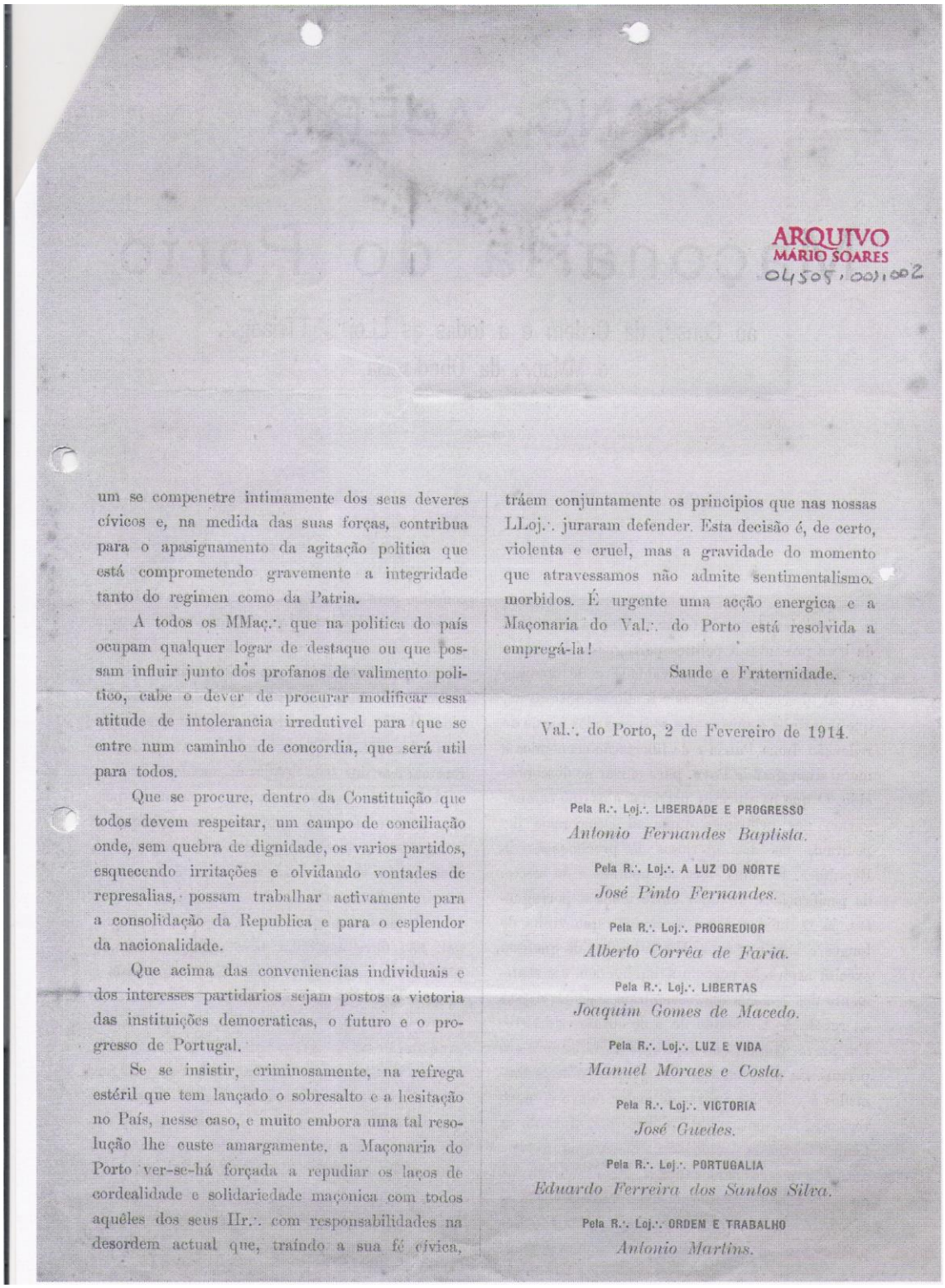
CC.·. e RR.·. IIr.·.

Será desnecessario frisar a extrema gravidade da hora presente. A politica portuguesa, dominada por grosseiras paixões de vaidade e de dominio pessoal, desceu das serenas e luminosas alturas em que mantinha a pureza dos seus elevados ideais de redenção duma Patria e de libertação economica e moral dum grande Povo, para entrar no desconhecido. O que os sinceros patriotas e os que comungavam nos principios duma sã Democracia lhe pediram, nos dias gloriosos da proclamação da Republica, foi uma obra de nobresa e de afecto, de pacificação e de amor entre todos os portugueses, já redimidos duma escravidão que vinha de longos e lugubres anos. E não ha duvida que esta excelsa aspiração norteou a inteligencia e o sentimento dos homens que assumiram o poder, depois da revolução triunfante de 5 de outubro de 1910. Em breve, porém, esta aspiração dignificadora era perturbada pela ambição dos grupos politicos formados á volta das figuras de maior relevo do novo regimen, das entidades insignes que, durante os tempos febris da demolição da monarquia, haviam afirmado a sua personalidade inconfundivel. Os animos exaltados perderam a serenidade essencial a toda a critica que pretende ser justa, e a Republica e os interésses vitais de toda uma população de seis milhões de almas, passaram para um plano secundario.

As pessoas que estavam fóra desta agitação e da indisciplina partidaria, acudiram com o seu conselho para que á volta da Republica e da Patria se fizesse a serenidade e que os dirigentes lidassem pacificamente nas reformas encetadas, nobilitando assim umas instituições que tinham vindo oportunamente purificar uma atmosfera social corrompida. Houve um momento de treguas que foi de curta duração. Os homens, infelizmente, não querem abdicar dos seus desejos de mando e das suas vaidades, nem mesmo quando o espectaculo, pelo seu egoismo oferecido, contribúe para enfraquecer o organismo republicano e para pôr em perigo os destinos do País. Contra este facto é necessario reagir imediatamente.

O que se está observando, ha dias, em Portugal, não deve continuar nem mais um minuto, para honra de nós todos. Vai nisto empenhada a nossa dignidade de cidadãos e de democratas. Entre a maioria e as minorias politicas com representação no Congresso mantem-se uma guerra incessante e absurda, uma intransigencia energica da qual resulta a quebra do prestigio da Republica que destas lutas sáe rudemente ferida!

É neste instante doloroso de incerteza que a Maçonaria do Val.·. do Porto, unanimemente e interpretando o sentir do povo sensato e patriotico, considera necessaria a sua intervenção, pedindo em nome das leis que a regem, que cada



ARQUIVO
MÁRIO SOARES
04505.001.002

um se compenetre intimamente dos seus deveres cívicos e, na medida das suas forças, contribua para o apasiguamento da agitação politica que está comprometendo gravemente a integridade tanto do regimen como da Patria.

A todos os MMaç.·. que na politica do país ocupam qualquer logar de destaque ou que possam influir junto dos profanos de valimento politico, cabe o dever de procurar modificar essa atitude de intolerancia irredutivel para que se entre num caminho de concordia, que será util para todos.

Que se procure, dentro da Constituição que todos devem respeitar, um campo de conciliação onde, sem quebra de dignidade, os varios partidos, esquecendo irritações e olvidando vontades de represalias, possam trabalhar activamente para a consolidação da Republica e para o esplendor da nacionalidade.

Que acima das conveniencias individuais e dos interesses partidarios sejam postos a victoria das instituições democraticas, o futuro e o progresso de Portugal.

Se se insistir, criminosamente, na refrega estéril que tem lançado o sobresalto e a hesitação no País, nesse caso, e muito embora uma tal resolução lhe custe amargamente, a Maçonaria do Porto ver-se-há forçada a repudiar os laços de cordealidade e solidariedade maçonica com todos aquêles dos seus IIr.·. com responsabilidades na desordem actual que, traindo a sua fé cívica, tráem conjuntamente os principios que nas nossas LLoj.·. juraram defender. Esta decisão é, de certo, violenta e cruel, mas a gravidade do momento que atravessamos não admite sentimentalismos morbidos. É urgente uma acção energica e a Maçonaria do Val.·. do Porto está resolvida a empregá-la!

Saude e Fraternidade.

Val.·. do Porto, 2 de Fevereiro de 1914.

Pela R.·. Loj.·. LIBERDADE E PROGRESSO
Antonio Fernandes Baptista.

Pela R.·. Loj.·. A LUZ DO NORTE
José Pinto Fernandes.

Pela R.·. Loj.·. PROGREDIOR
Alberto Corrêa de Faria.

Pela R.·. Loj.·. LIBERTAS
Joaquim Gomes de Macedo.

Pela R.·. Loj.·. LUZ E VIDA
Manuel Moraes e Costa.

Pela R.·. Loj.·. VICTORIA
José Guedes.

Pela R.·. Loj.·. PORTUGALIA
Eduardo Ferreira dos Santos Silva.

Pela R.·. Loj.·. ORDEM E TRABALHO
Antonio Martins.

Fonte: Arquivo da Fundação Mário Soares — Fundo Simão Raposo.

Anexo 16: Imprensa do Porto em 1915

Imprensa do Porto em 1915:

Titulo	Orientação	Director/Editor	Ligações à Maçonaria
O Comércio do Porto	Neutral	B.S.Carqueja	—
O Primeiro de Janeiro	Neutral	Gaspar Baltar	—
Jornal de Notícias	Neutral	Aníbal Morais	—
A Montanha	Republicano	Seixas Júnior	Sim
A Tarde	Republicano	António Claro	Sim
A Liberdade	Católico	Carneiro Mesquita	—
O Norte	Republicano	Jaime Cortesão	Sim
A Lanterna	Republicano	Seixas Júnior	Sim
A Província	Republicano	Maximino Lemos	Sim

Fonte: MARQUES, A.H. de Oliveira — *Guia da História da 1ª República*. Lisboa: Editorial Estampa, 1981, p.31; Arquivo do Grande Oriente Lusitano Unido — *Mapas dos Obreiros das Lojas Maçónicas*.

Anexo 17: Corpo Editorial do Jornal *A Montanha* 1910 a 1926.

Corpo Editorial do Jornal *A Montanha* 1910 a 1926:

NOME	CARGO	PERIODO	MAÇON
Laurindo Mendes	Gerente/Editor	1/3/1911 a 4/6/1911	?
Bartolomeu Severino	Redactor Principal	1/3/1911 a 4/6/1911	SIM
Seixas Júnior	Gerente/Editor	5/3/1911 a 2/1/1913	SIM
Bartolomeu Severino	Redactor Principal	5/3/1911 a 2/1/1913	SIM
Seixas Júnior	Gerente/Editor	3/1/1913 a 10/7/1913	SIM
Adriano Gomes Pimenta	Comissão Directora	3/1/1913 a 10/7/1913	?
António Joaquim Sousa Júnior	Comissão Directora	3/1/1913 a 10/7/1913	SIM
Bartolomeu Severino	Comissão Directora	3/1/1913 a 10/7/1913	SIM
Seixas Júnior	Gerente/Editor	11/7/1913 a 11/2/1914	SIM
Adriano Gomes Pimenta	Comissão Directora	11/7/1913 a 11/2/1914	?
Bartolomeu Severino	Comissão Directora	11/7/1913 a 11/2/1914	SIM
Seixas Júnior	Gerente/Editor	12/2/1914 a 11/1/1915	SIM
Adriano Gomes Pimenta	Comissão Directora	12/2/1914 a 11/1/1915	?
António Joaquim Sousa Júnior	Comissão Directora	12/2/1914 a 11/1/1915	SIM
Bartolomeu Severino	Comissão Directora	12/2/1914 a 11/1/1915	SIM
Seixas Júnior	Gerente/Editor	12/1/1915 a 23/1/1915	SIM
Adriano Gomes Pimenta	Comissão Directora	12/1/1915 a 23/1/1915	?
António Joaquim Sousa Júnior	Comissão Directora	12/1/1915 a 23/1/1915	SIM
Seixas Júnior	Director e Gerente	24/1/1915 a 13/4/1915	SIM
Joaquim Viseu	Editor	24/1/1915 a 13/4/1915	?
Seixas Júnior	Director e Gerente	14/4/1915 a 25/8/1917	SIM
Armando Marques Guedes	Director Politico	14/4/1915 a 25/8/1917	SIM
Joaquim Viseu	Editor	14/4/1915 a 25/8/1917	?
Seixas Júnior	Director e Gerente	26/8/1917 a 16/1/1918	SIM
Joaquim Viseu	Editor	26/8/1917 a 16/1/1918	?
Seixas Júnior	Director e Gerente	17/1/1918 a 13/10/1918	SIM
Arnaldo Veiga	Editor	17/1/1918 a 13/10/1918	?
Seixas Júnior	Director, Editor	1/3/1919 a 7/10/1922	SIM
Júlio Ribeiro	Director Politico	1/3/1919 a 7/10/1922	?
Seixas Júnior / Júlio Ribeiro	Directores	21/4/1923 a 31/8/1931	SIM
Ângelo Seixas	Gerente e Editor	21/4/1923 a 31/8/1931	?

Fonte: QUEIROZ, António José — *O Jornal Portuense A Montanha e as Relações Luso-Espanholas 1911/1926*. Amarante: Edições Tâmega, 1997, p. 29 - 32; Arquivo do Grande Oriente Lusitano Unido — *Mapas de Obreiros das Lojas Maçónicas*.

Anexo 18: Imprensa do Porto em 1919

Imprensa do Porto em 1919:

Titulo	**Orientação**	**Director/Editor**	**Ligações à Maçonaria**
O Comércio do Porto	Neutral	B.S.Carqueja	—
O Primeiro de Janeiro	Neutral	Jorge de Abreu	—
Jornal de Notícias	Neutral	Aníbal Morais	—
A Montanha	Republicano	Seixas Júnior	Sim
Liberdade	Católico	Carneiro Mesquita	—
A Voz Pública	Sidonista	Joaquim Madureira e Marques Moura	Sim
A Pátria	Monárquico	José Maria Ribeiro Cunha	—
O Norte	Republicano	Armando Marques Guedes e Dionísio Santos Silva	Sim
O Debate	Católico	Artur Leite de Amorim	—

Fonte: MARQUES, A.H. de Oliveira — *Guia da História da 1ª República*. Lisboa: Editorial Estampa, 1981, p.31; Arquivo do GOL — *Mapas dos Obreiros das Lojas Maçónicas*

1. Comissão Administrativa 16/1/1911 a 19/3/1913:

NOME	PARTIDO	CARGO	MAÇON	NOME SIMBÓLICO	LOJA
Francisco Xavier Esteves	Republicano	Presidente	SIM	Blaine	Liberdade e Progresso nº 203
Alfredo F Pereira	Republicano	Vogal	SIM	?	Luz do Norte nº 224
António Santos Henr iques	Republicano	Vogal	SIM	Quental	Luz do Norte nº 224
António Joaquim Júnior	Republicano	Vogal	SIM	Lister	União e Progresso (Açores)
Cristiano de C Magalhães	Republicano	Vogal	SIM	?	Luz do Norte nº 224
Francisco Napoleão da Mata	Republicano	Vogal	SIM	Napoleão	União Independente nº 5 (Lisb)
Henrique Pereira de Oliveira	Republicano	Vogal			
José Guilherme Silva Leitão	Republicano	Vogal	SIM	?	
Luis Ferreira Alves	Republicano	Vogal	SIM	?	Libertas nº 300
Manuel M Ferreira Carmo	Republicano	Vogal			

2. Comissão Administrativa 20/3/1913 a 6/11/1913:

NOME	PARTIDO	CARGO	MAÇON	NOME SIMBÓLICO	LOJA
Adriano Augusto Pimenta	Republicano	Presidente	SIM	Buchner	Honra e Dever
Albano Aníbal Barros	Republicano	Vogal			
Américo da Silva Castro	Republicano	Vogal	SIM	Zola	Perseverança (Coimbra)
António dos S. Henriques	Republicano	Vogal	SIM	Quental	Luz do Norte nº 224
Domingos Agrebom	Republicano	Vogal	SIM	?	Progredior nº 272
Francisco Soares Parente	Republicano	Vogal			
João Batista Guimarães	Republicano	Vogal	SIM	?	Progredior nº 272
João Taveira Gonçalves	Republicano	Vogal			
Joaquim Coelho Lima	Republicano	Vogal			
Joaquim de Castro Silva	Republicano	Vogal			
Manuel Morais da Costa	Republicano	Vice-Presidente	SIM	?	Luz e Vida nº 325

3. Comissão Administrativa 7/11/1913 a 2/1/1914:

NOME	PARTIDO	CARGO	MAÇON	NOME SIMBÓLICO	LOJA
Manuel Morais da Costa	Republicano	Presidente	SIM	?	Luz e Vida nº 325
João Batista Guimarães	Republicano	Vogal	SIM	?	Progredior nº 272
João da Costa Miranda	Republicano	Vogal	SIM	Srévy	Progredior nº 272
João Taveira Gonçalves	Republicano	Vogal			
Joaquim de Castro Silva		Vogal			
António Santos Henriques	Republicano	Vogal	SIM	Quental	Luz do Norte nº 224
Albano Aníbal Barros	Republicano	Vogal			
Américo da Silva Castro	Republicano	Vogal	SIM	Zola	Perseverança (Coimbra)
Manuel Pereira Leite Júnior	Republicano	Vogal			

4. Comissão Administrativa 4/1915 a 5/1915:

NOME	PARTIDO	CARGO	MAÇON	NOME SIMBÓLICO	LOJA
Francisco Xavier Esteves	Republicano	Presidente	SIM	Blaine	Liberdade e Progresso nº 203
Alfredo F Pereira	Republicano	Vogal	SIM	?	Luz do Norte nº 224
Albano A Nogueira de Sousa	Republicano	Vogal			
Artur Jorge Guimarães	Republicano	Vogal	SIM	Senefelder	Progredior nº 272
Cristiano de C Magalhães	Republicano	Vogal	SIM	?	Luz do Norte nº 224
Aurélio Proença Robalo	Republicano	Vogal	SIM	David Stauss	União nº 443
Carlos Afonso	Republicano	Vogal			
Hermínio Soares Costa Sousa	Republicano	Vogal			
José Augusto Ribeiro	Republicano	Vogal			
Manuel Augusto Granjo	Evolucionista	Vogal			

5. Câmara Municipal 1915:

NOME	PARTIDO	CARGO	MAÇON	NOME SIMBÓLICO	LOJA
Luís Ferreira Alves	Republicano	Vereador	SIM	?	Libertas nº 300
António M Lima Júnior	Socialista	2º Vice-Secretário			
Alberto P Pinto de Aguiar	Republicano	Vice-Presidente			
Jaime Cortesão	Republicano	Vereador	SIM	Guyau	Redenção (Coimbra)
António Joaquim C Morais	Socialista	Vereador	SIM	?	Progredior nº 272
António Pinto Sousa Lello	Republicano	Vereador	SIM	Guizot	Portugália
Henrique Santana	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Froebel	Progredior nº 272
Júlio Abeilard Teixeira	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Nuno Álvares	Luz do Norte
Aurélio da Paz dos Reis	Republicano	1º Vice-Secretário	SIM	Homero	Liberdade e Progresso nº 203
Augusto de S Pinto Caldeira	Republicano	Vereador			
Bento Maria Machado	Republicano	Vereador			
Eduardo Ferreira Silva	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Erasmo	Portugália
Aurélio Batista Pedroso	Republicano	Vereador			
Bernardino A Gonçalves	Republicano	Vereador			
João Dias da Silva	Socialista	Vereador			
Bernardino Faria Guimarães	Republicano	Vereador	SIM	Tolentino	Igualdade
José Ribeiro	Socialista	Vereador	SIM	?	Libertas nº 300
Domingos Andrade Bastos	Socialista	Vereador			
Manuel Caetano de Oliveira	Republicano	Vereador	SIM	Eça	Luz do Norte nº 224
Serafim Guedes Malvar	Socialista	2º Secretário			
José Cardoso Sampaio Lima	Republicano	Vereador	SIM	Alberto Costa	Liberdade e Progresso nº 203
Alfredo R Magalhães	Republicano	Vereador	SIM	?	?
Armando Marques Guedes	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Genúncio	Progredior nº 272
Eduardo Marques dos Santos	Republicano	Vereador	SIM	Sócrates	Liberdade e Progresso nº 203
Joaquim Gomes de Macedo	Republicano	Vereador	SIM	?	Victória nº 330
Eduardo Rodrigues Paula	Republicano	Vereador			
Elísio Melo	Republicano	Comissão Executiva			
José Ferreira de Sousa	Socialista	Vereador			
Joaquim da Silva Lima	Socialista	Vereador			
João Manuel Lopes	Republicano	Vereador			
José Pinto Fernandes	Republicano	Vereador	SIM	?	Luz do Norte nº 224

Manuel A Pereira Botelho	Republicano	Substituto da Comissão Executiva	SIM	Vasco da Gama	Luz do Norte nº 224
Manuel Gonçalves Frederico	Republicano	Comissão Executiva			
Manuel José P Leite Júnior	Republicano	Vereador			
Manuel Pinto de Azevedo	Republicano	Vereador	SIM	Latino Coelho	Victória nº 330
Serafim J X dos Anjos	Socialista	Vereador	SIM	Almeida Garrett	União nº 423
Custódio Teixeira de Basto	Republicano	Vereador			
José Joaquim Soares	Republicano	Vereador	SIM	Heliodoro Salgado	Invicta
Licínio Guimarães	Republicano	Vereador			
Alberto Correia de Faria	Republicano	Comissão Executiva	SIM	?	Progredior nº 272
João Dias Alves Pimenta	Republicano	Vereador			
João P Maravilhas Pereira	Socialista	Vereador			
Henrique Pereira de Oliveira	Republicano	Presidente			
Jaime Pereira de Almeida	Republicano	1º Secretário	SIM	?	?
António A Silva Tavares	Socialista	Vereador			

6. Câmara Municipal 1916:

NOME	PARTIDO	CARGO	MAÇON	NOME SIMBÓLICO	LOJA
Luís Ferreira Alves	Republicano	Comissão Executiva	SIM	?	Libertas nº 300
António Lima Júnior	Socialista	2º Secretário			
Alberto Pinto Aguiar	Republicano	Vice-Presidente			
António Melo Castro	Republicano	Vereador			
António J Morais	Socialista	Vereador	SIM	?	Progredior nº 272
António Pinto Lello	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Guizot	Portugália
Augusto R Pinto	Republicano	Vereador			
Júlio A Teixeira	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Nuno Álvares	Luz do Norte nº 224
Aurélio da P dos Reis	Republicano	1º Vice-Secretário	SIM	Homero	Liberdade e Progresso nº 203
Augusto S Caldeira	Republicano	Vereador			
Bento M Machado	Republicano	Vereador			
Eduardo Santos Silva	Republicano	Presidente C Executiva	SIM	Erasmo	Portugália
Aurélio B Pedroso	Republicano	Vereador			
Bernardino Gonçalves	Republicano	Vereador			
João Dias da Silva	Socialista	Vereador			
Bernardino Guimarães	Republicano	Vereador	SIM	Tolentino	Igualdade

José Ribeiro	Socialista	Vereador	SIM	?	Libertas nº 300
Domingos A Bastos	Socialista	Vereador			
Manuel C de Oliveira	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Eça	Luz do Norte nº 224
Serafim G Malvar	Socialista	Vereador			
José C Sampaio Lima	Republicano	Vereador	SIM	A Costa	Liberdade e Progresso nº 203
Alfredo R Magalhães	Republicano	Comissão Executiva	SIM		
Armando M Guedes	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Genúncio	Progredior nº 272
Eduardo M dos Santos	Republicano	Vereador	SIM	Sócrates	Liberdade e Progresso nº 203
Joaquim G de Macedo	Republicano	Vereador	SIM		Victória nº 330
Eduardo R Paula	Republicano	Vereador			
Elísio Melo	Republicano	Comissão Executiva			
José da Costa Pereira	Socialista	Vereador			
Joaquim da Silva Lima	Socialista	Vereador			
João Manuel Lopes	Republicano	Vereador			
José Pinto Fernandes	Republicano	Vereador	SIM	?	Luz do Norte nº 224
Manuel A P Botelho	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Vasco Gama	Luz do Norte nº 224
Manuel G Frederico	Republicano	Comissão Executiva			
Manuel J Leite Júnior	Republicano	Comissão Executiva			
Manuel P Azevedo	Republicano	Comissão Executiva	SIM	L Coelho	Victória nº 330
Serafim J dos Anjos	Socialista	Vereador	SIM	A Garrett	União nº 423
Custódio de M Basto	Republicano	Vereador			
José Joaquim Soares	Republicano	Vereador	SIM	H Salgado	Invicta
Licínio Guimarães	Republicano	Vereador			
Alberto Correia Faria	Republicano	Comissão Executiva	SIM	?	Progredior nº 272
José Alves Pimenta	Republicano	Vereador			
João Maravilhas Pereira	Socialista	Vereador			
Henrique P Oliveira	Republicano	Presidente			
Jaime P de Almeida	Republicano	1º Secretário	SIM	?	?
António Silva Tavares	Socialista	2º Vice-Secretário			

7. Câmara Municipal 1917:

NOME	PARTIDO	CARGO	MAÇON	NOME SIMBÓLICO	LOJA
Luís Ferreira Alves	Republicano	Comissão Executiva	SIM	?	Libertas nº 300
António M Lima Júnior	Socialista	Vereador			
Alberto Pinto de Aguiar	Republicano	Vice-Presidente			
António F Melo e Castro	Republicano	Vereador			
António J de Morais	Socialista	2º Vice-Secretário	SIM	?	Progredior nº 272
António P Sousa Lello	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Guizot	Portugália
Augusto Ribeiro Pinto	Republicano	Vereador			
Júlio Abeilard Teixeira	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Nuno Álvares	Luz do Norte nº 224
Aurélio da Paz dos Reis	Republicano	1º Vice-Secretário	SIM	Homero	Liberdade e Progresso nº 203
Augusto Pinto Caldeira	Republicano	Vereador			
Bento Maria Machado	Republicano	Vereador			
Eduardo Santos Silva	Republicano	Presidente Executiva	SIM	Erasmo	Portugália
Aurélio Batista Pedroso	Republicano	Vereador			
Bernardino A Gonçalves	Republicano	Vereador			
João Dias da Silva	Socialista	Vereador			
Bernardino N Guimarães	Republicano	Vereador	SIM	Tolentino	Igualdade
José Ribeiro	Socialista	Vereador	SIM	?	Libertas nº 300
Domingos A Bastos	Socialista	Vereador			
Manuel C de Oliveira	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Eça	Luz do Norte nº 224
Serafim Guedes Malvar	Socialista	Vereador			
José C Sampaio Lima	Republicano	Vereador	SIM	Alberto Costa	Liberdade e Progresso nº 203
Alfredo R de Magalhães	Republicano	Comissão Executiva	SIM		
Armando M Guedes	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Genúncio	Progredior nº 272
Eduardo M dos Santos	Republicano	Vereador	SIM	Sócrates	Liberdade e Progresso nº 203
Joaquim G de Macedo	Republicano	Comissão Executivo	SIM		Victória nº 330
Eduardo Rodrigues Paula	Republicano	Vereador			
Elísio Melo	Republicano	Comissão Executiva			
José da Costa Pereira	Socialista	Vereador			
José Ferreira de Sousa	Socialista	Vereador			
José J Oliveira Torres	Republicano	Vereador			
José Pinto Fernandes	Republicano	Vereador	SIM	?	Luz do Norte nº 224

Manuel Pereira Botelho	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Vasco Gama	Luz do Norte nº 224
Manuel G Frederico	Republicano	Comissão Executiva			
Manuel P Leite Júnior	Republicano	Comissão Executiva			
Manuel Pinto Azevedo	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Latino Coelho	Victória nº 330
Serafim J X dos Anjos	Socialista	Vereador	SIM	A Garrett	União nº 423
Custódio Mesquita Basto	Republicano	Vereador			
José Joaquim Soares	Republicano	Vereador	SIM	H.Salgado	Invicta
Licínio Guimarães	Republicano	Vereador			
Alberto Correia de Faria	Republicano	Vereador	SIM	?	Progredior nº 272
Carlos Carvalho da Silva	Republicano	Vereador	SIM	Viriato	Obreiros do Trabalho nº 182
João Maravilhas Pereira	Socialista	Vereador			
Henrique P de Oliveira	Republicano	Presidente			
Jaime P de Almeida	Republicano	1º Secretário	SIM	?	?
António A Silva Tavares	Socialista	2º Secretário			

8. Câmara Municipal de 2/1/1918 a 16/1/1918:

NOME	PARTIDO	CARGO	MAÇON	NOME SIMBÓLICO	LOJA
Augusto Pereira Nobre	Republicano	Presidente	SIM	?	?
Alfredo Rodrigues C Magalhães	Republicano	Vereador	SIM		
Antero Antunes de Albuquerque	Republicano	Vereador	SIM	?	?
António Pinto de Sousa Lello	Republicano	Vereador	SIM	Guizot	Portugália
António Silva Pimenta		Vereador			
Armando Marques Guedes	Republicano	Vereador	SIM	Genuncio	Progredior nº 272
Cristiano C de Magalhães	Republicano	Vereador	SIM	Viriato	Luz do Norte nº224
Eduardo dos Santos Silva	Republicano	Presidente C. Executiva	SIM	Erasmo	Portugália
Elísio Melo	Republicano	Comissão Executiva			
Francisco António Fernandes	Republicano	Vereador			
João Henrique Andersson	Republicano	Vereador			
José Cardoso Sampaio Lima	Republicano	Vereador	SIM	Alberto Costa	Liberdade e Progresso nº 203
José Domingos dos Santos	Republicano	Vereador	SIM	Cimourdin	Renascença (Coimbra)
José Moreira do Amaral		Vereador			
José Vasconcelos Lima Júnior	Republicano	Vereador			
Júlio Abeilard Teixeira	Republicano	Comissão. Executiva	SIM	Nuno Álvares	Luz do Norte nº224

Júlio Gomes dos Santos	Republicano	Vereador			
Manuel A Pereira Botelho	Republicano	Vereador	SIM	Vasco da Gama	Luz do Norte nº224
Manuel Caetano de Oliveira	Republicano	Vereador	SIM	Eça	Luz do Norte nº224
Manuel José P Leite Júnior	Republicano	Vereador			

9. Comissão Administrativa de 16/1/1918 a 29/6/1918:

NOME	PARTIDO	CARGO	MAÇON	NOME SIMBÓLICO	LOJA
Alfredo Batista	Republicano	Vogal	SIM	José Falcão	Luz e Vida nº 325
Alberto Pinheiro Torres		Vogal			
António de Almeida Garrett	Republicano	Vogal			
Artur Jorge Guimarães	Republicano	Presidente	SIM	Senefelder	Progredior nº 272
João Adolfo Garrido da Silva		Vogal			
Aurélio Proença Robalo	Republicano	Vogal	SIM	David Stauss	União nº 443
João Alves Bonifácio	Monárquico	Vogal			
José Maria de Oliveira	Republicano	Vogal	SIM	?	?
Leopoldo Correia Mourão	Republicano	Vogal			

10. Comissão Administrativa de 29/6/1918 a 15/8/1918:

NOME	PARTIDO	CARGO	MAÇON	NOME SIMBÓLICO	LOJA
Augusto Cupertino de Miranda	Unionista	Presidente			
Alberto C de Vasconcelos		Vogal			
António de S Cirne de Lima		Vogal			
António M Rodrigues Pereira		Vogal			
João Maria da Cunha Fajardo		Vogal			
João Pedro Soares		Vogal			
Joaquim Trocato A P Ribeiro	Republicano	Vogal	SIM	Kitechener	Luz e Vida nº 325
José Vitorino Ribeiro		Vogal			

11. Comissão Administrativa de 15/8/1918 a 3/!0/1918:

NOME	PARTIDO	CARGO	MAÇON	NOME SIMBÓLICO	LOJA
José Nunes da Ponte	Unionista	Presidente			
Afonso Barbedo Pinto	Republicano	Vogal	SIM	Antero de Quental	Luz et Vita nº 394
Alfredo C Castro	Republicano	Vogal	SIM	?	Liberdade e Progresso nº 203
Joaquim G R Pacheco	Republicano	Vogal			
José Alves Bonifácio	Monárquico	Vogal			
José Augusto Dias	Republicano	Vogal	SIM	Carlos Pascol	União nº 423
Luís Moreira Sousa	Republicano	Vogal			

12. Comissão Administrativa de 3/10/1918 a 24/2/1919:

NOME	PARTIDO	CARGO	MAÇON	NOME SIMBÓLICO	LOJA
Alfredo Carneiro de Vasconcelos		Vogal			
Abílio Ferreira Figueiredo		Secretário			
Alfredo C de Castro		Vogal	SIM	?	Liberdade e Progresso nº 203
Eduardo P Mota Coelho		Vogal			
José Alves Bonifácio	Monárquico	Presidente			
José Augusto Dias	Republicano	Vogal	SIM	Carlos Pascol	União nº 423
João Augusto Ribeiro	Republicano	Vogal			
José Esteves Fraga	Republicano	Vogal	SIM		
José Maria Soares Vieira	Republicano	Vogal	SIM	?	Portugália
José Rangel Pamplona		Vogal			
Vicente Pinto Faria		Vogal			

13. Comissão Administrativa de 25/2/1919 a 25/8/1919:

NOME	PARTIDO	CARGO	MAÇON	NOME SIMBÓLICO	LOJA
Armando M Guedes	Republicano	Presidente	SIM	Genúncio	Progredior nº 272
António P Sousa Lello	Republicano	Vogal	SIM	Guizot	Portugália
Júlio Abeilard Teixeira	Republicano	Vogal	SIM	Nuno Álvares	Luz do Norte nº 224
Manuel Pinto Azevedo	Republicano	Vogal	SIM	Latino Coelho	Luz do Norte nº 224
Rodrigo de Castro	Evolucionista	Vogal	SIM	Galieni	Liberdade e Progresso nº 203
Serafim Guedes Malvar	Evolucionista	Vogal			
Vítor Macedo Pinto	Republicano	Vogal	SIM	?	Ordem e Trabalho nº 340

14. Câmara Municipal 1921:

NOME	PARTIDO	CARGO	MAÇON	N.SIMBÓLICO	LOJA
Manuel Pinto de Azevedo	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Latino Coelho	Victória nº 330
Antero Antunes de Albuquerque	Republicano	Comissão Executiva	SIM	?	?
António Fernandes	Republicano	2º Vice-Secretário	SIM	Magalhães Lima	Invicta nº 446
António Joaquim de Sousa Júnior	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Lister	Libertas nº 300
António Pinto de Oliveira	Republicano	1º Vice-Secretário			
António Pinto de Sousa Lello	Republicano	Vereador	SIM	Guizot	Portugália
António dos Santos Henriques	Republicano	Vice Presidente			
António Soares de Aguiar	Socialista	Vereador			
Aurélio da Paz dos Reis	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Homero	Liberdade e Progresso nº 203
Artur Carteado Mena	Socialista	Vereador			
Carlos Carvalho da Silva	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Viriato	Obreiros e Progresso nº 182
Eduardo Ferreira dos Santos Silva	Republicano	Presidente	SIM	Erasmo	Portugália
Francisco Garcia Fernandes	Republicano	Vereador			
João da Costa Miranda	Republicano	1º Secretário	SIM	Srévy	Progredior nº 272
João Dias da Silva	Socialista	Vereador			
José de Oliveira Pinto	Socialista	Comissão Executiva	SIM	Júlio Verne	União nº 423
José Ribeiro	Socialista	Comissão Executiva	SIM	?	Libertas nº 300
José Vasconcelos Lima Júnior	Republicano	Comissão Executiva			
Manuel Caetano de Oliveira	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Eça	Luz do Norte nº 224

Serafim Guedes Malvar	Evolucionista	2º Secretário			
Vasco Nogueira de Oliveira	Republicano	Presidente C Execut.			
Alfredo Rodrigues Magalhães	Republicano	Comissão Executiva	SIM		
Armando Marques Guedes	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Genúncio	Progredior nº 272
Ernesto Bianquini Câmara	Republicano	Comissão Executiva			
Joaquim Gomes de Macedo	Republicano	Comissão Executiva	SIM		Victória nº 330
Francisco António Fernandes	Republicano	Vereador			
Jaime Cirne	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Febo Monis	Liberdade e Progresso nº 203
Manuel Alves Soares	Republicano	Comissão Executiva	SIM	?	Luz do Norte nº 224

15. Câmara Municipal 1922:

NOME	PARTIDO	CARGO	MAÇON	N SIMBÓLICO	LOJA
António de Sousa Lello	Republicano	Vereador	SIM	Guizot	Portugália
Ernesto Bianchi Câmara	Republicano	V.P da C. Executiva			
Francisco A Fernandes	Republicano	1º Vice-Secretário			
António Fernandes	Republicano	2º Secretário	SIM	Magalhães Lima	Invicta nº 446
António J Sousa Júnior	Republicano	Presidente	SIM	Lister	Libertas nº 300
Camilo Eduardo Ribeiro	Socialista	Vereador			
Carlos Carvalho da Silva	Republicano	Vereador	SIM	Viriato	Obreiros do Trabalho nº 182
Eduardo dos Santos Silva	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Erasmo	Portugália
Francisco G Fernandes	Republicano	Vereador			
João da Costa Miranda	Republicano	1º Secretário	SIM	Srévy	Progredior nº 272
João Dias da Silva	Socialista	Vereador			
José de Oliveira Pinto	Socialista	Vereador	SIM	Júlio Verne	União nº 423
José Ribeiro	Socialista	Comissão. Executiva	SIM	?	Libertas nº 300
Manuel C de Oliveira	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Eça	Luz do Norte nº 224
Ramiro Eurico Guimarães	Republicano	Comissão Executiva			
Serafim Guedes Malvar	Evolucionista	2º Vice-Secretário			
Aurélio da Paz dos Reis	Republicano	Vereador	SIM	Homero	Liberdade e Progresso nº 203
Jaime Cirne	Republicano	Vereador	SIM	Fábio Monis	Liberdade e Progresso nº 203
Joaquim G de Macedo	Republicano	Vice-Presidente	SIM	?	Victória nº 330
Raul Marçal Brandão	Republicano	Vereador			
Vasco N de Oliveira	Republicano	Presidente C. Execut.			

Agostinho Luis Marques	Republicano	Vereador	SIM	Diesel	União nº 423
António Santos Henriques	Republicano	Vereador	SIM	Quental	Luz do Norte nº 224
José V Lima Júnior	Republicano	Vereador			
Manuel Alves Soares	Republicano	Vereador	SIM	?	Luz do Norte nº 224
Manuel Maria Moreira	Republicano	Vereador			
Manuel Pinto de Azevedo	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Latino Coelho	Luz do Norte nº 224

16. Câmara Municipal 1923:

NOME	PARTIDO	CARGO	MAÇON	NOME SIMBÓLICO	LOJA
Bernardino L Ribeiro	Republicano	Vereador			
Ramiro Eurico Guimarães	Republicano	Presidente C Executiva			
José Pereira da Silva	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Gouvain	Luz e Vida nº 325
Mário Vasconcelos e Sá		Vereador			
António Rodrigues Costa	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Gomes Freire	Liberdade e Progresso nº 203
Adrião Guerreiro de Sá	Republicano	Comissão Executiva	SIM	?	**Desconhecida**
João B Silva Guimarães	Republicano	Vereador	SIM	?	Progredior nº 272
Carlos Carvalho da Silva	Republicano	Vereador	SIM	Viriato	Obreiros do Trabalho nº 182
Manuel José Rolo	Republicano	Vereador			
João Gomes de Oliveira		Vereador			
António J de Sousa Júnior	Republicano	Presidente	SIM	Lister	Libertas nº 300
João de Brito	Republicano	Vereador	SIM	Márcio	Victória nº 330
Júlio Gomes Santos Júnior		Comissão Executiva			
Egídio Martins dos Santos	Republicano	1º Vice-Secretário	SIM	Dreyfus	Liberdade e Progresso nº 203
Hernâni Barrosa F	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Sacadura Cabral	Victória nº 330
Augusto da Silva Martins		Comissão Executiva			
Vasco N de Oliveira	Republicano	Vice-Presidente			
António C Jordão P Manso	Republicano	1º Secretário			
António José R da Fonseca	Republicano	2º Vice-Secretário	SIM		Luz do Norte nº 224
Alberto A B Guerra Leal	Socialista	Vereador			
Francisco Ferreira	Evolucionista	Vereador	SIM	Marquês de Pombal III	Progredior nº 272
Abílio Marques Mourão	Republicano	Vereador			
António Alves Pinto Reis		Vereador			
Pedro Tavares Mendes Vaz	Republicano	2º Secretario	SIM	?	Libertas nº 300

17. Câmara Municipal 1924:

NOME	PARTIDO	CARGO	MAÇON	NOME SIMBÓLICO	LOJA
Egídio M dos Santos	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Dreyfus	Liberdade e Progresso nº 203
Pedro Tavares Vaz	Republicano	Comissão Executiva	SIM	?	Libertas nº 300
Ramiro E Guimarães	Republicano	Presidente da C Executiva			
José Pereira da Silva	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Gouvain	Luz e Vida nº 325
António R Costa	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Gomes Freire	Liberdade e Progresso nº 203
Adrião Guerreiro Sá	Republicano	Comissão Executiva	SIM	?	?
Carlos C da Silva	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Viriato	Obreiros do Trabalho nº 182
Manuel José Rolo	Esq. Dem.	1º Vice-Secretário			
João Gomes Oliveira	Esq. Dem.	Comissão Executiva			
António Sousa Júnior	Republicano	Presidente	SIM	Lister	Libertas nº 300
Júlio Santos Júnior	Esq. Dem.	Comissão Executiva			
Hernâni Barroca F	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Sacadura Cab.	Victória nº 330
Augusto S Martins	Esq. Dem.	Comissão Executiva			
António C J Manso	Republicano	Vereador			
António José Fonseca	Republicano	2º Vice-Secretário	SIM		Luz do Norte nº 224
Alberto Guerra Leal	Socialista	Comissão Executiva			
Francisco Ferreira	Evolucionista	2º Secretário	SIM	Marquês de Pombal III	Progredior nº272
António P Costa Reis		Comissão Executiva			
Acácio A Carvalho		1º Secretário			
José Freitas Soares	Esq. Dem.	Comissão Executiva	SIM	Vasco da Gama	União nº 423
Abílio M Mourão	Republicano	Vereador			
Vasco N de Oliveira	Republicano	Vereador			
João de Brito	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Márcio	Victória nº 330
João Silva Guimarães	Republicano	Vice-Presidente	SIM	?	Progredior nº 272

18. Câmara Municipal 1925:

NOME	PARTIDO	CARGO	MAÇON	NOME SIMBÓLICO	LOJA
José Pereira da Silva	Republicano	Presidente	SIM	Gouvain	Luz e Vida nº 325
Ernesto Martins Pontes		1º Secretário			
António José da Fonseca	Republicano	2º Secretário	SIM		Luz do Norte nº 224
Ramiro E Guimarães	Republicano	Presidente C Executiva			
António Rodrigues Costa	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Gomes Freire	Liberdade e Progresso nº 203
Adrião Guerreiro de Sá	Esq. Dem.	Comissão Executiva	SIM	?	**?**
Manuel José Rolo	Esq. Dem.	Vereador			
Júlio G Santos Júnior	Esq. Dem.	Comissão Executiva			
José V de Freitas Soares	Esq. Dem.	Vereador	SIM	Vasco da Gama	União nº 423
Abílio Marques Mourão	Republicano	Vereador			
António A Costa Reis		Vereador			
José Dias Ferreira		Vereador			
António P de Almeida		Vereador			
Joaquim Santos Júnior		Vereador			
Francisco Ferreira	Evolucionista	Vereador	SIM	Marquês de Pombal III	Progredior nº 272
Carlos Carvalho da Silva	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Viriato	Obreiros do Trabalho nº 182
João Gomes de Oliveira	Esq. Dem.	Vereador			
João de Brito	Republicano	Vereador	SIM	Márcio	Victória nº 330
Hernâni Barroca F.	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Sacadura Cabral	Victória nº 330
Augusto Silva Martins	Esq. Dem.	Comissão Executiva			
Joaquim R dos Santos		Vereador			
Albert Barbosa G Leal	Socialista	Vereador			
Pedro T Mendes Vaz	Republicano	Vereador	SIM	?	Libertas nº 300
Francisco Sousa Oliveira		Vereador			

19. Câmara Municipal 1926:

NOME	PARTIDO	CARGO	MAÇON	NOME SIMBÓLICO	LOJA
Delfim Pereira de Castro	Republicano	Comissão Executiva			
Alberto P Pinto de Aguiar	Republicano	Presidente			
Henrique Santana	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Froebel	Progredior nº 272
Francisco C da Silva Maia	Republicano	Comissão Executiva			
Carlos Camacho Júnior	Republicano	2º Vice-Secretário			
João Dias da Silva	Socialista	Comissão Executiva			
Aarão Moreira de Lacerda	Nacionalista	Comissão Executiva			
Manuel Marcelino Ribeiro	Republicano	Comissão Executiva			
José Ribeiro	Socialista	2º Secretário	SIM	?	Libertas nº 300
António Sousa Lello	Republicano	Vice-Presidente	SIM	Guizot	Portugália
António Oliveira Ferreira	Republicano	1º Secretário	SIM	?	Libertas nº 300
Alberto Barbosa de Matos	Republicano	Comissão Executiva			
Mário Magalhães	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Sacadura Cabral	Liberdade e Progresso nº 203
Agostinho Luís Marques	Republicano	Comissão Executiva	SIM	Diesel	União nº 423
José Salvador Viegas	Esquerda Dem.	Vereador			
Adrião Guerreiro de Sá	Esquerda Dem.	Vereador	SIM	?	Desconhecida
Ernesto Martins Pontes	Esquerda Dem.	Vereador			
José V de Freitas Soares	Esquerda Dem.	Vereador	SIM	Vasco da Gama	União nº 423
António Joaquim Júnior	Esquerda Dem.	Vereador	SIM	Lister	Libertas nº 300
Elísio de Melo	Republicano	Vereador			
Egídio Martins dos Santos	Esquerda Dem.	Comissão Executiva			
Abílio Marques Mourão	Esquerda Dem.	1º Vice-Secretário			
Ramiro Eurico Guimarães	Esquerda Dem.	Vereador			
Vasco Nogueira Oliveira	Dir. Democrática	Presidente C Executiva			

Fontes: Arquivo Histórico Municipal do Porto — *Vereações*; Arquivo do Grande Oriente Lusitano — *Mapas de Obreiros das Lojas Maçónicas*.

Anexo 20: Preceitos Maçónicos

PRECEITOS MAÇÓNICOS

Ama a Humanidade.

Escuta a voz da natureza, que te barda: todos os homens são iguais; todos constituem uma família,

Tem sempre presente que não só és responsável pelo mal que fizeres, mas pelo bem que deixares fazer.

Faze o bem pelo amor do próprio bem.

O verdadeiro culto consiste nos bons costumes e na prática das virtudes.

Escuta sempre a voz da consciência: é o teu juiz.

Trata de te conhecer; corrige os teus defeitos e vence as tuas paixões.

Nos teus actos mais secretos suppõe sempre que tens todo o mundo por testemunha.

Ama os bons, anima os fracos, foge dos maus, mas não odeies ninguém.

Fala sobriamente com os superiores, prudentemente com os iguais, abertamente com os amigos, benevolamente com os inferiores, leal e sinceramente com todos.

Dize a verdade, pratica a justiça, procede com rectidão.

Não lisonjeies nunca; é uma traição; se alguém te lisonjear toma cuidado não te corrompa.

Não julgues ao de leve as acções dos outros; louva pouco e censura ainda menos; lembra-te de que para bem julgar os homens é preciso sondar as consciências e perscrutar as intenções.

Se alguém tiver necessidade, socorre-o; se se desviar da virtude, chama-o a ela; se vacilar, ampara-o; se cair, levanta-o.

Respeita o viajante; auxilia-o a sua pessoa é sagrada para ti.

Foge a contendas, evita insultos, obedece sempre à razão esclarecida pela ciência.

Lê e aproveita, vê e imita o que é bom , reflecte e trabalha; faze quanto possas para o aperfeiçoamento da organização social, e, assim te contribuirás para o bem colectivo.

Sê progressivo; estuda a ciência, porque ela te conduzirá á verdade, que tens por dever procurar.

Não te envergonhes de confessar os teus erros; provarás assim que és hoje mais sensato do que eras ontem e que desejas aperfeiçoar-te.

Moraliza pelo exemplo; sê obsequioso; tolera todas as crenças e todos os cultos, mas tem por dever lutar contra a superstição, o fanatismo e a reacção, como os mais resistentes obstáculos ao progresso do homem.

Educa e ensina; esclarece os outros com o teu conselho, inspirado pela circunspecção e pela a benevolência.

Regozija-te com a justiça; insurge-te contra a iniquidade; sofre os azares da sorte, mas luta contra eles no intuito de os vencer.

Procede sempre de forma que a razão fique do teu lado.

Respeita a mulher; não abuses nunca da sua fraqueza; defende a sua inocência e a sua honra.

Ama a Pátria e a Liberdade; sê bom cidadão, bom marido, bom pai, bom filho, bom irmão e bom amigo.

Quando fores pai alegra-te, mas compreende a importância da tua missão. Sê um protector fiel do teu filho; faze que até os dez anos te obedeça; até aos vinte te ame e até a morte te respeite. Até aos dez anos sê um mestre, até aos vinte seu pai e até a morte seu amigo. Ensina-lhe bons princípios de preferência a belas maneiras; que te deva uma rectidão esclarecida e não uma frívola elegância; fá-lo um homem honesto de preferência a um homem astuto.

Fonte: Arquivo da Fundação Mário Soares — Fundo Simão Raposo.

Anexo 21: Presidentes de Câmara no Período da 1ª República (1910 a 1926):

Presidente	Aquisição do mandato	Naturalidade	Profissão	Ligação a Maçonaria	Loja	Outros Cargos
José Nunes da Ponte	Nomeação	Ribeira Grande	Médico	Não	?	Governador Civil e Deputado
Francisco José Esteves	Nomeação (Comissão Administrativa)	Ílhavo	Engenheiro	Sim	Liberdade e Progresso	Deputado e Ministro
Adriano Augusto Pimenta	Nomeação (Comissão Administrativa)	Santa Maria da Feira	Médico	Sim	Honra e Dever	Governador Civil, Deputado e Senador
Manuel Morais da Costa	Substituição (Comissão Administrativa)	?	Médico	Sim	Luz e Vida	
Henrique Pereira de Oliveira	Eleição	Porto	Industrial	Não	?	Deputado
Francisco José Esteves	Nomeação (Comissão Administrativa)	Ílhavo	Engenheiro	Sim	Liberdade e Progresso	Deputado e Ministro
Henrique Pereira de Oliveira	Eleição	Porto	Industrial	Não	?	Deputado
Artur Jorge Guimarães	Nomeação (Comissão Administrativa)	?	Oficial do Exército	Sim	Progredior	Senador
Augusto Pereira Nobre	Eleição	?	Professor Universitário	Sim	?	Deputado e Ministro
Augusto Cupertino de Miranda	Nomeação (Comissão Administrativa)	Vila Nova de Famalicão	Advogado	Não	?	
José Nunes da Ponte	Nomeação (Comissão Administrativa)	Ribeira Grande	Médico	Não	?	Governador Civil e Deputado
José Alves Bonifácio	Substituição e Nomeação	Viana do Castelo	Professor Universitário	Não	?	
Armando Marques Guedes	Nomeação	Porto	Professor Universitário e Advogado	Sim	Progredior	Deputado e Ministro
José Gonçalves Barbosa de Castro Júnior	Eleição	Porto	Advogado	Sim	União	
Eduardo Santos Silva	Eleição	Porto	Médico	Sim	Portugália	Deputado e Ministro
António Joaquim S Júnior	Eleição	Praia da Victória	Médico	Sim	Libertas	Deputado Senador e Ministro
José Pereira da Silva	Substituição	?	Empresário	Sim	Luz e Vida	
António Joaquim S Júnior	Eleição	Praia da Victória	Médico	Sim	Libertas	Deputado Senador e Ministro
Alberto Pereira Pinto de Aguiar	Eleição	Porto	Médico e Professor Universitário	Não	?	

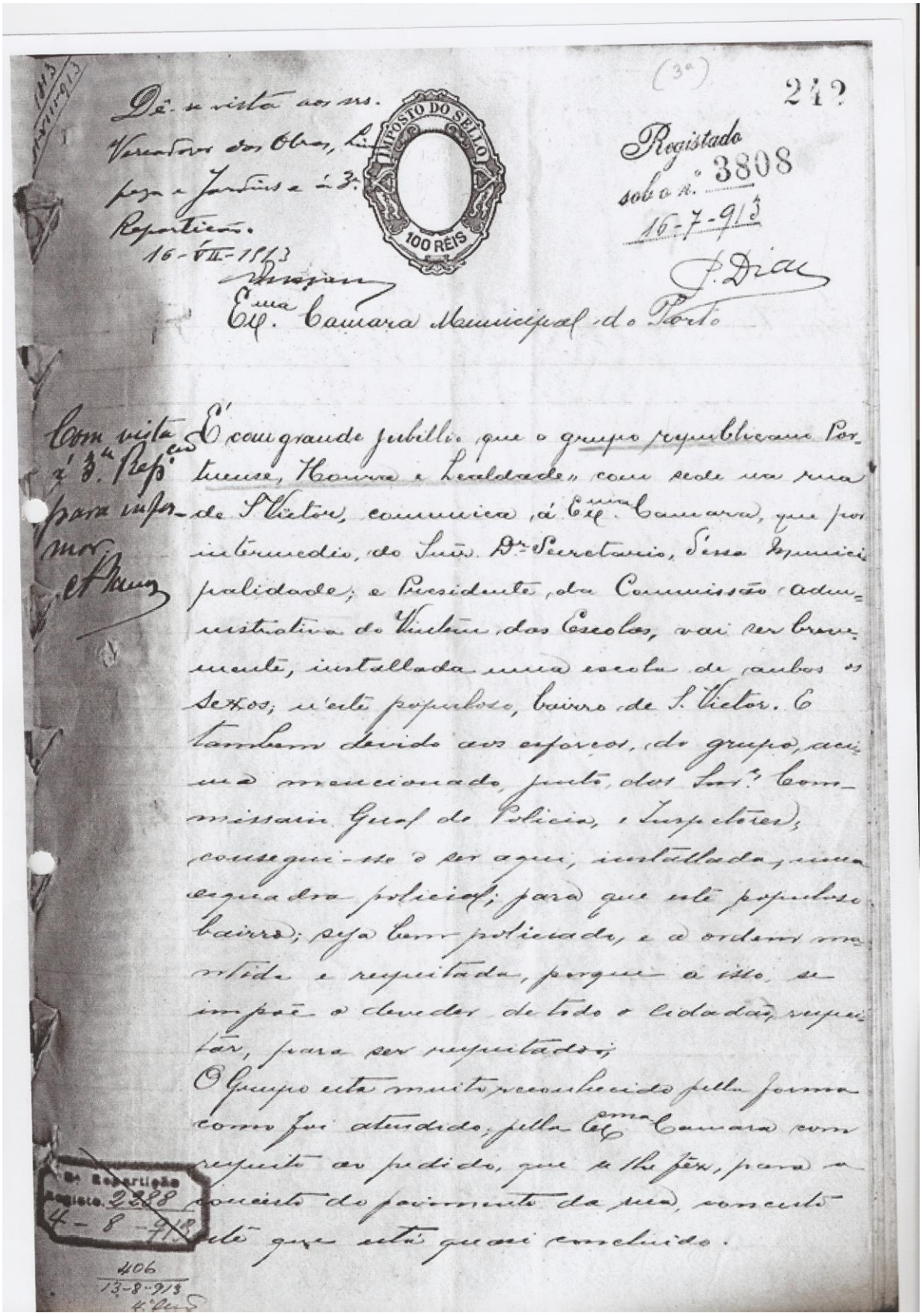
Fonte: Arquivo Municipal do Porto – *Vereações, 1910 a 1926*; Arquivo do GOL – *Mapas dos Obreiros das Lojas Maçónicas.*

Anexo 22: Deputados, Ministros e Senadores eleitos pelo círculo do Porto (1910 a 1926):

Nome	Legislatura	Cargo	Maçon	Partido
Abílio Adriano Monteiro	1918/1919	Deputado	Não	Monárquico
Alberto Nogueira Gonçalves	1925/1926	Deputado	Não	Republicano
Albino Pinto Fonseca	1912/1925	Deputado	Não	Democrático
Américo da Silva Castro	1922/1925	Deputado	Sim	Democrático
Ângelo Alves de Sousa	1911/1917	Deputado	Sim	Republicano
António Alves Calém Júnior	1921/1922 1925/1926	Deputado	Não	Liberal Nacionalista
António de Almeida Garrett	1915/1919	Deputado	Não	União Republicana
António Albino Mourão	1911/1915	Deputado	Não	Evolucionista
António Cândido Manso	1919/1921	Deputado	Não	?
António Joaquim de Sousa Júnior	1911/1917	Deputado/Senador	Sim	Republicano
António José da Silva Cunha	1911/1915	Deputado/Senador	Não	Republicano
António José dos Santos Pousada	1918/1919	Deputado	Sim	Republicano
António Luis Gomes	1921/1922	Deputado	Não	Liberal
António Santos Graça	1925/1926	Senador	Não	Republicano
Armando Marques Guedes	1915/1917 1925/1926	Deputado	Sim	Republicano
Augusto Manuel Alves da Veiga	1918/1919	Ministro	Sim	Republicano
Augusto Pereira Nobre	1911/1917 1919/1925	Deputado	Sim	Republicano
Bernardo de Almeida Lucas	1913	Deputado	Sim	Democrático
Duarte Leite Pereira da Silva	1911/1912 1915/1917	Deputado	Sim	Republicano
Eduardo Augusto Pimenta	1921/1922	Deputado	Não	Republicano
Eduardo Santos Silva	1925/1926	Deputado/Ministro	Sim	Republicano
Francisco Joaquim Fernandes	1918/1919	Deputado/Ministro	Sim	Republicano
Francisco Xavier Esteves	1911/1915 1918/1919	Deputado	Sim	Republicano
Gabriel José dos Santos	1915/1917	Deputado	Não	Unionista
Germano Lopes Martins	1911/1917 1925/1926	Deputado	Sim	Republicano
Jaime Zuzarte Cortesão	1915/1917	Deputado	Sim	Democrático
Henrique Pereira de Oliveira	1925/1926	Deputado	Não	Democrático
João Lopes Silva Martins Júnior	1915/1917	Senador	Não	Democrático
João de Pina Morais Júnior	1922/1926	Deputado	Não	?
Joaquim Leão N Meireles	1915/1917	Senador	Não	Democrático
José Dias Alves Pimenta	1913	Deputado	Sim	
José Domingues dos Santos	1921/1925	Deputado	Sim	Republicano
José Joaquim Pereira Osório	1918/1921 1922/1925	Senador	Não	Democrático
José Novais Cunha	1918/1919	Senador	Não	Republicano
José Nunes da Ponte	1911/1915 1918/1919	Deputado	Não	Republicano Unionista
Júlio Gomes Santos Júnior	1920/1921	Deputado	Não	
Ladislau Estevão Silva Batalha	1919/1921	Deputado	Não	Socialista
Leonardo José Coimbra	1925/1926	Deputado	Sim	Esq. Democrática
Luis Firmino de Oliveira	1918/1919	Senador	Sim	
Manuel Augusto Granjo	1915/1917	Deputado	Não	Evolucionista
Manuel José da Silva	1919/1921	Deputado	Não	Socialista
Manuel Sousa Dias Júnior	1925/1926	Deputado	Não	Independente
Pedro Augusto Pereira Araújo	1922/1925	Deputado	Não	Democrático
Ricardo Almeida Jorge	1918/1919	Senador	Não	Republicano
Rodrigo Alfredo Pereira Couto	1919/1921	Senador	Não	Evolucionista
Severiano José da Silva	1911/1915 1918/1919	Deputado/Senador	Sim	Republicano

Fonte: MARQUES, A.H de Oliveira (coord.) — *Parlamentares e Ministros da 1ªRepública (1910/1926)*. Lisboa: Edições Afrontamento, 2000; Arquivo do GOL — *Mapas dos Obreiros das lojas maçónicas.*

Anexo 23: Grupo Republicano Portuense Honra e Lealdade — Instalação de uma escola para ambos os sexos no bairro de S.Victor.



(3ª)

242

Dê-se vista aos srs. Vereadores das Obras, Limpeza e Jardins e á 3ª Repartição.
16-VII-1913

IMPOSTO DO SELLO 100 RÉIS

Registado sob o n.º 3808
16-7-913
J. Dias

Ex.ma Camara Municipal do Porto

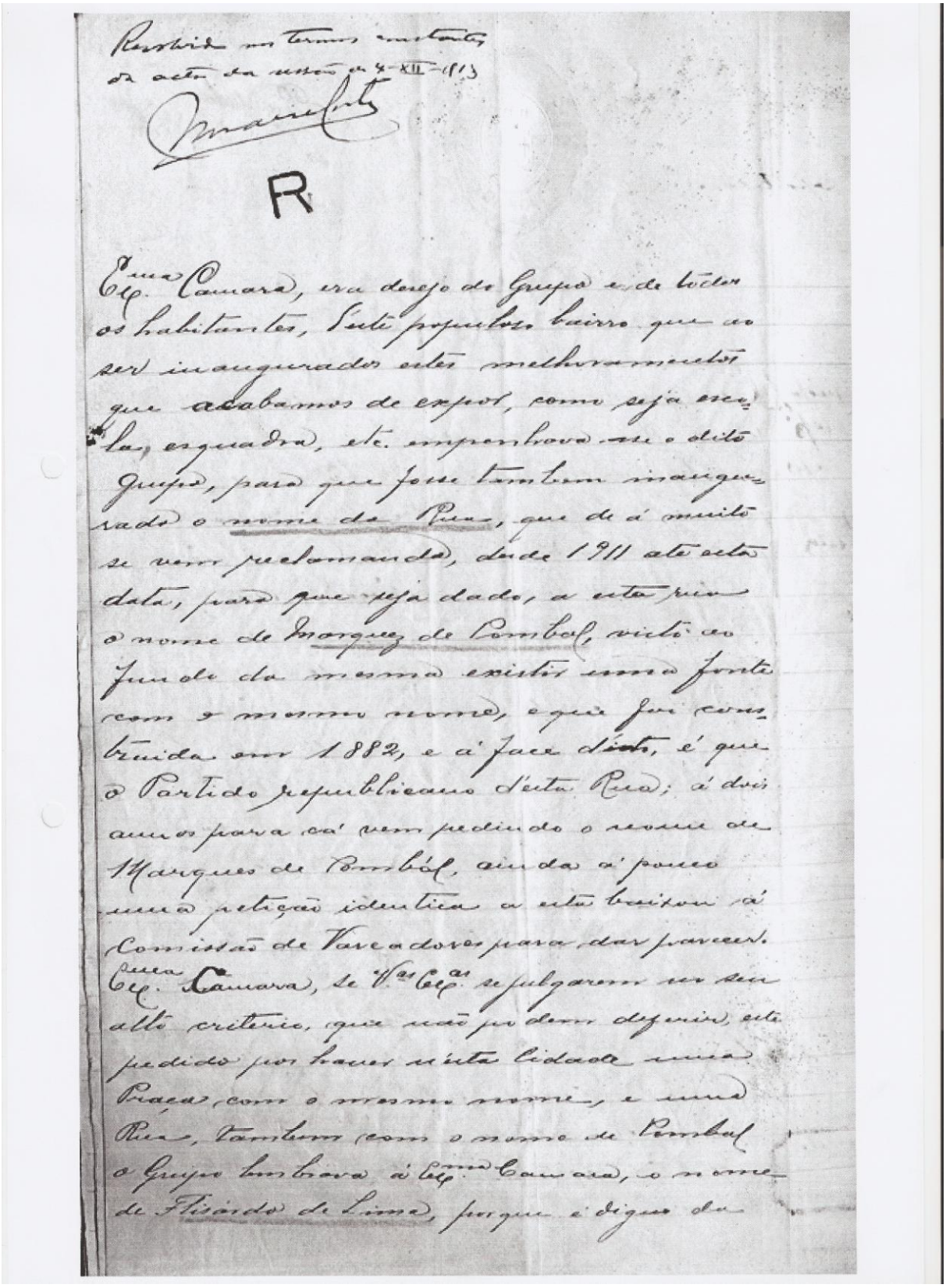
Com vista á 3ª Repª para informar.

É com grande jubilio que o grupo republicano Portuense, Honra e Lealdade, com sede na rua de S. Victor, communica á Ex.ma Camara, que por intermedio do Snr. Dr. Secretario, d'essa Municipalidade, e Presidente da Commissão Administrativa do Vintem das Escolas, vai ser brevemente, installada uma escola de ambos os sexos, n'este populoso bairro de S. Victor. E tambem devido aos esforços do grupo, acima mencionado, junto dos Snrs. Commissario Geral de Policia, e Inspectores, consegui-se o ser aqui, installada, uma esquadra policial; para que este populoso bairro, seja bem policiado, e a ordem mantida e respeitada, porque a isso, se impõe o deveder de todo o cidadão, respeitar, para ser respeitado;

O Grupo esta muito reconhecido pella forma como foi atendido, pella Ex.ma Camara com respeito ao pedido, que se lhe fez, para o concerto do pavimento da rua, concerto este que está quasi concluido.

Dª Repartição Registo 2288 4-8-913

406
13-8-913
4º Ord.



Resolvido nos termos constantes
da acta da sessão de 4-XII-1913

[signature]

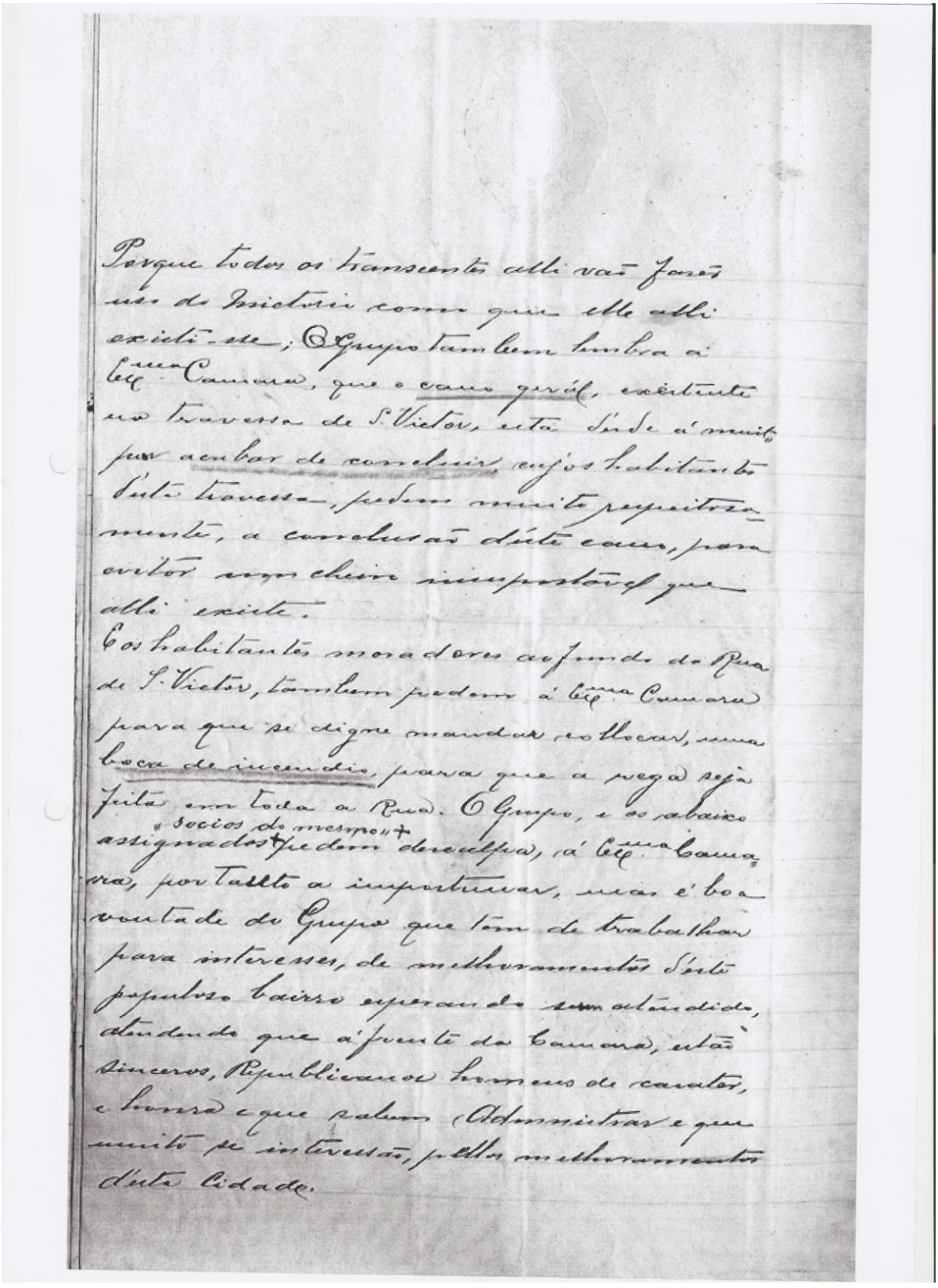
R

Ex.ma Camara, era desejo do Grupo e de todos os habitantes, d'este populoso bairro que ao ser inaugurados estes melhoramentos que acabamos de expor, como seja escola, esquadra, etc. empenhava-se o dito Grupo, para que fosse tambem inaugurado o nome da Rua, que de á muito se vem reclamando, desde 1911 até esta data, para que seja dado, a esta rua o nome de Marquez de Pombal, visto ao fundo da mesma existir uma fonte com o mesmo nome, e que foi construida em 1882, e á face d'esta, é que o Partido republicano d'esta Rua; á dois annos para cá vem pedindo o nome de Marques de Pombál, ainda á pouco uma petição identica a esta baixou á Comissão de Vareadores para dar parecer. Ex.ma Camara, se V.as Ex.as se julgarem no seu alto criterio, que não podem deferir, este pedido por haver n'esta cidade uma Praça com o mesmo nome, e uma Rua, tambem com o nome de Pombal o Grupo lembrava á Ex.ma Camara, o nome de Flisárdo de Lima, porque é digno da

IMPOSTO DO SELLO 100 RÉIS

nossa homenagem, e que toda a Cidade se deve associar, porque foi elle um dos maiores Pladinos, da Causa Republicana e grande luctador, dos interesses das Classes trabalhadoras em geral. Ex.ma Camara como é de conhecimento de V.as Ex.as que sendo esta rua, uma das Artherias mais concorridas d'esta Cidade, devido a concorrencia que afluo, ao Prado do Repouso, e principalmente de verão que até os estrangeiros que nos visitam, todos aqui vem não só visitar visitar o importante Collegio dos Orphãos, mas tambem disfrutar, o Panorama, que disfruta do Monte do Seminario.

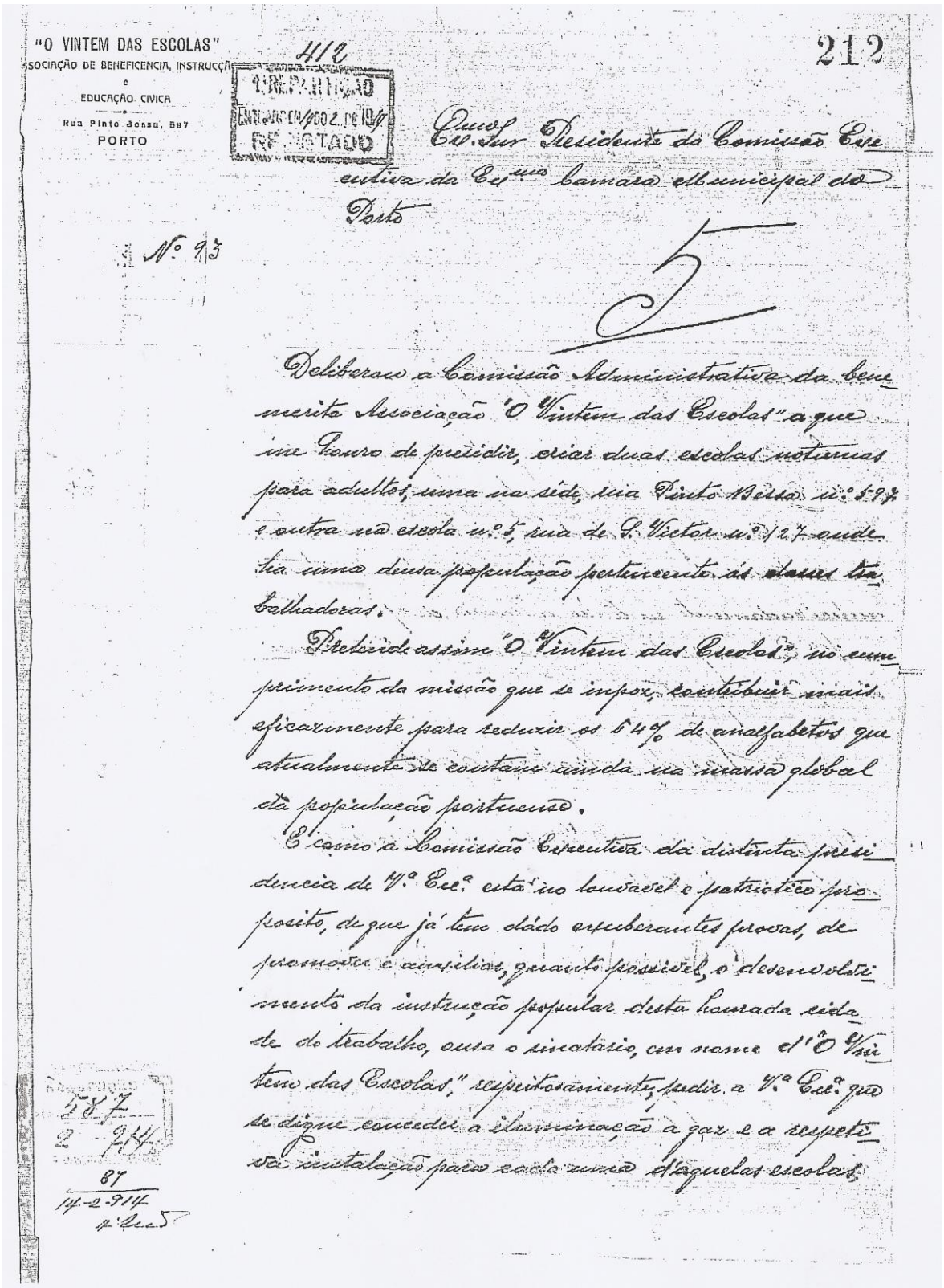
Por esse motivo pede-se a Ex.ma Camara para que se digne, mandar concluir, o jardim da Praça da Alegria, obra esta que foi iniciada pello ex-vareador Dr. Tito Fontes; o grupo tambem pede á Ex.ma Camara, para que se digne mandar, collocar um mictorio, mesmo de Pedra, em ponto pequeno, a entrada da Travessa de S. Victor na parte que dá para esta mesma Rua.



Porque todos os transeuntes alli vão fazer
uso do Mictorio como que elle alli
existi-se; O Grupo tambem lembra á
Ex.ma Camara, que o cano geral, existente
na travessa de S. Victor, está desde á muito
por acabar de concluir, cujos habitantes
desta travessa, pedem muito respeitosa-
mente, a conclusão deste cano, para
evitar um cheiro insupportavel que
alli existe.
E os habitantes moradores ao fundo da Rua
de S. Victor, tambem pedem á Ex.ma Camara
para que se digne mandar collocar, uma
boca de incendio, para que a rega seja
feita em toda a Rua. O Grupo, e os abaixo
assignados + socios do mesmo + pedem desculpa, á Ex.ma Cama-
ra, por tanto a importunar, mas é boa
vontade do Grupo que tem de trabalhar
para interesses, de melhoramentos deste
populoso bairro esperando ser atendido,
atendendo que á frente da Camara, estão
sinceros, Republicanos homens de carater,
e honra e que sabem Administrar e que
muito se interessão, pellos melhoramentos
desta Cidade.

Fonte: Arquivo Distrital do Porto — Fundo das Associações Civis e Religiosas; Correspondência Recebida, 1913.

Anexo 24: Associação de Beneficência e Instrução «O Vintém de Escolas» — Informa a Câmara Municipal da criação de duas escolas para adultos. Pede auxílio à edilidade portuense para conceber iluminação a gás para cada uma daquelas escolas.



"O VINTEM DAS ESCOLAS"
ASSOCIAÇÃO DE BENEFICENCIA, INSTRUCÇÃO
E
EDUCAÇÃO CIVICA
Rua Pinto Bessa, 897
PORTO

412

REPARTIÇÃO
ENTRADA EM 9002 DE 1914
REGISTADO

212

Ex.mo Sr. Presidente da Comissão Executiva da Ex.ma Camara Municipal do Porto

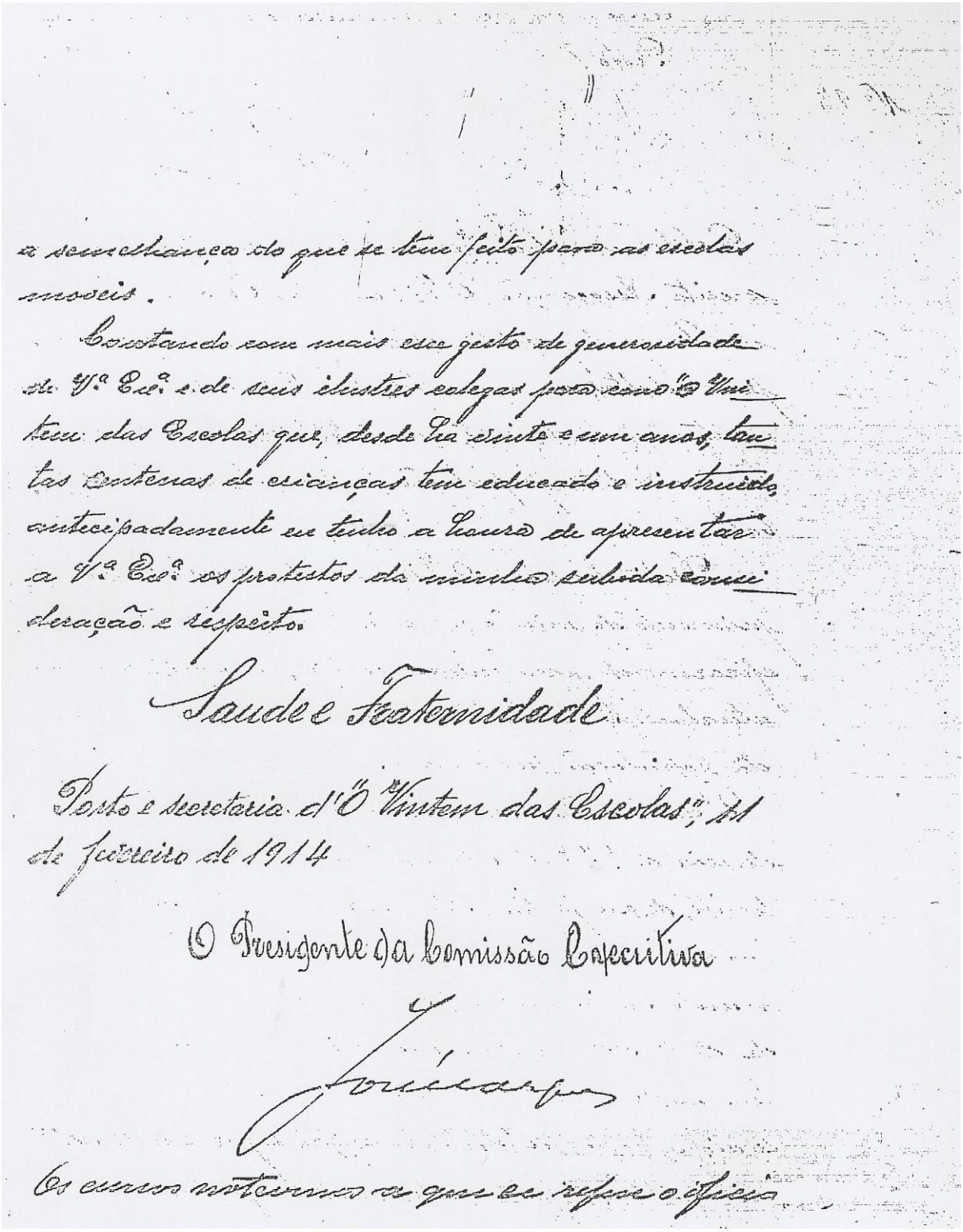
N.º 93

Deliberou a Comissão Administrativa da benemerita Associação "O Vintem das Escolas" a que me honro de presidir, criar duas escolas nocturnas para adultos, uma na séde, rua Pinto Bessa n.º 897 e outra na escola n.º 5, rua de S. Victor n.º 127 onde lhe uma densa população pertencente ás classes trabalhadoras.

Pretende assim "O Vintem das Escolas" dar cumprimento da missão que se impoz, contribuir eficazmente para reduzir os 64% de analfabetos que actualmente se contam ainda na massa global da população portuense.

É como a Comissão Executiva da distincta presidencia de V.ª Ex.ª está no louvavel e patriotico proposito, de que já tem dado exuberantes provas, de promover e auxiliar, quanto possivel, o desenvolvimento da instrucção popular desta honrada cidade do trabalho, ousa o signatario, em nome d'"O Vintem das Escolas," respeitosamente, pedir a V.ª Ex.ª que se digne conceder a illuminação a gaz e a respectiva instalação para cada uma daquelas escolas.

87
14-2-914



a semelhança do que se tem feito para as escolas moveis.

Contando com mais esse gesto de generosidade de V.ª Ex.ª e de seus ilustres colegas para com "O Vintem das Escolas que, desde ha vinte e um anos, tantas centenas de crianças tem educado e instruido, antecipadamente eu tenho a honra de apresentar a V.ª Ex.ª os protestos da minha subida consideração e respeito.

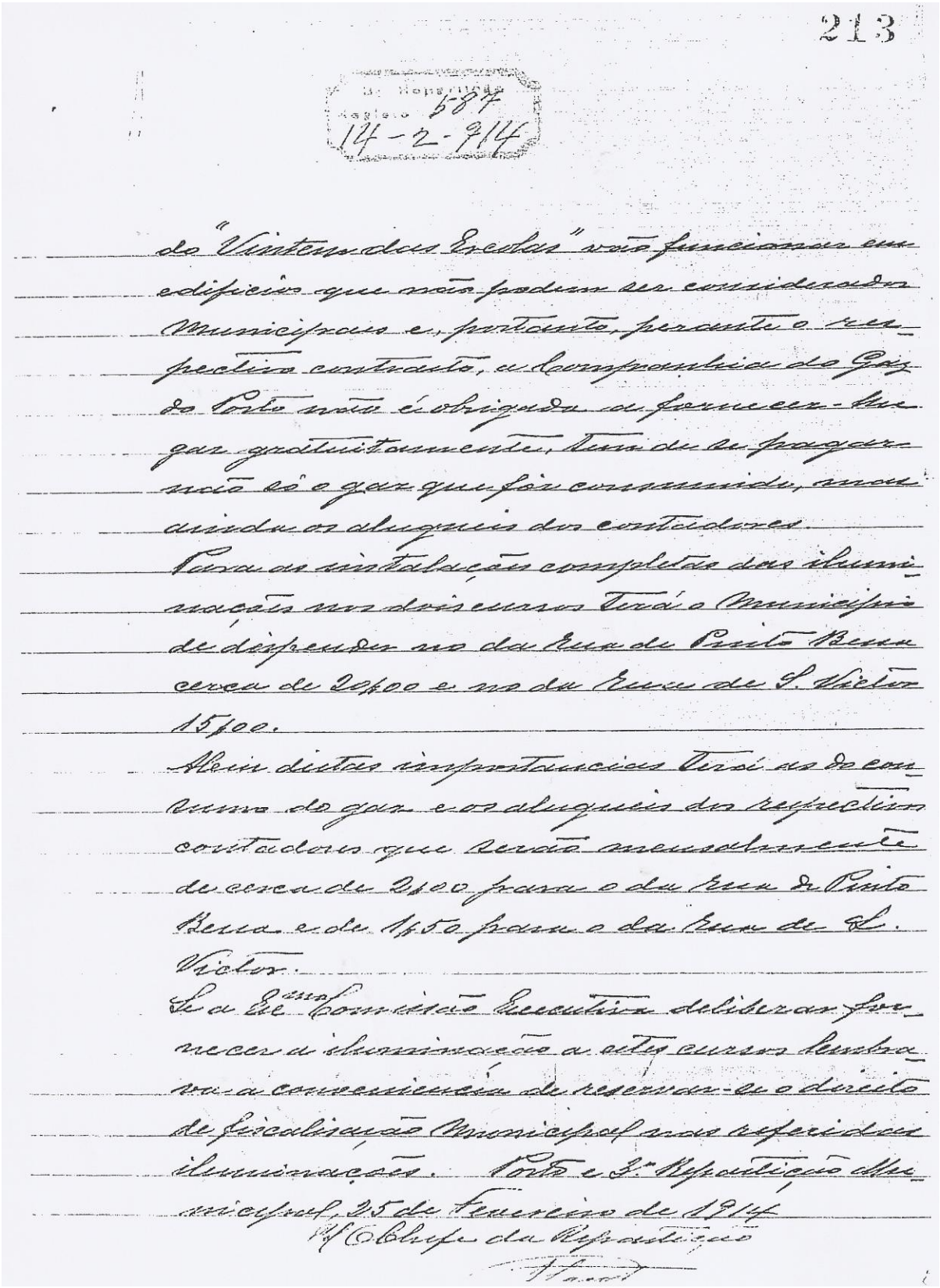
Saude e Fraternidade

Porto e secretaria d'"O Vintem das Escolas", 11 de fevereiro de 1914

O Presidente da Comissão Executiva

[illegible]

Os cursos noteremos a que se refere o oficio



213

Dr. Repartição
Registo 587
14-2-914

do "Vintem das Escolas" vão funcionar em edificios que não podem ser considerados Municipaes e, portanto, perante o respectivo contrato, a Companhia do Gaz do Porto não é obrigada a fornecer-lhe gaz gratuitamente, tem de se pagar não só o gaz que fôr consumido, mas ainda os alugueis dos contadores.

Para as instalações completas das iluminações nos dois cursos terá o Municipio de dispender no da Rua de Pinto Bessa cerca de 20$00 e no da Rua de S. Victor 15$00.

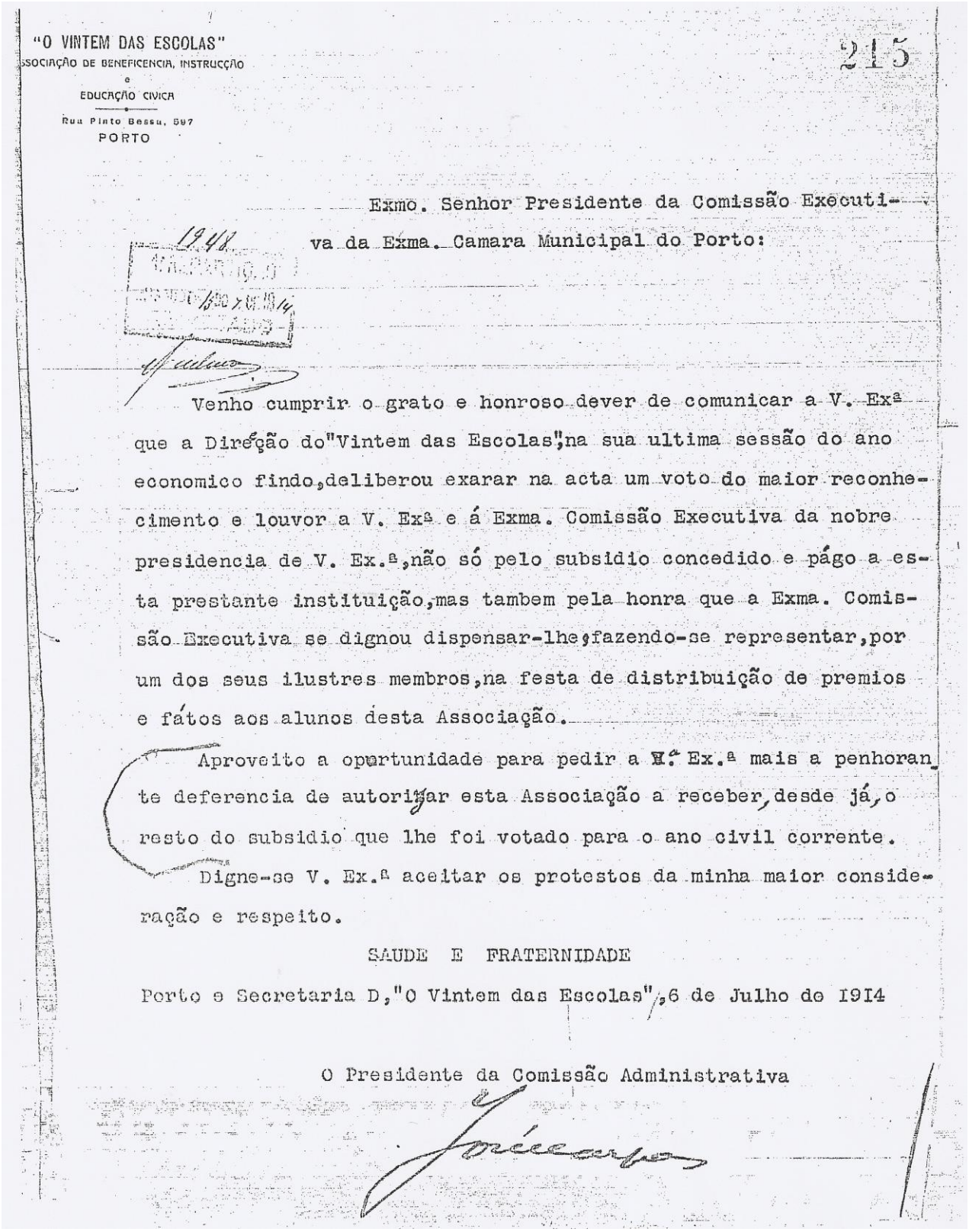
Além destas importancias terá as do consumo do gaz e os alugueis dos respectivos contadores que serão mensalmente de cerca de 2$00 para o da Rua de Pinto Bessa e de 1$50 para o da Rua de S. Victor.

Se a Ex.ma Comissão Executiva deliberar fornecer a iluminação a estes cursos lembrava a conveniencia de reservar-se o direito de fiscalisação Municipal nas referidas iluminações. Porto e 3.ª Repartição Municipal, 25 de Fevereiro de 1914

P/ O Chefe da Repartição

Fonte: Arquivo Histórico Municipal do Porto — Correspondência Recebida, Série Próprias, 1914.

Anexo 25: Associação de Beneficência e Instrução «O Vintém de Escolas» — Agradecimento do subsídio concebido pela Comissão Executiva.



"O VINTEM DAS ESCOLAS"
ASSOCIAÇÃO DE BENEFICENCIA, INSTRUCÇÃO
e
EDUCAÇÃO CIVICA
Rua Pinto Bessa, 597
PORTO

215

Exmo. Senhor Presidente da Comissão Executiva da Exma. Camara Municipal do Porto:

1948

Venho cumprir o grato e honroso dever de comunicar a V. Exª que a Direcção do "Vintem das Escolas", na sua ultima sessão do ano economico findo, deliberou exarar na acta um voto do maior reconhecimento e louvor a V. Exª e á Exma. Comissão Executiva da nobre presidencia de V. Ex.ª, não só pelo subsidio concedido e págo a esta prestante instituição, mas tambem pela honra que a Exma. Comissão Executiva se dignou dispensar-lhe, fazendo-se representar, por um dos seus ilustres membros, na festa de distribuição de premios e fátos aos alunos desta Associação.

Aproveito a opartunidade para pedir a V.ª Ex.ª mais a penhorante deferencia de autorizar esta Associação a receber, desde já, o resto do subsidio que lhe foi votado para o ano civil corrente.

Digne-se V. Ex.ª aceitar os protestos da minha maior consideração e respeito.

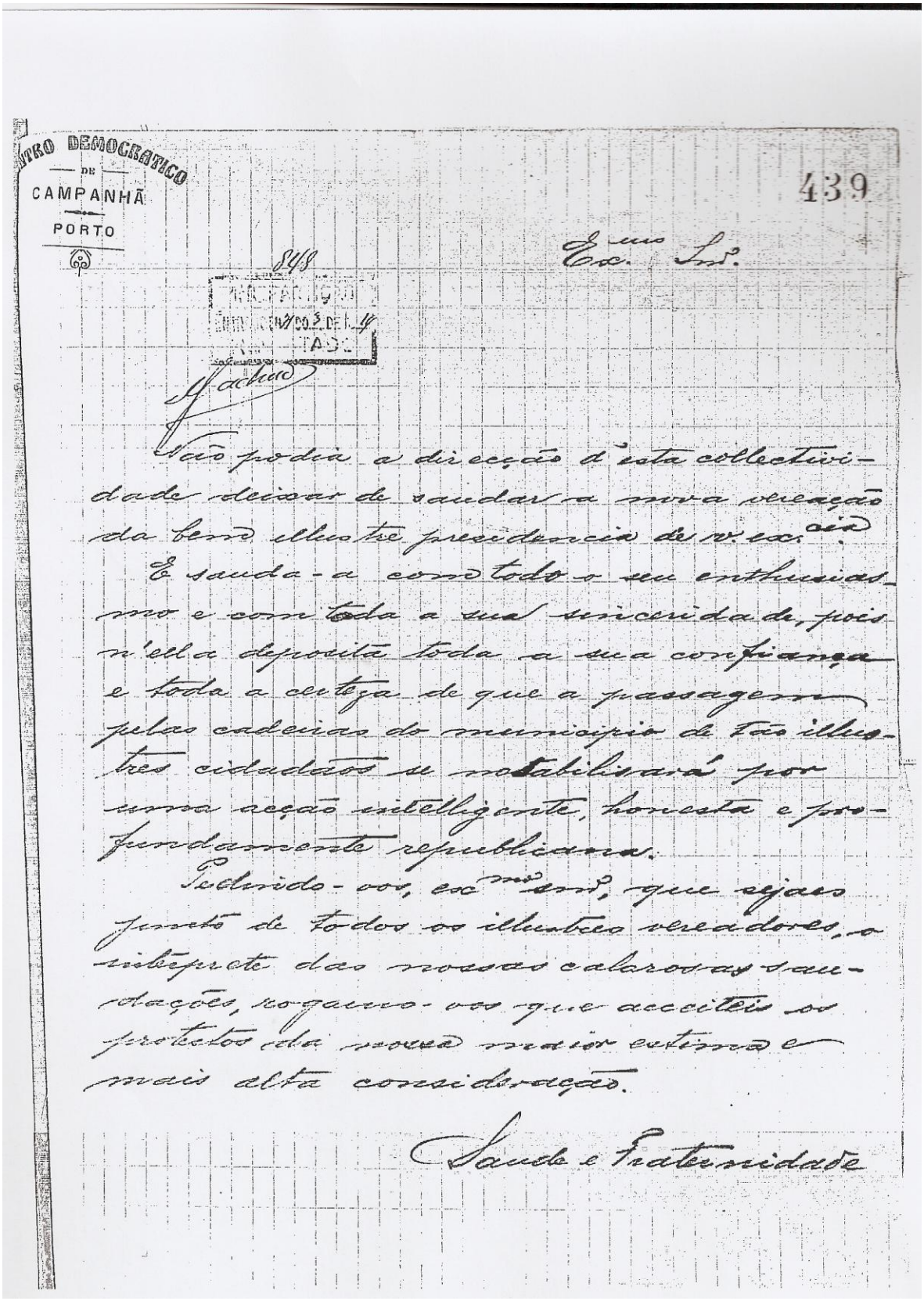
SAUDE E FRATERNIDADE

Porto e Secretaria D, "O Vintem das Escolas", 6 de Julho de 1914

O Presidente da Comissão Administrativa

Fonte: Arquivo Histórico Municipal do Porto — Correspondência Recebida, Série Próprias, 1914.

Anexo 26: Centro Democrático de Campanhã — Saudações a nova vereação camarária


CENTRO DEMOCRATICO
DE
CAMPANHÃ
PORTO

439

Exc.mos Snrs.

Não podia a direcção d'esta collectividade deixar de saudar a nova vereação da bem illustre presidencia de v. ex.as

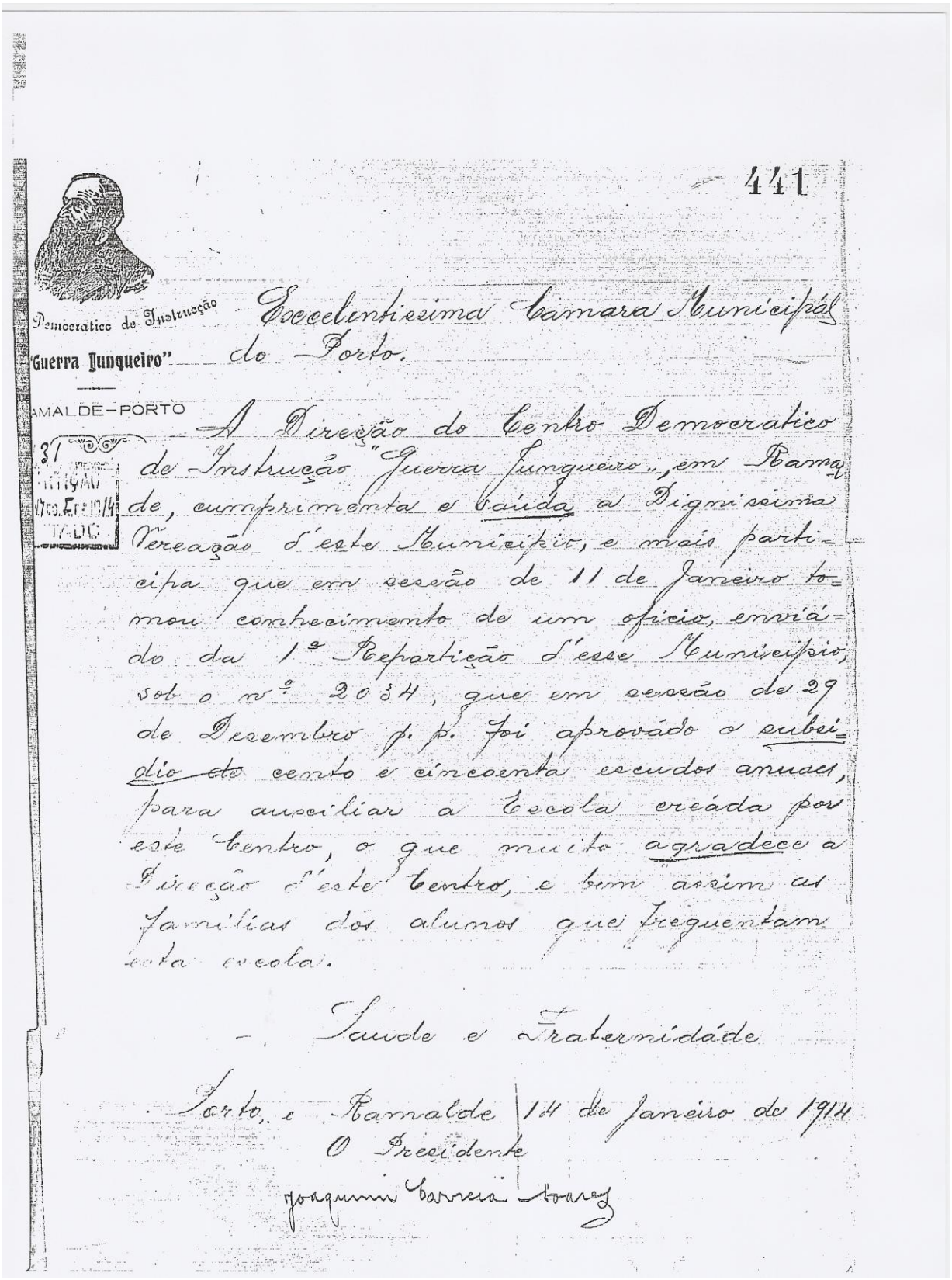
E saúda-a com todo o seu enthusiasmo e com toda a sua sinceridade, pois n'ella deposita toda a sua confiança e toda a certeza de que a passagem pelas cadeiras do municipio de tão illustres cidadãos se notabilisará por uma acção intelligente, honesta e profundamente republicana.

Pedindo-vos, ex.mos srs., que sejaes junto de todos os illustres vereadores, o interprete das nossas calorosas saudações, rogamos-vos que acceiteis os protestos da nossa maior estima e mais alta consideração.

Saude e Fraternidade

Fonte: Arquivo Histórico Municipal do Porto — Correspondência Recebida, Série Próprias, 1914.

Anexo 27: Centro Democrático de Instrução «Guerra Junqueiro» — Agradecimento pela atribuição de um subsídio pela Câmara para as escolas daquele Centro.



441

Democratico de Instrucção
"Guerra Junqueiro"
AMALDE-PORTO

Excelentissima Camara Municipal do Porto.

A Direcção do Centro Democratico de Instrucção "Guerra Junqueiro", em Ramalde, cumprimenta e saúda a Digníssima Vereação d'este Municipio, e mais participa que em sessão de 11 de Janeiro tomou conhecimento de um officio, enviado da 1ª Repartição d'esse Municipio, sob o nº. 2034, que em sessão de 29 de Dezembro p. p. foi aprovado o subsidio de cento e cincoenta escudos annuaes, para auxiliar a Escola creada por este Centro, o que muito agradece a Direcção d'este Centro, e bem assim as familias dos alumnos que frequentam esta escola.

Saude e Fraternidade

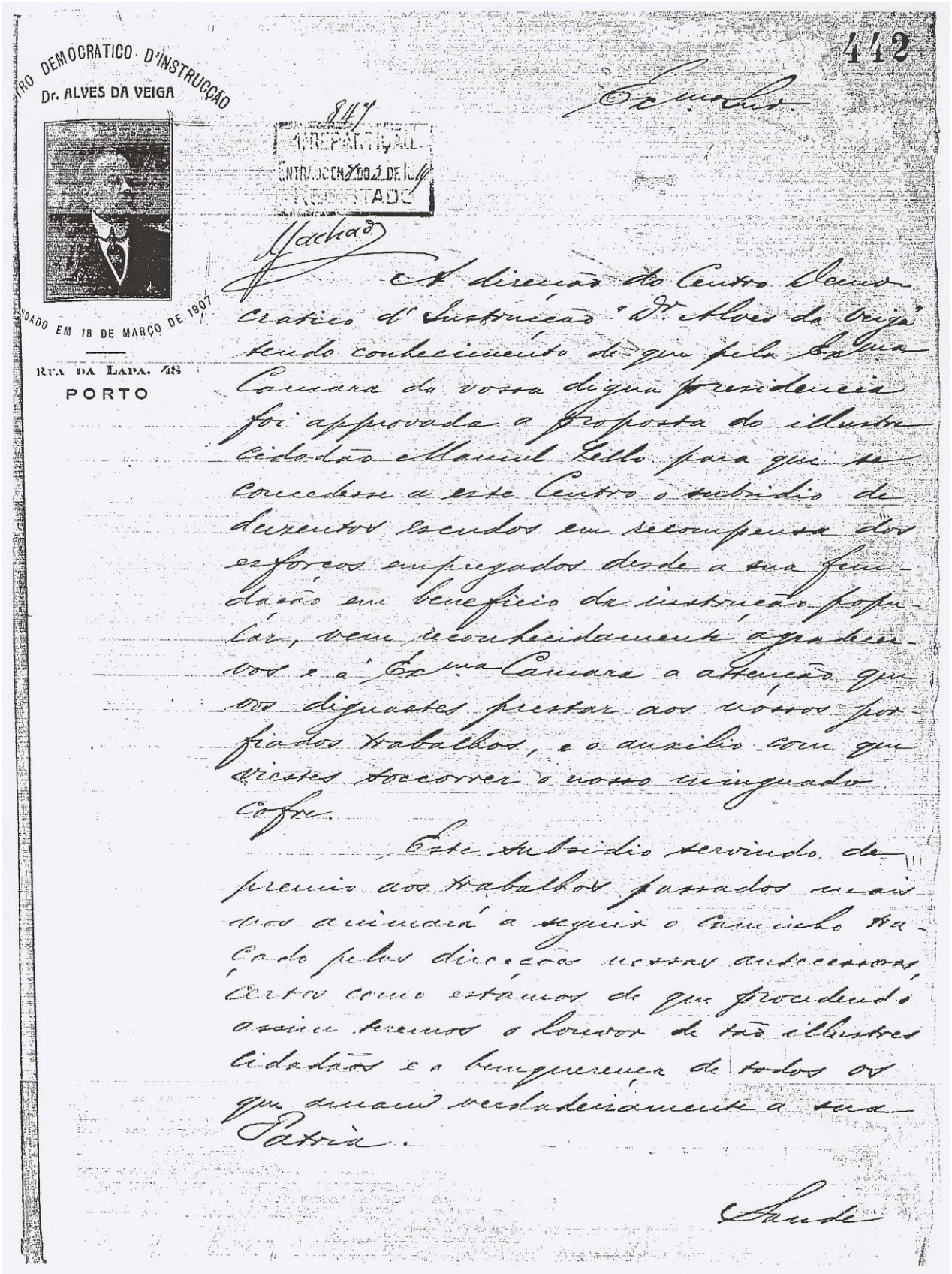
Porto, e Ramalde 14 de Janeiro de 1914

O Presidente

Joaquim Correia Soares

Fonte: Arquivo Histórico Municipal do Porto — Correspondência Recebida, Série Próprias, 1914.

Anexo 28: Centro Democrático de Instrução Dr. Alves da Veiga — Agradecimentos pela atribuição de um subsídio para aquele Centro.



CENTRO DEMOCRATICO D'INSTRUCÇÃO
Dr. ALVES DA VEIGA
FUNDADO EM 18 DE MARÇO DE 1907
RUA DA LAPA, 48
PORTO

442

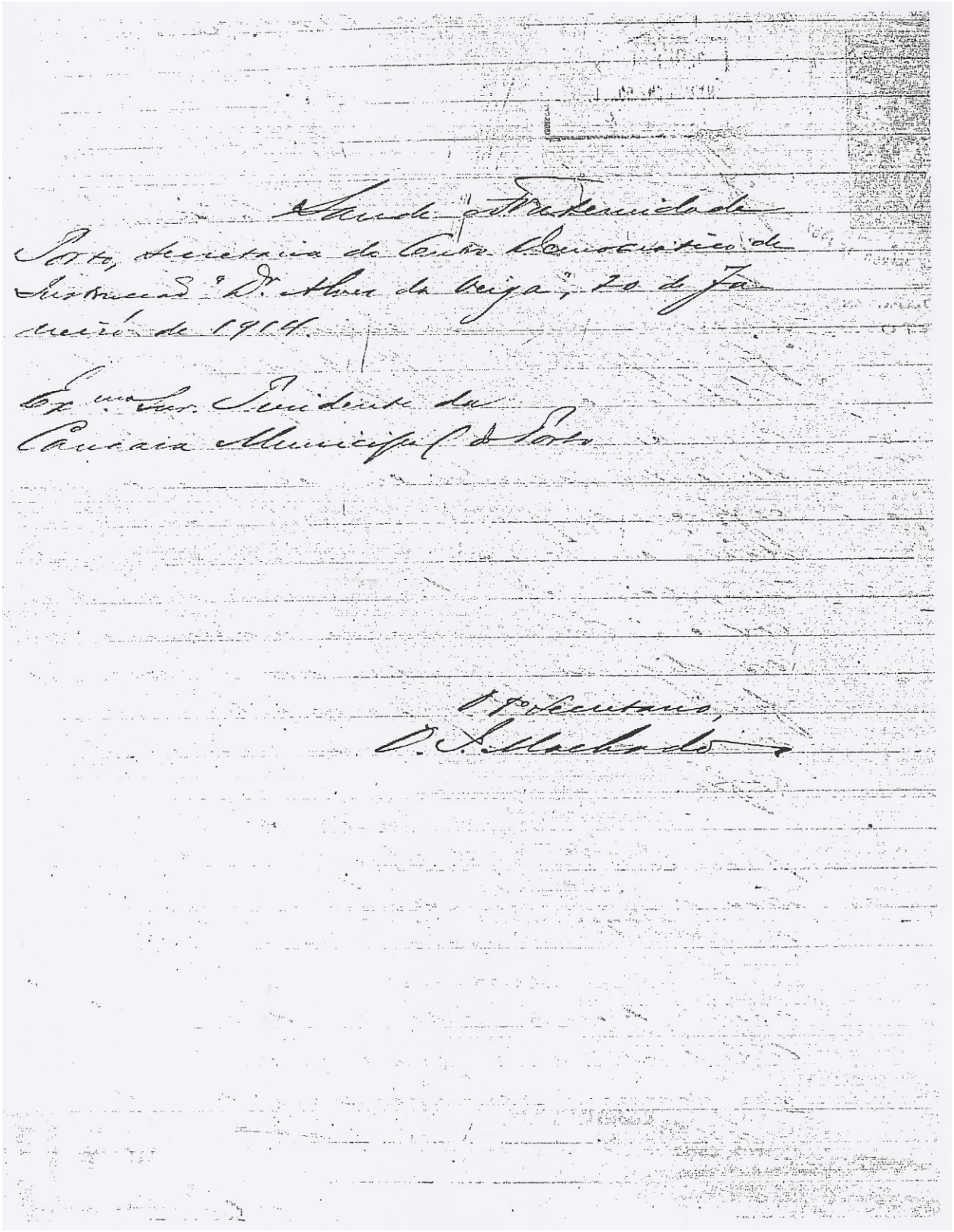
847
REPARTIÇÃO
ENTRADA EM 2 DE 1914
REGISTADO

Ex.mo Snr.

A direcção do Centro Democratico d'Instrucção "Dr. Alves da Veiga" tendo conhecimento de que pela Ex.ma Camara da vossa digna presidencia foi approvada a proposta do illustre cidadão Manuel Lello para que se concedesse a este Centro o subsidio de duzentos escudos em recompensa dos esforços empregados desde a sua fundação em beneficio da instrucção popular, vem reconhecidamente agradecer-vos e á Ex.ma Camara a attenção que vos dignastes prestar aos nossos porfiados trabalhos, e o auxilio com que viestes soccorrer o nosso minguado cofre.

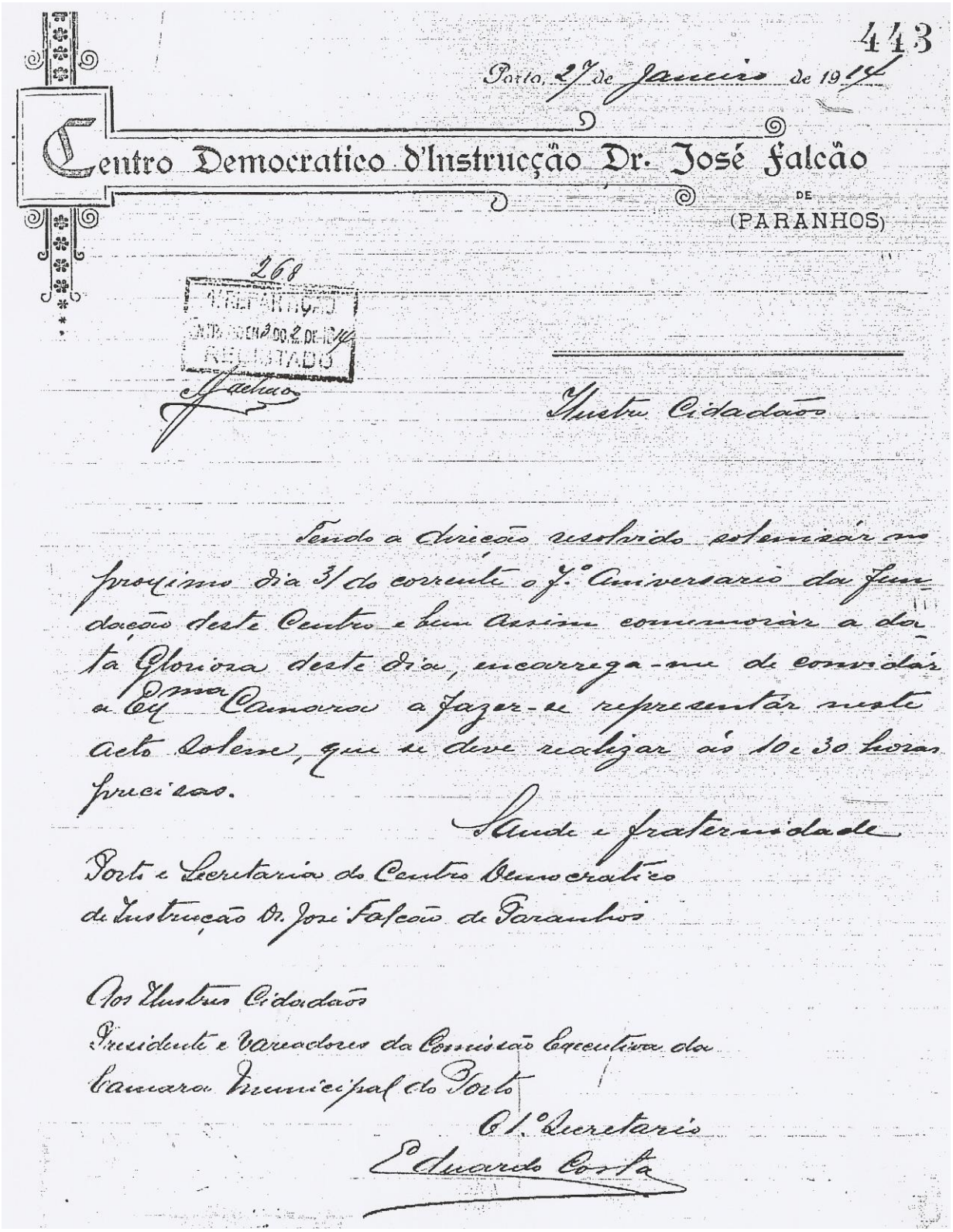
Este subsidio servindo de premio aos trabalhos passados mais nos animará a seguir o caminho traçado pelas direcções nossas antecessoras, certos como estamos de que procedendo assim teremos o louvor de tão illustres cidadãos e a benquerença de todos os que amam verdadeiramente a sua Patria.

Saude



Fonte: Arquivo Histórico Municipal do Porto — Correspondência Recebida, Série Próprias, 1914.

Anexo 29: Centro Democrático de Instrução Dr. José Falcão — Convite à Câmara Municipal para estar presente para uma sessão solene do sétimo ano da fundação daquele Centro.



443

Porto, 27 de Janeiro de 1914

Centro Democratico d'Instrucção Dr. José Falcão
DE
(PARANHOS)

268
1ª REPARTIÇÃO
ENTRADA EM 3 DO 2 DE 1914
REGISTADO

Ilustre Cidadãos

Tendo a direção resolvido solenisar no proximo dia 31 do corrente o 7.º Aniversario da fundação deste Centro e bem assim comemorar a data Gloriosa deste dia, encarrega-me de convidar a Ex.ma Camara a fazer-se representar neste acto solene, que se deve realizar ás 10 e 30 horas precisas.

Saude e fraternidade

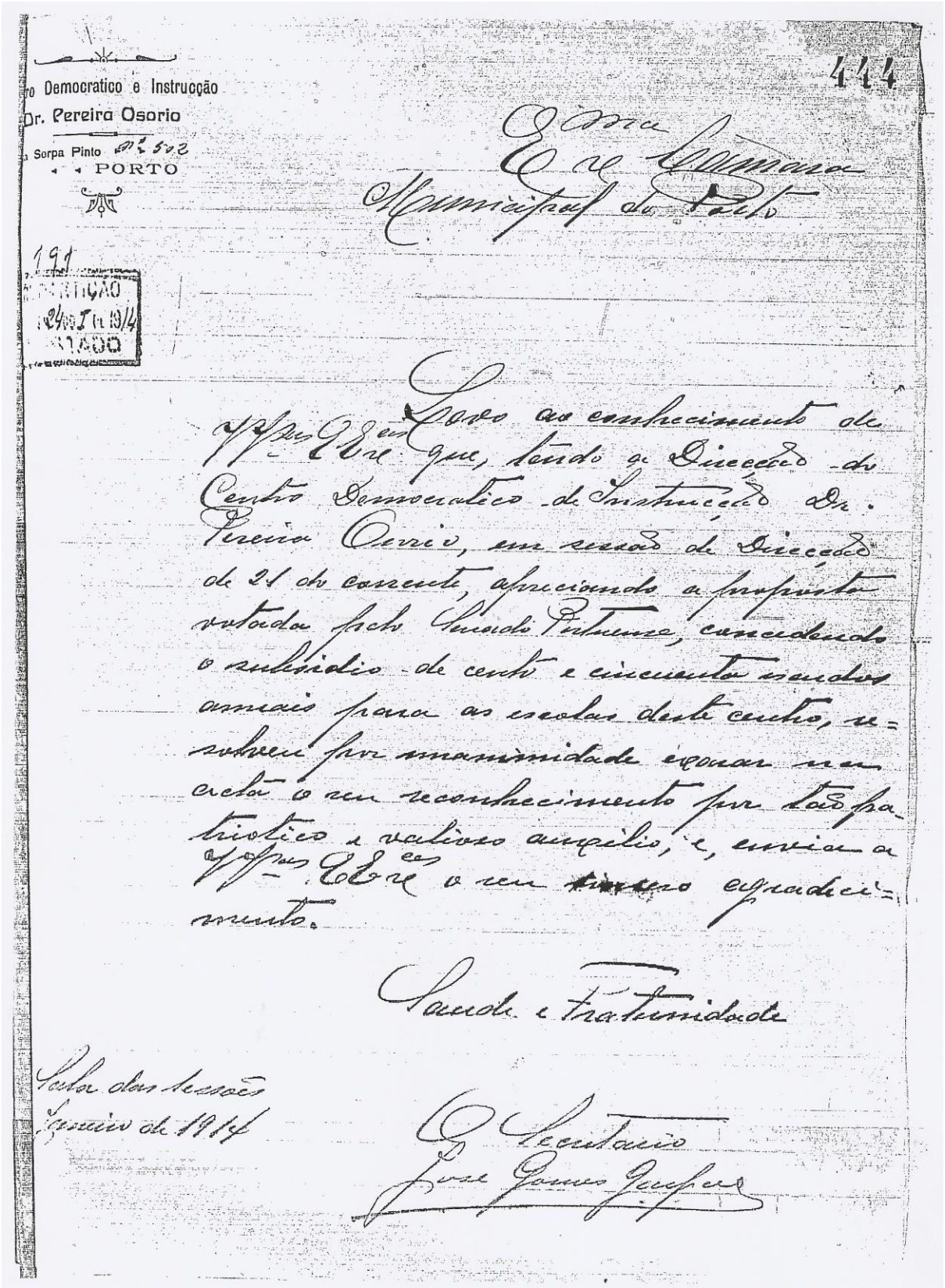
Porto e Secretaria do Centro Democratico de Instrução Dr. José Falcão de Paranhos

Aos Ilustres Cidadãos
Presidente e Vareadores da Comissão Executiva da Camara Municipal do Porto

O 1.º Secretario
Eduardo Costa

Fonte: Arquivo Histórico Municipal do Porto — Correspondência Recebida, Série Próprias, 1914.

Anexo 30: Centro Democrático e Instrução Dr. Pedro Osório — Agradecimento pelo subsídio atribuído pela Câmara as escolas daquele Centro.



...ro Democratico e Instrucção
Dr. Pereira Osorio
Serpa Pinto Nº 502
PORTO

444

Exma
Ex.ma Câmara
Municipal do Porto

191
...RTIÇÃO
24 DE I DE 1914
...ADO

Levo ao conhecimento de VV. Ex.as que, tendo a Direcção do Centro Democratico de Instrucção Dr. Pereira Osorio, em sessão de Direcção de 21 do corrente, apreciando a proposta votada pelo Senado Portuense, concedendo o subsidio de cento e cincoenta escudos annuais para as escolas deste centro, resolveu por unanimidade exarar na acta o seu reconhecimento por tão patriotico e valioso auxilio, e, envia a VV. Ex.as o seu sincero agradecimento.

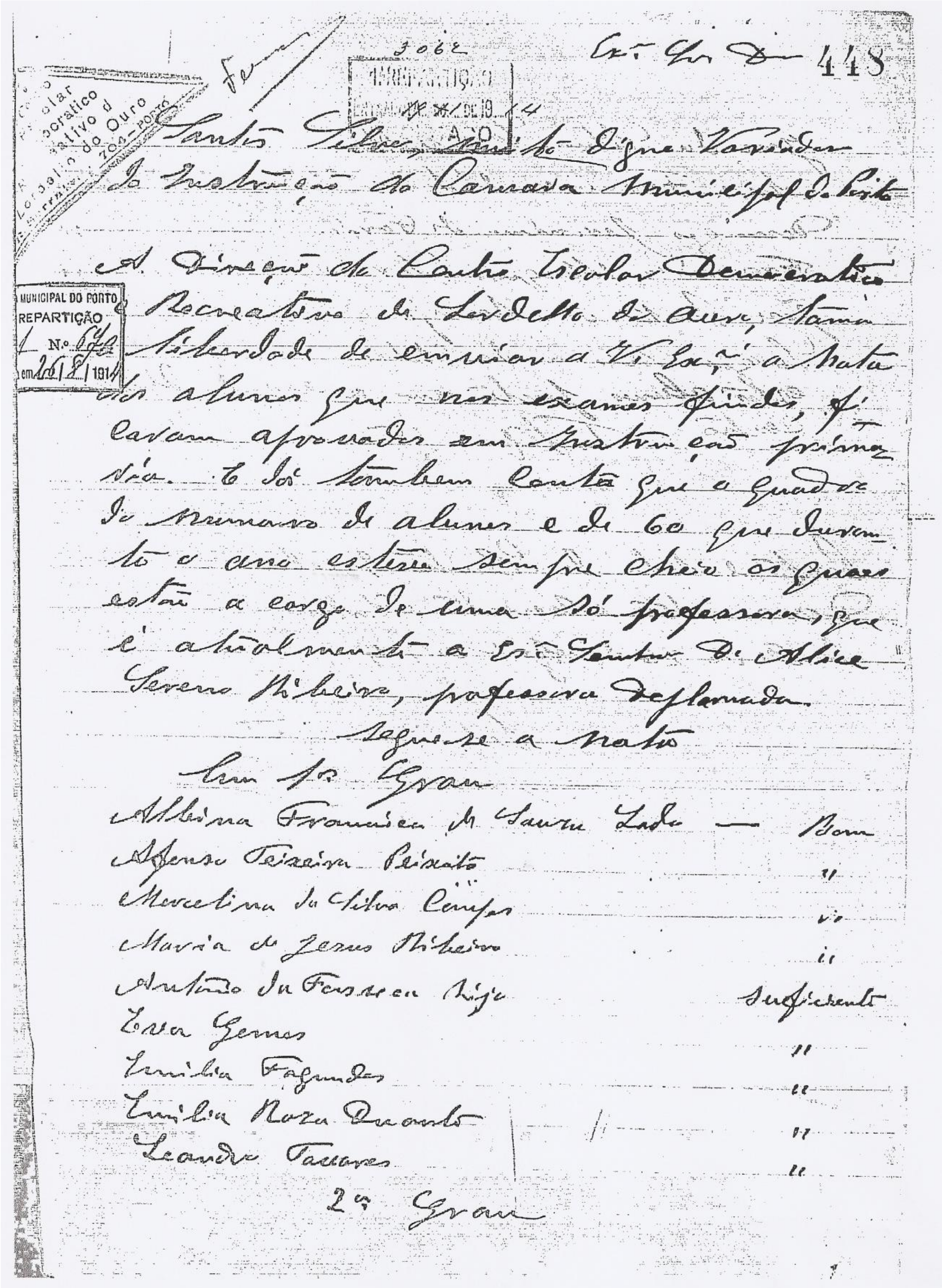
Saude e Fraternidade

Sala das sessões
Janeiro de 1914

O Secretario
José Gomes Gaspar

Fonte: Arquivo Histórico Municipal do Porto — Correspondência Recebida, Série Próprias, 1914.

Anexo 31: Centro Escolar Democrático e Recreativo de Lordelo do Ouro — Relação dos alunos aprovados.



3062

Ex.mo Snr. Dr. 448

MUNICIPAL DO PORTO
REPARTIÇÃO
1 Nº 670
em 26/8/1914

Santos Silva, Mui Digno Vereador da Instrução da Camara Municipal do Porto

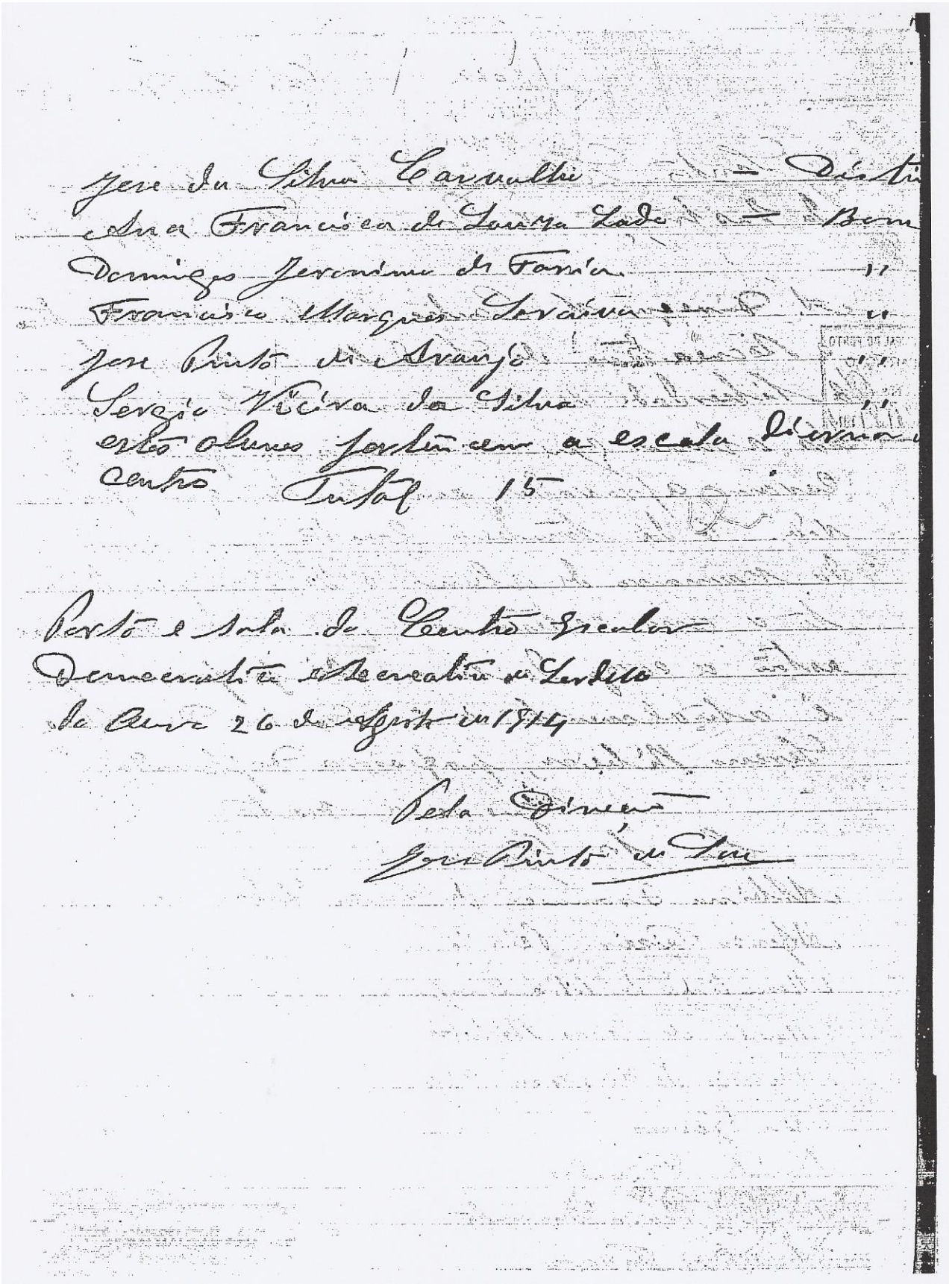
A Direcção do Centro Escolar Democratico e Recreativo de Lordello do Ouro, toma a liberdade de enviar a V. Ex.a a relação dos alunos que nos exames findos, ficaram aprovados em instrução primaria. E dá tambem conta que o quadro do numero de alunos é de 60 que durante o ano esteve sempre cheio os quaes estão a cargo de uma só professora, que é actualmente a Ex.ma Senhora D. Alice Severo Ribeiro, professora diplomada.

Segue-se a relação

Em 1º Grau

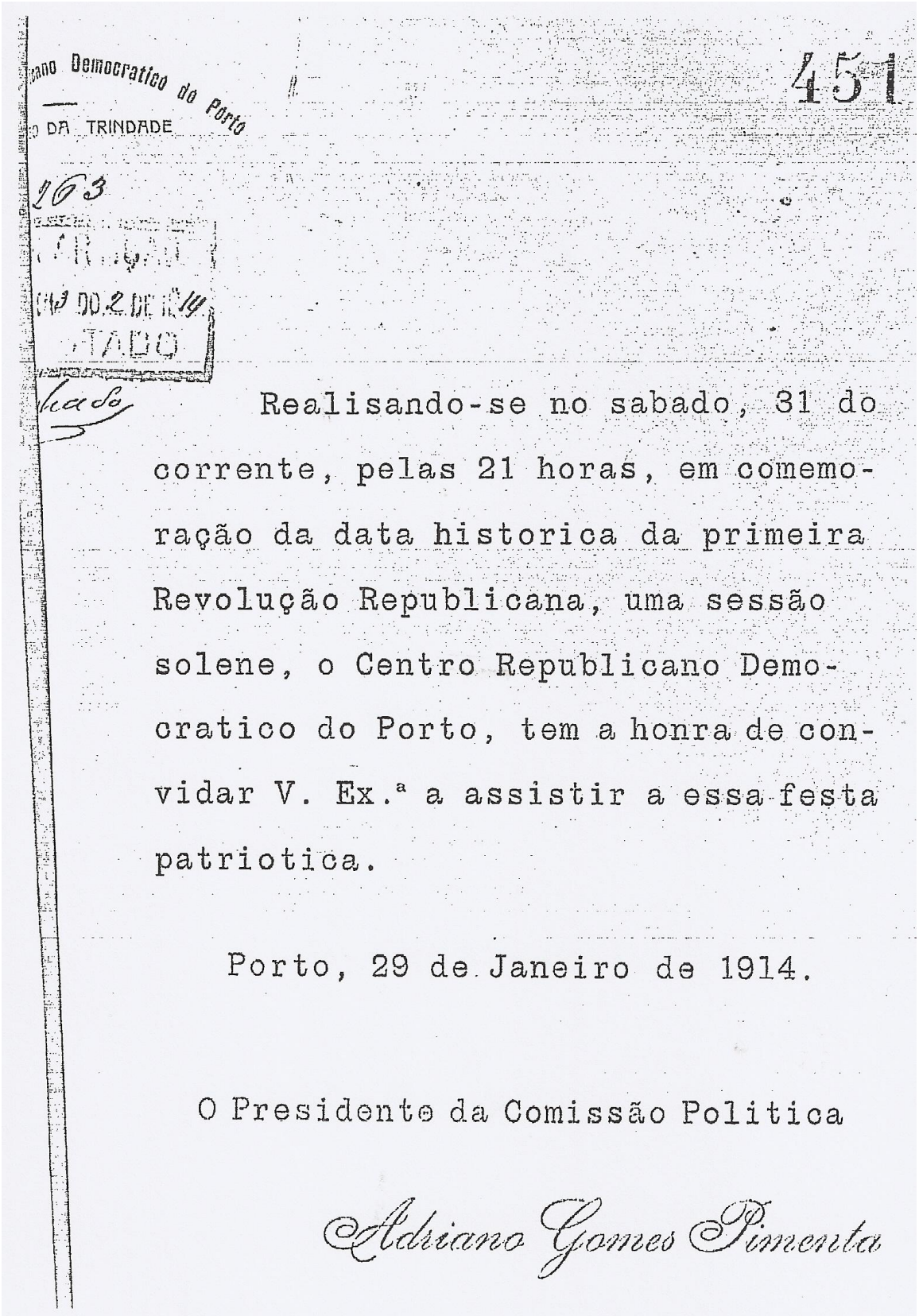
Albina Francisca de Sousa Lado — Bom
Afonso Teixeira Peixoto "
Marcelina da Silva Campos "
Maria de Jesus Ribeiro "
Antonio da Fonseca Rijo — Suficiente
Eva Gomes "
Emilia Fagundes "
Emilia Roza Duarte "
Leandro Tavares "

2º Grau



Fonte: Arquivo Histórico Municipal do Porto — Correspondência Recebida, Série Próprias, 1914.

Anexo 32: Centro Democrático do Porto — Convite para uma sessão solene para a comemoração da 1ª Revolução Republicana.



Centro Democratico do Porto
DA TRINDADE
163
451

Realisando-se no sabado, 31 do corrente, pelas 21 horas, em comemoração da data historica da primeira Revolução Republicana, uma sessão solene, o Centro Republicano Democratico do Porto, tem a honra de convidar V. Ex.ª a assistir a essa festa patriotica.

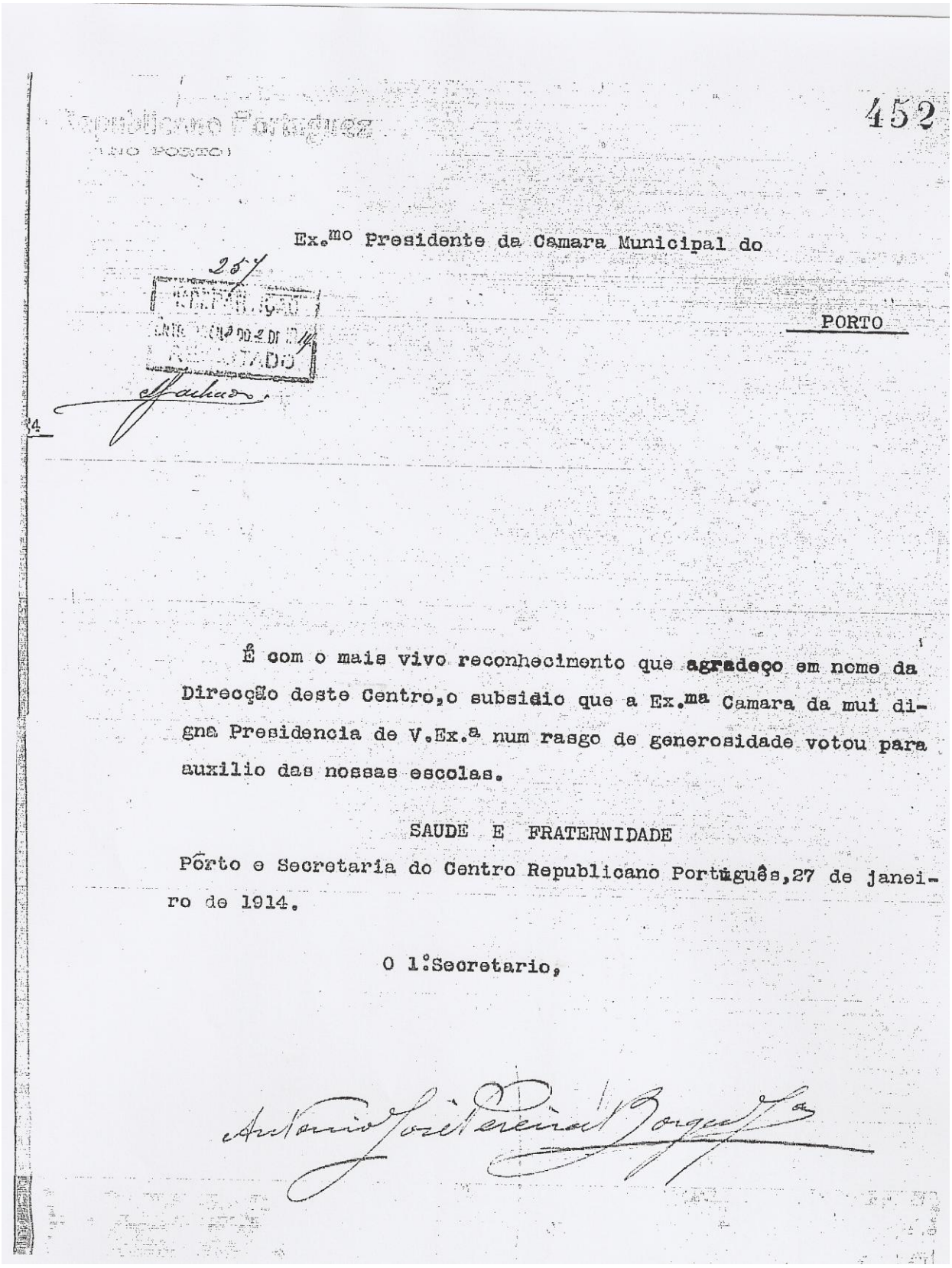
Porto, 29 de Janeiro de 1914.

O Presidente da Comissão Politica

Adriano Gomes Pimenta

Fonte: Arquivo Histórico Municipal do Porto — Correspondência Recebida, Série Próprias, 1914.

Anexo 33: Centro Republicano Português — Agradecimento pelo subsídio atribuído pela Câmara as escolas daquele Centro.



Republicano Portuguez
(NO PORTO)

452

Ex.mo Presidente da Camara Municipal do

257

PORTO

É com o mais vivo reconhecimento que agradeço em nome da Direcção deste Centro, o subsidio que a Ex.ma Camara da mui digna Presidencia de V.Ex.a num rasgo de generosidade votou para auxilio das nossas escolas.

SAUDE E FRATERNIDADE

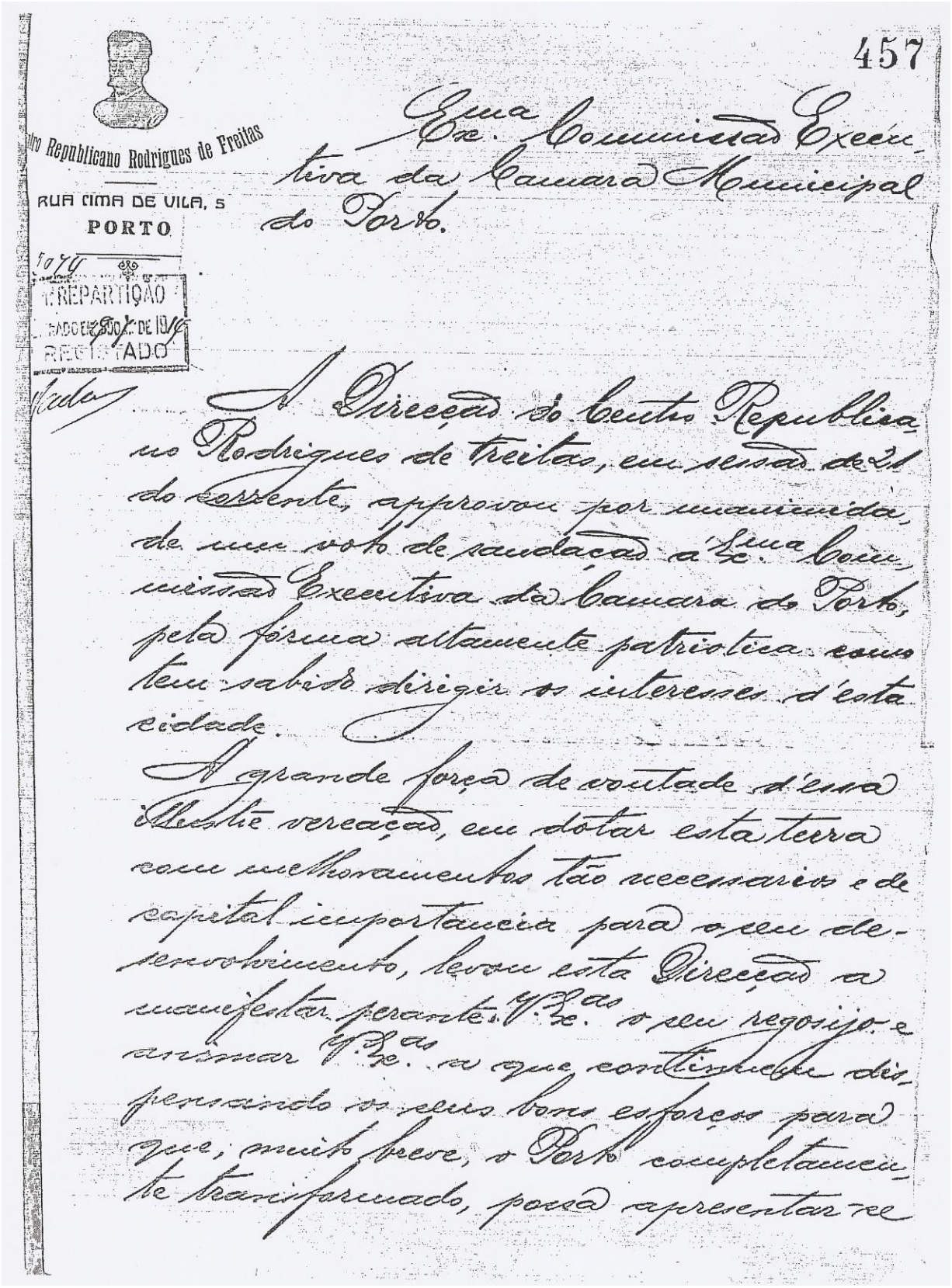
Porto e Secretaria do Centro Republicano Português, 27 de janeiro de 1914.

O 1º Secretario,

Antonio José Pereira Borges

Fonte: Arquivo Histórico Municipal do Porto — Correspondência Recebida, Série Próprias, 1914.

Anexo 34: Centro Republicano Rodrigues de Freitas — Agradecimento a Câmara pelos serviços prestados em prol do desenvolvimento da cidade.



Centro Republicano Rodrigues de Freitas
RUA CIMA DE VILA, 5
PORTO

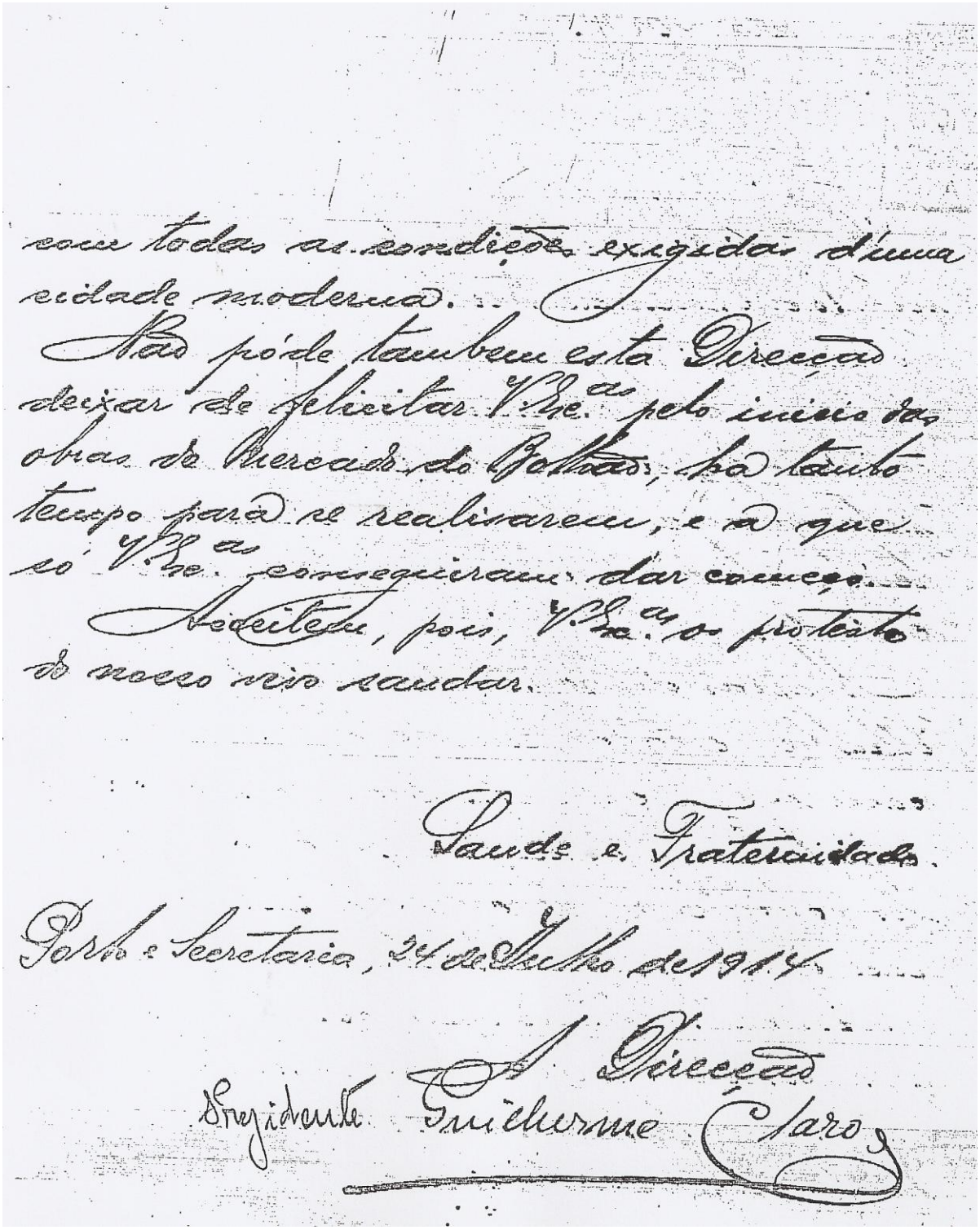
457

Ex.ma Commissão Executiva da Camara Municipal do Porto.

REPARTIÇÃO
ENTRADO EM 30 DE 1916
REGISTADO

A Direcção do Centro Republicano Rodrigues de Freitas, em sessão de 21 do corrente, approvou por unanimidade um voto de saudação á Ex.ma Commissão Executiva da Camara do Porto, pela fórma altamente patriotica como tem sabido dirigir os interesses d'esta cidade.

A grande força de vontade d'essa illustre vereação, em dotar esta terra com melhoramentos tão necessarios e de capital importancia para o seu desenvolvimento, levou esta Direcção a manifestar perante V. Ex.as o seu regosijo e animar V. Ex.as a que continuem dispensando os seus bons esforços para que, muito breve, o Porto completamente transformado, possa apresentar-se



com todas as condições exigidas d'uma cidade moderna.

Não póde também esta Direcção deixar de felicitar V.Ex.as pelo início da obra do Mercado do Bolhão, há tanto tempo para se realisarem, e a que os V.Ex.as conseguiram dar começo.

Acceitem, pois, V.Ex.as o protesto do nosso mais caudar.

Saude e Fraternidade.

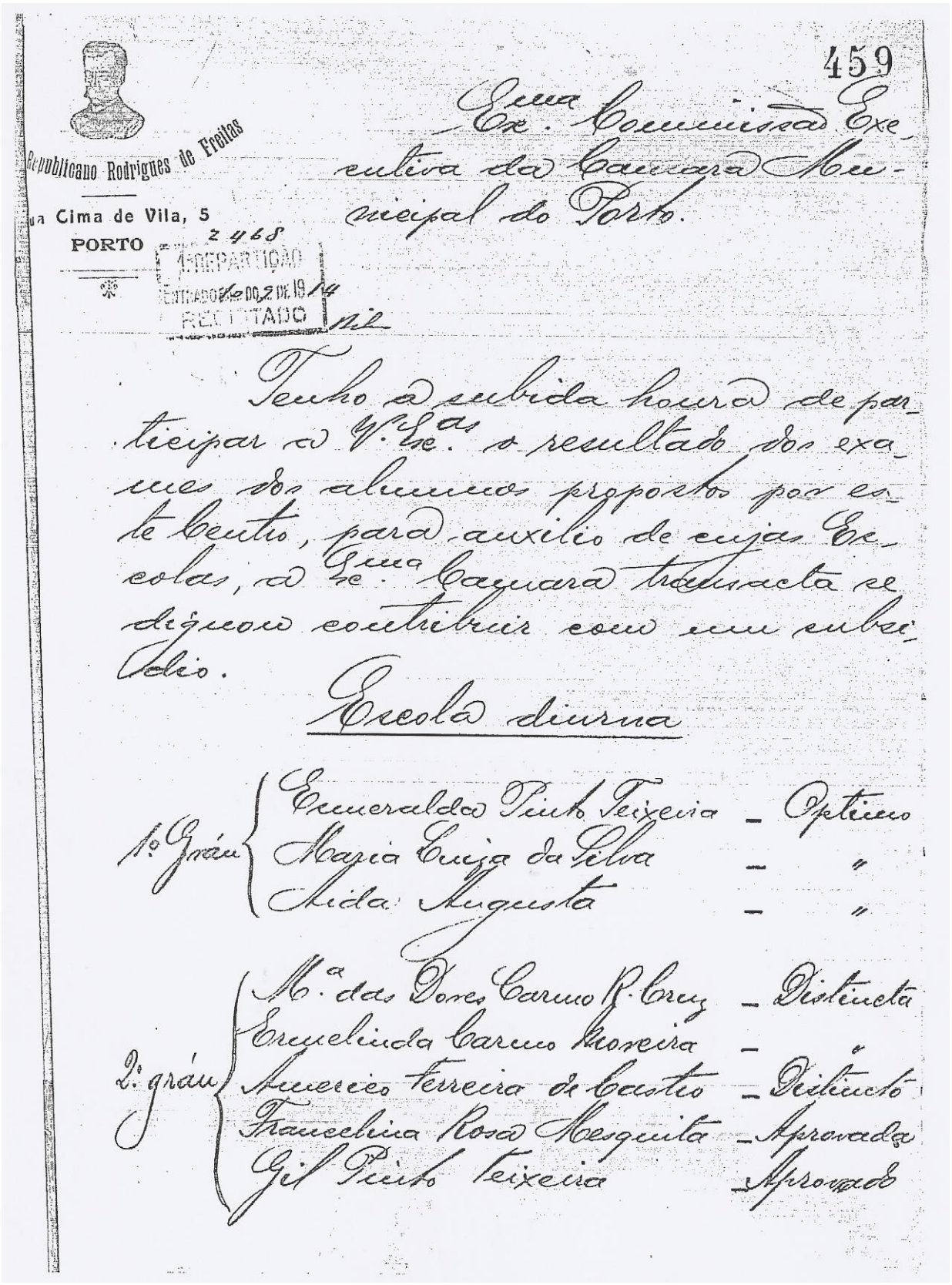
Porto e Secretaria, 24 de Julho de 1914

A Direcção

O Presidente Guilherme Caro

Fonte: Arquivo Histórico Municipal do Porto — Correspondência Recebida, Série Próprias, 1914.

Anexo 35: Centro Republicano Rodrigues de Freitas — Relação dos alunos aprovados.



Centro Republicano Rodrigues de Freitas
Rua Cima de Vila, 5
PORTO

459

Exma Ex.ma Commissão Executiva da Camara Municipal do Porto.

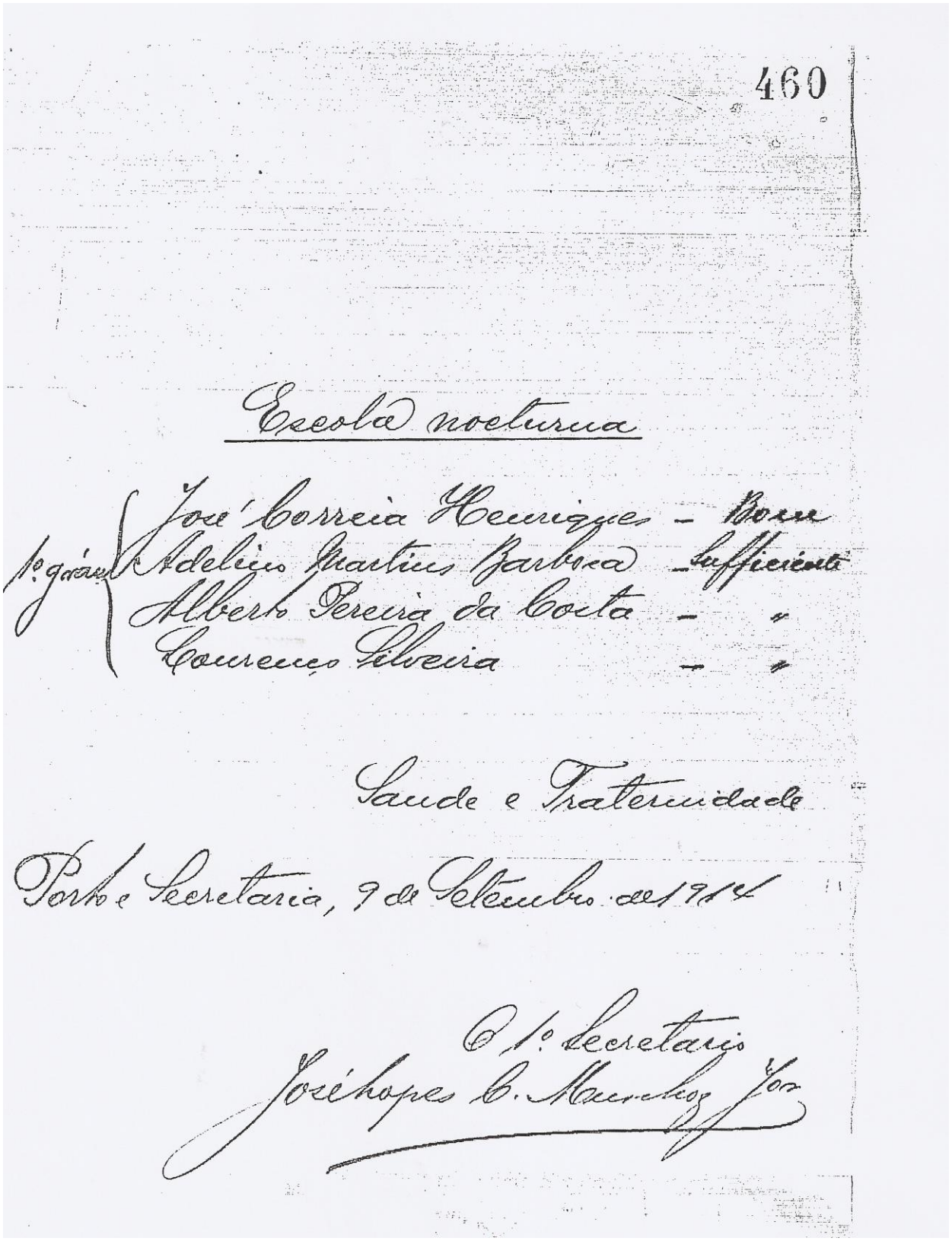
2468
1ª REPARTIÇÃO
ENTRADO em DO 2 DE 1914
REGISTADO

Tenho a subida honra de participar a V.Ex.as o resultado dos exames dos alumnos propostos por este Centro, para auxilio de cujas Escolas, a Exma Camara tractada se dignou contribuir com um subsidio.

Escola diurna

1º Grau
- Esmeralda Pinto Teixeira — Optimo
- Maria Luiza da Silva — "
- Lida Augusta — "

2º grau
- Mª das Dores Carmo P. Cruz — Distincta
- Ermelinda Carmo Moreira — "
- Aurelio Ferreira de Castro — Distincto
- Francelina Rosa Mesquita — Aprovada
- Gil Pinto Teixeira — Aprovado



460

Escola nocturna

1º grau { José Correia Henriques – Bom
Adelino Martins Barbosa – Sufficiente
Alberto Pereira da Costa – "
Lourenço Silveira – "

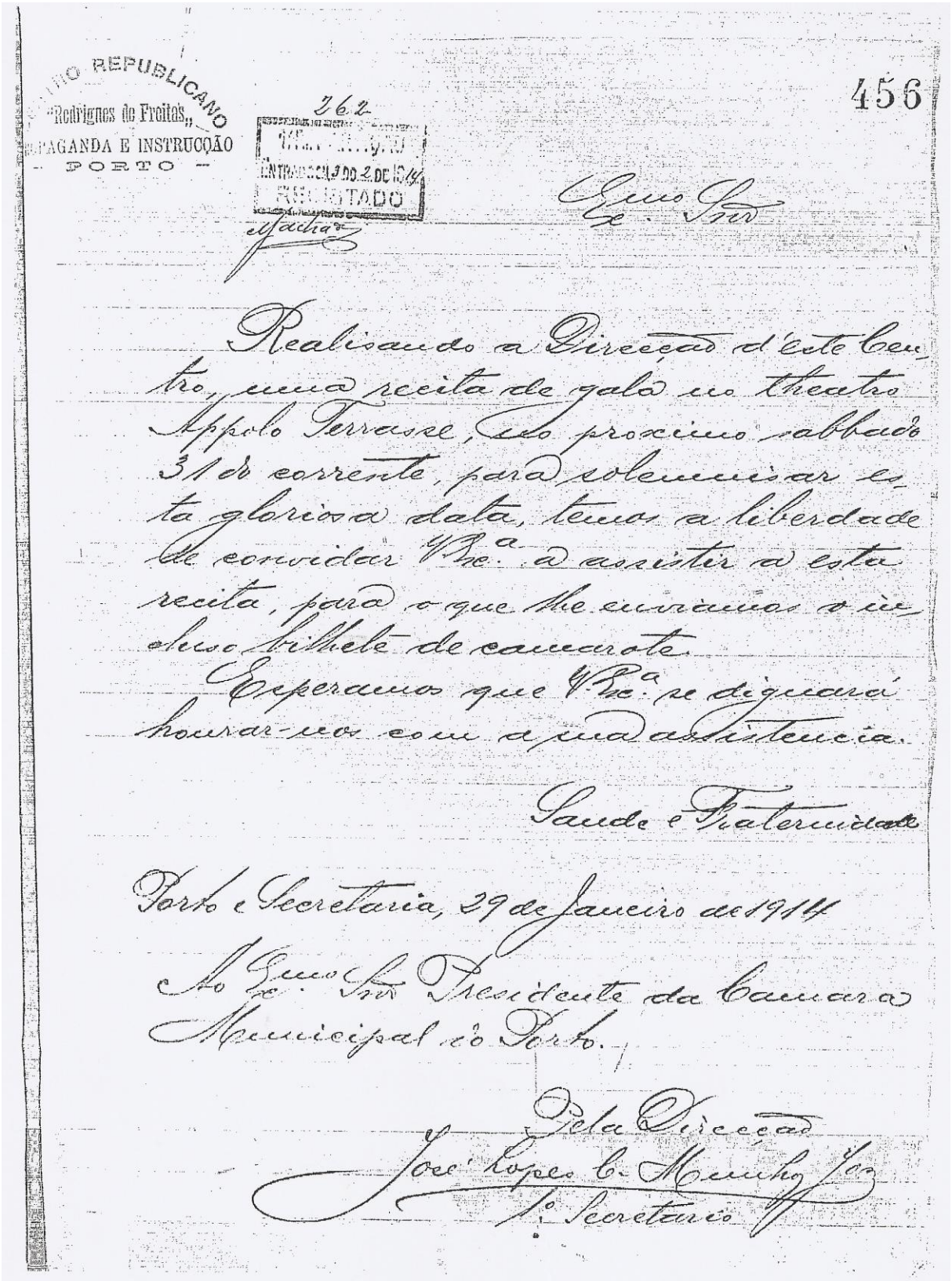
Saude e Fraternidade

Porto e Secretaria, 9 de Setembro de 1914

O 1º Secretario
José Lopes C. Mendes Jor

Fonte: Arquivo Histórico Municipal do Porto — Correspondência Recebida, Série Próprias, 1914.

Anexo 36: Centro Republicano Rodrigues de Freitas — Convite para uma sessão solene para a comemoração da 1ª Revolução Republicana.



CENTRO REPUBLICANO
"Rodrigues de Freitas"
PROPAGANDA E INSTRUCÇÃO
— PORTO —

262
ENTRADA EM 2 DE 1914
REGISTADO

456

Exmo. Snr.

Realisando a Direcção d'este Centro, uma recita de gala no theatro Appolo Terrasse, no proximo sabbado 31 do corrente, para solemnisar esta gloriosa data, temos a liberdade de convidar V. Exª a assistir a esta recita, para o que lhe enviamos o incluso bilhete de camarote.

Esperamos que V. Exª se dignará honrar-nos com a sua assistencia.

Saude e Fraternidade

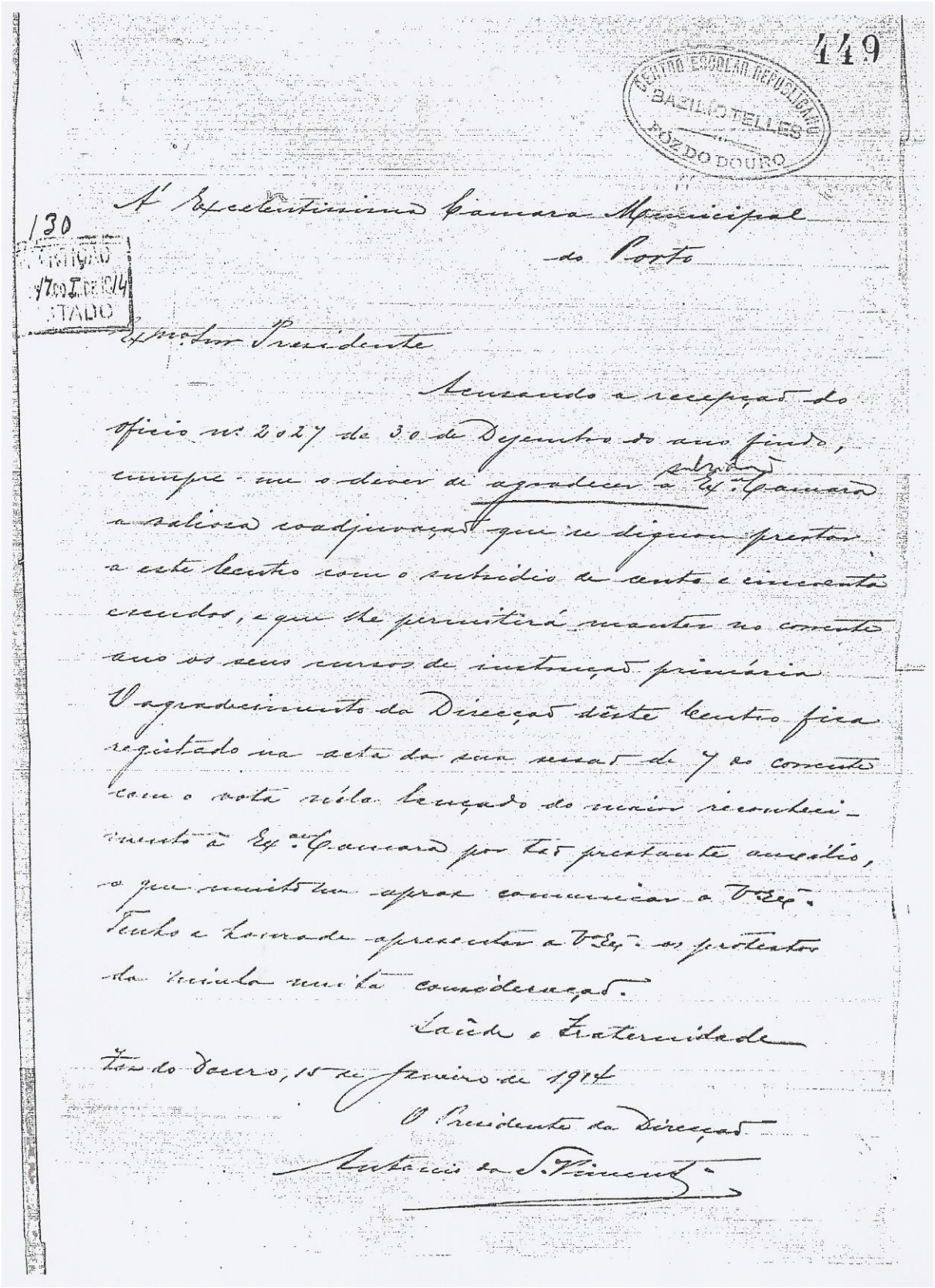
Porto e Secretaria, 29 de Janeiro de 1914

Ao Exmo. Snr. Presidente da Camara Municipal do Porto.

Pela Direcção
José Lopes C. Munhoz Jr.
1º Secretario

Fonte: Arquivo Histórico Municipal do Porto — Correspondência Recebida, Série Próprias, 1914.

Anexo 37: Centro Escolar Republicano Basílio Teles — Agradecimento do subsídio atribuído pela Câmara para os seus cursos de instrução primária.



449

CENTRO ESCOLAR REPUBLICANO BAZILIO TELLES FOZ DO DOURO

130

Á Excelentissima Camara Municipal do Porto

Ex.mos Snrs Presidente

Acusando a recepção do Officio nº 2027 de 30 de Dezembro do anno findo, cumpre-me o dever de agradecer a Ex.ª Camara a valiosa coadjuvação que me dignou prestar a este Centro com o subsidio de cento e cincoenta escudos, e que lhe permitirá manter no corrente anno os seus cursos de instrucção primaria

O agradecimento da Direcção d'este Centro fica registado na acta da sua sessão de 7 do corrente com a nota especial honrado do motivo reconhecimento à Ex.ª Camara por tão prestante auxilio, o que muito me apraz comunicar a V. Ex.ª

Tenho a honra de apresentar a V. Ex.ª os protestos da minha muita consideração.

Saude e Fraternidade

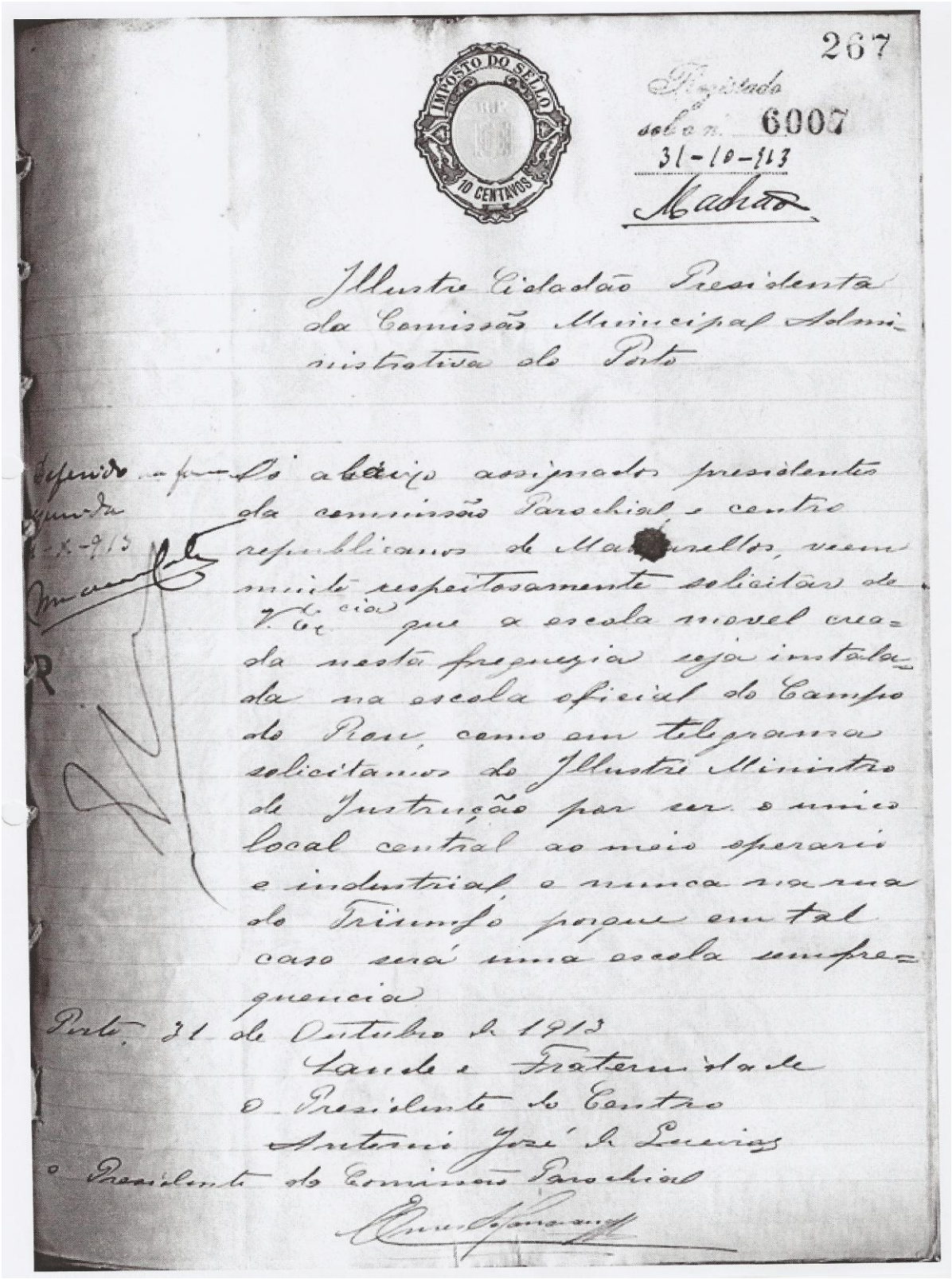
Foz do Douro, 15 de Janeiro de 1914

O Presidente da Direcção

Sebastião de S. Pimentel

Fonte: Arquivo Histórico Municipal do Porto — Correspondência Recebida, Série Próprias, 1914.

Anexo 38: Centro Republicano de Massarelos — Solicitação para colocação de uma escola móvel.



267

IMPOSTO DO SELLO 10 CENTAVOS

Registado sob o n. 6007
31-10-913
Madrão

Illustre Cidadão Presidente da Comissão Municipal Administrativa do Porto

Deferido na forma requerida 1-X-913

Os abaixo assignados presidentes da commissão Parochial e centro republicanos de Massarellos, veem muito respeitosamente solicitar de V. Ex.cia que a escola movel creada nesta freguezia seja instalada na escola oficial do Campo do Rou, como em telegrama solicitamos do Illustre Ministro de Instrução por ser o unico local central ao meio operario e industrial e nunca na rua do Triumfo porque em tal caso será uma escola sem frequencia

Porto, 31 de Outubro de 1913

Saude e Fraternidade

O Presidente do Centro
Antonio José de Queiroz

O Presidente da Commissão Parochial

Fonte: Arquivo Distrital do Porto — Fundo das Associações Civis e Religiosas; Correspondência Recebida, 1912.

Anexo 39: Ritual da Instalação de uma Loja

Ritual da Instalação de Loja

Advertência

Toda a Ofic .·. constituída de novo deve ser instalada, solenemente por um ou mais comissários do Grande Oriente, antes de poder entregar-se aos trabalhos ordinários dos respectivos graus. Convêm que um, pelo menos; dos comissários pertença a qualquer dos corpos superiores do Oriente.

Uma Ofic.·. que levante as suas colunas depois de estar adormecida não tem necessidade de ser instalada de novo para retomar regularmente os seus trabalhos, mas se ela quer solenizar este acto é-lhe permitido pedir a nomeação de um ou mais comissários instaladores e proceder á formalidade conforme o ritual que se segue.

O primeiro dos comissários designados no decreto autorizando a instalação é o presidente e os dois seguintes assistem na qualidade de vigilantes; os mais, se os há, ocupam os outros lugares segundo a ordem hierárquica.

Se foi nomeado um só comissário, este designa dois IIr.·. da Ofic.·. a instalar para servirem de vigilantes.

Uma Ofic.·. pode ser autorizada a instalar-se a si mesma, quando as circunstâncias o exijam. Neste caso os comissários instaladores são sempre o presidente e os vigilantes da Ofic .·., os quais se fazem substituir *ex officio* depois da abertura dos trabalhos preliminares e da recepção dos visitantes e das deputações.

A instalação teve ser feita no prazo de três meses a contar da data do decreto de autorização.

Passados três meses caducam os poderes dos instaladores e é necessário pedir nova autorização para a instalação, podendo o Cons.·. da Ord.·. renovar os poderes aos comissários ou nomear outros.

A data da instalação deve ser designada por acordo entre a Ofic.·. e os comissários, devendo ser comunicada ao Cons.·. da Ord.·. e á Camara Chefe de rito.

Ritual da Instalação

Trabalhos Preliminares

No dia fixado o Ven.·. provisório da Ofic.·. abre os ttrab.·. segundo o ritual do grau, manda introduzir os visitantes, depois de devidamente reconhecidos, com as honras e formalidades usuais, e anuncia á assembleia o motivo da reunião.

O 1.·. Vig.·. informa o Ven.·. de que os comissários instaladores se acham no átrio do templo.

Ven.·.—— Ir.·. Exp.·., e Ir.·. M.·. de Cerim.·., ide junto dos Comissários do Gr.·. Or.·. para tomar conhecimento dos seus poderes. O M.·. de Cerim .·. virá depois dar nos conta desta missão.

Estes oficiais cobrem o templo e o Exp.·. reconhece os Comissários. O M.·. de Cerim.·., ao voltar, bate á porta do templo e é introduzido. Fica á ordem, entre as colunas e depois de saudar anuncia que os poderes dos Comissários são regulares e que solicitam entrada no templo. O Ven.·. provisório designa sete IIr.·. (se a oficina tiver poucos oobr.·. pode designar cinco ou mesmo três), armados de espadas e munidos de estrelas, que, precedidos do M.·. do Cerim.·. e do porta-estandarte vão ao átrio do templo.

Durante a marcha do presidente os IIr.·. das colunas formam uma dupla fila para fazer a abobada de aço.

A porta do templo abra-se. Os Comissários são introduzidos precedidos da deputação que os vai receber.

O Ven.·. provisório dá ao presidente instalador as felicitações da Ofic.·., entrega-lhe os três malhetes, conduzindo-o ao Oriente, assim como os outros Comissários, passando sob a abobada de aço e ao som da coluna de harmonia, se a houver. Tomam todos os seus lugares, ficando de pé e á ordem.

Trabalhos de Grande Oriente

O presidente instalador ocupa a cadeira presidencial, manda sair o Ven.·. á sua direita e dá aos outros Comissários os malhetes dos VVig.·.

Preside.·. —— IIr.·. VVig.·., percorrei as vossas colunas e certificai-vos da regularidade de todos os IIr.·.

Executada esta ordem, os VVig.·. retomam os seus lugares e anunciam o resultado do exame. Se há duvida sobre a regularidade de qualquer Ir.·. o presidente instalador informa-se e delibera.

Em seguida o Presid.·. abre os trabalhos de Gr.·. Or.·. no grau prescrito e pela forma do costume, com o auxilio dos dois VVig.·.

Manda que o Secr.·. proceda á leitura dos poderes dos instaladores, assim como da carta patente da oficina, dada pela camara respectiva. Entrega estes documentos ao Ven.·. da Ofic.·. e ordena a sua transcrição no principio do livro de arquitectura e a declaração de que são depositados no arquivo da Ofic.·.

Dá igualmente ao Ven.·. da Ofic.·. três exemplares dos rituais dos graus, três exemplares da lei maçónica, o quadro dos membros da Ofic .·. visado pelo Secr.·. do Gr.·. Or.·.

Feito isso, o Presid.·. instalador convida o Ven.·. e os VVig.·. da Ofic.·. postar-se junto ao altar das promessas. O Ven.·. pronuncia em voz alta o seguinte compromisso

Pela minha honra e pela minha consciência prometo observar fielmente a Constituição e o Regulamento do Grande Oriente Lusitano Unido, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa, único legalmente constituído no território português.

Cada um dos VVig.·., diz o seguinte: «**Eu o prometo**»

Preside.·. —— IIr.·. Secr.·., fazei a chamada de todos os membros inscritos no quadro dos fundadores da Ofic.·., a fim de que cada um deles assine as duas formulas do compromisso que acaba de ser pronunciado.

O Secr.·., faz a chamada. Logo que as duas formulas estejam assinadas o Presid.·. instalador reconhece as assinaturas, depois de as confrontar com as do quadro. Entrega ao Ven.·. uma das formulas e fica com a outra, para enviar ao Gr.·. Or.·. com a acta da instalação.

Depois duma calorosa alocução, inspirada pelas circunstancias e pela gravidade e importância da missão de que foi incumbido, o Presid.·. instalador lembra os principais deveres que impõem a Maçonaria, e faz sobresair a importância da missão que a nova Ofic .·. deverá cumprir.

Preside.·. —— IIr.·. 1º e 2º VVig.·. anunciai nas vossas respectivas colunas que vamos proceder á instalação da Ofic.·.

O anúncio é feito pelos VVig.·.

Preside.·. —— De pé e á ordem, meus IIr.·. Em nome e sob os auspícios do Grande Oriente Lusitano Unido, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa, único legalmente constituído no território português, em virtude dos poderes de que estamos investidos instalamos, ao Val.·. de …. uma L.·. sob o titulo distintivo de …. *(Dá os golpes de malhete do grau).* A R.·. L.·...., ao Val.·. de …., está instalada.

Cada Vig.·. dá por uma vez a bataria do grau e pronuncia a proclamação precedente na sua coluna.

O Presid.·. convida todos os IIr.·. da Ofic.·. a formar no meio do templo a cadeia de união e comunica-lhes as palavras com o cerimonial do costume.

Voltando ao seu lugar, o Presid .·. encerra os ttrab.·. de Gr.·. Or.·. com o auxilio dos VVig.·. , aos quais em seguida pede os malhetes.

Depois convida o Ven.·. e os VVig.·., a aproximarem-se do altar presidencial.

Preside.·. —— Retomai, meus CC.·. IIr.·. , estes malhetes que os sufrágios dos membros desta R.·. L.·. vos confiaram. Continuai a usar deles com habilidade e prudência, mantendo a ordem e a harmonia neste templo, onde não deve reinar senão a concórdia e a amizade.

Feito isto, os comissários assinam a acta de instalação em dois exemplares, sendo um para ficar no arquivo da L.·. e outro para enviar ao Gr.·. Or.·. . Em seguida tomam assento no Oriente, ficando o presidente instalador á direita do Ven.·. da Ofic.·. .

Trabalhos da Oficina

O Ven.·. e os VVig.·. da Ofic.·. retomam agora os seus lugares.

Ven.·. —— IIr.·. **1º e 2º VVig**.·. , anunciados IIr.·. que decoram as vossas colunas que os trabalhos da Ofic.·. , que tinham sido suspensos para se proceder á cerimonia da instalação, retomam força e vigor.

Os VVig.·. repetem o anuncio

Ven.·. —— IIr.·. 1º e 2º VVig.·. , convidai os IIr.·. das vossas colunas a juntarem-se a nós para agradecer aos RR.·. IIr.·. instaladores a maneira digna e fraternal como cumpriram o seu mandato. Provemos-lhos a nossa gratidão por uma tríplice e calorosa bateria.

Os VVig.·. repetem o anuncio

Ven.·. —— **De pé e a ordem meus** IIr.·. . A mim, pelo sinal, pela bateria e pela aclamação. *(Executa-se)*. Sentemo-nos, meus IIr.·. .

O Ven.·. da Ofic.·. pronuncia uma alocução apropriada ao acto e depois da a palavra ao IIr.·. Orador e aos IIr.·. que a solicitarem para se referirem á festa. Os discursos são aplaudidos.

Os trabalhos continuam depois com as sessões ordinárias até se proceder ao seu encerramento.

Fonte: FERREIRA, Matos — *A Liturgia Maçónica: Rituais de Inauguração de Templos; Instalação de Lojas; Instalação de Oficiais; Banquete Maçónico*. Lisboa: Tipografia Moderna, 1913, p. 9-13.

Anexo 40: Petição de Iniciação

Petição de Iniciação

Tendo tomado conhecimento dos princípios da instituição maçónica declaro que lhe dou a minha completa adesão e que nela desejo ser admitido, em virtude do que preencho e assino, com toda a lealdade, esta petição.

Nome ……...

Filiação (a) …….…….

…….Idade …….anos, Estado ……

Nacionalidade ……., Naturalidade ……

……., Concelho …….…….

Profissão actual e onde exerce (b) …….…….

…….……

Profissões anteriores e onde as exercia, pelo menos nos últimos cinco anos ….……

…….……

…….……

Residência actual (c) ……..……..

Residências anteriores, pelo menos nos últimos cinco anos (c) ……..……

…….……

…….……

…….……

Associações a que pertence e cargos que nela exercia (de beneficência, de classe, de instrução, políticas, de propaganda, de recreio, scientificas, de socorro mútuo, etc): ...

…….

…….

…….

…….

Já esteve processado?.....Onde?.....

Porque motivo?.....

…….

Foi condenado ou absolvido? …….

Que escolas ou colégios frequentou desde a infância e onde estão situados? ……

…….

Quais as pessoas que intervieram na sua educação? (d) …….

…….

…….

Quais as pessoas sob cuja ordens tem servido e onde? (d) …….

…….

…….

…….

Quais os seus meios de subsistência? (e) ……Já esteve proposto para qualquer loja maçónica? …….Onde? …….

Praticou algum ou alguns actos que em sua consciência julgue condená-lo as causas determinantes do erro praticado? ……....

…….

Quem são os seus inimigos? (f) ……..

Quem são os seus amigos? (f) ……

…….……

…….……

Data …….

Assinatura ……...

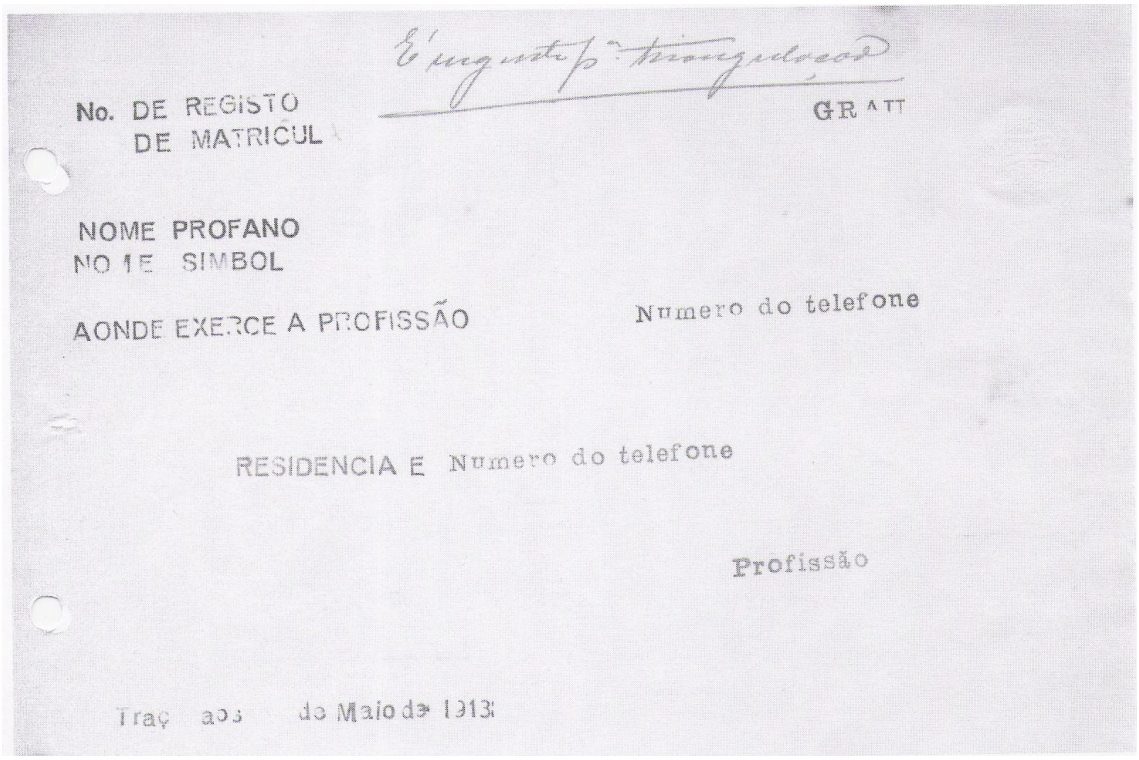
O Proponente

(g) ……

Nota: (a) Nome do pai e da mãe. (b) Indicar com exactidão os cargos que exerceu, com a respectiva categoria e os estabelecimentos ou repartições onde serve ou serviu, designando a rua e o número onde estão situados, (c) Indicar sempre a rua ou o número nas localidades onde isso seja necessário. (d) Indicar os seus nomes, profissões, localidade e morada ou situação dos estabelecimentos com designação da rua e número. (e) Rendimento anual aproximado, em escudos. (f) Indicar nomes e moradas. (g) Nome profano e grau.

Fonte: *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido*, ano de 1910. Lisboa: Grande Oriente Lusitano Unido, 1910

Anexo 41: Ficha interna para registo de maçons.



Fonte: Arquivo da Fundação Mário Soares — Fundo Simão Raposo.

Anexo 42: Constituição do Grande Oriente Lusitano Unido, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa.

Constituição do Grande Oriente Lusitano Unido

Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa

CAPÍTULO III

Das Oficinas

Artigo 31.º - Para que uma loja seja justa, é preciso que se componha de sete obreiros decorados com o grau de mestre, para a loja simbólica, podendo adquirir os títulos de capitular, areopagita e consistorial nos termos das respectivas constituições do seu rito.

Art.º 32.º - As lojas serão designados pelo seu título distintivo, aprovado pelo Poder Executivo e por um número de ordem, que será determinado indistintamente, qualquer que seja o seu rito, pelo registo da instalação e regularização, segundo a ordem de antiguidade.

Art.º 33.º - Toda a loja justa e perfeita tem os seguintes direitos:

1º Organizar o seu regulamento interno, interpretá-lo, aplicá-lo e revogá-lo, contando que não contrarie a legislação vigente;

2º Admitir, na conformidade das leis, novos membros, por iniciação, filiação, regularização ou passagem;

3º Tomar sob o seu protectorado, pela adopção, os menores de dez anos, filhos ou tutelado de maçons regulares;

4º Votar e conferir os graus aos seus obreiros, nos termos das leis e cumprindo as formalidades determinadas pelas Câmaras Chefes e Rito;

5º Dirigir quaisquer propostas sobre reformas legislativas, bem como sobre quaisquer outros assuntos de interesse maçónico;

6º Administrar livremente os seus fundos;

7º Votar as honras do seu membro ou dignitário honorário a qualquer obreiro activo de seu quadro ou de quadro da Obediência, e mesmo daqueles estabelecidos em países estrangeiros, que façam parte de potências maçónicas reconhecidas;

8º Mudar o rito para outra Ordem;

9º Corresponder-se por escrito com outras Obediências e trocar com elas garantes de amizade;

10º Apelar, sem efeito suspensivo, para o Grande Tribunal Maçónico das decisões do Poder Executivo em todos os negócios que lhe interessem e em que o recurso não for vedado por lei;

11º Fundir-se com uma ou mais lojas do seu vale, nos termos da lei;

Art.º 34.º - Cada oficina elege anualmente, na época designada na lei ordinária, os seus dignitários, oficiais, comissões permanentes e um representante à Grande Dieta.

1.º - Para estes cargos são elegíveis todos os obreiros activos do quadro, que estejam no pleno uso dos seus direitos maçónicos e possuam, pelo menos, o grau de mestre.

2.º - Para o cargo de venerável exige-se mais que o obreiro tenha dois anos de efectividade de trabalhos na oficina a que pertencer, salvo impossibilidade reconhecida pelo Poder Executivo.

Art.º 35.º - Os direitos das oficinas suspendem-se por decreto do Grão-Mestre, fundado nas leis, e perdem-se pela sua separação voluntária da Obediência ou por sentença dos tribunais.

1.º - São nulos os actos praticados pelas oficinas suspensas dos seus direitos, quando não tenham sido autorizadas expressamente pelo Poder Executivo.

2.º - A suspensão importa a imediata entrega ao Poder Executivo, por parte da oficina suspensa, de todos os livros, documentos e mais efeitos maçónicos.

Art.º 36.º - As oficinas da Obediência têm por principais obrigações:

1.º - Observar e fazer observar as leis maçónicas em vigor;

2.º - Beneficiar e proteger os maçons regulares, especialmente os do seu quadro, manter entre eles verdadeira harmonia e fraternidade, honrar a memória dos obreiros falecidos e socorrer as suas viúvas e órfãos desvalidos, segundo o permitam as forças do seu cofre;

3.º - Estudar e discutir todos os assuntos que interessem à Maçonaria e que possam concorrer para a satisfação dos seu fins, ou estes assuntos sejam apresentados pelos obreiros ou mandados estudar pelo Poder Executivo, comunicando, tanto em um, como em outro caso, o resultado de tais estudos ao Conselho da Ordem;

4.º - Cumprir as determinações dos corpos superiores, em harmonia com as leis e regulamentos;

5.º - Comunicar ao Conselho da Ordem os serviços extraordinários e relevantes prestados pelos seus obreiros;

6.º - Dar conta da administração dos seus fundos aos obreiros do seu quadro, facultando-lhes o exame dos livros e documentos durante os oito dias anteriores à aprovação das contas, e organizar, regular e trimestralmente, balanços do seu estado financeiro;

7.º - Pagar as contribuições ordinárias e extraordinárias estabelecidas por lei;

8.º - Participar, no prazo máximo de quinze dias, ao Conselho da Ordem as iniciações, filiações, regularizações e passagens, assim como aumentos de salário concebidos aos seus obreiros;

9.º - Não permitir que os seus obreiros deixem de estar munidos dos documentos maçónicos comprovativos dos graus de possuírem, devidamente legalizados;

10.º - Remeter anualmente à câmara litúrgica respectiva um quadro geral dos seus obreiros;

11.º - Remeter anualmente ao Conselho da Ordem um quadro geral dos seus obreiros, uma cópia da acta das suas eleições e um relatório dos seus trabalhos durante o ano findo;

12.º - Conservar no seu arquivo um exemplar da Constituição e das leis, regulamentos e do Boletim Oficial;

Art.º 37.º - As oficinas são obrigados ao cumprimento das disposições regulamentares promulgadas pelo Poder Executivo.

Art.º 38.º - Não é permitido que duas lojas se reúnam para discutir ou votar qualquer assunto, ainda mesmo quando seja do mais alto interesse maçónico ou social. A presente Constituição reconhece o direito de reunião de família maçónica, constituída em oficinas distintas e independentes, mas o direito de discutir e votar em comum só pertence à Grande Dieta, onde todo o povo maçónico se acha representado. São, contudo, permitidas as conferências de propaganda.

Art.º 39.º - Nas localidade onde se não possam estabelecer desde logo lojas justas e perfeitas, poderá o Grão-Mestre criar, por decreto, como meio de propaganda, simples triângulos ou ainda nomear um delegado maçónico.

Único – Os triângulos, como corpos provisórios, não tem carta patente e podem ser dissolvidos, quando o Grão-Mestre o julgue conveniente. Da mesma forma, o Grão-Mestre pode nomear, transferir e demitir livremente os delgados maçónicos.

Art.º 40.º - Os triângulos podem compor-se de três a seis membros.

Art.º 41.º - O Asilo de S.João faz parte integrante da Maçonaria Portuguesa.

Fonte: MARQUES, A.H. de Oliveira — *A Maçonaria em Portugal*. Lisboa: Câmara Municipal, 1998.

Anexo 43: Ritual de Banquete Maçónico

Ritual de Banquete Maçónico

Os banquetes maçónicos, essencialmente místicos nas suas formas e filosóficos nos seus princípios, não devem ser refeições ordinárias, pois que os antigos sábios não tornariam indispensavelmente obrigatória uma reunião que tivesse apenas um fim frívolo ou fosse um mero divertimento. Os nossos banquetes vêm completar a grande alegoria desenvolvida nos diversos graus maçónicos, sendo estas festas celebradas com o propósito de enaltecer a concórdia e a fraternidade entre os maçons.

Nem na antiguidade se permitia nem agora pode igualmente permitir-se nos nossos banquetes excesso ou licença de qualquer espécie; a maior finura, a mais rígida urbanidade e o decoro mais severo presidiu sempre e deve presidir hoje a estes festins, em que os maçons se reúnem com o mesmo fim de pugnar pelo bem-estar da humanidade, porque nem o regozijo, nem a alegria, nem qualquer dos atractivos da vida real deve interromper o seu constante trabalho.

Contribuindo os banquetes para estreitar os laços de união entre os homens, os nossos muito principalmente contribuirão para que cada vez mais os sentimentos fraternais se radiquem, fortalecendo ao mesmo tempo os elos da imensa cadeia que deve ligar-nos pela solidariedade.

Nos banquetes da antiguidade faziam-se sete brindes, número igual ao dos sete planetas do sistema solar, aos quais eram dedicados. Os maçons porem substituíram estes brindes por sete libações propriamente maçónicas.

A primeira libação que é oferecida ao Sol, rei dos céus, ao qual a natureza deve a sua fecundidade, foi pelos maçons dedicada ao chefe do Estado ou á pátria.

A segunda era oferecida á Lua, a este astro que, segundo os antigos, iluminava os mistérios mais secretos. Os maçons consagram-na ao chefe supremo da Ordem, que para eles é o soberano regular.

A terceira era consagrada a Marte ou Ares, divindade que presidia igualmente aos conselhos e aos combates. Os maçons oferecem-na ao venerável.

A quarta, dedicada a Mercúrio, que os egípcios chamavam Anubis, deus que vigia, transformou-se em brinde aos vigilantes.

A quinta era oferecida a Júpiter, também chamado Xenios, o deus da hospitalidade, pelo que foi consagrada aos visitantes e ás lojas irmãs, isto é, aos *hospedes-maçons*.

A sexta era a Vénus, a deusa da geração. É o brinde feito aos oficiais e membros da loja e principalmente aos novos iniciados, para os quais o estudo da natureza deve ser uma das principais obrigações.

Finalmente a sétima libação era oferecida a Saturno, a este deus dos períodos e dos tempos, cuja imensa orbita parece abraçar o universo; por isso foi a escolhida para brindar todos os maçons espalhados pela superfície da Terra. Para figurar a orbita deste planeta não se faz o último brinde em semi-circulo, como os outros, mas formando um circulo completo, e, da mesma forma que nas festas do Saturno os escravos partilhavam dos prazeres dos seus senhores e se assentavam á sua mesa, entre os maçons, os serventes são chamados a tomar parte nos trabalhos e a participar do brinde geral, em que cada um parece formar um anel desta cadeia imensa que abraça o universo; quadro tocante que a Maçonaria oferece aos seus adeptos!

Estes brindes simbólicos praticaram-se durante muito tempo nas lojas maçónicas, mas hoje estão reduzidos a cinco rigorosamente obrigatórios.

Embora os nossos regulamentos não tenham até hoje tornado obrigatórios estas festas da Ordem, o que é para lamentar, pois que, como dissemos, elas contribuem para cultivar o sentimento da fraternidade, nenhuma loja, nenhuma camara superior deveria deixar de as celebrar na época própria, que é o solstício do inverno para as camaras superiores e lojas do rito escocês e o solstício do verão para as do rito francês, isto é 21 de Dezembro e 21 de Junho.

Estas épocas são rigorosamente observadas, sendo costume realizar estes banquetes no dia 27 de Dezembro e 24 de Junho, respectivamente dias de S.João Evangelista e S.João Batista, ocultando-se assim o verdadeiro sentido das reuniões.

Para estas festas nas lojas deveriam ser convidados as camaras litúrgicas respectivas e o Conselho da Ordem, que nelas se faria sempre representar por um dos seus membros ou, quando isso não fosse possível, por um delegado.

Estas festas deveriam até multiplicar-se com o pretexto de iniciações ou de investiduras de graus, já pelos aniversários da fundação das lojas, do Grande oriente ou de qualquer das suas camaras, já para comemorar uma obra importante levada a efeito pela Maçonaria.

O Grande Oriente de França encerra os trabalhos do seu parlamento maçónico com um banquete em que tomam parte os representantes, os membros do Conselho da Ordem novamente eleitos e os que terminaram o mandato e os representantes das potências estrangeiras; é uma festa verdadeiramente fraternal que abraça todos os maçons daquela grande República, que muitos benefícios deve á nossa Au.·. Ord.·.

Naquele país, onde a Maçonaria tanto se tem desenvolvido e onde ela tão bem compreendida é, as lojas realizam obrigatoriamente os seus banquetes maçónicos e as investiduras de graus sem desprezar nada do que o ritual dispõe, e é talvez por isso mesmo que tem sido tão disciplinada e tão forte para realizar a imensa obra que todos conhecemos.

Além dum banquete anual, obrigatório, e seguindo á risca o ritual, podem celebrar-se outros em que as famílias dos irmãos sejam admitidas, ou ainda ágapes, que são reuniões fraternais em que os maçons duma loja ou dum grupo de lojas se reúnem para tomar em comum uma refeição.

Os banquetes pelo seu caracter litúrgico e filosófico, devem sempre realizar-se a coberto da vista dos profanos, isto é, ninguém, além dos maçons que tomam parte na festa, poderá ver ou ouvir o que se passa na sala do banquete, quando os trabalhos estejam em actividade. No entanto, podem ser servidos por profanos, que saem antes de se abrirem os trabalhos e antes de se levantar qualquer brinde.

Quando não se possa celebrar um banquete maçónico por não se poder estar a coberto, realizar-se-á uma ágape.

Neste caso os brindes prescritos no ritual são igualmente obrigatórios, mas não se fazem com cerimonial.

Nos banquetes familiares e nos ágapes os irmãos podem estar decorados com as suas insígnias, podendo também o venerável e os vigilantes servir-se dos malhetes para chamar a atenção, mas sem se fazer uso ritual.

Estes banquetes têm ainda uma interpretação astronómica que é a seguinte:
«Se concebermos duas circunferências concêntricas, distantes uma da outra oito gruas e meio, metade da largura do Zodíaco, a circunferência exterior, representará a eclitica ou a carreira anual do Sol, supondo, como no sistema astronómico dos antigos, que a terra é imóvel no centro, o que, como se sabe, não traz mudança alguma á explicação dos fenómenos.

Se cortarmos estes círculos concêntricos por dois diâmetros perpendiculares, um, que chamaremos horizontal, representará o *equador celeste*, e as suas extremidades

marcarão os pontos equinoxiais; o outro indicará os pontos solsticiais, isto é, os pontos em que a eclitica toca nos trópicos.

Se concebermos agora estes círculos divididos em duas partes iguais no plano do diâmetro horizontal, teremos precisamente a ideia da mesa da MMaç.·. ; a parte do hemisfério inferior figura a mesa de S.João do inverno, e a do hemisfério superior a mesa de S.João do verão. O Ven.·. , que representa o *Sol*, ocupa em um outro caso a extremidade do raio perpendicular á linha dos equinoxios (no inverno ponto mais baixo; no verão ponto mais alto).

Os VVig.·. são colocados sobre o diâmetro horizontal, isto é, no equador. Eles marcam assim nas duas estações os pontos equinoxiais; estes, com efeito, são situados no céu sobre os limites dos dois hemisférios, como vigilantes que examinam a estação que acaba e que começa. Esta observação é tão plausível, que só do equador é que se podem ver os dois pólos ao mesmo tempo, descobrir sucessivamente todas as constelações e observar o todo das suas revoluções.

Se se tirar uma tangente á circunferência inferior, perpendicularmente ao raio, no ponto solsticial, as suas extremidades determinarão sobre a semi-circunferência exterior o lugar do Orad.·. e o Secr.·. , colocados ambos a trinta graus do Ven.·. e a setenta dos VVig.·.

Assim por exemplo, no banquete do solstício do inverno, o Ven.·. ocupa o primeiro grau do *Capricórnio*, o Orad.·. o primeiro grau do *Aquário*, o VVig.·. o primeiro grau de *Aires*, o Secr.·. o primeiro grau do *Sagitário* ou o ultimo do *Escorpião* e o 2º VVig.·. o primeiro grau de *Libra*. Então a parte do templo ou a coluna do norte designa *Primavera* ou a estação do *renascimento*, e a parte esquerda, que chamamos *meio-dia*, indica o *Outono*, ou a estação da *decrepitude*.

Pelo contrário, no banquete do solstício do verão, tudo é colocado em sentido inverso. O Ven.·. está no trópico, ao primeiro grau de *Câncer*, o Orad.·. ao primeiro grau de *Leo*, o 1º VVig.·. ao primeiro grau de *Libra*, e a coluna do norte figura o *Outono*; na outra coluna o Secr.·. está no primeiro grau de *Gemini* ou no último de *Touro*, o 2º VVig.·. no primeiro grau de *Aires*, e este lado do templo representa então a *Primavera*.

Pelo que deixamos exposto se vê que os banquetes maçónicos nada têm de banais, que o seu simbolismo é scientifico e que o seu fim é altamente utilitário, não só para o Ord.·. como para a humanidade inteira.

Advertência

A mesa deve ser uma só e em forma de U. no entanto, se o número de convivas o exige, põe-se uma ou mais mesas longitudinais no interior do U.

A parte convexa da mesa figura o Oriente e as duas extremidades o Ocidente.

No Oriente senta-se o Ven.·. Á direita e á esquerda do Ven.·. tem lugar os visitantes principais, a começar pelos dignatários do Gr.·. Or.·.

Os VVig.·. sentam-se nas extremidades do U.

O Orad.·. tem o seu lugar no extremo da respectiva coluna, junto ao Oriente, seguindo-se-lhe o Tes.·. O Secr.·. senta-se no extremo da outra coluna, junto ao Oriente, seguindo-se-lhe o Hospitaleiro.

No interior do U defronte do Ven.·. , sentam-se os MM.·. de Cerim.·. e os MM.·. de Banquete.

Todos os outros IIr.·. tomam lugar indistintamente.

A parte interna da mesa só pode ser ocupada quando não haja mais lugares no exterior e os IIr.·. que aí estiverem só se levantarão se fizer o último brinde.

A mesa deve estar ornamentada com flores, havendo pelo menos uma para cada conviva.

Colocar-se-ão na mesa duas fitas vermelhas ou azuis, segundo o rito for escocês ou francês, para marcar o alinhamento das armas.

Vocabulário

Nos banquetes maçónicos era costume usar-se uma linguagem especial da qual, embora caída em desuso, julgamos conveniente dar conhecimento. É a seguinte:

Agua …….…….	Pólvora seca
Beber …….	Disparar, fazer fogo
Café……	Pólvora negra
Colher…….	Trolha
Cerveja ou cidra…….	Pólvora amarela
Champanhe…….……	Pólvora explosiva
Comer…….……	Demolir materiais, mastigar
Copos ou cálices…….……	Canhões, armas
Deitar o vinho em copos…….……	Carregar
Faca…….……	Espada, alfange
Garfo……..	Alvião, tridente
Garrafa……...	Barrica
Guardanapo……	Bandeira
Iguarias em geral ……...	Materiais
Licores, bebidas alcoólicas…….	Pólvora fulminante
Luzes……..	Estrelas
Mesa ……..	Plataforma
Pão…….	Pedra bruta
Pimenta……..	Areia amarela
Travessas ……...	Bandejas
Pratos…….	Telhas
Sal……..	Areia branca
Tolha……..	Véu, bandeira grande
Tabaco……	Pólvora do Líbano
Trinchar……..	Desbastar

Ritual do Banquete

Não há leitura da acta. O Secr.·. toma nota do que se passa durante o banquete, registando a presença das deputações, dos principais visitantes e dos factos dignos de menção.

A leitura da acta relativa ao banquete deve fazer-se na primeira sessão do grau de aprendiz.

Todo o Ir.·. que deseja fazer qualquer comunica ou pronunciar um discurso deve pedir a palavra segundo a regra.

As peças de arquitectura em prosa ou verso devem se comunicadas previamente ao Ven.·. , convindo também que se lhe dê conhecimento das alocuções que haja a fazer, para que ela possa orientar os trabalhos.

Quando algum Ir.·. comete uma falta durante o banquete, por exemplo, se um Oficial de L.·. se afasta do seu ligar sem se fazer substituir, o Ven.·. pode puni-lo condenando-o a fazer fogo, entre os VVig.·. , com um canhão carregado de pólvora fraca.

Abertura dos Trabalhos

Logo que a mesa esteja servida, os IIr.·. convenientemente decorados, tomam os seus lugares e os criados saem. O Ven.·. dá um golpe de malhete que é sucessivamente repetido pelos VVig.·.

Ven.·. —— Ir.·. 1º Vig.·. sois maçon?

1º Vig.·. —— Os meus IIr.·. reconhecem-me como tal

Ven.·. —— Ir.·. 2º Vig.·. que idade tendes?

2º Vig.·. —— Três anos.

Ven.·. —— Ir.·. 1º Vig.·. qual é o primeiro dever dum Vig.·. em loja de banquete ?

1º Vig.·. —— Assegurar-se se podemos trabalhar a coberto

Ven.·. —— Certificai-vos disso, meu Ir.·.

O Ir.·. 1º Vig.·. diz ao Ir.·. Cobr.·. que proceda a esta verificação, o qual vai a porta para verificar se alguém pode escutar o que se passa, depois fecha-a á chave depondo-a em seguida nas mãos do 1ºVig .·.

1º Vig.·. —— Ven.·. M.·. , podemos trabalhar a coberto.

Ven.·. —— Ir.·. 2º Vig.·. qual é o segundo dever dum Vig.·. em loja de banquete?

2º Vig.·. —— Assegurar-se se os convivas tem direito a tomar parte nos trabalhos.

Ven.·. —— IIr.·. 1º e 2º VVig.·. verificai se os IIr.·. presentes podem tomar parte nos trabalhos.

E vós, meus IIr.·. á ordem de mesa.

Conservando-se sentados, os IIr.·. põem a mão direita á ordem de Apr.·. e colocam a mão esquerda, aberta, sobre a mesa, tendo os quatro dedos unidos e estendidos e o polegar em esquadria ao longo do bordo da mesa.

Cada Vig.·. sem abandonar o seu lugar, inspecciona com olhar a sua coluna.

2º Vig.·. —— Os IIr.·. da minha coluna tem direito a tomar parte nos nossos trabalhos.

1º Vig.·. —— Os IIr.·. da minha coluna tem também direito a tomar parte nos nossos trabalhos.

Ven.·. —— O mesmo se dá no Oriente Ir.·. 1º Vig.·. para que estamos reunidos?

1º Vig.·. —— Para festejarmos a fraternidade e para estreitarmos o laço que nos une.

Ven.·. —— Ir.·. 2º Vig.·. qual o tipo de laço que nos une?

2º Vig.·. —— O da solidariedade.

Ven.·. —— Sendo assim, Ir.·. 1º e 2º VVig.·. anunciai nas vossas colunas, como eu anuncio no Oriente, que os ttrab.·. vão tomar força e vigor e depois ajudai-me a abri-los.

1º Vig.·. —— IIr.·. , da minha coluna, os ttrab.·. vão tomar força e vigor.

2º Vig.·. —— IIr.·. , da minha coluna, os ttrab.·. vão tomar força e vigor.

O Ven.·. dá a bateria do grau de Apr.·. que é sucessivamente repetida pelos VVig.·.

Ven.·. —— Os trabalhos estão abertos. Deixai de estar á ordem meus IIr.·.
Tem a palavra o IIr.·. Orad.·.

O Orad.·. pronuncia uma curta alocução relativa ao acto.

Ven.·. —— Meus IIr.·. , ao meu golpe de malhete os ttrab.·. vão ser suspensos, para nos entregarmos á mastigação.

O 1º Vig.·. dá a chave ao Cobr.·. , que a vai abrir a porta e dá entrada aos serventes.

Brindes

Os brindes regulamentares fazem-se quando o Ven.·. o julga oportuno, ordinariamente depois do primeiro serviço.

Fazendo-se depois do primeiro serviço reserva-se a sobremesa para os brindes não regulamentares, peças de arquitectura, alocuções e cânticos.

O Ven.·. dá um golpe de malhete, que é repetido pelos VVig.·.

Faz-se silencio, os serventes saem e o Cobr.·. armado de espada, guarda a porta da sala.

Ven.·. —— Meus IIr.·. , á ordem da mesa.
IIr.·. 1º e 2º VVig.·. , anunciai nas vossas colunas como eu anuncio no Oriente, que os trabalhos que estavam suspensos retomam força e vigor.

Os VVig.·. repetem o anuncio.

1º Brinde

Ven.·. —— IIr.·. 1º e 2º VVig.·. convidai os IIr.·. das vossas colunas a carregar e a alinhar.

1º Vig.·. —— IIr.·. 1º Vig.·. e IIr.·. da minha coluna, da parte do Ven.·. M.·. vos convido a carregar e alinhar.

2º Vig.·. —— IIr.·. , da minha coluna, da parte do Ven.·. M.·. vos convido a carregar e alinhar.

Os IIr.·. pegam nas garrafas (barricas), servindo-se cada um da bebida que mais lhe agradar, pondo em seguida os copos (armas) em linha, ao lado do prato, no prolongamento do seu diâmetro horizontal.

2º Vig.·. —— Tudo está carregado e alinhado na minha coluna, Ir.·. 1º Vig.·.

1º Vig.·. —— Tudo está carregado e alinhado na minha coluna, Ven.·. M.·.

Ven.·. —— O mesmo se dá no Oriente. De pé, meus IIr.·. , espada na mão e á ordem.

Todos os IIr.·. que estão na parte exterior da mesa se levantam , põem, o guardanapo (bandeira) sobre o ombro esquerdo, tomam a faca com a mão direita e passam-na para a mão esquerda, e põem a mão direita á ordem da aprendiz.

Ven.·. —— Meus IIr.·. o brinde que tenho o prazer de vos propor é a honra da Republica Portuguesa.

Se a L.·. tem sede em país estrangeiro, o primeiro brinde é levantado á prosperidade da pátria.

O Ven.·. desenvolve este brinde com a curta alocução patriótica.

Atenção, meus IIr.·.!
Mão direita ás armas! *(Pega-se no copo)*.
Levantar, armas! *(Levanta-se o copo).*
1º Fogo —— Ao povo, a quem pertence a soberania!

Bebe-se uma vez

2º Fogo —— Á representação nacional e aos poderes estabelecidos pela Constituição!

Bebe-se outra vez

3º Fogo—— Á glória e á prosperidade de Portugal

Bebe-se pela terceira vez

Armas em descanço, em três tempos! Um, dois, três!

Leva-se o copo do lado esquerdo do peito ao direito e depois em frente, isto é descreve-se um triangulo cuja a base é o peito tendo o vértice na frente.

Um, dois, três!
Um, dois, três!

A estas vozes repetem-se os movimentos, sendo o último para pousar o copo sobre a mesa, o que todos devem fazer a um tempo, de forma a ouvir-se uma só pancada.

Espada na mão direita!

Passa-se a faca da mão esquerda para a direita.

Saudação com a espada!

Faz-se o movimento do sinal gutural.

Descançar, espada!

Coloca-se a espada na mesa sem fazer barulho

A mim, meus IIr.·. , pelo sinal, pela bataria e pela aclamação *(Execute-se)* Viva a Republica! Sentemo-nos, meus II .·.

2º Brinde

O Ven.·. procede e faz proceder como para o primeiro brinde até o momento de o declarar.

Ven.·.—— Meus IIr.·. o brinde que agora tenho o prazer de vos propor é ao Gr.·. Or.·. Lusitano Unido, Sup.·. Cons.·. da Maç.·. Portuguesa e ás OOfic.·. da Obediência. Brindaremos também pelas Potencias maçónicas em relações fraternais comnosco.

O Ven.·. desenvolve o brinde, fazendo uma alocução.
Segue-se o cerimonial já indicado.

1º Fogo —— Ao Gr.·. Or.·. Lusitano Unido, Sup.·. Cons.·. da Maç.·. Portuguesa, ao Gr.·. M.·. e sue Adj.·. ao Cons.·. da Ord.·., ao Gr.·. Trib.·. Federal e ás Camaras Chefes de rito!

2º Fogo —— Ás OOfic.·. , da Federação!

3º Fogo —— Ás Potencias maçónicas em relações de amizade com o nosso Gr.·. Or.·.!

Se estão presentes dignatários do Gr.·. Or.·. ou representantes de Potencias estrangeiras estes IIr.·. tem o dever de não beber e ficam sentados á ordem de mesa,

bem como os IIr.·. sentados na parte interna. Logo que termine o cerimonial um de entre eles agradece, depois de ter pedido a palavra ao Ven.·. e aplaudem juntamente com os MM.·. de Cerim.·.

Os assistentes conservam-se á ordem da mesa.

3º Brinde

1º Vig.·. —— Ven.·. M.·. peço-vos a palavra.

Ven.·. —— Tendes a palavra meu Ir.·.

1º Vig.·. —— Ven.·. M.·. peço que façais carregar e alinhar para o brinde que vou ter o prazer de propor.

Ven.·. —— Ir.·. Orad.·. e 2º Vig.·. , convido-vos a carregar e a alinhar no Or.·. e na coluna do Sul *(Norte no rito francês).*

Orad.·. —— IIr.·. , que estais no Oriente, convido-vos a carregar e alinhar *(Pausa).*

2º Vig.·. —— IIr.·. , da minha coluna, convido-vos a carregar e alinhar *(Pausa)*
Na minha coluna tudo está carregado e alinhado.

Orad.·. —— No Oriente tudo está carregado e alinhado, Ven.·. M.·.

Ven.·. —— IIr.·. , 1º Vir.·. , tudo está carregado e alinhado. Qual o brinde que desejais fazer?

1º Vig.·. —— É a vós Ven.·. M.·. que desejo brindar. Ir.·. Orad.·. e Ir.·. 2º Vig.·., juntai-vos a mim com o Ir.·. do Oriente e da coluna do Sul *(Norte, no rito francês).*

De pé meus IIr.·. , espada na mão e á ordem

Esta ordem é executada pelos IIr.·. que estão na parte externa da mesa, escepto o Ven.·. e os IIr.·. que estão no interior, que ficam sentados e á ordem de mesa. O 1º Vig.·. desenvolve o brinde e segue-se o cerimonial já indicado.

1º Fogo —— Ao nosso caro Ven.·.!

2º Fogo —— Á sua família!

3º Fogo —— À prosperidade da nossa R.·. L.·.!

Segue-se a cerimónia já indicada.

Os IIr.·. sentam-se e ficam á ordem de mesa; o Ven.·. levanta-se, agradece e dá a tríplice bataria com os MM.·. de Cerim.·.

Se o banquete é mais duma L.·. os brindes são feitos aos VV.·. ás suas famílias e á prosperidade das LL.·.

Se o banquete for de um grupo de IIr.·. este brinde é feito a quem presidir e á corporação que organizou a festa.

4º Brinde

Este brinde é levantado pelo Ven.·. aos OOfic.·. da L.·. a todos os seus membros e aos visitantes.

O Ven.·. procede e faz proceder como para o primeiro e segundo brinde.

1º Fogo —— Aos IIr.·. VVig.·. e aos outros OOfic.·. desta R.·. L.·. !

2º Fogo —— Aos membros da L.·. e especialmente aos II.·. recentemente admitidos!

3º Fogo —— Aos visitantes!

Depois do cerimonial o Orad.·. agradece e dá a bataria, juntamente com os MM.·. de Cerim .·.

5º Brinde

Conforme o Ven.·. o julgar mais conveniente, este brinde pode ser feito a seguir ao 4º ou reservado para o fim dos trabalhos.

Se for guardado para o fim suspendem-se os ttrab.·. com um golpe de malhete depois do 4º brinde e na ocasião apropriada reabrem-se também por um golpe de malhete.

Se entre os serventes há algum Ir.·. é convidado a vir para a mesa e o Ven.·. procede e faz proceder como para o 1º, 2º e 4º brinde. Depois de estar tudo carregado e alinhado.

Ven.·. —— De pé e a ordem, meus IIr.·. , e formemos a cadeia de união.

Todos os IIr.·. se levantam, tanto os de exterior como os de interior.

Para formar a cadeia de união cada um dá as pontas do seu guardanapo, abandonando-o, aos IIr.·. que lhe ficam imediatos á esquerda e á direita e toma igualmente com a mão esquerda as pontas dos guardanapos dos vizinhos, conservando sempre a faca nesta mão.

Os IIr.·. serventes fazem como os VVig.·. a mesma cadeia, tendo no meio o M.·. de Cerim.·. Feito isto põe-se a mão direita á ordem de aprendiz.

Ven.·. —— Meus IIr.·. ,o brinde que tenho o prazer de vos propor é a todos os maçons espalhados pela superfície da Terra.

Depois deste anúncio o Ven.·. desenvolve o brinde, seguindo-se o cerimonial já indicado.

Fogo Único —— A todos os maçons do globo, mas, sobretudo aos nossos IIr.·. infelizes!

Segue-se o cerimonial indicado. Terminado o 5º Brinde o Ven.·. manda circular o tronco da viúva e declara o seu produto para o Secr.·. tomar nota.

Encerramento dos Trabalhos

Ven.·. dá uma golpe de malhete, que os VVig.·. repetem.

Ven.·. —— Meus IIr.·. á ordem da mesa. IIr.·. 1º e 2º VVig.·. que salário recebem os maçons pelos trabalhos de banquete?

1º Vig.·. —— Um duplo beneficio.

Ven.·. —— Ir.·. 2º Vig.·. que beneficio alcançamos hoje?

2º Vig.·. —— O contentamento e a esperança.

Ven.·. —— Sendo assim IIr.·. 1º e 2º VVig.·. anunciai nas vossas colunas que os ttrab.·. vão ser encerrados.

1º Vig.·. —— IIr.·. 2º Vig.·. e IIr.·. da minha coluna da parte do Ven.·. M.·. vos anuncio que os trabalhos vão ser encerrados.

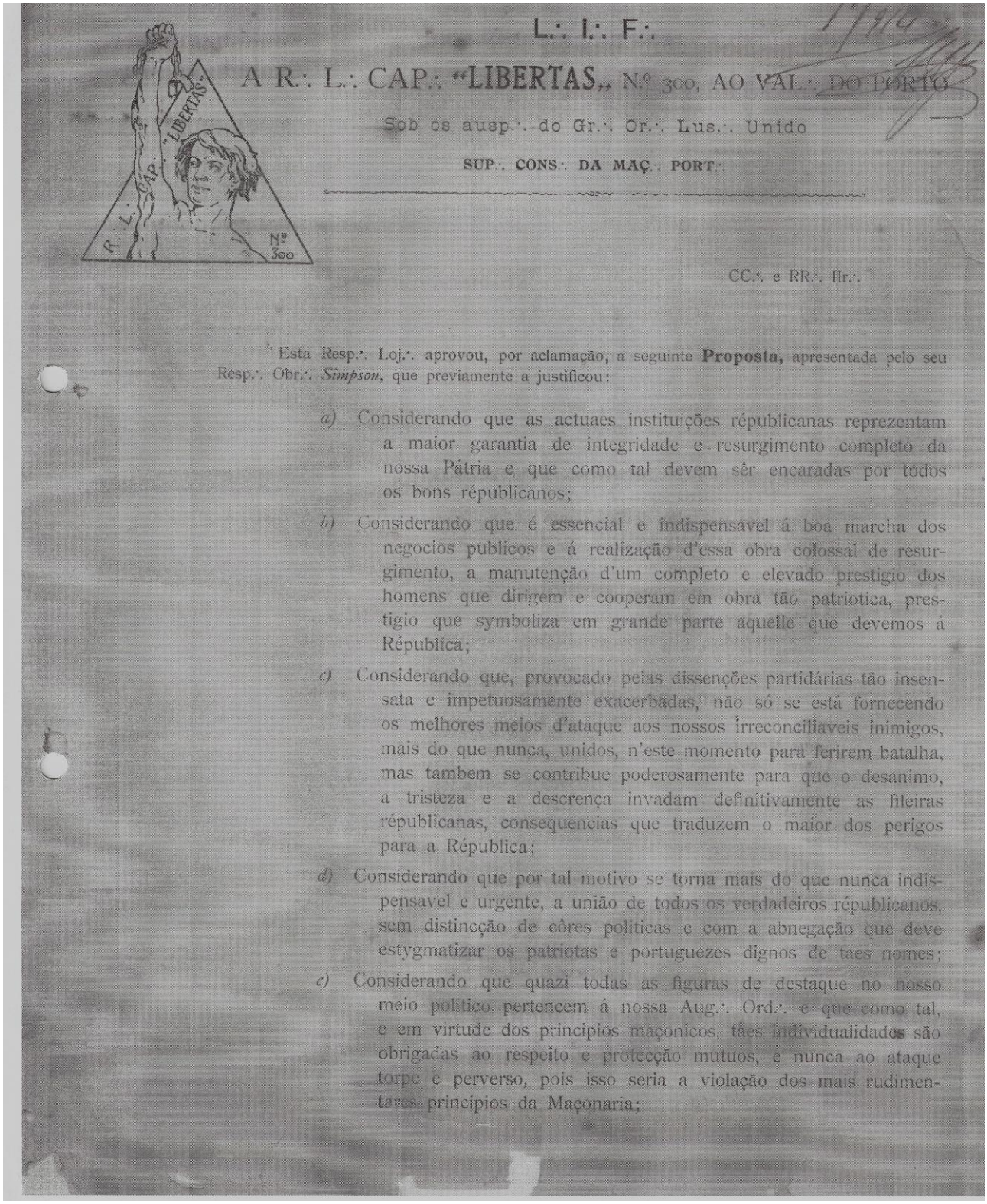
2º Vig.·. —— IIr.·. da minha coluna da parte do Ven.·. M.·. vos anuncio que os trabalhos vão ser encerrados.

O Ven.·. dá a bataria do grau de Apr.·. que é sucessivamente repetida pelos VVig.·.

Ven.·. —— Os trabalhos de banquete estão encerrados, meus IIr.·. Esperamos e perseveremos.

Fonte: FERREIRA, Matos — *A Liturgia Maçónica: Rituais de Inauguração de Templos; Instalação de Lojas; Instalação de Oficiais; Banquete Maçónico*. Lisboa: Tipografia Moderna, 1913, p. 31-46.

Anexo 44: Carta da Loja Libertas nº 300.



L.·. I.·. F.·.

A R.·. L.·. CAP.·. "LIBERTAS,, N.º 300, AO VAL.·. DO PORTO

Sob os ausp.·. do Gr.·. Or.·. Lus.·. Unido

SUP.·. CONS.·. DA MAÇ.·. PORT.·

CC.·. e RR.·. Ir.·.

Esta Resp.·. Loj.·. aprovou, por aclamação, a seguinte **Proposta,** apresentada pelo seu Resp.·. Obr.·. *Simpson*, que previamente a justificou:

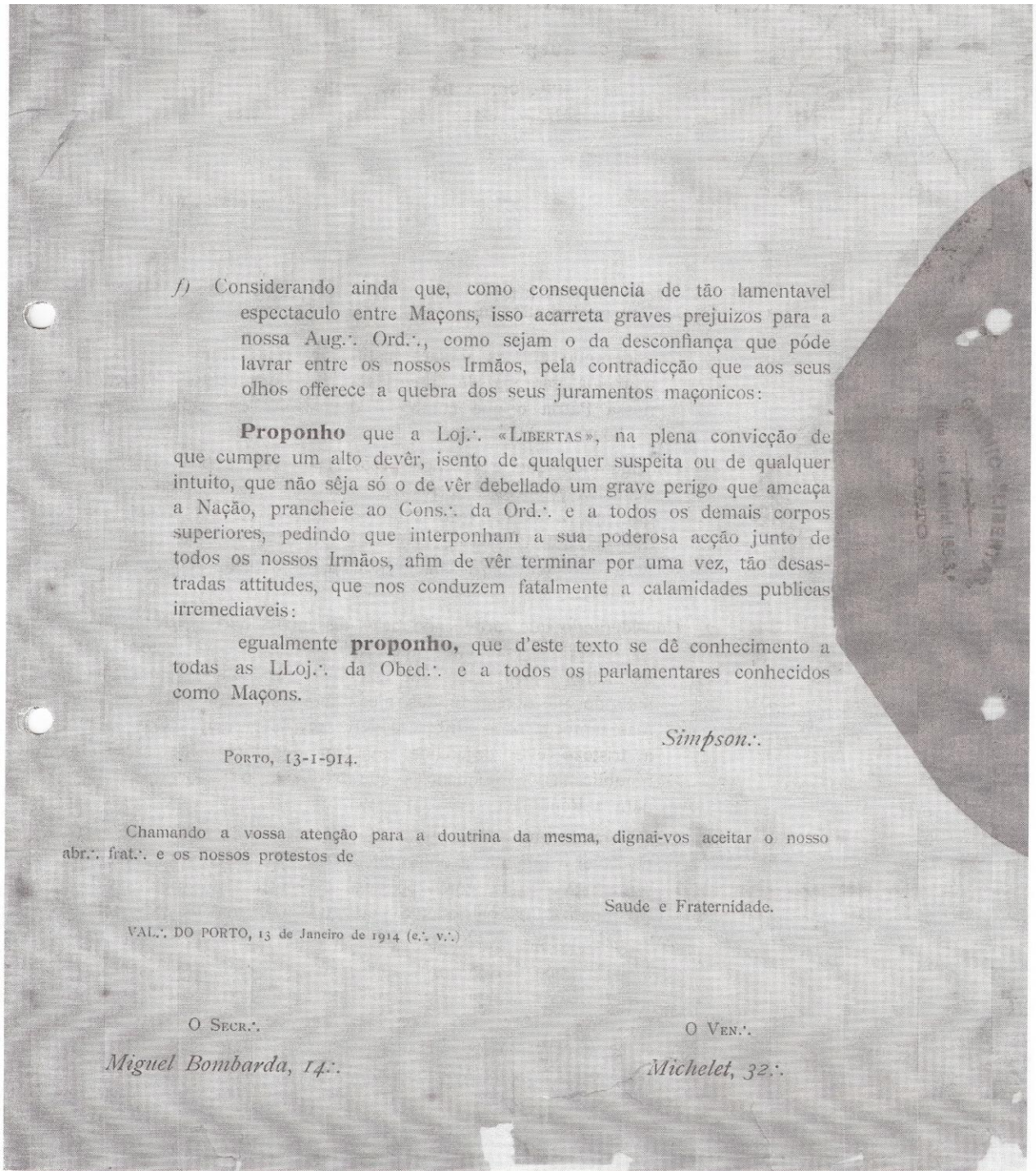
a) Considerando que as actuaes instituições républicanas reprezentam a maior garantia de integridade e resurgimento completo da nossa Pátria e que como tal devem sêr encaradas por todos os bons républicanos;

b) Considerando que é essencial e indispensavel á boa marcha dos negocios publicos e á realização d'essa obra colossal de resurgimento, a manutenção d'um completo e elevado prestigio dos homens que dirigem e cooperam em obra tão patriotica, prestigio que symboliza em grande parte aquelle que devemos á Républica;

c) Considerando que, provocado pelas dissenções partidárias tão insensata e impetuosamente exacerbadas, não só se está fornecendo os melhores meios d'ataque aos nossos irreconciliaveis inimigos, mais do que nunca, unidos, n'este momento para ferirem batalha, mas tambem se contribue poderosamente para que o desanimo, a tristeza e a descrença invadam definitivamente as fileiras républicanas, consequencias que traduzem o maior dos perigos para a Républica;

d) Considerando que por tal motivo se torna mais do que nunca indispensavel e urgente, a união de todos os verdadeiros républicanos, sem distincção de côres politicas e com a abnegação que deve estygmatizar os patriotas e portuguezes dignos de taes nomes;

e) Considerando que quazi todas as figuras de destaque no nosso meio politico pertencem á nossa Aug.·. Ord.·. e que como tal, e em virtude dos principios maçonicos, taes individualidades são obrigadas ao respeito e protecção mutuos, e nunca ao ataque torpe e perverso, pois isso seria a violação dos mais rudimentares principios da Maçonaria;



f) Considerando ainda que, como consequencia de tão lamentavel espectaculo entre Maçons, isso acarreta graves prejuizos para a nossa Aug.·. Ord.·., como sejam o da desconfiança que póde lavrar entre os nossos Irmãos, pela contradicção que aos seus olhos offerece a quebra dos seus juramentos maçonicos:

Proponho que a Loj.·. «Libertas», na plena convicção de que cumpre um alto devêr, isento de qualquer suspeita ou de qualquer intuito, que não sêja só o de vêr debellado um grave perigo que ameaça a Nação, prancheie ao Cons.·. da Ord.·. e a todos os demais corpos superiores, pedindo que interponham a sua poderosa acção junto de todos os nossos Irmãos, afim de vêr terminar por uma vez, tão desastradas attitudes, que nos conduzem fatalmente a calamidades publicas irremediaveis:

egualmente **proponho,** que d'este texto se dê conhecimento a todas as LLoj.·. da Obed.·. e a todos os parlamentares conhecidos como Maçons.

Simpson.·.

Porto, 13-1-914.

Chamando a vossa atenção para a doutrina da mesma, dignai-vos aceitar o nosso abr.·. frat.·. e os nossos protestos de

Saude e Fraternidade.

VAL.·. DO PORTO, 13 de Janeiro de 1914 (e.·. v.·.)

O Secr.·.

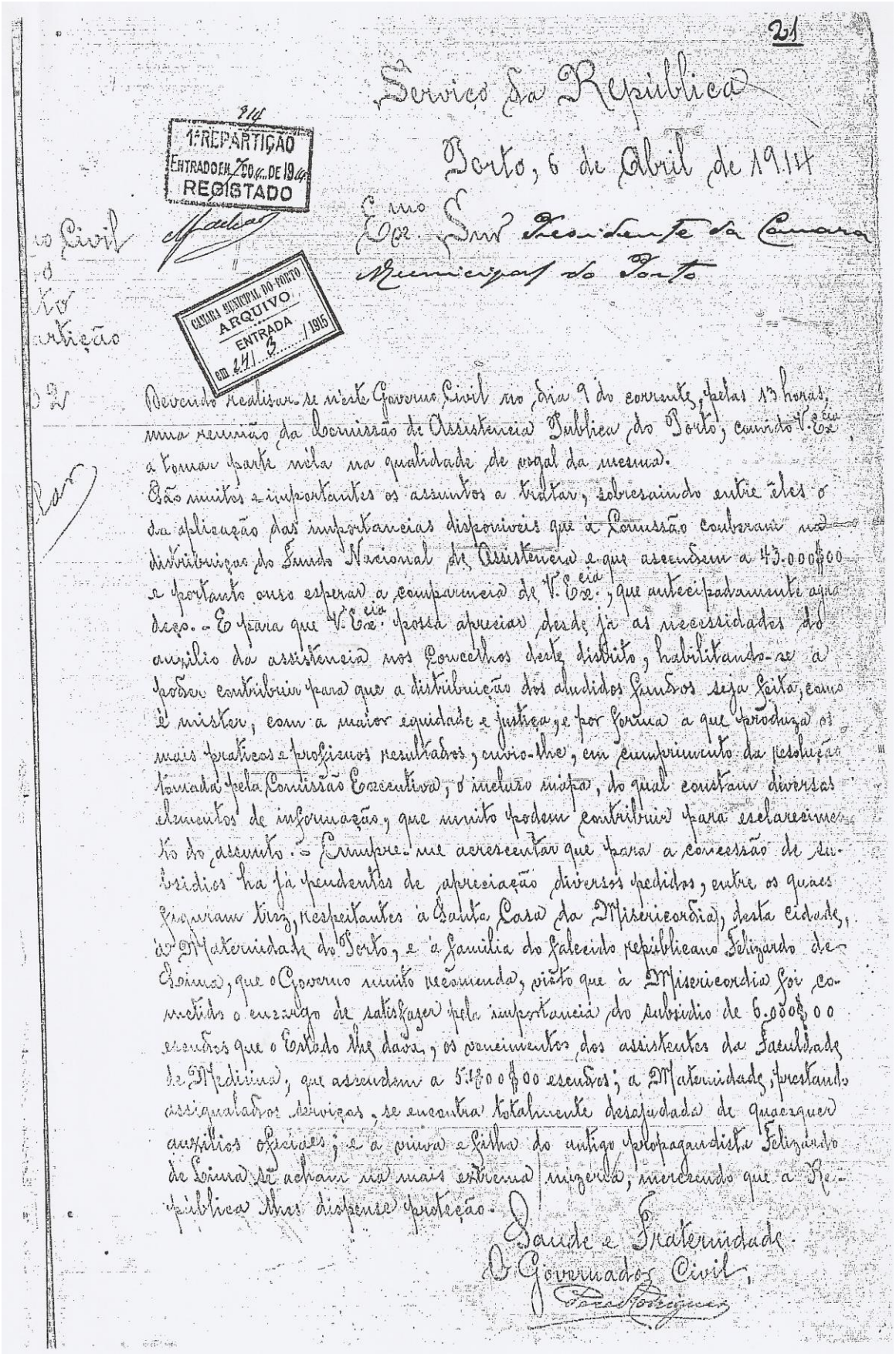
Miguel Bombarda, 14.·.

O Ven.·.

Michelet, 32.·.

Fonte: Arquivo da Fundação Mário Soares — Fundo Simão Raposo.

Anexo 45: Elementos informativos acerca das necessidades de auxílio de assistência no Distrito do Porto.



21

Serviço da República

Porto, 6 de Abril de 1914

Exmo Exmo Sr. Presidente da Camara Municipal do Porto

1ª REPARTIÇÃO ENTRADO EM 7 DE 1914 REGISTADO

CAMARA MUNICIPAL DO PORTO ARQUIVO ENTRADA EM 8 / 1915

Devendo realisar-se n'este Governo Civil no dia 9 do corrente, pelas 13 horas, uma reunião da Comissão de Assistencia Publica do Porto, convido V. Exª a tomar parte n'ela na qualidade de vogal da mesma.

São muitos e importantes os assuntos a tratar, sobresaindo entre êles o da aplicação das importancias disponiveis que à Comissão couberam na distribuição do Fundo Nacional de Assistencia e que ascendem a 43.000$00 e portanto ouso esperar a comparencia de V. Exª, que antecipadamente agradeço. - E para que V. Exª possa apreciar desde já as necessidades do auxilio de assistencia nos Concelhos deste distrito, habilitando-se a poder contribuir para que a distribuição dos aludidos Fundos seja feita, como é mister, com a maior equidade e justiça, e por forma a que produza os mais praticos e profiquos resultados, envio-lhe, em cumprimento da resolução tomada pela Comissão Executiva, o inclusso mapa, do qual constam diversos elementos de informação, que muito podem contribuir para esclarecimento do assunto. - Cumpre-me accrescentar que para a concessão de subsidios ha já pendentes de apreciação diversos pedidos, entre os quaes figuram dois, respeitantes à Santa Casa da Misericordia, desta cidade, à Maternidade do Porto, e à familia do falecido republicano Felizardo de Sousa, que o Governo muito recomenda, visto que à Misericordia foi cometido o encargo de satisfazer pela importancia do subsidio de 6.000$00 escudos que o Estado lhe dava, os vencimentos dos assistentes da Faculdade de Medicina, que ascendem a 5.400$00 escudos; a Maternidade, prestando assignalados serviços, se encontra totalmente desafogada de quaesquer auxilios oficiaes; e a viuva e filha do antigo propagandista Felizardo de Sousa se acham na mais extrema miseria, merecendo que a República lhes dispense protecção.

Saude e Fraternidade.

O Governador Civil,

Paiva Gomes

Elementos de informação ácerca das necessidades de auxilio da Assistencia no districto do Porto.

Concelhos	População	Indigentes invalidos	Estabelecimentos e associações de assistencia	Recursos de que dispõem	Indigentes que soccorrem	Esclarecimentos
Amarante	35.225	615	Misericordia com hospital.	7.198517	—	Os indigentes mencionados são só de 35 freguezias e o concelho tem 41.
»	—	—	Asilo Antonio Candido.	786549	—	
Baião	25.024	316	Não tem.	—	—	
Felgueiras	24.192	376	Misericordia com hospital.	2.886531	35	Os recursos que se mencionam são os constantes dos ultimos orçamentos ordinarios.
»	—	—	Misericordia com hospital da S.ª do Rosario de Unhão.	3.584380	112	
Gaia	84.403	—	Associação das Creches de Santa Marinha.	2.739537	—	
Gondomar	37.929	155	Não tem.	—	—	
Lousada	17.710	240	» »	—	—	
Maia	23.487	155	» »	—	—	
Marco de Canavezes	20.423	103	Associação Beneficente do Marco.	—	—	Pertence á Confraria do Bom Jesus de Matozinhos.
Matozinhos	34.265	248	Hospital de Santa Violante.	—	6	Tem tido 10 e 12 internados, mas por falta de recursos só atualmente tem 6.
»	—	—	Asilo de N.ª Senhora da Conceição.	—	15	
»	—	—	Sociedade Humanitaria.	—	15	E' custeada por esmolas.
Paços de Ferreira	13.844	147	Não tem.	—	—	
Paredes	23.251	360	Misericordia.	880562	—	
Penafiel	34.719	478	Misericordia com hospital.	11.318524	—	
»	—	—	Casa Pia de Paço de Sousa.	3.268518	—	
»	—	—	Casa Hospicio de Penafiel.	—	—	E' administrada pela Junta Geral do Distrito.
»	—	—	Assistencia aos Tuberculosos.	—	—	Os recursos de que dispõem provem sómente de espectaculos, donativos e esmólas.
»	—	—	Conferencia de N.ª Senhora do Rosario.	—	30	
Povoa de Varzim	24.508	345	Misericordia com hospital e asilo.	11.608500	330	A "Beneficente", cuja receita é quasi toda eventual, tem por fim exclusivo fornecer alimentação diaria aos pobres e invalidos. Os recursos do Albergue Marquez de Pombal juntamente com os d'um internato na Escola Camões, são da importancia de 065585.
»	—	—	Associação A "Beneficente."	—	200	
»	—	—	Albergue Marquez de Pombal.	—	8	
Santo Tirso	33.164	318	Misericordia com hospital.	9.032520	—	
»	—	—	Misericordia de Santa Maria (S. Martinho do Campo).	820579	—	
Valongo	13.503	128	Creche de Ermezinde.	—	—	
»	—	—	Hospital de N.ª Senhora da Conceição.	340500	45	
Vila do Conde	29.990	356	Misericordia com hospital.	7.735500	—	
»	—	—	Misericordia de Azurara.	1.494500	—	
»	—	—	Ordem 3.ª de S. Francisco com asilo.	2.555571	—	Tem 22 asilados e subsidia 51 não asilados.
Porto--(Bairro Oriental)	104.084	1301	Misericordia do Porto, e estabelecimentos por ela administrados.	498.2085	1.504	
»	—	—	Irmandade do Terço e Caridade, com hospital.	16.934631	—	
»	—	—	Asilo Portuense de Mendicidade.	17.3305	325	
»	—	—	Oficina de S. José.	7.790594	40	
»	—	—	Dispensario do Porto para creanças pobres.	4.624528	14.178	
»	—	—	Associação Protetora da Infancia.	4.057525	24	
»	—	—	Recolhimento de N.ª S.ª do Patrocinio (do Ferro).	580500	12	Foi arrolado para o Estado.
»	—	—	Ordem 3.ª da Trindade, com hospital.	14.784524	—	
»	—	—	Hospital de Santa Maria.	1.667515	40	
»	—	—	Creches de S. Vicente de Paulo.	4.199530	—	
»	—	—	Recolhimento de N.ª S.ª das Dores e S. José (Meninas Desamparadas).	14.607504,5	100	
»	—	—	Asilo de Infancia Desvalida.	2.738548	90	
»	—	—	Colegio dos Orfãos.	11.790505	80	E' administrado pela Camara Municipal.
»	—	—	Asilo das Raparigas Abandonadas.	6.638522	80	
»	—	—	Instituto de Cegos do Porto.	—	22	Não tem feito orçamentos nem prestado contas.
»	—	—	Asilo de S. João.	8.321578,5	30	
»	—	—	Seminario dos Meninos Desamparados.	11.480510	200	A verba indicada é a constante do orçamento vigente.
»	—	—	Associação Consoladora dos Afflitos.	429528	—	Não tem feito orçamento nem prestado contas.
»	—	—	Associação de Beneficencia "A Obra Maternal."	—	—	Idem.
»	—	—	Associação de Beneficencia a "Maternidade do Porto."	—	—	Idem.
»	—	—	Bomfim Beneficente (Assoc. de Beneficencia Infantil).	—	—	Idem.
»	—	—	O Vintem das Escolas.	—	—	Idem.
»	—	—	Asilo de Carid. e Benefic. Publica Barbosa de Faria.	—	—	Idem.
»	—	—	Associação de Beneficencia a "Esmola."	—	—	Idem.
Porto--(Bairro Occidental)	89.025	—	Albergues Noturnos.	1.884500	5.900	A verba indicada é a constante do orçamento vigente.
»	—	—	Casa Hospicio do Porto.	—	280	E' administrada pela Junta Geral do Distrito.
»	—	—	Tutoria da Infancia.	—	150	E' instituição do Estado.
»	—	—	Creche de Cedofeita.	—	55	E' custeada por donativos e esmólas.
»	—	—	Sopa Economica de Cedofeita.	—	50	Instituição d'um legado Semide a cargo da junta de paroquia.
»	—	—	Assistencia Nacional aos Tuberculosos.	—	—	
»	—	—	Hospital de Creanças Maria Pia.	3.477300	—	A verba indicada é a constante do orçamento vigente.
»	—	—	Asilo Escola Municipal n.º 1.	—	—	E' administrado pela Camara Municipal.
»	—	—	Ordem 3.ª de S. Francisco, com hospital.	27.144500	—	
»	—	—	Asilo dos Velhinhos (em Ramalde).	—	87	E' custeado por donativos e esmólas.
»	—	—	Ordem 3.ª do Carmo, com hospital.	36.908500	—	
»	—	—	Asilo Profissional do Terço.	—	—	Não tem feito orçamento nem prestado contas.
»	—	—	Gremio Beneficente de Lordelo do Ouro	—	—	Não tem feito orçamento nem prestado contas.

Porto, 4 de Fevereiro de 1914.

O Governador Civil,

Manoel José d'Oliveira.

Papelaria e Tipografia Academica—Porto

Fonte: Arquivo Histórico Municipal do Porto — Correspondência Recebida, Série Próprias, 1914.